



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 14ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**09/11/2022
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: VAGO
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 64/2022 - Não Terminativo -	SENADOR NELSINHO TRAD	10
2	MSF 76/2021 - Não Terminativo -	SENADOR OGARI PACHECO	78
3	MSF 66/2022 - Não Terminativo -	SENADOR JULIO VENTURA	129
4	MSF 62/2022 - Não Terminativo -	SENADOR NELSINHO TRAD	187
5	MSF 68/2022 - Não Terminativo -	SENADOR OGARI PACHECO	240
6	MSF 70/2022 - Não Terminativo -	SENADOR OGARI PACHECO	264

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP)		
Renan Calheiros(MDB)(9)(50)(53)(77)(73)(85)	AL 3303-2261	1 Luiz Pastore(MDB)(9)(50)(53)(52)(86) ES 3303-1156 / 1129
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-2182 / 2184	2 Ogari Pacheco(UNIÃO)(9)(50)(53)(80)(66) TO 3303-6349 / 6352
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-3522	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53) PB 3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(51)(50)(53)	PB 3303-6490 / 6485	4 Flávio Bolsonaro(PL)(4)(35)(21)(51)(50)(53)(34)(40) RJ 3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	5 VAGO(10)(42)
VAGO(88)(81)(79)		6 Eliane Nogueira(PP)(61)(60) PI 3303-6187 / 6188 / 7892
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil(PODEMOS, PSDB)		
Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP 3303-2191	1 Plínio Valério(PSDB)(7)(28)(26)(33)(45) AM 3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PTB)(7)(45)	MA 3303-1437 / 1506 / 1438	2 Tasso Jereissati(PSDB)(13)(67)(68)(62)(45) CE 3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR 3303-6301	3 Soraya Thronicke(UNIÃO)(14)(39)(54) MS 3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(25)(19)(64)(44)(63)	ES 3303-6747 / 6753	4 Giordano(MDB)(25)(19)(27)(36)(44)(56)(58) SP 3303-4177
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos(PSD, REPUBLICANOS)		
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(2)(65)(69)(43)	RR 3303-5291 / 5292	1 Lucas Barreto(PSD)(2)(32)(43) AP 3303-4851
Nelsinho Trad(PSD)(2)(29)(43)	MS 3303-6767 / 6768	2 Maria das Vitórias(PSD)(2)(29)(43)(74)(76) AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Daniella Ribeiro(PSD)(47)(72)	PB 3303-6788 / 6790	3 Carlos Portinho(PL)(70)(71) RJ 3303-6640 / 6613
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, PTB)		
Chico Rodrigues(UNIÃO)(3)(37)	RR 3303-2281	1 Marcos Rogério(PL)(3) RO 3303-6148
Zequinha Marinho(PL)(3)	PA 3303-6623	2 Maria do Carmo Alves(PP)(3) SE 3303-1306 / 4055 / 2878
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS, PSB, REDE)		
Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA 3303-6390 / 6391	1 Fernando Collor(PTB)(6)(46) AL 3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE 3303-6285 / 6286	2 Telmário Mota(PROS)(15)(6)(46) RR 3303-6315
PDT(PDT)		
Julio Ventura(PDT)(49)(82)(83)	CE 3303-6460 / 6399	1 Fabiano Contarato(PT)(57)(49) ES 3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP 3303-6777 / 6568	2 Weverton(PDT)(49)(75) MA

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- (15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
- (19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Orlivo Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLI).
- (20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- (23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
- (24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
- (26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
- (27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
- (28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
- (29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
- (30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).
- (32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
- (33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB).
- (34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (36) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
- (37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- (38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
- (39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
- (40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
- (41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- (42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
- (43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
- (44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titulares e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
- (45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
- (46) Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
- (47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
- (48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
- (49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
- (50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
- (51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
- (52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
- (53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
- (54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
- (55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
- (56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
- (57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
- (58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
- (59) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
- (60) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
- (61) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
- (62) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).
- (63) Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS).
- (64) Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS).
- (65) Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
- (66) Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB).
- (67) Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
- (68) Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
- (69) Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a Comissão (Ofício nº 1/2022-BLPSDREP).
- (70) Em 25.04.2022, o Senador Nelsinho Trad, Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, cedeu 1 vaga de suplente ao Partido Liberal (Of. nº 9/2022-BLPSDREP).
- (71) Em 03.05.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, em vaga cedida ao Partido Liberal, para compor a comissão (Of. 26/2022-GLPL).
- (72) Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 16/2022-BLPSDREP).
- (73) Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
- (74) Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
- (75) Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
- (76) Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 31/2022-BLPSDREP).
- (77) Em 13.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2022-GLMDB).

- (78) Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022..
- (79) Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
- (80) Em 26.08.2022, o Senador Ogari Pacheco foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para compor a comissão (Of. nº 45/2022-GLMDB).
- (81) Em 01.09.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à Senadora Kátia Abreu, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLDPP).
- (82) Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
- (83) Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).
- (84) Em 20.09.2022, a Comissão reunida elegeu a Senadora Margareth Buzetti Presidente deste colegiado (Of. nº 32/2022-CRE).
- (85) Em 03.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2022-GLMDB).
- (86) Em 03.10.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2022-GLMDB).
- (87) Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
- (88) Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5919
E-MAIL: cre@senado.leg.br
HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 9 de novembro de 2022
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA

14ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Reunião EXTRAORDINÁRIA (03/11/2022 18:03)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CARLA BARROSO CARNEIRO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Não apresentado

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ogari Pacheco

Relatório: Não apresentado

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Julio Ventura

Relatório: Não apresentado

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Não apresentado

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

ITEM 5**MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ogari Pacheco

Relatório: Não apresentado

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

ITEM 6**MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ogari Pacheco

Relatório: Não apresentado

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

1

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE CARLA BARROSO CARNEIRO**

CPF.: 013.491.867-32

1970 Filha de José Pereira Carneiro e Dila Barroso Carneiro, nasce em Pirassununga/SP, em 21 de janeiro.

Dados Acadêmicos:

1993-95	CPCD - IRBr
2002	CAD – IRBr
2003	Mestre na Sorbonne Nouvelle (Instituto de Altos Estudos da América Latina - IHEAL) em Altos Estudos de América Latina. Menção Très Bien. Tese intitulada "A Economia Política do Acordo Brasil-FMI de 1998".
2006	Especialista em Economia pela Universidad de Los Andes (Colombia)
2008	Curso de Altos Estudos - Tese Intitulada "A Diplomacia Energética do Japão", aprovada com louvor.

Cargos:

1995	Terceira-secretária
2000	Segunda-secretária
2005	Primeira-secretária, por merecimento
2008	Conselheira, por merecimento
2012	Ministra de segunda classe, por merecimento
2021	Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1995-97	Assistente na Secretaria de Planejamento Diplomático
1997-00	Assessora do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos
2000-03	Embaixada do Brasil em Paris - Encarregada de Temas de OCDE e, posteriormente, Chefe do SECOM
2003-06	Embaixada do Brasil em Bogotá - Chefe do Setor de Cooperação Técnica e Educacional, Chefe do SECOM, encarregada de temas de energia
2006-08	Embaixada do Brasil em Tóquio - Chefe do Setor de Energia, Chefe do SECOM
2008-13	Chefe da Divisão de América Meridional IV
2013-15	Assessora Especial para Assuntos Internacionais da Casa Civil da Presidência da República
2015-19	Assessora Especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Educação
2019-20	Assessora Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Cidadania
2020-	Chefe da Assessoria Especial Internacional do Ministério do Desenvolvimento Regional

Condecorações:

1999	Medalha do Mérito Tamandaré
2011	Ordem do Rio Branco, Grau Comendador
2015	Ordem do Rio Branco, Grau Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Representação do Brasil junto à FAO

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO**

OSTENSIVO
Junho de 2022

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization</i>)
Mandato:	Eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.
Natureza:	Agência especializada e intergovernamental
Estados partes:	194 Estados e 1 Organização (União Europeia)
Estados associados:	2 Estados: Ilhas Faroe e Tokelau
Fundação:	16 de outubro de 1945
Ano de adesão do Brasil:	1945 (membro fundador)
Sede:	Roma, Itália (desde 1951, quando foi transferida de Washington, EUA)
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conferência, Conselho, Conferências Regionais, Comitês Administrativos (Programa, Finanças, Questões Constitucionais e Jurídicas), Comitês Temáticos (Agricultura, Florestas, Pesca e Aquicultura, Segurança Alimentar, Produtos de Base)
Principais chefias:	Diretor-Geral, Qu Dongyu (aug/2019-atual); Vice-Diretor-Geral, Laurent Thomas; Vice-Diretora-Geral, Maria Helena Semedo; Vice-Diretora-Geral Beth Bechdol
Representante na Região:	Julio Berdegú, Representante da FAO para a América Latina e o Caribe
Representante no Brasil:	Rafael Zavala, Representante da FAO no Brasil
Representação brasileira:	Embaixador Fernando José Marroni de Abreu Representante Permanente do Brasil junto à FAO

PERFIS BIOGRÁFICOS

Qu Dongyu

Diretor-Geral da FAO



Nascido em 1963 em uma família de cultivadores de arroz na província chinesa de Hunan, Qu Dongyu estudou ciência da horticultura na “Hunan Agricultural University” e, em seguida, melhoramento de plantas e genética na Academia Chinesa de Ciências Agrícolas. Mais tarde, acrescentou a ciência ambiental a seu currículo ao obter um doutorado na Universidade de Wageningen, na Holanda. Antes de trabalhar na FAO, Qu trabalhou como Vice-Ministro da Agricultura e Assuntos Rurais da China, onde atuou em prol do desenvolvimento inclusivo e da disseminação de tecnologias inovadoras, em especial de informação e comunicação (TIC), em áreas rurais. Como vice-governador da Região Autônoma de Ningxia Hui, uma das regiões menos desenvolvidas da China, Qu formulou planos de ação voltados para a redução da pobreza, a prevenção e a redução do risco de desastres, o empoderamento das mulheres, o desenvolvimento do agroturismo e a criação de plataformas de aprendizagem projetadas para aumentar a confiança entre diferentes grupos étnicos. Além disso, participou da organização de grandes eventos, incluindo o Congresso Mundial da Batata,

o Congresso Internacional do Arroz e a Conferência Internacional sobre Proteção de Plantas, bem como de iniciativas multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio e do G20. Qu também atuou na concepção de projetos de Cooperação Sul-Sul com a FAO e o Banco Mundial.

Qu Dongyu foi eleito para o cargo de Diretor-Geral da FAO em primeiro turno, com maioria absoluta de 108 de 191 votos possíveis, tendo contado com apoio do Brasil. Desde que assumiu o cargo de Diretor-Geral, em agosto de 2019, tem atuado em favor de reformas estruturantes na Organização e do aumento da eficiência no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Destacam-se, entre as medidas implementadas pelo Diretor-Geral, a digitalização dos sistemas agro-alimentares, o estabelecimento de parcerias com o setor privado e a iniciativa "Hand-in-Hand", por meio da qual busca articular cooperação em favor de países de menor desenvolvimento relativo. No contexto da pandemia de COVID-19, Qu indicou que o foco principal da FAO deve ser o aprimoramento da resiliência da produção agrícola e a proteção das cadeias de suprimentos, a fim de evitar impactos negativos na segurança alimentar. Em seu mandato, foi aprovado o Marco Estratégico 2022-31, que atribui maior importância, na agenda da organização, a temas como digitalização, mudança do clima, economia circular e Saúde Única.

Laurent Thomas
Vice-Diretor-Geral



Laurent Thomas é responsável pela gestão das operações da FAO e de reformas gerenciais que aumentem a eficiência da organização. Nessa função, supervisiona as atividades do Escritório de Apoio a Escritórios Descentralizados, do Departamento de Serviços Corporativos da Organização, da Divisão de Tecnologia da Informação, da Divisão de Recursos Humanos, do Centro de Investimentos da FAO e da Divisão para Assuntos de Conferência, Conselho e Protocolo, bem como ações relacionadas a emergências e à promoção de resiliência. Antes dessa posição, foi Subdiretor-Geral, chefiando o Departamento de Cooperação Técnica e Gestão de Programas da FAO. É agroeconomista e tem mais de 35 anos de experiência nas áreas de promoção do desenvolvimento e de assistência humanitária. Atuou por mais de uma década em países em desenvolvimento em pesquisa de sistemas agrícolas e extensão agrícola. Na FAO há mais de 28 anos, Thomas ocupou cargos de crescente responsabilidade gerencial em serviços de consultoria técnica, programação de investimentos, supervisão da rede de Escritórios Descentralizados da Organização e a gestão de programas dedicados a eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição; a tornar a agricultura, a silvicultura e a pesca mais produtivas e sustentáveis; a reduzir a pobreza rural; a possibilitar sistemas agrícolas e alimentares inclusivos e eficientes; e a aumentar a resiliência dos meios de subsistência aos desastres.

Maria Helena Semedo
Vice-Diretora-Geral



Nacional de Cabo Verde, Maria Helena Semedo foi nomeada Vice-Diretora-Geral pelo Conselho da FAO em 2013. Em seu país, exerceu as funções de Ministra da Pesca, Agricultura e Assuntos Rurais (1993-1995); Ministra Coordenadora do Comitê Interestadual para o Controle da Seca do Sahel (1993-1997); Ministra para Assuntos Marinhos (1995-1998); e Ministra do Turismo, Transportes e Oceanos (1998-2001).

Na FAO, Semedo atuou como Representante da Organização no Niger (2003-2008); Representante Subregional da África Ocidental e Vice-Representante Regional para a África (2008-2009), tornando-se a titular do Escritório em Acra e Diretora-Geral Assistente ainda em 2009. Como Vice-Diretora-Geral, ela concentra sob seu comando todas as áreas temáticas da Organização.

Beth Bechdol
Vice-Diretora-Geral



Beth Bechdol é responsável pelo trabalho de Parceria e Extensão da FAO, incluindo Parcerias e Colaboração da ONU, Mobilização de Recursos e Parcerias do Setor Privado, Cooperação Sul-Sul e Triangular. Ela também lidera programas na área de Produção e Proteção de Plantas e supervisiona o principal comitê consultivo técnico da FAO sobre agricultura – o Comitê de Agricultura (COAG) –, bem como o Secretariado da Convenção Internacional sobre a Proteção de Plantas (IPPC).

Antes de ingressar na FAO, Bechdol foi presidente e CEO da AgriNovus Indiana, iniciativa lançada em favor do desenvolvimento econômico daquele estado norte-americano, com foco no avanço do setor de agrociências e no apoio à formação e às atividades de novos cientistas e pesquisadores. Antes de sua atuação na AgriNovus, Bechdol foi Diretora de estratégias de agronegócio no escritório de advocacia Ice Miller LLP, com sede em Indianápolis. Ela também foi ex-vice-diretora do Departamento de Agricultura do Estado de Indiana. Em Washington, D.C., desempenhou funções importantes como as de chefe de gabinete do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e como economista do Comitê de Agricultura do Senado. A Sra. Bechdol foi criada em uma fazenda na zona rural de Indiana. Recebeu seu diploma de bacharel em Direito Internacional e Temas Internacionais pela Georgetown University e concluiu seu mestrado na Purdue University em Economia Agrícola.

INFORMAÇÕES GERAIS

Agência especializada das Nações Unidas, de caráter intergovernamental, a FAO tem por mandato ajudar países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Desde a sua fundação, em 16 de outubro de 1945, a FAO mantém-se como um dos maiores organismos internacionais das Nações Unidas. Nas suas duas primeiras décadas, era a única fonte internacionalmente reconhecida de conhecimentos técnicos em alimentação, nutrição e agricultura. Atualmente, junto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), criado em 1961, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), de 1977, a FAO segue sendo referência internacional em assuntos ligados a agricultura, alimentação, nutrição, desenvolvimento rural, florestas, pesca e aquicultura, entre outros.

A Organização é integrada por 195 Membros e 2 Estados Associados, sendo o Brasil um de seus fundadores. Entre os Membros, constam 194 Estados nacionais e a União Europeia, na categoria de organização. Seu Diretor-Geral, o chinês Qu Dongyu, encontra-se em seu primeiro mandato (2019-2023), para o qual foi eleito com 108 de 191 votos possíveis, tendo derrotado a francesa Catherine Geslain-Lanéelle (71 votos), que contava com apoio da União Europeia, e o georgiano David Kirvalidze (12 votos), apoiado pelos EUA. O Brasil atuou em prol da candidatura de Qu.

Estrutura e Governança:

A estrutura da FAO contempla instâncias consultivas e deliberativas, de natureza tanto técnica quanto política. É composta de conferência, conselho, comitês e outros órgãos estatutários.

- **Conferência:** órgão máximo de deliberação, que reúne, a cada dois anos, todos os Membros da FAO. Tem o propósito de rever os trabalhos da Organização e aprovar o Programa de Trabalho e Orçamento para o biênio

seguinte. O Diretor-Geral da FAO é eleito pela Conferência para um mandato de quatro anos, passível de uma única recondução.

- **Conselho:** é composto de 49 membros eleitos para um mandato de três anos. Supervisiona as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho da organização. É assessorado por comitês técnicos e órgãos subsidiários, que reportam ao Conselho as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho.
- **Comitês:** a estrutura da FAO contempla quatro Comitês técnicos: Agricultura (COAG), Florestas (COFO), Pesca e Aquicultura (COFI) e Produtos de Base (CCP); e três Comitês administrativos, de participação restrita: Programa; Finanças; e Questões Constitucionais e Jurídicas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS ou CSA), que se reúne anualmente, e as Conferências Regionais, de frequência bienal, também são considerados órgãos diretores da FAO.
- **Outros órgãos estatutários:** a FAO conta com outros órgãos estatutários, cujo trabalho é de grande relevância e interesse para o Brasil. Entre eles estão a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura (CGRFAA) e o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA). Também se enquadram nessa categoria órgãos considerados normativos (“rule-setting bodies”) junto à Organização Mundial do Comércio (OMC): o Codex Alimentarius e a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CPM), braço executivo da Convenção Internacional para Proteção de Vegetais (IPPC).

Assinado em 2001 e em vigor desde 2004, o TIRFAA tem por objetivo a conservação e o uso sustentável de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa de benefícios derivados de sua utilização, com vistas a uma agricultura sustentável e à segurança alimentar. Para tanto, o TIRFAA estabeleceu o primeiro mecanismo internacional de acesso e repartição de benefícios (ABS) e criou sistema de acesso facilitado a recursos genéticos de 64 cultivos, listados

em seu Anexo I, que formam a base de 80% da alimentação humana. Em setembro de 2022, ocorrerá, em Nova Délhi, a 9ª Sessão do Órgão Gestor do TIRFAA, cuja agenda inclui item referente ao aprimoramento do Sistema Multilateral de Acesso e Repartição de Benefícios, tema altamente controverso no âmbito do Tratado.



A FAO sedia, ademais, uma série de iniciativas globais e regionais voltadas a temas específicos e afins ao seu mandato e programa de trabalho. A Aliança Mundial pelos Solos (GSP)¹ e a Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP)², por exemplo, contam com a associação do governo brasileiro. O secretariado opera em seis unidades principais, responsáveis pelos temas substantivos, além de um departamento administrativo. Listam-se abaixo as principais divisões de cada área, que sinalizam a amplitude e variedade do trabalho realizado pela Organização:

- a) Agricultura e Proteção ao Consumidor – produção e saúde animal; nutrição e proteção ao consumidor; produção e proteção de plantas; infraestrutura rural e agroindústrias; unidade de técnicas nucleares FAO/AIEA;

¹ <http://www.fao.org/globalsoilpartnership/en/>

² <http://www.globalbioenergy.org/>

- b) Desenvolvimento Social e Econômico – desenvolvimento agrícola; estatísticas; comércio e mercados; gênero, equidade e emprego rural;
- c) Pesca e Aquicultura – políticas de pesca e aquicultura; uso e conservação de recursos pesqueiros e de aquicultura;
- d) Florestas – produtos, políticas e economia florestal; avaliação, manejo e conservação florestal;
- e) Cooperação Técnica – políticas e desenvolvimento de programas; operações emergenciais e reabilitação; centro de investimentos;
- f) Clima, Biodiversidade, Terra e Água – políticas para alimentação e agricultura sustentáveis e resiliência dos meios de vida no campo;
- g) Serviços Corporativos e Recursos Humanos e Finanças.

No mandato de Qu Dongyu, foram aprovadas mudanças no organograma da FAO que envolvem a criação dos cargos de Economista-Chefe e da Cientista-Chefe.

Níveis de Representação:

A Organização possui cinco escritórios regionais, nove escritórios sub-regionais, cinco escritórios de ligação e 143 representações nacionais. A principal função desses escritórios e representações é a de identificar, planejar e implementar as ações prioritárias da FAO nos níveis regional, sub-regional e local. Os postos avançados da Organização também apoiam os países, por meio de assessoramento técnico, no desenvolvimento de políticas, programas e projetos voltados ao combate à fome e à desnutrição, ao desenvolvimento rural e agrícola e ao uso sustentável e eficiente dos recursos naturais.

Os cinco escritórios regionais dividem-se em: África Subsaariana (sede em Acra, Gana), Ásia e Pacífico (Bangkok, Tailândia), América Latina e Caribe (Santiago, Chile); Europa e Ásia Central (Budapeste, Hungria); e Oriente Próximo e Norte Africano (Cairo, Egito). O Representante da FAO para a América Latina e o Caribe é o mexicano Dr. Julio A. Berdegue (abril/2017-atual)

No Brasil, a Organização tem escritório em Brasília, e seu representante no país é Rafael Zavala, nacional do México. A atuação da FAO em território brasileiro abrange áreas como segurança alimentar e nutricional, redução da pobreza,

desenvolvimento rural, sanidade agropecuária, qualidade dos alimentos e gestão de recursos naturais.

Competência e Atribuições:

Entre as principais atribuições da FAO, estão:

- ❖ *Apoiar* países em desenvolvimento, mediante projetos de assistência técnica que integrem, numa visão holística, as três dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica;
- ❖ *Informar* sobre nutrição, alimentos, agricultura, florestamento e pesca, utilizando-se de informes (*newsletters*), relatórios, livros, revistas e dados em formato eletrônico;
- ❖ *Aconselhar* governos, com base no conhecimento especializado e na experiência de seu diversificado quadro técnico, além de prestar consultorias em matéria de política e planejamento agrícola e de formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e combate à pobreza;
- ❖ *Servir* como fórum neutro para discutir e formular políticas sobre os principais assuntos relacionados à agricultura e à alimentação e realizar conferências, encontros técnicos e consultas de especialistas.

Em outra frente, a FAO criou, em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o programa *Codex Alimentarius*, com o propósito de desenvolver padrões e diretrizes alimentares para proteger consumidores, garantir o comércio justo e promover a coordenação de todos os trabalhos de padronização alimentar realizados por organizações intergovernamentais e não-governamentais.

Além de utilizar seus próprios recursos, a FAO busca favorecer o desenvolvimento do setor agrícola por meio de investimentos provenientes de instituições multilaterais como o Banco Mundial, bancos de desenvolvimento regional e fundos internacionais.

A atuação da FAO estende-se também para operações de assistência humanitária, atuando nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências.

Sob o mandato do atual Diretor-Geral, a FAO tem reforçado ações em prol da digitalização de sistemas agro-alimentares, de parcerias com o setor privado e da iniciativa "Hand-in-Hand", por meio da qual busca fortalecer a cooperação em favor de países de menor desenvolvimento relativo.

Reforma da Governança e Marco Estratégico 2022-2030:

Foi concluída, em 2021, a revisão no Marco Estratégico da FAO para o período 2022-2030. Houve amplo consenso quanto à importância de buscar um alinhamento entre o Marco Estratégico e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com ênfase não exclusiva nos ODS 1 (fim da pobreza), ODS 2 (fim da fome) e ODS 10 (redução das desigualdades). Notou-se, ao longo do processo de revisão, uma tentativa de países europeus de priorizar o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável nos trabalhos da FAO. Tal posicionamento não prosperou em razão da atuação de demais membros do Conselho, incluindo o Brasil, que defenderam a preservação do equilíbrio entre os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), bem como a necessidade de garantir espaço ao tema do comércio agrícola internacional.

O Marco Estratégico 2022-2031 baseia-se no conceito de “quatro melhorias”: melhor produção; melhor nutrição; melhor meio ambiente; uma vida melhor, sem deixar ninguém para trás.

O Marco prevê, ainda, quatro aceleradores transversais ou intersetoriais: i) tecnologia; ii) inovação; iii) dados; iv) complementos (governança, capital humano e instituições).

O documento também destaca a importância de modificar o paradigma de trabalho do FAO, para fortalecer o processo de transformação dos sistemas alimentares. O objetivo da revitalização do modelo operacional da FAO é torná-la uma organização mais inclusiva, ágil, transparente, aberta, inovadora, responsável e eficaz, que produza impacto significativo e forneça serviços a seus membros, para que possam alcançar as chamadas quatro melhorias. A abordagem programática aprimorada será implementada por meio do aprofundamento e da ampliação de parcerias, do aproveitamento das vantagens normativas da FAO, da busca por mecanismos e fontes de financiamento

inovadores, do reforço de uma visão estrutural unificada (“One FAO”), da adoção de inovações e da prontidão para agir em um mundo com crescentes riscos e incertezas.

Áreas Prioritárias, temas emergentes e novas estratégias

Observa-se um crescimento, na agenda da organização, de temas como a mudança do clima, a abordagem de saúde una (“One Health”) e a economia circular. Esse crescimento parece resultar não somente de uma absorção, pela FAO, de temas candentes na agenda internacional, mas também de uma projeção sobre a organização de interesses de países e regiões bastante ativos – entre os quais se destacam países da União Europeia e o Reino Unido –, que buscam internacionalizar conceitos e valores próprios a suas políticas de recuperação econômica baseadas na proteção do meio ambiente (o chamado “Green Deal”).

Ademais, a FAO busca se viabilizar como uma das principais agências de apoio à implementação dos compromissos assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esses esforços são especialmente observados nas áreas de segurança alimentar e nutrição, desenvolvimento rural e mudança do clima. Sobre esta última, em seguimento ao Acordo de Paris, a FAO tem advogado maior atenção à agricultura – incluindo pecuária, pesca e florestas – nas discussões sobre clima, e trabalhado em favor de programas e projetos que tratem o tema de maneira transversal e integrada.

O Programa de Trabalho e Orçamento (PWB – 2020-21) inclui recursos adicionais para o trabalho da FAO na Convenção Internacional sobre a Proteção de Vegetais (CIPV); para o financiamento das atividades do programa de assessoramento científico sobre inocuidade dos alimentos FAO/OMS, que subsidia as decisões do Codex Alimentarius; e para as atividades relativas à estratégia de integração da biodiversidade. Essas medidas vão ao encontro de preocupações do Brasil, em especial em relação ao financiamento das atividades do programa de assessoramento científico.

Em junho de 2022, o Conselho da FAO aprovou duas novas estratégias que deverão apoiar a implementação do Marco Estratégico: a nova Estratégia sobre Mudança do Clima e a Estratégia para a Ciência e Inovação. O desenvolvimento dos documentos foi liderado, respectivamente, pela Diretora-Geral Alternata Maria Helena Semedo e pela Cientista-Chefe Ismahane Elouafi, e envolveu amplo processo de

consultas, ao longo do qual restou manifesta a clivagem entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos quanto à abordagem equilibrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável.

Orçamento da FAO:

O orçamento total da FAO para 2022-2023 é de US\$ 2,92 bilhões. Cabe observar a grande e crescente proporção de doações extra-orçamentárias (US\$ 1,91 milhões) no orçamento total da FAO - cerca de 65%. O tema – tendo em vista seu possível efeito de gerar desequilíbrios no cumprimento do mandato da organização – era recorrentemente abordado pelo ex-DG José Graziano, que advertia a configuração progressiva de um organismo "donors-driven". Essa tendência, a contar pelos discursos do DG Qu Dongyu, parece não sensibilizar a nova administração. Análise do orçamento por objetivos estratégicos e funcionais revela tendência de concentração de recursos no Objetivo Estratégico 5 (SO5 - "increase the resilience of livelihoods to threats and crises") em detrimento dos SO1 e SO3 ("contribute to the eradication of hunger" e "reduce rural poverty", respectivamente). Na atual proposta de orçamento bianual, o SO5 receberá US\$941 mil, equivalente a quase 1/3 (32%) do orçamento total. O SO1 receberá montante inferior ao equivalente a 10%; e o SO2, cerca de 6% do total previsto. A desproporcional importância do SO5 no orçamento total da FAO é explicada pelas doações extra-orçamentárias, que equivalem a nada menos que 95% dos recursos aplicados a essa rubrica. Pela sua natureza transversal e de difícil delimitação - "threats and crises" -, é possível que o SO5 venha se consolidando como porta de entrada de "novos temas" na FAO, como é o caso de resistência anti-microbiana (AMR).

De acordo com o orçamento aprovado pela Conferência, em junho de 2021, o Brasil é o 8º maior contribuinte ao orçamento regular da FAO (2,949%), sendo antecedido por Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Os dez maiores contribuintes da FAO aportam, anualmente, quase 70% do valor aprovado pela Conferência. Os vinte Membros subsequentes aportam cerca de 22% do orçamento regular, enquanto os 164 Membros restantes – em sua grande maioria países de menor desenvolvimento relativo – contribuem com cerca de 8% do total. Em linha com a intervenção brasileira e com debate anterior no Comitê de Programas, a

Conferência recomendou, em 2021, que FAO explore maneiras de atrair contribuições voluntárias que tenham emprego flexível.

Em junho de 2021, foi aprovada a manutenção do crescimento nominal zero do orçamento da FAO e da mesma escala de contribuição dos Membros para 2022-23, em relação ao biênio corrente. Assim, a contribuição relativa brasileira ao orçamento regular permaneceu em ser de 2,949 %.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil, como um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais de alimentos – além de ser o primeiro país em termos de biodiversidade, o segundo em extensão florestal, e um dos maiores em reservas de água doce do planeta – não poderia estar ausente dos principais foros internacionais sobre temas agrícolas e, em especial, das diversas instâncias da FAO – inquestionavelmente, a principal organização das Nações Unidas com mandato nessa área. Essa conclusão é reforçada pela constatação da crescente complexidade e transversalidade dos temas, envolvendo, simultaneamente, comércio, energia, mudança do clima, segurança alimentar, biodiversidade, biotecnologia, inovação e pesquisa tecnológica.

Assim, os interesses nacionais, em todas as suas dimensões, tanto as estritamente econômicas e comerciais, quanto as relativas à cooperação e ao meio ambiente, por exemplo, podem vir a ser afetados, positiva ou negativamente, em maior ou menor grau, a depender dos rumos que tomam as discussões nas diversas instâncias da FAO.

O envolvimento de diferentes Ministérios e instituições nacionais nos projetos de cooperação com a FAO demonstra a diversidade dos temas e das áreas de interesse do país em relação às atividades realizadas por essa agência especializada das Nações Unidas.

Considerando os Objetivos Estratégicos e o Plano de Médio Prazo 2022-2025 da FAO, os projetos de cooperação que contam com a participação brasileira, os atos bilaterais firmados com o País, bem como os assuntos em debate nos órgãos estatutários

e de governança da Organização, são os seguintes os temas prioritários para o Brasil no âmbito da FAO³:

i. Combate à fome e erradicação da pobreza no meio rural:

- medidas de proteção social;
- acesso à terra e aos meios de produção rural;
- geração de resiliência em comunidades vulneráveis (agricultores, criadores, pescadores, agentes florestais, comunidades indígenas e tradicionais) ao risco e/ou afetadas por catástrofes socioambientais (inclusive conflitos) ou tecnológicas, a doenças/pestes animais ou vegetais, a crises socioeconômicas e a outras crises complexas;
- redução de perdas e desperdícios de alimentos;
- aumento dos investimentos em prol da redução da desigualdade e da pobreza.

ii. Segurança alimentar e nutrição:

- direito à alimentação adequada;
- alimentação escolar;
- melhoria da qualidade e da diversidade dos alimentos.

iii. Sistemas agroalimentares eficientes e inclusivos:

- agricultura familiar;
- questões de gênero;
- compras governamentais.

iv. Desenvolvimento agrícola e rural sustentáveis:

- intensificação e eficiência da produção agropecuária;
- conservação e uso sustentável dos recursos naturais (biodiversidade, recursos genéticos, solos e recursos hídricos);
- manejo florestal sustentável;
- pesca e aquicultura sustentáveis;

³ A presente lista não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.

- agricultura e mudança do clima;
- agricultura e bioenergia;
- agroecologia e produção orgânica;
- biotecnologia, melhoramento genético e OGMs.

v. Cooperação Sul-Sul e triangular:

- assistência técnica;
- capacitação;
- formação de redes de pesquisa.

vi. Assistência humanitária alimentar:

- prevenção, mitigação e resposta a emergências;
- ações estruturantes para construção de resiliência.

vii. Produção e comércio de commodities e questões correlatas:

- investimentos e inovação tecnológica;
- promoção de sistemas de distribuição e abastecimento inclusivos, sustentáveis, eficientes e justos;
- promoção de medidas contra perdas e desperdício;
- promoção da integração de mercados regionais e globais.

viii. Sanidade vegetal e animal

- prevenção e controle de pestes;
- segurança sanitária (vegetal, animal e alimentar).

ix. *Codex Alimentarius* e outras medidas regulatórias

Situação das contribuições obrigatórias do Brasil

A contribuição brasileira para o orçamento ordinário foi, em 2021, de USD 7.982.928,26 e de EUR 5.550.357,14, o que representa 2,949% do total das contribuições estatutárias da FAO. De acordo com informação datada de 28 de fevereiro de 2022, o total da dívida brasileira, nas duas moedas do orçamento, é de USD 23,563,897.70 e de EURO 16,651,071.42 , assim dividida em bases anuais:

- a) Referentes a 2020: USD 7,598,041.18 e EURO 5,550,357.14
- b) Referentes a 2021: USD 7,982,928.26 e EURO 5,550,357.14
- c) Referentes a 2022: USD 7.982.928,26 e EUR 5.550.357,14.

O programa geral de trabalho da FAO é financiado tanto por contribuições obrigatórias quanto voluntárias. As contribuições obrigatórias (assessed), que compõem o orçamento ordinário, estabelecido pela Conferência bienal da FAO, ascendem, no biênio 2022-23, a US\$ 1,005,6 bilhões. O orçamento total, somadas as contribuições voluntárias, alcança, por sua vez, US\$ 3,25 bilhões, dos quais 31% correspondem a contribuições obrigatórias e 69% a contribuições voluntárias, pagas por países membros e por outros parceiros.

O artigo III.4 da Constituição da FAO determina que o Estado membro perde direito de voto caso sua dívida iguale ou exceda o montante das contribuições devidas nos dois anos precedentes. O país também fica impedido de candidatar-se ao Conselho da FAO, cuja eleição ocorre durante a Conferência. Caso faça parte do Conselho, considera-se que a inadimplência, se configurada nesses termos, implicaria a renúncia do país concernido. Em 22 de fevereiro de 2022, o Brasil quitou o pagamento referente à contribuição de 2019. Por esse motivo, o Brasil não perdeu o direito de voto em 2022, mesmo não tendo efetuado pagamentos posteriores. O Brasil iniciou 2022 com a totalidade do ano-calendário de 2020 e de 2021 inscritos como atrasados ("arrears"). Para não perder o direito de voto a partir de 1º de janeiro de 2023 (nem ser excluído do Conselho), será necessário completar os pagamentos devidos em 2020 e saldar, ainda que parcialmente (qualquer que seja o valor), montante devido em 2021.

Projetos implementados pela FAO com o apoio brasileiro

Além das contribuições estatutárias à FAO, o Brasil tem contribuído voluntariamente para a implementação de projetos de cooperação técnica ou emergencial – sobretudo nas modalidades Sul-Sul e trilateral – em benefício próprio e de outros países. Há 8 projetos desse tipo, em andamento, os quais o governo brasileiro apoia – ou se comprometeu a apoiar – financeiramente.

Os projetos realizados em terceiros países refletem esforços do Governo brasileiro em promover, por meio da cooperação Sul-Sul e trilateral, o compartilhamento de tecnologias e o intercâmbio de experiências nacionais no desenvolvimento de políticas e programas voltados, sobretudo, ao combate à fome e à pobreza. Além de os projetos desenvolverem ações de caráter regional, em favor da América Latina e do Caribe, também incidem diretamente em favor de países da região, a exemplo de Argentina, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Na África, as iniciativas apoiaram o fortalecimento do programa de alimentação escolar do Malauí e de São Tomé e Príncipe, da agricultura familiar de Moçambique e dos demais países em desenvolvimento membros da CPLP (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). A carteira de projetos inclui, entre outros:

- GCP/RLA/180/BRA – Fortalecimento dos programas de alimentação escolar no marco da Iniciativa América Latina sem Fome 2025 (FNDE);
- GCP /RLA/160/BRA - Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025 (MRE);
- GCP /RLA/193/BRA – Apoio às estratégias nacionais e subregionais de segurança alimentar nutricional (SAN) e de superação da pobreza nos países da América Latina e Caribe (MDS);
- GCP/RLA/199/BRA: Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da cooperação Sul-Sul (IBA); sobre este, vale ressaltar que o projeto conta com aporte de recursos no valor de US\$ 14,4 milhões, com possibilidade de ampliação do

montante disponível, apoiando, atualmente, seis países da América Latina (Paraguai, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia e Argentina) e o Haiti;

- GCP/RLA/223/BRA – Consolidação de programas de alimentação escolar na América Latina e Caribe.

Projetos em que o Brasil é exclusivamente beneficiário:

A FAO registra outros doze projetos em que o Brasil é beneficiário de cooperação. Dois deles – sobre reversão de processos de desertificação e políticas para a gestão sustentável dos recursos florestais – são financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Os doze projetos são:

- UTF/BRA/083/BRA - Nova organização produtiva e social da agricultura familiar brasileira – uma necessidade;
- UTF/BRA/084/BRA - Por um desenvolvimento sustentável da aquicultura;
- UTF/BRA/085/BRA - Apoio ao aprimoramento e à consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- UTF/BRA/087/BRA - Promoção de políticas públicas de desenvolvimento regional;
- UTF/BRA/089/BRA - Consolidação da organização produtiva e socioeconômica da agricultura familiar no Brasil;
- GCP/BRA/085/GFF - Revertendo o processo de desertificação nas áreas suscetíveis do Brasil: práticas agroflorestais sustentáveis e conservação da biodiversidade (REDESER);
- GCP/BRA/091/GFF - Fortalecendo os processos de gestão participativa dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico sustentável, conservação da biodiversidade e manutenção dos estoques de carbono na Amazônia;
- GCP/BRA/092P/GFF - Apoiando ecossistemas costeiros e marinhos saudáveis (PPG);
- GCP/BRA/093/GCR - Plataforma agropecuária brasileira de sustentabilidade: rastreabilidade e certificação;
- GCP/RLA/230/GFF - Gestão binacional integrada de recursos hídricos na Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras;

- TCP/BRA/3801 - Apoio ao Programa de Governança Fundiária da região do Matopiba no Brasil;
- TCP/BRA/3802 - Fortalecimento da resiliência das populações rurais através da promoção de circuitos curtos não-agrícolas no pós-pandemia da COVID-19.

CRONOLOGIA

1943 – Representantes de 44 países, reunidos em Hot Spring, na Virginia, EUA, assumiram o compromisso de financiar uma organização permanente dedicada à alimentação e à agricultura.

1945 – A primeira agência especializada das Nações Unidas foi fundada em 16 de outubro, em conferência realizada no Quebec, Canadá. O Brasil foi um de seus 42 membros fundadores. O nutricionista britânico John Boyd Orr foi nomeado o primeiro Diretor-Geral da FAO, que teria sua sede provisória localizada em Washington, EUA.

1946 – A FAO publica o primeiro levantamento mundial sobre a alimentação (*First World Food Survey*), o qual permitiu confirmar que o mundo no pós-guerra sofria com a fome e a desnutrição generalizadas. O estudo abrangeu 70 países e, embora pouco preciso para os padrões atuais, constituiu uma ação inovadora para a época.

1948 – O norte-americano Norris Edward Dodd é eleito Diretor-Geral da FAO.

1951 – A sede da FAO é transferida para Roma, Itália.

1951 – A Convenção Internacional sobre a Proteção de Vegetais (IPPC) é adotada no âmbito da FAO. O instrumento seria revisado em 1997 e entraria em vigor em 2005.

1952 – A FAO publica o segundo levantamento mundial sobre a alimentação (*Second World Food Survey*), estendendo sua cobertura para 81 países. O estudo demonstra que a fome e a desnutrição se agravaram nos cinco anos anteriores, com a redução do consumo médio de calorias e as crescentes disparidades entre países ricos e pobres. No

mesmo ano, o médico e nutrólogo brasileiro Josué de Castro foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo que exerceu até 1956.

1954 – Inicia o mandato o norte-americano Philip Cardon, terceiro Diretor-Geral da FAO.

1956 – Assume a Direção Geral da FAO o indiano Binay Ranjan Sen, primeiro de um país em desenvolvimento.

1960 – É lançada a campanha Libertação da Fome (*Freedom from Hunger*), com o propósito de mobilizar o apoio da sociedade civil.

1963 – A FAO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) criam a Comissão *Codex Alimentarius* (expressão latina para “legislação alimentar”), a fim de desenvolver normas, orientações e códigos de conduta harmonizados para a proteção da saúde dos consumidores e a promoção de práticas justas no comércio de alimentos.

1967 – O holandês Addeke Hendrik Boerma torna-se o novo Diretor-Geral da FAO.

1970 – O norte-americano Norman Ernest Borlaug, considerado o “pai da Revolução Verde”, recebe o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento a seu trabalho. Nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde elevou a produtividade agrícola, favorecendo o cultivo de variedades de alto rendimento, principalmente trigo e arroz. A série de inovações no campo ajudou a salvar milhões de pessoas da fome. Nos últimos anos, porém, as limitações do modelo (sobretudo sócio-ambientais) tornaram-se mais evidentes.

1975 – Entra em operação na FAO o Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado (“*Global Information and Early Warning System – GIEWS*”). O GIEWS favorece a intervenção rápida em situações de crise alimentar, em caso de dificuldades no suprimento, decorrentes de desastres, conflitos e outras causas. O monitoramento das lavouras e da cadeia produtiva de alimentos é feito nos níveis global, regional, nacional e sub-nacional.

1976 – Edouard Saoum, do Líbano, assume a Direção Geral da FAO e cria o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.

1980 – São firmados acordos para designar representantes da FAO para os 56 Estados Membros em desenvolvimento (então) associados à Organização.

1981 – O primeiro Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) conta com a participação de mais de 150 países.

1985 – A Conferência da FAO aprova o Código Internacional de Conduta para Distribuição e Uso de Pesticidas.

1986 – É lançado o AGROSTAT (agora FAOSTAT), para servir de fonte abrangente e regular de informações e estatísticas agrícolas.

1989 – A Conferência da FAO adota o Princípio do Consentimento Prévio Informado para a circulação internacional de pesticidas banidos ou de uso restrito. Desde então, exige-se a acordância dos países importadores sobre a entrada de tais produtos em seu território.

1992 – Realiza-se a primeira Conferência Internacional sobre Nutrição.

1994 – A FAO inicia programa especial sobre segurança alimentar, designado a apoiar países de renda baixa e com déficit de alimentos a aumentar sua produção e a produtividade agrícolas para a alimentação. No mesmo ano, é criado o Sistema de Prevenção Emergencial contra Pragas e Doenças Animais e Vegetais Transfronteiriças; e o senegalês Jacques Diouf torna-se Diretor-Geral da FAO.

1995 – Os Estados membros da FAO adotam Código de Conduta para Pesca Responsável. O Código orienta esforços nacionais e internacionais para garantir a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos, em harmonia com o meio ambiente.

1996 – Em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a FAO lança iniciativa de conscientização e mobilização internacionais para o tratamento dos estoques de pesticidas obsoletos e perigosos.

1997 – Ocorre a primeira campanha anual da FAO associada a redes de televisão no mundo, para o levantamento de fundos ao combate à fome e à má nutrição. Desde então, a iniciativa *Telefood* já arrecadou US\$ 9 milhões e financiou projetos em cerca de 100 países.

1998 – É adotada a Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional – PIC. O instrumento, juridicamente vinculante, entraria em vigor em 2004.

1999 – O Comitê de Pesca da FAO adota planos de ação sobre capacidade pesqueira, tubarões e aves marinhas.

2000 – A pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, a FAO desenvolve estratégia para a ação concertada governamental e das agências da ONU para combater a fome crônica no Chifre da África.

2001 – A Conferência da FAO aprova o Tratado sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA), de natureza juridicamente vinculante. O instrumento promove a agricultura sustentável através da distribuição equitativa de material genético e seus benefícios entre os criadores de plantas, agricultores e instituições de pesquisa públicas e privadas. No mesmo ano, FAO, FIDA e PMA determinam estratégia de colaboração entre agências para combater os riscos da epidemia HIV/AIDS para a segurança alimentar, a nutrição e a subsistência no meio rural.

2002 – É adotado na FAO programa abrangente para o desenvolvimento agrícola da África, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

2004 – A FAO publica diretrizes para avaliação de riscos aos vegetais, provocados por organismos vivos geneticamente modificados (OVMs), uma sub-categoria dos OGMs.

2005 – FAO, OMS e a Organização Mundial para Saúde Animal (OIE) lançam estratégia global para o controle do surto de gripe aviária (H5N1). No ano seguinte, a FAO inauguraria novo centro de gestão de crises, para tratar dessa e de outras emergências relacionadas à saúde animal e à alimentação.

2008 – A escalada dos preços dos alimentos deflagra protestos generalizados, forçando os governos a tomar medidas, incluindo a reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS). O Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado publica relatórios especiais sobre a situação de Uganda, Sudão do Sul, Etiópia, Benin, Níger, Nigéria e Bolívia, bem como atualizações sobre o impacto de ciclone em Mianmar e de terremoto em província na China.

2011 – É criado na FAO o Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS), plataforma interinstitucional para melhorar a transparência nos mercados globais de alimentos e promover a coordenação das políticas em tempos de crise. O AMIS decorre de uma iniciativa do G20 – grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia – para reduzir o risco de um aumento excessivo dos preços dos alimentos. No mesmo ano, a FAO e a OIE anunciam a erradicação da peste bovina e o brasileiro José Graziano da Silva é eleito Diretor-Geral da FAO, para mandato de quatro anos a partir de 2012.

2012 – O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) aprova as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT). A sua implementação tem sido, desde então, incentivada pelas principais economias do mundo (G7, G8 e G20) e por fóruns como a AGNU (A/RES/67/228) e a Conferência Rio+20 (documento final, *O Futuro Que Queremos*, parágrafo 115).⁴

⁴ A mensagem-chave das VGGT é a de que a melhoria da governança da posse, com o reconhecimento e a proteção dos direitos de posse legítima, contribui para a segurança alimentar e nutricional, particularmente entre as populações rurais mais vulneráveis.

2013 – A FAO eleva seu principal objetivo de “reduzir” para “eliminar” a fome no mundo. Essa decisão foi acompanhada de um compromisso político sem precedentes, no plano internacional, assumido por governos nacionais e grupos regionais, incluindo a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a União Africana, cujos líderes se comprometeram em 2014 a erradicar a fome até 2025.

2014 – Cerca de 170 países participam da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2), assumindo o compromisso de estabelecer políticas nacionais mais eficientes para a erradicação de todas as formas de má nutrição e a transformação dos sistemas alimentares, de modo a resultar em dietas nutritivas e ao alcance de todos.⁵

2015 – O Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, é reeleito, como candidato único, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis, na 39ª Conferência da FAO, em junho de 2015. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

2016 – É estabelecida a Década de Ação em Nutrição da ONU (2016-2025), com o objetivo de fomentar o estabelecimento de sistemas alimentares mais saudáveis e combater a múltipla carga da má-nutrição (obesidade, sobrepeso e déficit de micronutrientes).

2017 – Brasil é o primeiro país a anunciar compromissos específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e inscritos em um programa preciso (compromissos "SMART", na sigla em inglês), no âmbito da Década de Ação em Nutrição 2016-2025.

2019 – Eleição de Qu Dongyu ao cargo de Diretor-Geral para o mandato 2019-2023, com o apoio do Brasil.

⁵ Na ICN2, os governos adotaram a Declaração de Roma sobre a Nutrição, juntamente com um Quadro de Ação, que indicam recomendações de longo prazo para os responsáveis pela formulação de políticas nacionais de combate à nutrição inadequada e colocam a alimentação saudável e a sustentabilidade ambiental no centro da produção e distribuição de alimentos. A reunião contou com a presença de mais de 2200 participantes, incluindo 150 representantes da sociedade civil e quase uma centena do setor privado.

Diretores-Gerais da FAO:

1. John Boyd Orr (1945-1948) –britânico. Sua proposta de criação de um conselho mundial de alimentos levou ao estabelecimento do Conselho da FAO em 1946. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1949, por seus estudos no campo da nutrição.
2. Norris E. Dodd (1948-1953) –norte-americano. Antes de sua nomeação, ocupou vários papéis em associações agrícolas e agências no seu país. Sob sua liderança, a FAO mudou de Washington para Roma.
3. Philip V. Cardon (1954-1956) – norte-americano. Mestre em Economia Agrícola pela Universidade da Califórnia. Antes de ingressar na FAO, foi Diretor do Departamento de Agricultura dos EUA.
4. Binay Ranjan Sen (1956-1967) –indiano. Havia sido Secretário do Ministério da Agricultura e Embaixador. Foi o primeiro Diretor-Geral da FAO oriundo de um país em desenvolvimento. Lançou a campanha Libertação da Fome (Freedom from Hunger), em 1960.
5. Addeke Hendrik Boerma (1967-1975) – holandês. Foi o primeiro Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em 1962, antes de assumir o cargo de Diretor-Geral da FAO.
6. Edouard Saouma (1976-1993) –libanês. Era o Diretor de Terra e Água da FAO até 1975. Como Diretor-Geral, criou o Programa de Cooperação Técnica para Assistência Emergencial.
7. Jacques Diouf (1994-2011) – senegalês. Havia sido membro do Parlamento em seu país, Secretário-Geral do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO), e Embaixador do Senegal junto às Nações Unidas. Detém a mais longa permanência na direção geral da FAO.

8. José Graziano da Silva (2012-2019) – nacional brasileiro. Possui Graduação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado em Economia Agrícola pela Unicamp. Liderou o programa Fome Zero no Brasil, como Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Em 2015, foi reeleito para o cargo de Diretor-Geral da FAO.

9. Qu Dongyu (2019-atual) – nacional chinês. Estudou ciência da horticultura na Hunan Agricultural University e, em seguida, melhoramento de plantas e genética na Academia Chinesa de Ciências Agrícolas. Realizou doutorado em ciência ambiental na Universidade de Wageningen, na Holanda. Antes de trabalhar na FAO, Qu atuou como Vice-Ministro da Agricultura e Assuntos Rurais da China.

ATOS INTERNACIONAIS

Atos Multilaterais em vigor para o Brasil no âmbito da FAO:

- Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (Aprovado: 17/11/1997; Decreto: 5.759; Promulgação no Brasil: 17/04/2006)
- Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (Aprovado: 3/11/2001; Decreto 6476; Promulgação no Brasil: 5/06/2008)

Atos Bilaterais celebrados com a FAO:

- Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA (Assinado: 29/12/1964, Entrada em Vigor: 2/05/1966, Decreto: 59.308 e Data da Promulgação: 22/09/1966);
- Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório de Representação da FAO em Brasília. (Assinado: 19/11/1979, Entrada em Vigor: 19/11/1979, Decreto: 86006 e Data da Promulgação: 14/05/1981);
- Acordo Básico Referente a Ajuda do Programa Mundial de Alimentos. (Assinado: 02/02/1987, Entrada em Vigor: 8/06/1990, Decreto: 54 e Data da Promulgação: 8/03/1991);
- Acordo Relativo ao Uso de Peritos em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. (Assinado: 21/02/1995, Entrada em Vigor: 14/03/1996, Decreto: 1900 e Data da Promulgação: 9/05/1996);
- Memorando de Entendimento sobre Colaboração em Apoio ao Desenvolvimento Amplo de Segurança Alimentar ao Nível Nacional e dentro do Escopo dos Objetivos

e de Desenvolvimento do Milênio (Assinado: 17/10/2005, Entrada em Vigor: 17/10/2005);

- Ajuste Complementar Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29/12/1964, para implementar o Projeto Fortalecimento do Sistema de Defesa Agropecuária da Região Norte do Brasil. (Assinado: 8/12/2006, Entrada em Vigor: 8/12/2006);
- Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a FAO (Assinado: 26/4/2007, Entrada em Vigor: 26/4/2007);
- Declaração Conjunta (Assinado: 09/07/2007);
- Memorando de Entendimento para Promoção da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina e Caribe (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Acordo Marco para Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Programa Executivo Relativo ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional para Promover a Alimentação Escolar no Âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome (Assinado: 09/03/2009, Entrada em Vigor: 9/03/2009);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Iniciativas de Cooperação Técnica Triangular nos Campos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Redução da Pobreza, em Benefício de Países em Desenvolvimento (Assinado: 28/03/2012, Entrada em Vigor: 28/03/2012);

- Protocolo de Intenções entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a FAO para a Implementação de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral e Sul-Sul (Assinado: 24/07/2012, Entrada em Vigor: 24/07/2012);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar o Projeto “Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Assinado: 10/12/2013, Entrada em Vigor: 10/12/2013);
- Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Cooperação Estratégica (Assinado: 6/06/2015, Entrada em Vigor: 6/06/2015).
- Memorando de Entendimento para promoção do desenvolvimento rural e territorial nos países da América Latina e do Caribe (Assinado em 08/11/2017)
- Programa Executivo entre a República federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e a Agricultura, fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas agências especializadas e a AIEA para implementar o projeto "Promoção de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional" (Assinado em 08/08/2018, Status: Em Vigor)
- Programa Executivo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para implementar o projeto “Consolidação da Organização Produtiva e Socioeconômica da Agricultura Familiar no Brasil” (Assinado em 27/10/2020, Status: Em Vigor)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**FUNDO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA**



OSTENSIVA
Junho de 2022

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (<i>International Fund for Agricultural Development</i>)
Mandato:	Erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio de assistência técnica e financeira.
Natureza:	Fundo intergovernamental
Estados partes:	176 (174 membros da ONU, mais Cook Islands e Niue)
Estados associados:	Não há. Todos são membros plenos
Fundação:	30 de novembro de 1977
Ano de adesão do Brasil:	30/11/1977 – o Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conselho de Governadores e Junta Executiva
Principais chefias:	Presidente: Gilbert F. Houngbo (desde Abril/2017) Vice-Presidente: Cornelia Richter (desde Fev/2018)
Representante no Brasil:	Claus Reiner
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (FIDA e PMA)

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gilbert Fossoun Hougbo

Presidente do FIDA



Nascido em Agbandi, no Togo, em 1961, graduou-se em Contabilidade e Finanças pela Universidade do Québec (Canadá). É Mestre em Gestão de Empresas pela Universidade de Lomé, Togo, e possui um diploma de Estudos Superiores Especializados em Contabilidade, também pela Universidade do Québec.

Hougbo passou mais de 30 anos trabalhando com populações em situação de vulnerabilidade, com larga experiência em temas políticos como desenvolvimento internacional, diplomacia e gestão de negócios. Depois de uma década no setor privado, trabalhando para empresas como a canadense Price Waterhouse, auxiliando na contabilidade e finanças, exerceu, a partir de 1996, diversos papéis no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ocupou cargos como o de Chefe de Gabinete e Diretor Regional da África, os quais deixou em 2008 para tornar-se Primeiro-Ministro do Togo, exercendo mandato de 4 anos. Em 2013, trabalhou como Diretor-Geral para Operações de Campo e Parcerias na Organização Internacional do Trabalho (OIT), administrando operações em mais de 100 países.

Assumiu a presidência do FIDA em 1º de abril de 2017 (mandato 2017-2021). Foi reeleito para o cargo em fevereiro de 2021 (mandato 2021-2025). Hougbo destacou três iniciativas que pretende aprofundar durante seu segundo mandato: (a) o avanço no processo de descentralização; (b) a consolidação das inovações e reformas financeiras,

relacionadas às modalidades de contribuição dos membros; e (c) a implementação das parcerias com o setor privado, em especial iniciativas relacionadas à mudança do clima. Em 25 de março de 2022 Houngbo foi eleito Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cargo que assumirá em 1º de outubro de 2022. Em 7 de julho, realizar-se-á sessão especial do Conselho de Governadores para a eleição de um novo Presidente.

Cornelia Richter
Vice-Presidente do FIDA



Formada em Economia e Ciências Sociais pela Universidade de Göttingen (Alemanha), pós-graduou-se em Gestão Sistêmica, pela Universidade de St. Gallen (Suíça), e em Desenvolvimento Organizacional, pela Universidade de Columbia (EUA). De nacionalidade alemã, Cornelia é, concomitantemente, membro de vários Conselhos Executivos como o da Associação Empresarial Alemã Ásia-Pacífico, da Associação Latinoamericana de Empresas Alemãs, do Instituto de Desenvolvimento Alemão, da Associação Interuniversitária Europeia, da Fundação para a Paz e o Desenvolvimento e da ONG Child Aid.

Possui experiência em cooperação internacional como Assessora de Planejamento e Pesquisa e Instituições Multilaterais do Ministério de Cooperação Econômica da Alemanha. Foi Consultora Macroeconômica para a África e trabalhou em diversas posições de gerência na Agência de Desenvolvimento Alemã, como Diretora-Geral para Ásia e Pacífico e Diretora-Geral para Desafios Globais e Setoriais, além de ocupar o cargo de Diretora-Geral da Agência antes de assumir a Vice-Presidência do FIDA.

Começou a exercer a Vice-Presidência do FIDA em 1º de fevereiro de 2018.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) compõe, junto com a FAO e o PMA, a tríade de organizações das Nações Unidas baseadas em Roma e dirigidas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural. Seu mandato é o de ajudar a erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio da assistência financeira e técnica a projetos desenvolvidos conjuntamente com países recipiendários e, quase sempre, com a participação de entidades cofinanciadoras. As iniciativas são específicas para cada país e podem envolver a facilitação do acesso, pelas populações rurais pobres, a serviços financeiros, mercados, tecnologia, terra e outros recursos naturais.

Conforme o Art. 2 de seu Acordo Constitutivo, o FIDA deve mobilizar recursos para oferecê-los, em condições favoráveis, em apoio ao desenvolvimento da agricultura de Estados Membros em desenvolvimento. O Fundo financia principalmente projetos e programas especificamente concebidos para introduzir, expandir ou melhorar os sistemas de produção de alimentos e para fortalecer as políticas e instituições afins no âmbito das prioridades e estratégias nacionais, tendo em conta: a necessidade de aumentar a produção de alimentos nos países mais pobres e deficitários em alimentos; o potencial para aumentar a produção de alimentos em outros países em desenvolvimento; e a importância de melhorar o nível nutricional das populações mais pobres dos países em desenvolvimento, bem como suas condições de vida.

O FIDA trabalha com governos para desenvolver e financiar programas e projetos de superação da pobreza rural. Desde o início de operações, em 1978, o Fundo investiu diretamente cerca de USD23 bilhões (a partir de seu programa de financiamento e empréstimos) e mobilizou ações adicionais de USD 31 bilhões, em co-financiamentos domésticos ou com a participação de outras instituições financeiras internacionais em mais de 900 projetos.

Estrutura e Governança:

Criado em 1977¹ como um dos principais resultados da Conferência Mundial de Alimentação de 1974², o FIDA possui estrutura semelhante à de outras instituições financeiras internacionais, como, por exemplo, bancos regionais e internacionais de fomento ao desenvolvimento econômico e social.

A associação ao FIDA é aberta a qualquer Estado que seja membro das Nações Unidas ou de qualquer das suas agências especializadas ou da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA). Em vista da importância histórica dos países exportadores de petróleo na criação do FIDA e na composição de seus capitais, sua governança assume forma singular, dividida em três categorias:

Lista A (países desenvolvidos, principalmente os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE);

Lista B (países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP) e;

Lista C (países em desenvolvimento) – esta última, ramificada nas Sublistas C1 (África), C2 (Ásia) e C3 (América Latina e Caribe).

Os Estados Membros são convidados a contribuir para o Fundo, segundo suas capacidades. No entanto, o peso da participação de um país na gestão do FIDA, inclusive de seu voto, é proporcional ao aporte de suas contribuições. Desse modo, nota-se que a Lista A – grupo que reúne presentemente os principais contribuintes – exerce maior influência no processo decisório. A Lista B tem diminuído sua participação relativa nos aportes. E a Lista C, que concentra a maioria dos países recipiendários, vem aumentando gradualmente seu perfil como contribuinte e reforçado sua atuação política.

Os principais órgãos deliberativos do FIDA são a Junta Executiva e o Conselho dos Governadores, em que os Estados Membros participam com poder de voto proporcional ao histórico de seus aportes.

O Conselho dos Governadores é a instância política mais elevada e a principal autoridade decisória; dele participam os Governadores ou Governadores Alternos de todos os Estados membros do Fundo. Reúne-se uma vez por ano e toma as decisões

¹ Em 30/11/1977, entrou em vigor o Acordo Constitutivo do FIDA, adotado em 13/06/1976.

² A conferência foi organizada em resposta às crises alimentares da década de 1970. Decidiu-se que “um Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola deve ser estabelecido imediatamente para financiar projetos de desenvolvimento agrícola, principalmente para a produção de alimentos nos países em desenvolvimento”.

políticas mais relevantes: eleição do Presidente, nomeação dos membros da Junta, ingresso de novos membros; aprovação das consultas de reposição do Fundo e seu orçamento administrativo, e adoção de políticas gerais, critérios e regulamentos.

Por sua vez, a Junta Executiva é responsável por supervisionar as operações gerais do FIDA e aprovar o seu Programa de Trabalho. Seus 18 membros plenos e 18 alternos³ são convidados a reunir-se três vezes ao ano com o propósito de examinar e aprovar:

i) propostas de políticas estratégicas que orientam as atividades do Fundo, inclusive aquelas para países (Programa de Oportunidade País – COSOP, na sigla em inglês);

ii) produtos financeiros oferecidos a programas e projetos, como doações e empréstimos a taxas de juros baixas; e

iii) normas administrativas e financeiras.

O FIDA possui ainda dois órgãos subsidiários permanentes: o Comitê de Avaliação e o Comitê de Auditoria. O primeiro ocupa-se de avaliar as políticas e operações do Fundo – e, na condição de órgão independente, reporta-se diretamente à Junta. O segundo analisa as condições de gestão financeira e nomeia auditor externo. Seguindo diretrizes da Junta Executiva, o Fundo também pode estabelecer grupos de trabalho “ad hoc”, com a finalidade de abordar temas específicos.

A representação do Governo brasileiro no FIDA está a cargo do Ministério da Economia, secundado pelo Itamaraty. O Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais é o Governador brasileiro junto ao Fundo, tendo o Representante Permanente Alternado do Brasil em Roma como Governador Alternado.

Orçamento:

As regras orçamentárias do FIDA seguem as normas gerais aplicadas às instituições financeiras internacionais (IFI). Conforme seu Regulamento Financeiro⁴, é chamado de “orçamento administrativo” o orçamento anual para questões de

³ A participação na Junta Executiva, determinada pelo Conselho de Governadores, está atualmente distribuída da seguinte forma: Lista A: oito membros e oito suplentes; Lista B: quatro membros efetivos e quatro suplentes; e Lista C: seis membros e seis suplentes – sendo dois de cada Sublista.

⁴ Disponível em: <http://ifad.org/pub/basic/fin/e/!03finre.pdf>

administração do Fundo, referente ao art. 6.10 do Acordo Constitutivo do FIDA – sendo, assim, composto pelo “orçamento regular”, pelo “orçamento de capital” e pelo “orçamento do Escritório de Avaliação Independente” do FIDA. O ano financeiro do FIDA se estende de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Os recursos do Fundo são constituídos por contribuições recebidas e recursos derivados de operações financeiras ou provenientes de outras fontes, em conformidade com o Art. 4.1 do Acordo Constitutivo. O Presidente do FIDA deve apresentar estimativa anual de orçamento administrativo para aprovação do Conselho de Governadores – o órgão deliberativo máximo do Fundo. Como parte do processo de definição do orçamento anual, o Presidente elabora, para consideração, as projeções orçamentárias do Plano de Médio Prazo, com base na projeção do fluxo de rendimentos para o Fundo de todas as fontes e planos operacionais, bem como os desembolsos previstos no mesmo período.

As contribuições voluntárias dos países membros ao FIDA são baseadas em escala indicativa de contribuições das Nações Unidas. O direito a voto, por sua vez, é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

Nos termos do Acordo, o Conselho de Governadores determina a realização de processos de reposição de recursos do Fundo, cuja frequência tem sido trienal.

Reposição de fundos:

Em fevereiro de 2021, o Conselho de Governadores aprovou a resolução sobre a 12ª recomposição de capital (FIDA-12), com definições sobre a ambição das metas de arrecadação de capital e indicações gerais sobre o perfil do Programa de Empréstimos e Concessões ("Program of Loans and Grants" - PoLG). Ratificou-se cenário "moderadamente otimista" para a recomposição, com meta de US\$ 1,55 bilhão (frente aos US\$ 1,1 bilhão do FIDA-11). A partir dessa recomposição, o PoLG ascenderia a US\$3,8 bilhões, com os primeiros projetos do FIDA-12 podendo ser aprovados, pela Junta Executiva, a partir de abril de 2022. Além da meta de recomposição, o FIDA-12 contará com os novos elementos em sua arquitetura financeira: (i) possibilidade de empréstimos junto a bancos

multilaterais de desenvolvimento para projetos conjuntos; e (ii) mobilização de recursos junto ao setor privado.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

A parceria entre o FIDA e o Brasil iniciou-se em 1980 e envolve tanto o governo federal quanto as instâncias estaduais. As atividades são desenvolvidas com o propósito de apoiar o país em seus esforços para melhorar as condições econômicas e sociais de comunidades rurais de mais baixo índice de desenvolvimento humano – IDH.

Desde seu estabelecimento, em 1977, o FIDA participou do financiamento de 15 projetos no Brasil, concentrados no semiárido do Nordeste, dos quais seis estão em curso e dois aprovados. Os aportes totalizam cerca de US\$ 1,188 bilhões; mais de 23% desse valor, US\$ 278 milhões, foram recursos diretos do Fundo, beneficiando 615 mil famílias. Os projetos do FIDA no Brasil estão dirigidos ao apoio e à promoção da agricultura familiar, buscando o aumento da renda, capacitação e acesso a serviços essenciais. Suas ações contemplam a implantação de métodos orgânicos e agroecológicos de produção, de tecnologias de coleta e conservação de água e de planejamento participativo para o avanço da inovação e dos conhecimentos tradicionais. Grupos vulneráveis, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais e populações indígenas são os principais beneficiários dos projetos do FIDA no país.

O envolvimento do Fundo com o Brasil decorre, por um lado, da existência de bolsões de pobreza no país. Por outro lado, o país é percebido como detentor de sólidas políticas públicas de desenvolvimento agrário e erradicação da pobreza. Desfruta, igualmente, de grande capacidade de alocar recursos para essa área e disponibilidade de quadros e instituições capacitadas, ademais de conhecimento acumulado de técnicas e tecnologias em agricultura de apreciável qualidade.

Ainda que o FIDA tenha prestado importante ajuda à luta contra a pobreza rural em termos quantitativos, a principal vantagem comparativa de seu envolvimento reside na qualidade dos projetos e programas que podem ser replicados.

As atividades desenvolvidas pelo FIDA no Brasil estão comprometidas com o desafio principal da política de desenvolvimento agrário brasileira de “superar o círculo vicioso da pobreza, perpetuado pela falta de recursos sustentáveis de renda e emprego para os pobres rurais” (COSOP-Brazil). Os focos de atuação do FIDA no Brasil são:

- i) projetos de investimentos em Estados da Federação, viabilizados com base em comum acordo com o Governo federal;
- ii) a região Nordeste, com a possibilidade de explorar futuramente iniciativas em outras regiões (em particular, o Norte);
- iii) o manejo de conhecimento e o diálogo de políticas.

Os objetivos estratégicos fixados para fortalecer políticas públicas nacionais de combate à pobreza rural e desenvolvimento agrário são, por sua vez:

- a) aumentar a produção agrícola comercial da agricultura familiar, por meio de acesso ao mercado em condições sustentáveis;
- b) melhorar o acesso dos pobres rurais a empregos não-agrícolas e atividades empresariais em áreas rurais, especialmente de mulheres e jovens;
- c) melhorar, por meio da geração e disseminação de conhecimento, a capacidade dos pobres rurais e de instituições relevantes no Nordeste para viver em espaços semiáridos;
- d) aprofundar os debates sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar em níveis nacional e internacional (com grande abertura para iniciativas de cooperação Sul-Sul).

. O Fundo possui um escritório em funcionamento em Salvador, desde 2010, e abriu representação em Brasília no ano de 2018. Segundo o próprio FIDA, a vitalidade da cooperação financeira mantida com o Governo brasileiro advém em muitos aspectos da coordenação entre os órgãos envolvidos com políticas de desenvolvimento agrário e as áreas responsáveis por finanças.

Com o objetivo de estabelecer uma parceria entre o Governo brasileiro e o FIDA, a nível global, para promover a Cooperação Sul-Sul como uma ferramenta fundamental para ajudar outros países em desenvolvimento a erradicar a pobreza rural, foi assinada Carta de Intenções (CdI) entre o Governo brasileiro, por meio da ABC/MRE, e o FIDA, em 20 de novembro de 2017, em Brasília, após o primeiro Painel Ministerial de Alto Nível sobre o papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a

Agenda 2030 no âmbito da primeira "Conferência Internacional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Em 2021, O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Economia e o FIDA concluíram negociações para captação de recursos ao projeto Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais do Nordeste (PCRP), destinado a apoiar a região mais carente do território nacional. O projeto propõe uma mudança de paradigma: transformar os sistemas produtivos dos agricultores familiares no semiárido do Nordeste brasileiro para aumentar sua produtividade e, ao mesmo tempo, melhorar sua capacidade para enfrentar os desafios contínuos das mudanças climáticas. Combinando práticas tradicionais e inovadoras, o projeto resultará em sistemas agrícolas resilientes e produtivos com funções ecossistêmicas restauradas, que, por sua vez, aumentam e estabilizam a renda familiar e a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que incentivam as gerações mais jovens a se manterem em atividades rurais sustentáveis. A previsão é apoiar 250 mil famílias com investimentos em práticas agrícolas e em segurança hídrica, alcançando uma área de cerca de 84 mil hectares e restaurando ecossistemas degradados com potencial para a prestação de serviços ambientais. O projeto será apoiado pelo Green Climate Fund (GCF), uma iniciativa da ONU que destina recursos para projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento. Os recursos do GCF a serem aportados na iniciativa são da ordem de US\$ 100 milhões, sendo US\$ 34,5 milhões em doação e US\$ 65 milhões em crédito e chegarão ao BNDES por meio do FIDA. Este, que atuará como entidade credenciada junto ao GCF para captação de recursos, aportará US\$ 30 milhões em crédito. De recursos nacionais, serão US\$ 73 milhões, entre financiamento do BNDES, como entidade executora junto ao GCF, e a contrapartida dos estados, que serão os implementadores do projeto.

Situação das contribuições brasileiras

As contribuições não correspondem a exercícios, mas a "pledges" feitos pelo Brasil em cada recomposição de capital. As contribuições brasileiras para o FIDA-10

correspondem a 1,84% do total da recomposição. Na 10ª recomposição de fundos do FIDA, o Brasil comprometeu-se a contribuir com USD 16,7 milhões, e já realizou depósitos de USD 8,7 milhões. Com respeito ao saldo de USD 8 milhões, USD 4 milhões foram integralizados em 2021. Restam USD 4 milhões referentes a 2022 cujo prazo de pagamento vence no final de 2022. Para a 11ª recomposição, o Brasil comprometeu-se com um total de USD 6 milhões, em 3 parcelas anuais. A primeira parcela, de USD 2 milhões, foi paga em 2018. Em 2019, foi paga parcela parcial de USD 950 mil. Com o depósito de USD 2 milhões, em 2020, há saldo de USD 1,05 milhões a serem pagos do FIDA-11. As integralizações brasileiras referentes ao FIDA-10 e FIDA-11 somam cerca de USD 5,4 milhões. Em junho de 2021, o Brasil pagou a última parcela da integralização do FIDA-11. Encerrados os pagamentos destinados ao FIDA-11, a posição atual da dívida brasileira refere-se exclusivamente ao saldo correspondente à 10ª recomposição de capital (FIDA-10).

No FIDA-10, o Brasil figurou em 17º lugar na lista dos maiores doadores. Outros membros que contribuíram com valores similares foram: Finlândia (USD 17,4 milhões), Kuwait (USD 15 milhões) e Nigéria (USD 15 milhões). 16. No FIDA-11, o Brasil caiu para o 22º lugar na lista de contribuintes, com valor equivalente ao do México e da Nigéria. Entre as maiores contribuições anunciadas por países em desenvolvimento para a 11ª recomposição, cabe destacar a da China, no valor de USD 81 milhões, além de USD 10 milhões destinados para iniciativas de cooperação Sul-Sul. Outros países em desenvolvimento que se destacaram pelo nível de contribuições foram a Índia, com USD 44 milhões; Indonésia, USD 10 milhões; e Paquistão, USD 9 milhões. Vários membros já anunciaram "pledges" para o FIDA-12. Em destaque, os compromissos de Alemanha (US\$100 milhões), Suécia (US\$ 86 milhões), Holanda (US\$82 milhões), Japão (US\$ 57 milhões) e Suíça (50 milhões). A Argentina anunciou contribuição de USD2,5 milhões. O Brasil anunciou, na 135ª sessão da Junta Executiva do FIDA, realizada de 25 a 27 de abril de 2022, que fará contribuição de USD 6 milhões para o FIDA-12. Tendo em conta que o direito a voto no FIDA está relacionado também ao histórico de contribuições de cada membro, a integralização brasileira ao FIDA-12 será importante para preservar o poder de decisão do país junto ao Fundo.

O Brasil é um dos países que mais se beneficiaram dos financiamentos do FIDA e ao, mesmo tempo, é o terceiro maior contribuinte entre os países em desenvolvimento.

A exemplo de outras IFI, o FIDA possui duas categorias de direito de voto, que contém, por sua vez, duas subcategorias cada: a) votos originais ("original votes"): são 1800 direitos de votos distribuídos entre "votos do conjunto dos membros" ("membership votes"), distribuídos igualmente entre todos os países membros do FIDA, e "votos de contribuição" ("contribution votes"). Este se refere às contribuições acumuladas em função da proporção das contribuições históricas ao Fundo. b) votos da recomposição: estes também são divididos entre "votos do conjunto dos membros" ("membership votes"), que são distribuídos igualmente entre todos os países membros do FIDA, e "votos de contribuição", que são proporcionais às contribuições de cada membro às respectivas recomposições. Atualmente, sem contar o FIDA-11, o Brasil dispõe de 43.130 votos (0,7% do total) no Fundo. A título de comparação, os Estados Unidos concentram 6,4% e a China 1,3% do poder de voto total do FIDA.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1974 – A Conferência Mundial sobre Alimentação decide criar o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

1977 – Entra em vigor, em 30/11, o Acordo Constitutivo do FIDA. Estabelecido em Roma, o Fundo inicia suas operações a partir de 1978.

1980 – É aprovado o primeiro projeto a ser financiado pelo FIDA no Brasil (*Ceará Second Rural Development Project*).

2002 – O Quadro Estratégico do FIDA para 2006 confirma seu compromisso em facilitar a superação da pobreza no meio rural, com foco no fortalecimento de capacidades e na melhoria do acesso equitativo aos recursos naturais e à tecnologia de produção.

2010 – O Escritório Compartilhado da ONU em Salvador (Bahia) é inaugurado. Reúne representantes de diferentes organizações, fundos e programas do sistema das Nações Unidas. Além do FIDA, estão ali representados o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

2013 – Assume o ex-Presidente do FIDA, o nigeriano Kanayo F. Nwanze

2017 - Assume o atual Presidente do FIDA, o togolês Gilbert F. Houngbo.

2021 – Gilbert F. Houngbo é reeleito para o cargo de Presidente do FIDA.

2022 – Gilbert F. Houngbo é eleito para o cargo de DG da OIT em 25 de março, cujo mandato inicia-se em outubro. A eleição do novo Presidente do FIDA será em 7 de julho.

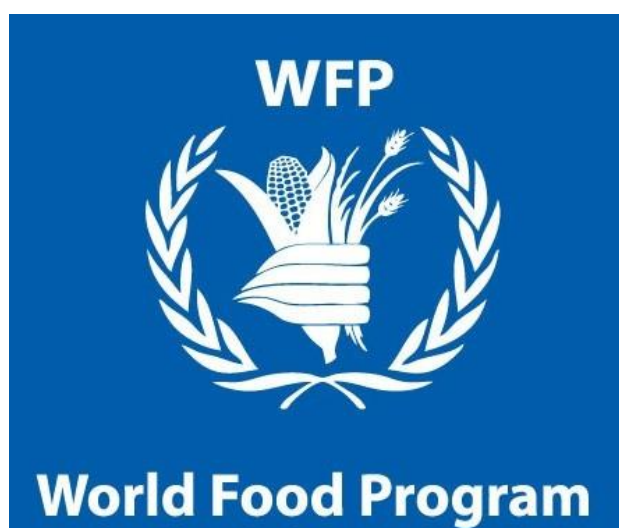
ATOS INTERNACIONAIS

O Acordo Constitutivo do FIDA e demais textos jurídicos que regulam suas atividades estão publicados no endereço eletrônico:
https://www.ifad.org/who/basic_legal/list#anchor_1

Não há registro de atos internacionais firmados entre o FIDA e o Governo Federal; apenas Memorandos de Entendimento com governos estaduais.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS – PMA



OSTENSIVA
Junho de 2022

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	PMA – Programa Mundial de Alimentos (<i>World Food Program</i>)
Mandato:	Aliviar a fome aguda providenciando alívio emergencial a desastres humanitários provocados por causas humanas ou naturais, ajudar a erradicar a subnutrição crônica, assistir a países menos desenvolvidos com problemas de abastecimento e contribuir para a resiliência e desenvolvimento social das comunidades em risco.
Natureza:	Programa conjunto das Nações Unidas e da FAO, de caráter intergovernamental
Estados partes:	193 Estados e 1 Organização (Comunidade Europeia)
Estados associados:	Não há
Fundação:	1961, por Resoluções da AGNU e da Conferência da FAO. Em 1963, dá-se início formal às operações
Ano de adesão do Brasil:	O Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Junta Executiva
Principais chefias:	Diretor-Executivo: David Beasley (desde março de 2017)
Representante no Brasil:	Daniel Balaban, nacional brasileiro, Diretor do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, em Brasília
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (e também FIDA e PMA)

PERFIL BIOGRÁFICO

David Muldrow Beasley

Diretor Executivo do PMA



Americano da Carolina do Sul, nascido em 1957, estudou na Universidade Clemson, se formou na Escola de Direito da Universidade da Carolina do Sul, onde também obteve o título de Doutor em Direito. Membro do Instituto de Política da Escola de Governo Kennedy da Universidade de Harvard e sócio do escritório de advocacia Beasley, Ervin e Warr, foi consultor de empresas como Merrill Lynch e General Motors.

Aos 21 anos, foi eleito para a Câmara dos Deputados da Carolina do Sul (1979-1992) e depois governador do estado (1995-1999). Enquanto governador, Beasley permitiu a evacuação de milhares de pessoas em situação precária e assegurou que a alimentação, a necessidade por refúgio e atenção sanitária estivessem à disposição dos necessitados. Durante seu mandato, liderou delegações de desenvolvimento econômico e missões de negócios para países da Ásia, Europa e África, triplicando o investimento estrangeiro e criando postos de trabalho. Recebeu um Prêmio de Perfil de Ousadia da Fundação Biblioteca John F. Kennedy, em 2003.

Beasley viajou para mais de 75 países e regiões atingidas por guerras, como Kosovo, Darfur, Sri Lanka, Guatemala, Sudão do Sul e Oriente Médio, liderando esforços de desenvolvimento e paz.

Foi nomeado para a Diretoria Executiva do PMA em março de 2017. Em 25 de março de 2022 o seu mandato foi estendido, extraordinariamente, por mais um ano.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas. Em 2021, prestou assistência alimentar a mais de 128 milhões de pessoas em 83 países. De sua sede em Roma e dos seus escritórios pelo mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapacitadas de produzir ou obter alimento suficiente para si e para suas famílias.

O PMA tem uma equipe de mais de 20 mil funcionários, dos quais mais de 90% trabalham diretamente nas operações.

A ajuda alimentar promovida pelo PMA também é direcionada à luta contra deficiências em micronutrientes, à redução da mortalidade infantil, a melhorias na saúde de gestantes e ao combate a doenças, como a AIDS. Os programas Alimento por Trabalho ajudam promover a produção agrícola e a estabilidade socioeconômica e ambiental.

Em 1961, a Conferência da FAO e a Assembleia Geral da ONU aprovaram resoluções de iniciativa norte-americana, que determinava a criação – inicialmente em caráter experimental – do Programa Mundial de Alimentos¹, destinado à ajuda alimentar multilateral. O PMA iniciaria oficialmente suas operações em 1963, pelo período experimental de três anos. Em 1965, o Programa ganha caráter permanente².

Estrutura e Governança:

O órgão diretor do PMA é a Junta Executiva, formada por 36 Estados membros, eleitos pelo Conselho da FAO (18 vagas) e pelo Conselho Econômico e Social – ECOSOC – da ONU (18 vagas). A Junta Executiva tem como atribuições definir as políticas, bem como analisar e aprovar os programas de ajuda alimentar a

¹ Pela Resolução da Conferência da FAO de 24 de novembro de 1961 e pela Resolução 16/1714 da AGNU, de 19 de dezembro de 1961.

² Pela Resolução 4/65 da Conferência da FAO, de 6 de dezembro de 1965, e pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros decidem pela continuação do PMA.

serem desenvolvidos pelo PMA. Todas as atividades do Programa são financiadas por contribuições voluntárias. O Brasil é membro da Junta Executiva, órgão governativo do Programa. Trata-se de mandato que se encerra em dezembro de 2022.

O programa é dirigido por um Diretor-Executivo, nomeado conjuntamente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Diretor-Geral da FAO, para mandato de cinco anos renováveis. No cargo desde 2017, o norte-americano David Beasley responde pela administração do PMA, bem como a implementação de seus programas, projetos e outras atividades. É assessorado por um Vice-Diretor-Executivo (Amir Mahmoud Abdulla) e três Diretores-Executivos Assistentes para temas específicos (Valerie Guarnieri, Manoj Juneja e Ute Klamert).

O PMA emprega aproximadamente 21.000 funcionários, dos quais 90% trabalham no campo da entrega de alimentos que beneficiou, em 2021, mais de 128 milhões de pessoas com programas de assistência alimentar em 83 países.

A direção estratégica da organização é determinada por seu Plano Estratégico, renovado a cada quatro anos. O Plano Estratégico 2022-2025 tem incorporado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 na atuação do PMA. Aprovado em fins de 2021, o novo Plano Estratégico reiterou o entendimento de que o Programa deve permanecer focado (como anteriormente estabelecidos no PE 2017-2021) no cumprimento, em contexto de alinhamento à Agenda 2030, de duas "missões centrais": (i) auxiliar os estados membros a acabar com a fome (ODS 2 - fome zero) e (ii) auxiliar outros parceiros na promoção dos demais objetivos (ODS 17 - fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável).

Atividades:

De acordo com o "Year Review 2021"³, relatório de avaliação mais recente das atividades do Programa, o PMA beneficiou mais de 128 milhões de pessoas em 2021, maior número até hoje. No contexto da pandemia de COVID-19 - que levou 124 milhões de pessoas para a extrema-pobreza e incrementou o número de pessoas em situação de insegurança alimentar, totalizando 283 milhões de seres humanos -, o PMA

³ <https://www.wfp.org/publications/wfp-annual-review-2021>

cumprir papel protagonista na resposta humanitária, direcionando suprimentos essenciais e funcionários para cerca de 400 órgãos da ONU e ONGs, de modo a manter funcionando as mais essenciais cadeias globais de fornecimento. No auge na pandemia, com o fechamento de escolas, o PMA trabalhou para substituir as cruciais refeições estudantis por porções “para viagem” para crianças e suas famílias. A organização, ademais, colaborou com os esforços de 78 governos de reforçar suas redes de proteção social, muitas vezes para alcançar pessoas que nunca haviam precisado de doações de alimentos. Em 2021, a experiência do PMA nos chamados “cash programs” possibilitou a rápida transferência de 2,3 bilhões de dólares em espécie e vouchers para famílias em vulnerabilidade. Essas ações renderam o prêmio Nobel da Paz para a instituição no ano de 2020.

Doadores:

O PMA é financiado, em sua totalidade, por contribuições voluntárias dos Estados Membros, de fundos multilaterais do sistema das Nações Unidas e de outras fontes, do setor privado e de ONGs. Essas contribuições incluem recursos financeiros, alimentos, máquinas, aviões, veículos e outras modalidades – convertidas, nesses casos, a um valor estimado em dólares. O caráter voluntário das contribuições facilita a doação por parte de grandes financiadores, como os Estados Unidos, seu principal doador.

Em 2021, o programa recebeu USD 9,5 bilhões em contribuições, um valor recorde. Os custos administrativos da organização ficam em cerca de 7% – um dos mais baixos e melhor cotados entre as agências humanitárias.

Os dez maiores doadores ao PMA em 2021 foram:

1	Estados Unidos	US\$ 3,7 bilhões
2	Alemanha	US\$ 1,4 bilhão
3	Comissão Europeia	US\$ 497,9 milhões
4	Reino Unido	US\$ 376,2 milhões
5	Canadá	US\$ 313,3 milhões

6	Banco Mundial	US\$ 272,5 milhões
7	Arábia Saudita	US\$ 259 milhões
8	Japão	US\$ 226,1 milhões
9	Doadores privados	US\$ 205,2 milhões
10	Paquistão	US\$ 204,1

O Brasil figurou, em 2021, como o 79º maior doador do PMA, logo depois da África do Sul e antes de Portugal, com doações que totalizaram USD 215 mil

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

De modo geral, as ações do PMA encontram-se alinhadas com as diretrizes e posições brasileiras em matéria de cooperação humanitária, que, de maneira sintética, propõem:

- Apoiar ações estruturantes de cooperação humanitária na área de segurança alimentar e nutricional, como instrumento de reabilitação para o desenvolvimento;
- Desenvolver estratégias de mobilização rápida de recursos em resposta a crises iminentes, em especial àquelas identificadas pelos sistemas de alerta precoce (*early warning systems*);
- Estimular a criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, fortalecendo sua resiliência em caso de catástrofe declarada;
- Favorecer, sempre que possível, a compra local de alimentos para abastecimento das populações afetadas, reduzindo os custos da operação humanitária e estimulando a economia regional; e
- Promover maior pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local, para fazer frente a situações de desnutrição em crises de longa duração, evitando dependência de “fórmulas nutritivas” importadas.

Nesse contexto, cumpre destacar a contribuição da parceria entre o Brasil e o PMA que resultou no estabelecimento, em 2011, do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Exemplo concreto de cooperação Sul-Sul, o Centro foi criado com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento – sobretudo africanos e latino-americanos – na formulação e implementação de seus próprios programas nacionais de segurança alimentar, a partir da bem-sucedida experiência brasileira desenvolvida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de unir a alimentação escolar saudável e sustentável à produção agrícola de pequena escala.

Sob a direção do brasileiro Daniel Balaban, representante do PMA no Brasil, o Centro, em estreita coordenação com a ABC e em parceria com as instituições brasileiras cooperantes, promove visitas de estudo em instrumento efetivo de proteção e inclusão social.⁴

Atualmente, o Centro de Excelência elenca como seus principais resultados: 54 países africanos comprometidos em investir em alimentação escolar, por meio da União Africana; 48 milhões de dólares sendo investidos pelos países em alimentação escolar; 30 países se beneficiando de assistência técnica contínua do WFP Centro de Excelência contra a Fome Brasil; 18 países desenvolvendo políticas nacionais de alimentação escolar. O Centro de Excelência está presente em 37% dos Planos Estratégicos de Países do PMA para fortalecimento de capacidades, assistência técnica e cooperação Sul-Sul. No campo, as atividades de Apoio Remoto, assistência técnica e fortalecimento de capacidades do WFP Centro de Excelência contra a Fome Brasil podem beneficiar mais de 4 milhões de estudantes e milhares de agricultores familiares participantes de programas de alimentação escolar.

A bem sucedida experiência do Centro em Brasília favoreceu a criação de dois outros polos: o Centro de Excelência para a Transformação Rural do PMA na China e o Centro Regional de Excelência contra a Fome e a Desnutrição (CERFAM) na Costa do Marfim.

Ainda no âmbito da colaboração com o PMA, às iniciativas acima referidas se somaram, as contribuições em alimentos (sobretudo doações de arroz e feijão), realizadas pelo Brasil em assistência humanitária emergencial a países em

⁴ O Centro de Excelência responde a solicitações de países em desenvolvimento, em conjunto com os Escritórios locais e regionais do PMA. Desde que foi inaugurado, em novembro de 2011, o Governo brasileiro já recebeu mais de 80 delegações estrangeiras interessadas na experiência brasileira. Seu apoio técnico abrange as etapas de formulação, gerenciamento e expansão de programas nacionais para uma alimentação escolar saudável e sustentável.

desenvolvimento, principalmente da África e América Latina. Do ponto de vista financeiro, o Brasil já chegou a figurar como um dos mais importantes contribuintes do Programa, situação muito favorecida por doações de arroz. Não foi possível, entretanto, manter este perfil, pelas dificuldades em obter recursos que cobrissem os custos associados, como o transporte da carga dos portos brasileiros até o seu destino final.

Pelo alto perfil da agricultura brasileira e pela excelência das políticas públicas brasileiras, o Brasil vem mantendo ativa participação nos trabalhos da Junta Executiva pela Lista C (grupo de países da América Latina e do Caribe). O país tem contribuído para os debates do órgão governativo a respeito das políticas e projetos apresentados.

Entre julho de 2019 e fevereiro de 2021, o Brasil exerceu, igualmente, a titularidade pela Lista C da mesa da Junta Executiva do PMA. Em fins de 2020, o país foi reeleito pelo Conselho da FAO para mais um mandato, a ser exercido de forma compartilhada: o Brasil ocupará a representação nos anos 2021 e 2022 e a Guatemala assumirá a função em 2023.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1961 – A Resolução 16/1714 da Assembleia Geral da ONU (AGNU) estabelece a criação experimental do Programa Mundial de Alimentos, para a ajuda alimentar internacional.

1963 – Sediado na FAO, o PMA torna-se operativo pelo período experimental de três anos. Vítimas de terremoto no Irã e de furacão na Tailândia, bem como refugiados da Argélia pós-independência, são os primeiros a receber ajuda do Programa.

1965 – Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuação do PMA, em caráter permanente.

1974 – Ocorre em Roma primeira Cúpula Mundial sobre Alimentação das Nações Unidas.

1982-85 – O programa atende a milhares de famintos em 27 países africanos afetados pela seca. A Etiópia é a principal atingida.

1993-95 – O PMA atende a milhares de refugiados e deslocados de prolongado conflito étnico na região dos Grandes Lagos da África Central.

1996 – Na segunda Cúpula Mundial sobre Alimentação, o PMA endossa o compromisso de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas subnutridas.

1999 – Sob nova política, o PMA inicia as operações de alívio e recuperação duradoura, enfatizando o apoio à estabilização, reabilitação e desenvolvimento de longo prazo. No mesmo ano, conflito armado no Kosovo resulta na maior crise de refugiados desde 1945. O programa provê alimentos para centenas de milhares de refugiados na Albânia e na Macedônia.

2000 – O Diretor Executivo do PMA indica enviado especial para o Chifre da África, onde a seca põe em risco a vida de 16 milhões de pessoas. No mesmo ano, são adotados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre os quais está o de reduzir pela metade a proporção de pessoas no mundo afetadas pela fome até 2015.

2001 – O PMA lança operação emergencial para ajudar mais de 200 mil vítimas de dois terremotos em El Salvador. No mesmo ano, o Programa inicia uma nova campanha mundial de alimentação escolar.

2002 – A escalada das hostilidades nos territórios ocupados da Palestina leva a uma deterioração dramática das condições de vida no local.

2003 – O PMA realiza operações de ajuda humanitária no Iraque e Afeganistão. No mesmo ano, a Junta Executiva do Programa aprova a nova política sobre doações de alimentos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs) e outros produtos alimentares derivados de biotecnologia. O Programa continuaria a aceitar doações de tais alimentos, respeitando, em sua distribuição, as regulações nacionais para OGMs.

2004 – Em seguimento a terremoto e tsunamis de grande escala no Oceano Índico, o PMA providencia ajuda em alimentos para as populações afetadas, principalmente, no Sri Lanka, nas Maldivas e na Indonésia.

2005 – O PMA expande sua presença em Darfur, no Sudão, para cobrir mais de 400 locais afetados pela fome e inicia programa de alimentação escolar na região. Também providencia ajuda a países como Níger, Lesoto, Moçambique, Malauí e Zâmbia. Na Ásia, atende a vítimas de terremoto que atingiu a região entre Paquistão, Índia e Afeganistão. Na América Latina, países assistidos incluem Colômbia, Haiti e Guatemala.

2006 – O Programa realiza operações em Angola, Afeganistão, Azerbaijão, Líbano e Coreia do Norte.

2007 – O PMA lança seu programa de Operações Prolongadas de Socorro e Recuperação (PRRO) em diversos países, principalmente da África e América Latina.

2008 – O aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis, combinado à crise do sistema financeiro internacional, criou dificuldades para as operações do PMA. Mesmo assim, o Programa distribuiu uma quantidade sem precedentes de alimentos: quase 4 milhões de toneladas métricas a mais de 102 milhões de pessoas em 78 países.

2009 – Levantamento registra que o número de pessoas em situação de fome no mundo cresceu para mais de 1 bilhão.

2010 – Duas grandes emergências mobilizam a ajuda humanitária: um terremoto de proporções devastadoras no Haiti e inundações que deixaram 1/5 do Paquistão submerso.

2011 – Entre catástrofes naturais e agitação política, a assistência alimentar do PMA alcança por volta dos 100 milhões de pessoas – a grande maioria de mulheres e crianças.

2012 – A norte-americana Etharin Cousin assume a Direção Executiva do PMA.

2013 – A deflagração e escalada do conflito na Síria leva à mobilização de ajuda humanitária. O PMA integra a ação entre-agências para assistência emergencial.

2013 – O PMA utiliza caminhões, aviões e barcos para contribuir na crise emergencial no Sudão do Sul

2014 – O PMA reduz de 120 para 68 dias o tempo médio de espera para adquirir e transportar alimentos aos países beneficiários.

2014 – O PMA auxilia mais de 3 milhões de pessoas afetadas pelo Ebola

2015 – Na Síria, cerca de 5 milhões de pessoas recebem ajuda alimentar emergencial do PMA, mas diversas áreas de conflito encontram-se ainda fora do alcance das organizações humanitárias.

2015 – Resposta massiva do PMA aos afetados do terremoto no Nepal.

2016 – O mundo enfrenta a maior crise de refugiados, migrantes forçados e deslocados internos desde a Segunda Guerra Mundial: são mais de 65 milhões de pessoas no mundo nessa situação.

2017 – O norte-americano David Beasley assume a Direção Executiva do PMA

2020 – O Programa Mundial de Alimentos ganha o Prêmio Nobel da Paz.

ATOS INTERNACIONAIS

Os principais documentos do PMA estão publicados no endereço eletrônico:
<https://www.wfp.org/evaluation/key-documents>.

Não há registro de atos internacionais firmados entre o PMA e o Governo Federal.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 64, DE 2022

(n° 336/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CARLA BARROSO CARNEIRO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 336

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **CARLA BARROSO CARNEIRO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - **FAO** e aos Organismos Internacionais Conexos.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **CARLA BARROSO CARNEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de junho de 2022.

EM nº 00110/2022 MRE

Brasília, 23 de Junho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLA BARROSO CARNEIRO**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CARLA BARROSO CARNEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 355/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República **submete**, à consideração dessa Casa, o nome da Senhora **CARLA BARROSO CARNEIRO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, bem como aos Organismos Internacionais conexos.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 04/07/2022, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3471228** e o código CRC **211C98D1** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005363/2022-45

SEI nº 3471228

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2021

(n° 621/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 621

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2021.

EM nº 00250/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Tunísia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 956/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/11/2021, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3029657** e o código CRC **4B4B07AB** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009142/2021-65

SEI nº 3029657

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU*

CPF.: 238.412.060-34

ID.: 8109 MRE

1957 Filho de Fernando da Encarnação Abreu e Lygia Marroni de Abreu, nasce em 17 de março, em São Borja/RS

Dados Acadêmicos:

1979 Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1981 CPCD – IRBr
 1985 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF
 1986 Relações Internacionais pela Universidade Brasília/DF
 1988 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris-I, Pantheon-Sorbonne, Paris/FR
 1989 CAD – IRBr
 2004 CAE - IRBr, A Política de Defesa Nacional - Uma Visão Crítica

Cargos:

1982 Terceiro-secretário
 1986 Segundo-secretário
 1994 Primeiro-secretário, por merecimento
 2000 Conselheiro, por merecimento
 2005 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2010 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1983-84 Divisão da África I, assistente
 1983 Instituto Rio Branco, professor assistente de Política Externa Brasileira Contemporânea
 1984-85 Divisão da África II, assistente
 1985-86 Subsecretaria-Geral da Assuntos Políticos, assistente
 1985 Curso de Formação de Diplomatas em Guiné-Bissau, diretor
 1986-89 Embaixada em Paris, terceiro e segundo-secretário
 1989-93 Embaixada em Havana, segundo-secretário
 1993 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
 1993-94 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, assessor e chefe de Gabinete
 1994-95 Secretaria de Informações no Exterior, secretário, substituto
 1995-98 Embaixada em Roma, primeiro-secretário
 1998 Ministério Extraordinário de Política Fundiária, assessor internacional e chefe de Gabinete
 1999 Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, conselheiro
 2000-02 Ministério do Desenvolvimento Agrário, chefe de Gabinete
 2000 Comitê Gestor do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de Reforma Agrária do Nordeste, presidente
 2001 Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, conselheiro

2002-03	Ministério da Defesa, assessor especial
2003-05	Ministério da Defesa, chefe de Gabinete
2003	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Administração Aeroportuária - INFRAERO, vice-presidente
2003	Conselho Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, membro
2004	Conselho de Administração da EMBRAER, membro suplente
2005-08	Embaixada em Madri, ministro-conselheiro
2008-12	Embaixada em Amã, embaixador
2012-15	Agência Brasileira de Cooperação, diretor
2015-16	Subsecretaria-Geral Política III, subsecretário-geral
2016-18	Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio, subsecretário-geral
2018-	Representação Permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e Programa Mundial de Alimentos, representante permanente

Publicações:

2000	Brasil e Cuba – A Gangorra Diplomática in Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, o Desafio Estratégico, Ed. NUPRI-USP, São Paulo
------	---

Condecorações:

1990	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2002	Medalha do Pacificador, Brasil
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2002	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2003	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2003	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2003	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grã-Cruz
2004	Medalha da Vitória
2004	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2013	Ordem do Mérito Judiciário Militar, Alta Distinção

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



**Maço básico
República Tunisiana**

DAF III

DADOS BÁSICOS SOBRE A TUNÍSIA

NOME OFICIAL	República Tunisiana
GENTÍLICO	Tunisiano, tunisiana
CAPITAL	Túnis
ÁREA	163 610 km²
POPULAÇÃO	11 811 335 habitantes (CIA, 2021)
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial), árabe tunisino, francês, tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã 99% (sunita)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral: Assembleia dos Representantes do Povo (Majlis Nuwwab ash-Sha'b) com 217 assentos eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Kais Saïed (desde outubro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Cargo vago (desde 26 de julho de 2021)
PIB NOMINAL (FMI, 2020)	US\$ 39,23 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 123,57 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2020)	-7% (2020); 1% (2019); 2,7% (2018); 1,9% (2017); 1,2% (2016); 1,2% (2015); 2,9% (2014); 2,8% (2013); 4,1% (2012); -1,9% (2011); 3,5% (2010)
PIB PER CAPITA (FMI, 2020)	US\$ 3 300,00
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2020)	US\$ 10 380,00
IDH (PNUD, 2019)	0,74 (95º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,57 anos (CIA, 2021)
ALFABETIZAÇÃO	81,8% (CIA, 2021)
DESEMPREGO	16% (PNUD, 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar tunisiano (USD 1 = TND 2,75)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC										
BRASIL - TUNÍSIA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	480,9	488,9	426,7	310,1	360,9	244,8	337,1	313,0	278,5	276,9
Exportações	376,5	351,4	290,6	237,5	303,0	197,2	286,6	284,0	218,8	234,2
Importações	104,4	137,5	136,1	72,6	57,9	47,5	50,5	29,0	59,7	42,7
Saldo	272,1	213,9	154,5	164,9	245,0	149,7	236,1	255,0	159,1	191,5

MAPA



POLÍTICA INTERNA

Histórico

Ao longo de três mil anos de história, a Tunísia recebeu influência de diversos povos: berberes, cartagineses, romanos, árabes, otomanos. A Tunísia tornou-se protetorado francês, em 1881 em contexto de dificuldades econômicas locais e no auge do imperialismo europeu. Sob administração francesa, consolidou-se um sistema de educação bilíngue, que possibilitou às elites tunisianas o acesso a universidades francesas, onde se formaram as primeiras lideranças que viriam a contestar o domínio francês.

A resistência tunisiana ganhou intensidade durante a primeira metade do século XX. Em 1920, foi fundado o partido "Destur", de orientação nacionalista. Em 1934, cisão interna na agremiação política levou à criação do partido "Neo-Destur", que além da defesa da independência tunisiana, sustentava a preservação do caráter laico do estado. O novo partido, sob a liderança de Habib Burguiba, graduado em Direito em Paris, ganharia proeminência na contestação ao domínio francês.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a contestação à presença francesa ganhou renovado impulso. O assassinato do líder sindical Farhat Hached, em dezembro de 1952, provocou intensa onda de protestos e greves no país, a qual duraria até 1954, quando a França concedeu autonomia interna à Tunísia e iniciou negociações com o "Neo-Destur" para a concessão da independência, formalmente obtida em março de 1956. Três anos mais tarde, em 1959, Burguiba elegeu-se como o primeiro presidente do país, após a supressão de revolta liderada pelo secretário-geral do Neo-Destur, Saleh Ben Youssef (1955-56) e a proclamação da República, em 1957.

O período Burguiba foi marcado, por um lado, pelos esforços de modernização e secularização do país, capitaneados pelo estado tunisiano e, por outro, pelas crescentes restrições a liberdades civis e políticas. Cinco meses após a formalização da independência, em agosto de 1956, adotou-se o Código de Estatuto Pessoal, legislação até então inédita no Mundo Árabe. A nova legislação garantiu importantes direitos às mulheres, tais como o divórcio, idade mínima e consentimento mútuo para o matrimônio, acesso à herança e à guarda dos filhos, entre outros. Esses avanços, contudo, foram acompanhados por retrocessos no âmbito político. Na década de 1960, a Tunísia tornou-se um regime de partido único, tendo o "Neo-Destour" sido

renomeado "Partido Socialista Destouriano" (PSD), em 1964, e, em 1975, Bourguiba tornou-se presidente vitalício do país.

No início da década de 1980, em decorrência do segundo choque do petróleo (1979), e da queda de sua produção agrícola, a Tunísia mergulhou em grave crise econômica, que foi acompanhada por protestos em favor de maiores liberdades e contra a carestia, em especial no preço dos alimentos. Em resposta, o governo tunisiano empreendeu movimento de tímida abertura, permitindo a realização de eleições legislativas multipartidárias em 1981. Embora o pleito tenha resultado em vitória expressiva do PSD, ganhou proeminência, nesse contexto, o "Movimento da Tendência Islâmica" (MTI), grupo de orientação islamista fundado naquele ano sob a liderança de Rached Ghannouchi. O MTI, acusado, ao longo dos anos 80, de estar por trás dos seguidos protestos contra a carestia no país, as chamadas "revoltas do pão", e chocando-se frontalmente com o projeto laico de Bourguiba, foi reprimido pelo governo tunisiano.

O recrudescimento da repressão política aos islamistas e a grave crise econômica acabaram por tornar a situação política de Bourguiba insustentável. Em 1987, sob a alegação de que o mandatário tunisiano estaria senil, o então primeiro-ministro, Zine El-Abidine Ben Ali, destituiu Bourguiba e assumiu a Presidência.

O Governo Ben Ali foi marcado, inicialmente, pela adoção de medidas de abertura política. O mandato vitalício do presidente da República foi abolido e nova lei de partidos políticos foi aprovada, permitindo a legalização de diversos agrupamentos. O MTI, que passou a se chamar *Ennahdha* (Renascença), em 1989, seguiu proscrito e sua liderança, embora inicialmente libertada por Ben Ali, voltou a ser perseguida, tendo partido para o exílio, em especial na Europa.

As medidas de abertura anunciadas não resultaram em maior participação no governo. O PSD, renomeado Aliança Constitucional Democrática (RCD, na sigla em francês), seguiu amplamente predominante na vida política e administrativa do país. Ben Ali, por sua vez, foi sucessivamente reeleito presidente (1994, 1999, 2004 e 2009) em pleitos contestados por entidades independentes. No plano econômico, intensificaram-se reformas liberalizantes, voltadas à atração de investimentos externos, baseadas em amplo programa de privatizações que favoreceram setores vinculados ao governo. Embora a renda per capita tunisiana tenha triplicado durante o período, ampliaram-se as desigualdades sociais e regionais no país. Desprovido da legitimidade de que Bourguiba gozara, enquanto líder da independência nacional e propulsor da modernização tunisiana, Ben Ali ancorou sua sustentação no chamado "milagre tunisiano" e na ampliação dos gastos com políticas de assistência social, em particular com subsídios a gêneros de primeira necessidade.

A Revolução tunisiana de 2011

Ao final da década de 2000, as tensões econômicas e políticas inerentes ao modelo tunisiano agravaram-se. Embora a economia do país mantivesse boas taxas de crescimento, os setores produtivos não foram capazes de absorver crescente contingente de mão de obra, em especial os mais jovens e recém-formados. A taxa de desemprego chegou a 13% da população ativa, em 2010, sendo superior a 20% entre jovens com diploma universitário e em cidades do interior do país. O regime político, por sua vez, revelava-se incapaz de responder às crescentes demandas por renovação e por maiores liberdades civis e políticas.

Em dezembro de 2010, a autoimolação de um jovem vendedor ambulante, Moahammed Bouazizi, desencadeou grande onda de manifestações populares no país. A persistência e a ampliação das manifestações acabaram tornando insustentável a permanência de Ben Ali no poder. Em janeiro de 2011, o presidente tunisiano retirou-se do país, após 23 anos no poder, exilando-se na Arábia Saudita. Os protestos tunisianos e a partida de Ben Ali marcaram o início da chamada "Primavera Árabe", onda de revoltas e insurreições populares que varreu grande parte dos países árabes naquele ano.

Após a partida de Ben Ali, em conformidade com a Constituição tunisiana, o presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assumiu como presidente interino do país. A liderança política tunisiana, juntamente com alguns setores moderados da oposição, iniciaram movimento em direção à realização de transição política branda. Nesse contexto, o primeiro-ministro Mohammed Ghannouchi, no cargo desde 1999, buscou formar governo de unidade nacional e convocar novas eleições gerais em 60 dias, o que se mostrou inviável diante da persistência dos protestos populares. Os manifestantes exigiam a renúncia do governo provisório, identificado com o RCD, e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Em fevereiro de 2011, em decorrência dos protestos populares, Ghannouchi demitiu-se. Para seu lugar, Mebazaa indicou Beji Caïd Essebsi, político que ocupou cargos de elevado perfil durante os governos Bourguiba e Ben Ali. Durante seu período à frente da chefia de governo, foi permitida a legalização de mais de uma centena de partidos políticos, entre os quais o Ennahdha, e organizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Ao prevalecer a opção pela realização de eleições constituintes como primeira etapa de seu processo transitório, a Tunísia diferenciou-se de outros países da região que passaram pela "Primavera Árabe", os

quais optaram pela organização de eleições legislativas e presidenciais antes da definição de marco constitucional.

O Processo de Transição Tunisiano

A Tunísia empreendeu processo de transição (2011-2014) internacionalmente reconhecido como democrático e transparente, marcado pela participação social e pelo diálogo, capaz de gerar consensos entre as visões islamista e secular, cujo antagonismo, em outros países, resultou em choques e tensões.

Não obstante a exitosa realização de eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) (out/2011), e a consequente formação (dez/2011) de coalizão governista de transição liderada pelo partido islamista Ennahdha e integrada por partidos laicos, o processo de transição tunisiano deparou-se, ao longo de 2013, com grave impasse político entre islamistas e secularistas, no qual a oposição laica passou a bloquear os trabalhos da ANC. Nesse contexto, em out/2013, foi instaurado “Diálogo Nacional” envolvendo as principais forças políticas do país, e patrocinado por quatro entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado “Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano”): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (UTICA), Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT) e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem (LTDH). No âmbito do Diálogo Nacional, foi possível encontrar novo consenso político, que permitiu, sucessivamente: a continuidade dos trabalhos da ANC; a aprovação da nova Constituição tunisiana (jan/2014); a formação de governo transitório de perfil tecnocrático (jan/2014); e a realização de eleições gerais (out-dez/2014), as quais concluíram, formalmente, o processo transitório tunisiano.

Ao consagrar amplo arsenal de direitos, dentre os quais a liberdade de crença e a igualdade legal entre os gêneros, e ao estabelecer, em seu preâmbulo, que a Tunísia se constitui como um estado civil, a nova constituição tunisiana é considerada como a mais progressista do mundo árabe.

Por ter tido sua atuação considerada fundamental na exitosa trajetória da transição tunisiana, o “Quarteto” foi laureado, em dezembro de 2015, com o Prêmio Nobel da Paz. O comitê avaliador do prêmio justificou a escolha do Quarteto pela sua “contribuição decisiva para a construção de uma democracia pluralista na Tunísia (...), país que passou pela transição democrática mais bem-sucedida após a Primavera Árabe”.

Quadro político pós-transição

Nas eleições de fins de 2014, que marcaram a conclusão do processo de transição tunisiano, saiu vitorioso o partido Nidaa Tunes, então recém-formado a partir de congregação de forças seculares. Contudo, buscando manter a opção pela inclusão e pelo consenso como estratégia maior da transição tunisiana, o Nidaa, ao formar o governo, no início de 2015, articulou coalizão com a participação do Ennahdha, de orientação islamista, bem como com outros partidos de menor expressão.

Em 2015, uma série de atentados terroristas na Tunísia levou a um aumento da preocupação com a segurança nacional e o extremismo religioso, tendo sido adotado, em consequência, o estado de emergência, o qual vem sendo sucessivamente renovado. Os principais ataques ocorridos naquele ano, o atentado contra o Museu do Bardo, em Túnis, que resultou na morte de 22 pessoas, e o atentado contra turistas estrangeiros no balneário de Sousse, que vitimou 38 pessoas, também tiveram graves consequências para o turismo, que é responsável por parcela significativa do PIB tunisiano, contribuindo para agravar a crise econômica.

No início de 2016, desentendimentos internos levaram diversos deputados a deixar o Nidaa, fazendo com que o Ennahdha voltasse a dispor da maior bancada do Legislativo. Não obstante o novo equilíbrio de forças, o partido islamista manteve o apoio à liderança do Nidaa na coalizão governista. Em agosto de 2016, houve nova composição política para formação de governo de coalizão, que levou à ascensão de Youssef Chahed ao cargo de primeiro-ministro e à nomeação de novo gabinete. Nesse contexto, foi estabelecido o chamado "pacto de Cartago", pelo qual as partes concordaram em apoiar o governo de Chahed no enfrentamento dos grandes desafios da Tunísia, com destaque para o combate ao terrorismo, a aceleração do crescimento econômico e a geração de emprego, o combate à corrupção e a busca de políticas sociais eficazes.

A coalizão entre o Nidaa Tunes e Ennahdha garantiu certa estabilidade para o governo de Youssef Chahed. Permaneceram, contudo, dificuldades em atender as expectativas populares emergidas no contexto da Revolução de 2011, sobretudo quanto à distribuição de renda e à superação de crise econômica e social.

Em maio de 2018, a realização das primeiras eleições municipais da história da Tunísia constituiu um marco na consolidação da democracia no país. No pleito, teve destaque o desempenho dos candidatos independentes, seguidos dos candidatos do Ennahdha e do Nidaa.

Eleições de 2019

As eleições presidenciais e legislativas de 2019 representaram o fim do equilíbrio garantido pela coalizão entre seculares do fragmentado Nidaa Tunes e islamistas do Ennahdha, bem como expressaram o desejo popular por renovação política, uma vez que as tradicionais forças, com exceção do Ennahdha, que permaneceu com o maior número de assentos no Parlamento, não lograram resultados expressivos. O pleito ainda representou teste de resistência para a democracia e o Estado de Direito tunisiano, uma vez que foi marcado pela morte do presidente em exercício, Beji Caïd Essebsi.

O processo eleitoral de 2019 iniciou-se, prematuramente, em abril, quando o então presidente Beji Caïd Essebsi anunciou que não concorreria à reeleição no pleito previsto para novembro daquele ano, o que exacerbou as disputas internas no seio do Nidaa Tunes, para definir sua nova liderança. Poucos meses antes, o então primeiro-ministro, Youssef Chahed, decidira formar seu próprio partido, o Tahya Tunes, integrado por dissidentes do Nidaa. Esse contexto de pulverização das forças liberais favoreceu que, em junho daquele ano, o empresário televisivo Nabil Karoui, candidato independente à Presidência, emergisse como favorito nas pesquisas eleitorais. As probabilidades de que o pleito de 2019 repetisse a tendência verificada nas eleições municipais de 2018, em que os candidatos independentes se sobressaíram, tornaram-se ainda maiores quando, em junho, o presidente Essebsi veio a falecer durante o exercício de seu mandato. Esse fato provocou a antecipação das eleições para setembro, deixando pouco tempo hábil para que as forças liberais se reorganizassem e se reposicionassem competitivamente na campanha.

A prisão de Nabil Karoui durante a campanha eleitoral, acusado de lavagem de dinheiro e evasão fiscal, foi um momento de tensão durante os preparativos para as eleições presidenciais que se realizaram em setembro de 2019. Mesmo preso, porém, Karoui chegou ao segundo turno e foi liberado três dias antes da votação final, em outubro, que pôde transcorrer sem maiores turbulências. Ao final do pleito, Kaïs Saïed, candidato também independente, foi eleito com 72,5% dos votos válidos. Nabil Karoui, embora derrotado, logrou que seu partido Qalb Tunes (Coração da Tunísia), derivado do Nidaa Tunes, lograsse a segunda maior bancada da Assembleia de Representantes do Povo (ARP).

Paralelamente, as eleições parlamentares, com quase 60% de abstenção, resultaram em fragmentação partidária, sem maioria confortável de nenhum partido. A Ennahdha, maior bancada, conseguiu apenas 52 dos 109 assentos necessários para formar maioria. Os assentos restantes ficaram divididos entre Coração da Tunísia, Tahya Tunes, Al Karma, Partido Nacionalista Árabe, Corrente Democrática, Destourien Libre e o Nidaa Tunes, além de independentes.

Contexto recente

A ausência de um partido ou coalizão majoritária na Assembleia de Representantes do Povo (ARP), assim como o fato de o presidente da República não estar ligado a nenhum dos principais partidos na ARP, refletiu-se na dificuldade para formação e manutenção de um governo duradouro na Tunísia. Tendo logrado a maior bancada na Assembleia nas eleições de outubro de 2019, o Ennahdha pôde indicar o nome do presidente da ARP e influir na escolha do primeiro-ministro e de seu gabinete, por meio de alianças variáveis. Contudo, mesmo após longas negociações que se arrastaram por mais de dois meses, o nome apresentado pelo Ennahdha e indicado pelo presidente da República ao cargo de primeiro-ministro, Habib Jemli, não conseguiu obter voto de confiança na ARP para aprovação de seu governo.

Em 20 de janeiro de 2020, o presidente Kaïs Saïed indicou Elyes Fakhfakh ao cargo de primeiro-ministro, escolhido em lista tríplice apresentada pelos principais partidos da ARP. Fakhfakh, oriundo do partido de esquerda Ettakol e considerado de orientação social-democrata, nomeou gabinete integrado pelo Ennahdha e pelos partidos laicos, mas não pelo Coração da Tunísia, que passou a liderar a oposição. Um mês depois, a ARP, pressionada pela necessidade de convocação de novas eleições legislativas caso não fosse aprovado o novo governo, outorgou voto de confiança ao gabinete de Elyes Fakhfakh.

O governo de Fakhfakh iniciou-se com o desafio de fazer frente à pandemia do coronavírus, que ensejou, também, maior cooperação entre os parlamentares na ARP. Em abril de 2020, o Parlamento aprovou, embora com modificações no texto original, projeto de lei que previa a ativação do artigo 70 da Constituição, conferindo ao primeiro-ministro poderes excepcionais para emitir decretos-lei. Ao longo do primeiro semestre, contudo, surgiram novos desgastes na base do governo. Essas tensões acabaram levando a uma ruptura, tendo o Ennahdha se retirado do governo e buscado associação com o partido de Nabil Karoui, Coração da Tunísia, para aprovação de moção de censura contra o primeiro-ministro. Fakhfakh, nesse contexto, apresentou sua renúncia em 15 de julho de 2020.

Em julho de 2020, após a renúncia de Fakhfakh, o presidente da República nomeou o então ministro do Interior, Hichem Mechichi, para o cargo de primeiro-ministro. Mechichi, de perfil técnico, apresentou proposta de governo composto por nomes independentes, o qual governaria com base em interesses suprapartidários, como a racionalização dos gastos públicos; a atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros; a reforma do setor público; e a proteção às classes menos favorecidas. Em setembro de 2020, a ARP outorgou seu voto de confiança ao novo

governo tunisiano, que contou com apoio das duas maiores bancadas no Parlamento, o Ennahdha e o Coração da Tunísia, assim como do Tahya Tounes. Pouco tempo depois, foi anunciada a formação de aliança entre o Coração da Tunísia, o Ennahdha e o partido islamista radical Al-Karama para apoiar o governo do primeiro-ministro.

O então primeiro-ministro Mechichi logo passou a deparar-se com desafios relacionados à disparidade de interesses de sua base parlamentar, além de ter-se envolvido em disputas com o presidente da República. Essa conjuntura dificultou a agenda de reformas econômicas em um contexto de deterioração das condições de vida no país pela pandemia da covid-19. O desemprego chegou a atingir 36% dos jovens no interior e no Sul do país. Apesar da adoção de medidas excepcionais, como a criação de auxílio a famílias desempregadas e apoio financeiro à manutenção de pequenas e médias empresas, foram registradas greves e protestos pelo país. Paralelamente, pesquisas de opinião demonstraram que, dez anos após os eventos da Primavera Árabe, a maioria dos tunisianos considerava que a revolução no país havia fracassado em seus objetivos, não somente no que tange à promoção de transformações socioeconômicas, mas também do ponto de vista político, sobretudo ao não ter logrado combater eficazmente a corrupção. Por outro lado, reconheciam a garantia às liberdades individuais como uma conquista do processo de transição.

Diante das crescentes tensões sociais, algumas lideranças tunisianas, sobretudo a União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), passaram a defender o lançamento de um diálogo nacional, nos moldes do realizado em 2013, com vistas à criação de novo pacto nacional que possibilite a superação dos desafios mais prementes. O presidente Kaïs Saïed chegou a manifestar apoio à proposta de diálogo apresentada pela UGTT, a qual excluiu os partidos Al-Karama e Destourien Libre (PDL), de orientação bourguibista, por defender posições consideradas extremas. A proposta, contudo, não teve desdobramentos concretos.

Em dezembro de 2020, foi novamente preso o empresário e político Nabil Karoui, líder do Coração da Tunísia, acusado de evasão fiscal e lavagem de dinheiro.

Em janeiro de 2021, Mechichi promoveu reforma ministerial, com troca de mais de uma dezena de ministros, inclusive os titulares das pastas da Justiça, do Interior e da Saúde. A medida refletiu a aproximação do governo com o Ennahdha e o Coração da Tunísia, bem como visou a marcar posição de independência frente ao presidente da República, que havia indicado vários dos ministros afastados. A ARP aprovou os novos nomes, porém o presidente Kaïs Saïed negou-se a dar posse ao novo gabinete, sob alegação de que a medida seria inconstitucional. Na leitura do chefe de estado tunisiano, a constituição do país preveria que, em caso de “mudança estrutural”

do gabinete, seria necessária concertação entre o presidente e o primeiro-ministro para definição dos novos nomes, o que não teria ocorrido.

Tendo em vista a inexistência de Corte Constitucional na Tunísia, cuja instalação tem sido postergada desde a aprovação da constituição de 2014, chegou-se a um impasse, deixando o governo praticamente paralisado desde então. Kaïs Saïed passou a exigir a destituição do então primeiro-ministro, que, por sua vez, recusou-se a renunciar, bem como pôde assegurar-se no cargo ao contar com apoio suficiente na ARP para evitar uma moção de desconfiança.

Após apelos internos e externos à moderação e ao diálogo, em março de 2021, a ARP aprovou emendas para complementação da lei orgânica que prevê a formação da Corte Constitucional, com vistas a obter uma solução definitiva e legal para o impasse. Em abril, contudo, o presidente Kaïs Saïed não sancionou as emendas à lei orgânica, de modo que a Corte Constitucional não pôde ser instituída. A UGTT novamente apresentou proposta de diálogo nacional, nesse contexto, porém sem conseguir engajar as lideranças nacionais. As tensões políticas, desse modo, intensificaram-se, apesar da realização, em junho, de contatos entre o principal partido do governo, o Ennahdha, e a presidência da República, com vistas a uma reconciliação.

Em 25/7/2021, foram registradas manifestações nas principais cidades da Tunísia, com demonstrações de apoio por parte dos manifestantes ao presidente Kaïs Saïed. Horas depois, Saïed convocou reunião de emergência com lideranças militares tunisianas, ao final da qual foi anunciado que o presidente da República, com base no artigo 80 da Constituição, decidira demitir o primeiro-ministro, suspender as atividades do Parlamento, levantar a imunidade de todos os parlamentares e assumir o poder executivo com o auxílio de um chefe de governo a ser indicado por ele. A medida teria sido tomada com vistas a “preservar a integridade do país, a sua segurança e independência, bem como garantir o funcionamento normal das engrenagens do estado”.

Nos dias seguintes ao anúncio, o presidente Kaïs Saïed editou decretos-leis restringindo os direitos de circulação e reunião. Na sequência, o então primeiro-ministro Mechichi anunciou que renunciaria ao cargo a fim de evitar uma escalada de tensões e que cederia o posto ao nome de escolha do presidente da República. Em reação às medidas, o presidente da ARP e líder da Ennahdha, Rached Ghannouchi, protestou, assim como outros partidos políticos com representação no Parlamento, como o Coração da Tunísia, o Al-Karama, o Partido dos Trabalhadores e a Corrente Democrática. A Alta Comissão Eleitoral Independente, que vinha supervisionando as

eleições tunisianas desde 2011, também criticou as medidas. Por sua vez, a UGTT buscou reunir-se com Saïed e defendeu uma saída institucional para a crise.

Em 25/8/2021, o presidente Kaïs Saïed anunciou a prorrogação das medidas excepcionais adotadas um mês antes. Até o momento, não foi formado novo governo.

Organizações não governamentais e associações da sociedade civil têm expressado preocupação pela situação dos direitos humanos na Tunísia, sendo particularmente criticada a prisão de parlamentares.

ECONOMIA

Desde a década de 1970, a Tunísia adota modelo econômico orientado para a industrialização e as exportações. A transformação estrutural da economia tunisiana foi viabilizada por ambiciosa política de investimentos públicos em infraestrutura e capital humano e pela atração de investimento externo direto com importantes incentivos fiscais a indústrias exportadoras, as quais estão frequentemente integradas a cadeias produtivas com matrizes no continente europeu. O setor de serviços responde por 63,8% do PIB. Produtos mecânicos, eletroeletrônicos e têxteis são os principais manufaturados produzidos no país. Entre os produtos agropecuários, destacam-se azeitonas e azeite, tomates, frutas cítricas, tâmaras e laticínios. O turismo, responsável por cerca de 15% do PIB, ainda sofre os efeitos da instabilidade vivida durante e após a Revolução de janeiro de 2011, bem como dos atentados terroristas no Museu do Bardo e na cidade de Sousse, em março e junho de 2015, respectivamente.

O fosfato, utilizado como matéria-prima para fertilizantes de solo, plásticos e tintas, é o principal recurso mineral da Tunísia e importante produto de sua pauta exportadora. A estatal *Compagnie de Phosphate de Gafsa* (CPG) esteve entre os maiores produtores de fosfato do mundo, além de ser uma das maiores empregadoras do país. Diferentemente de seus vizinhos da costa mediterrânea, a Tunísia não é um grande produtor de petróleo, tendo vivido seu apogeu na produção de hidrocarbonetos entre 1970 e 1986. Em 2019, a Tunísia produziu o equivalente a apenas 2% do montante da Nigéria, que lidera a produção de petróleo no continente africano. Desempenha papel preponderante na indústria tunisiana a estatal ETAP (*Entreprise Tunisienne d'Activités Pétrolières*), que, por meio de *joint-ventures*, detém a maior parte das concessões de exploração e produção. A atuação de grandes petroleiras é restrita, embora estejam presentes a italiana ENI e a holandesa Shell. A Tunísia importa, hoje, boa parte do petróleo (em sua maior parte proveniente da Líbia) e do gás natural (proveniente da Argélia) que consome, os quais respondem, respectivamente, por cerca de 9% e 7% das importações totais do país. No caso do gás natural, responsável por 48% de sua matriz energética, estima-se que o consumo

tunisiano seja três vezes maior do que a produção. Em 2013, a Tunísia descobriu novas reservas de petróleo, que poderão elevar a produção do país nos próximos anos.

Durante o período de transição (2011-2014), o governo tunisiano passou a adotar políticas monetária e fiscal expansionistas, voltadas a combater a depressão da economia e o desemprego. O efeito colateral destas medidas foi a deterioração da situação fiscal e o aumento da inflação, que atingiu 6,7% em 2017. A dívida pública tunisiana equivale hoje a mais de 80% do PIB, enquanto o déficit fiscal foi estimado em 13,2% do PIB em 2020. Os gastos com juros da dívida pública, custeio da máquina, sobretudo com pessoal, e consideráveis subsídios fazem com que restem poucos recursos para investimentos. A essa situação, somam-se sucessivos déficits na balança comercial tunisiana, que geram pressão adicional sobre o déficit público. Em 2019, a balança comercial acumulou saldo negativo de USD 6,6 bilhões.

Em parte, essa situação explica-se pela deterioração do setor de fosfato na esteira do processo revolucionário, em função de constantes interrupções. Foram produzidas 13 milhões de toneladas de fosfato entre 2011 e 2016 (cerca de 2,5 milhões ao ano), ao passo que, apenas em 2010, esse número havia sido de 8 milhões de toneladas. Em 2018, a produção foi quase totalmente interrompida, tendo-se recuperado gradualmente desde então. Nesse contexto, a Tunísia tem perdido espaço no mercado mundial frente a outros grandes produtores, como Marrocos, Jordânia e Arábia Saudita.

Como forma de compensar os déficits orçamentários, o governo tunisiano tem buscado fontes externas de financiamento. Em 2016, foram assinados acordos financeiros com o FMI, para liberação de recursos no valor de até USD 2,9 bilhões, e com o Banco Mundial, que concedeu apoio financeiro da ordem de USD 500 milhões para o programa de reformas econômicas e geração de emprego na Tunísia. Adicionalmente, com vistas a atrair investidores privados estrangeiros, o governo tunisiano lançou, em 2017, novo marco regulador de investimentos, com medidas de desoneração e desburocratização de negócios realizados no país. O novo marco prevê a promoção de processos de arbitragem e a criação de canais de contato entre investidores e governo. No relatório *Doing Business 2020*, do Banco Mundial, a Tunísia figura na quinta posição entre os países africanos no que se refere a perspectivas favoráveis de negócios e investimentos estrangeiros (78ª posição no ranking mundial).

Entretanto, as medidas expansionistas adotadas pelo governo não foram eficazes em alavancar o crescimento econômico (média de 1,6% entre 2015 e 2019) nem em reduzir significativamente o desemprego. Em 2020, a taxa de desocupação atingiu 16,2% da população economicamente ativa (PEA), com impacto

desproporcionalmente maior sobre mulheres e jovens. Entre a população jovem, o desemprego chega a 36% em algumas regiões. Já em setores de baixa qualificação, como agricultura, construção civil e serviços, há o aumento de emprego de imigrantes subsaarianos nos últimos anos. Por sua vez, o setor público continua a empregar cerca de um quarto da população economicamente ativa, com cerca de 49% do orçamento público destinado ao pagamento do funcionalismo. O FMI estima que a implementação das reformas liberalizantes é condição necessária para a recuperação da economia do país. Entre as medidas indicadas estão a redução da massa salarial, reestruturação de empresas estatais, redução de subsídios, combate à corrupção, redução da burocracia e aumento da transparência.

A pandemia da covid-19 agravou o quadro socioeconômico na Tunísia. O PIB tunisiano sofreu queda de 7% em 2020 (FMI). Turismo e as manufaturas destinadas à exportação foram impactados pela pandemia. O financiamento da dívida tornou-se mais oneroso com o rebaixamento da nota de crédito do país pela Fitch e pela Moody's em 2020. A entrada de investimentos estrangeiros, que teve um período de alta entre 2017 e 2018, sofreu redução em 2019 e retração significativa em 2020. Greves e paralisações também se tornaram mais frequentes, prejudicando os setores de energia e fosfato, apesar dos esforços do governo para entabular negociações. Em El-Kamour, onde se localiza a maior planta de gás natural do país, a extração ficou meses paralisada em função de bloqueios organizados por movimentos sociais.

Como forma de mitigar os impactos sociais da crise, foram aprovados recursos da ordem de US\$ 850 milhões para auxílio às famílias desempregadas e em situação de vulnerabilidade, bem como para socorro às pequenas e médias empresas, incluindo as do setor do turismo.

A ajuda internacional tem-se revestido de grande importância para a economia tunisiana. O país recebeu ajuda financeira do Banco Mundial, Suíça (USD 12 milhões) e União Europeia (EUR 600 milhões), além de empréstimo de USD 98 milhões do Fundo Monetário Árabe (FMA) e US\$ 745 milhões em recursos extraordinários pelo FMI.

Apesar da atual conjuntura, há melhora em alguns indicadores. A inflação, que decresce desde 2019, atingiu 5,6% em 2020, embora deva também ser considerado o cenário de retração econômica. Também é notável a redução no déficit da balança comercial, em 2020, ainda que puxada pela retração das importações devido à crise. Esse resultado contribuiu para que as reservas internacionais tunisianas atingissem, naquele ano, valor recorde de US\$ 8,6 bilhões.

POLÍTICA EXTERNA

Por razões históricas e geográficas, a política externa tunisiana tem sido caracterizada por relativa proximidade das potências ocidentais, posições moderadas em relação aos principais temas do Magrebe e do Oriente Médio e pelo compromisso com o multilateralismo. Após a revolução de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa, que passou a buscar maior diversificação de suas parcerias e redução de suas dependências externas. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2015), conferiu à política externa tunisiana um caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, aquele país também passou a privilegiar uma aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no Mundo Árabe, na África Subsaariana, bem como em forças emergentes, como Brasil, China, Índia, Rússia e Turquia.

O apoio internacional à transição democrática na Tunísia tem-se mostrado importante para o financiamento de projetos de desenvolvimento no país, bem como para manter a sustentabilidade da economia. Além disso, foi fundamental para que a Tunísia fosse retirada da lista negra do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) em outubro de 2019, em reconhecimento aos esforços do país para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo. Esse apoio e a orientação mais universalista da política externa tunisiana têm contribuído para a inserção internacional do país, que assumiu papel de protagonismo no encaminhamento da crise na Líbia e ocupa, atualmente, assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU (mandato 2020-2021).

Parcerias tradicionais

O continente europeu (sobretudo França, Itália e Alemanha) concentra mais da metade do intercâmbio comercial tunisiano e é fonte da maior parte da cooperação para o desenvolvimento destinada ao país, bem como de cerca de 40% dos investimentos diretos, e abriga a maior parte da diáspora tunisiana no exterior. A Tunísia possui com a União Europeia (UE), desde 1995, acordo de associação que estabeleceu zona de livre comércio com ênfase em produtos industrializados. Em 2015, foram iniciadas negociações para ampliar o escopo do acordo de livre comércio, o que deverá conduzir a uma maior integração da economia tunisiana ao Mercado Comum Europeu. No domínio político, a Tunísia é reconhecida como "parceira privilegiada" da UE no enfrentamento ao terrorismo e no controle da migração transmediterrânea.

A parceria com os EUA, fundada em considerações estratégico-militares e no apoio à estabilidade tunisiana, é também importante.

Entorno regional

No entorno regional, o tema mais premente da política externa tunisiana é a crise na vizinha Líbia, país com o qual a Tunísia tem fronteira comum porosa, de cerca de 459 km de extensão. Juntamente com outros atores regionais, a Tunísia tem buscado mediar solução política para a crise, que possui grande impacto negativo sobre a segurança e a economia do país. A partir de 2014, com a deterioração das condições de segurança em Trípoli, diversas representações de países estrangeiros junto ao governo líbio, inclusive a do Brasil, foram transferidas para Túnis.

Até janeiro de 2019, a capital tunisiana também abrigava a sede da Missão de Apoio das Nações Unidas para a Líbia (UNSMIL). Diante do recrudesimento do conflito na Líbia em 2020, foi criado, em maio daquele ano, grupo de trabalho para acompanhamento e assessoramento sobre a evolução da crise, subordinado diretamente à Presidência da República Tunisiana. Em novembro de 2020, foi sediado, em Túnis, o Fórum de Diálogo Político Intra-Líbio (FDPL), que marcou a retomada do diálogo político após a cessação das hostilidades no país e abriu caminho para a aprovação do governo interino de unidade nacional da Líbia. A escolha da Tunísia para sediar a primeira edição do FDPL prestigiou o engajamento construtivo de longa data do governo tunisiano na questão líbia.

A Tunísia, que possui boas relações tanto com a Argélia quanto com o Marrocos, busca dar alento ao projeto de integração regional da União do Magrebe Árabe (UMA). Estudos do Banco Mundial indicam ser possível criar mais de 40 mil empregos e alcançar incremento de 2% a 3% no PIB regional caso venha a concretizar-se a livre circulação de bens entre as fronteiras dos cinco países da UMA.

Relações com o Levante

A Tunísia acompanha a situação no Levante. Apesar de seu histórico alinhamento com os países ocidentais, o país manteve importante atuação entre os países árabes, tendo hospedado, na década de 1980, as sedes da Organização para a Libertação Palestina (OLP) e da Liga dos Estados Árabes (LEA). Em relação às situações na Síria e no Iêmen, a Tunísia tem-se alinhado às posições e decisões da LEA. No que concerne ao conflito israelo-palestino, o país reconhece o Estado da Palestina e tem defendido uma solução pacífica para a disputa, baseada na fórmula dos dois Estados. O país, contudo, não mantém relações diplomáticas com Israel. Após o Marrocos e outros países árabes anunciarem a normalização das relações com Israel em fins de 2020, o então primeiro ministro tunisiano, Hichem Mechichi, e o presidente

Kaïs Saïed declararam que movimento similar por parte da Tunísia estaria fora de cogitação.

Relações com os países do Golfo e a Turquia

No contexto de diversificação de suas parcerias internacionais após a revolução de 2011, a Tunísia tem estreitado seus laços com os países do Golfo e a Turquia, os quais têm constituído importantes fontes de investimentos. Com a Turquia, a Tunísia assinou, em 2004, acordo para o estabelecimento de uma zona de livre comércio. Diante da eclosão, em julho de 2017, da crise opondo Catar e o "quarteto" (Arábia Saudita, EAU, Egito e Bahrein), a Tunísia declarou posição de neutralidade, em linha com sua tradição de manter-se equidistante em conflitos e disputas regionais.

Aproximação com países em desenvolvimento

Para além do aprofundamento das relações com seus parceiros tradicionais, o país tem buscado ampliar seu leque de parcerias, com interesse especial pelos países emergentes, nomeadamente Brasil, China, Índia e Turquia, e pela África subsaariana. Objetivo declarado do governo de transição, a diversificação das relações internacionais da Tunísia continua a ser perseguida pelas atuais autoridades, como forma de forjar laços financeiros e comerciais com economias em rápida expansão. Além da diminuição de dependências externas, o movimento de aproximação a parceiros extrarregionais no mundo em desenvolvimento busca igualmente conquistar maior legitimidade para sua política externa. No que diz respeito à política externa para a África subsaariana, a diplomacia tunisiana tem defendido o fortalecimento dos mecanismos continentais de resolução de conflitos, a fim de garantir soluções africanas para problemas africanos.

RELAÇÕES BILATERAIS

No contexto da nova estratégia tunisiana de inserção internacional, a partir de 2011, marcada pela busca por diversificação de suas parcerias internacionais, registra-se movimento de renovação do relacionamento com o Brasil. A diversificação da pauta de cooperação, até 2011 praticamente inexistente, constitui uma das características mais marcantes do novo momento das relações. Temas que passaram a integrar a agenda bilateral incluem desenvolvimento social; agricultura; capacitação de empresas para exportação; turismo; cultura; defesa e educação. No campo econômico-comercial, setores como agricultura, agroindústria, indústria química e

farmacêutica, construção civil, transportes e turismo estão entre os mais promissores para negócios entre os dois países.

Histórico

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi aberto consulado brasileiro em Túnis e, em 1961, foi criada embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por razões orçamentárias, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001, durante visita do secretário-geral do MRE a Túnis, ocasião em que teve lugar a I Sessão da Comissão Mista Brasil-Tunísia. A reabertura da embaixada brasileira deu início a movimento de reaproximação bilateral, consubstanciado na intensificação do fluxo de visitas de alto nível. Entre 2001 e 2010, vale destacar as visitas do então chanceler Celso Amorim a Túnis em três ocasiões (2005, 2008 e 2009), e dos então chanceleres tunisianos Habib Ben Yahia (2002) e Abdelwaheb Abdallah (2006) ao Brasil. Durante a visita do ministro Abdallah, teve lugar a II Comissão Mista Brasil-Tunísia.

Relações com a Tunísia pós-revolucionária

O Brasil buscou apoiar a Tunísia em seu processo de transição política (2011-2014). Já em março de 2011, o Brasil contribuiu com US\$ 224 mil ao ACNUR, com destinação à Tunísia, em razão do influxo de refugiados do conflito na Líbia. Visitas de alto nível desde então incluíram o então subsecretário-geral do Ministério das Relações Exteriores para Assuntos Políticos-III (maio de 2011), a primeira de um alto representante da América Latina à Tunísia pós-revolucionária, o então chanceler Antonio Patriota (abril de 2012) e o encontro bilateral em nível presidencial às margens da III Cúpula América do Sul-Países Árabes (Lima, outubro 2012). Pouco após a aprovação da Constituição tunisiana (janeiro de 2014), realizou-se reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia (Túnis, abril de 2014), voltada ao relançamento da cooperação bilateral. Dando seguimento político às iniciativas prospectadas em 2014, o então chanceler Mauro Vieira realizou visita a Túnis, em março de 2016. Em 2017, houve visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros tunisiano, Khemaïes Jhinaoui, concomitantemente à realização da III Comissão Mista Brasil-Tunísia. A visita a Túnis do então chanceler Aloysio Nunes, em julho de 2018, constitui o mais recente encontro bilateral de alto nível.

Nesse contexto de aproximação, Brasil e Tunísia têm buscado fortalecer o quadro jurídico de suas relações. Durante a visita do então chanceler Mauro Vieira, em 2016, foram assinados memorandos de entendimento para cooperação na área do desenvolvimento social e cidadania, bem como no campo do turismo. Em 2017, por

ocasião da visita do chanceler Jhinaoui, outros três atos foram assinados: i) Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (em tramitação na Câmara dos Deputados; aguarda parecer do relator na CREDN desde outubro de 2019); ii) Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Juventude (em vigor); e Memorando de Entendimento para a Promoção das Relações Econômicas (em vigor).

Principais temas na pauta de cooperação

A cooperação técnica bilateral com a Tunísia está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, vigente desde 2002. Desde o lançamento, em 2016, do primeiro projeto bilateral, no domínio do eucalipto, a Tunísia tem demonstrado interesse por ampliar e diversificar a cooperação com o Brasil. Entre as áreas de maior interesse estão o fortalecimento institucional da Agência Tunisiana de Cooperação Técnica (ATCT) e do Centro de Promoções das Exportações da Tunísia (CEPEX); promoção do artesanato; valorização socioeconômica da pesca e frutos do mar; transporte e logística e desenvolvimento social.

O projeto na área de cultivo do eucalipto, iniciado em 2016, reveste-se de caráter simbólico por se tratar do primeiro projeto de cooperação técnica desenvolvido entre os dois países e tem como objetivo contribuir para o êxito de programas de reflorestamento que estão sendo desenvolvidos pelo governo tunisiano com vistas a conter processos de desertificação. Devido ao avanço da pandemia de covid-19 em 2020, as atividades planejadas foram postergadas para 2021 e 2022.

A respeito do projeto “Fortalecimento das Capacidades Institucionais da Agência Tunisiana de Cooperação Técnica (ATCT)”, foi assinado, em julho de 2021, entre o diretor da ABC e o embaixador da Tunísia em Brasília, ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, que deverá possibilitar o início do projeto no segundo semestre de 2021.

Quanto à iniciativa com a CEPEX, houve missão conjunta ABC/APEX a Túnis em agosto de 2018, que resultou em proposta a ser executada para promover a exportação de produtos tunisianos de pequenas e médias empresas. Devido à pandemia e a questões internas da APEX, a ABC está em tratativas com essa instituição para estabelecer novas parcerias com outras entidades brasileiras de competência na área, a fim de dar seguimento a essa iniciativa.

O domínio do desenvolvimento social tem recebido atenção no âmbito da parceria Brasil-Tunísia, em virtude do interesse do governo tunisiano em modernizar os programas em benefício dos setores mais vulneráveis da população, concentrados no interior do país. Desde 2012, Brasil e Tunísia têm mantido iniciativas de troca de experiências (missões e seminários), as quais têm contribuído para o desenvolvimento,

na Tunísia, de programa de alimentação escolar e de sistema de identificação social ("cadastro único"), baseados nos modelos brasileiros. O IPEA também colaborou na revisão do projeto do Plano de Desenvolvimento Social e Econômico da Tunísia (2016-2020).

Com vistas a conferir visibilidade a essas iniciativas e catalisar novas ações, os dois países assinaram, em março de 2016, memorando de entendimento na área social. No contexto da III Comista Bilateral (2017), foi assinado acordo de cooperação em matéria de juventude, e avançaram as negociações de memorando de entendimento sobre trabalho, relações profissionais e previdência social. Em outubro de 2018, o governo tunisiano, juntamente a *Global Child Nutrition Foundation* e empresas multinacionais do ramo alimentício, realizou o *Global Child Nutrition Forum*, em Túnis. O evento possibilitou o aprofundamento do conhecimento de instituições tunisianas sobre experiências dos programas nacionais sustentáveis de alimentação escolar do governo brasileiro (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, coordenado pelo FNDE e implementado por entidades subnacionais brasileiras).

No campo da saúde, há histórico de cooperação entre o Hospital Sírio-Libanês e o Hospital La Marsa, na Tunísia, com vistas à capacitação de médicos tunisianos para o transplante de fígado entre pacientes vivos. Avalia-se que, como resultado, a Tunísia poderá vir a converter-se em referência regional nesse campo, no médio prazo.

No domínio do turismo, foi assinado, em março de 2016, memorando de entendimento para cooperação. Durante sua visita ao Brasil, em abril de 2017, o então chanceler Khemaïes Jhinaoui manteve encontro com o então ministro do Turismo, Marx Beltrão. Na ocasião, o ministro do Turismo brasileiro foi convidado a visitar a Tunísia, bem como foram propostas iniciativas de cooperação em áreas como qualificação profissional e promoção mútua de destinos. Durante a visita do então chanceler Aloysio Nunes a Túnis (julho de 2018), foi lançado plano de ação no âmbito do memorando de entendimento assinado em 2016, com vistas a dar início a iniciativas práticas nessa área.

No âmbito da educação, Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia com a Tunísia foi assinado em 2006 e encontra-se em vigor desde 2008. Apesar disso, não foi registrada nenhuma candidatura de estudantes tunisianos aos programas PEC-G e PEC-PG até o momento.

A cooperação no campo da defesa também passa por processo de adensamento. Por ocasião de visita do ministro da Defesa tunisiano para participação na LAAD, em abril de 2017, foi assinada declaração de intenções que selou o desejo de promover a troca de experiências e adotar ações conjuntas nos domínios de

operações militares, inclusive operações de paz no plano internacional, formação médico-militar, formação de atletas militares, indústrias de defesa e equipamentos de defesa. Em dezembro de 2017, o então ministro da Defesa, Raul Jungman, em escala técnica em Túnis, foi recebido pelo chefe do Estado Maior da Aeronáutica tunisiana. Na ocasião, o então ministro da Defesa reiterou o interesse na celebração de acordo de cooperação na área de defesa com a Tunísia.

Na área de inteligência, também há potencial de ampliação do diálogo e da cooperação entre Brasil e Tunísia, sobretudo em vista das posições convergentes quanto ao combate ao terrorismo e aos ilícitos internacionais.

Em 27/04/2017, foi firmado o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. A Mensagem 469 ao Congresso foi enviada em 01/10/2019 e o texto do acordo foi publicado no Diário Oficial da União em 02/10/2019.

Promoção das relações econômico-comerciais

Há grande potencial para ampliação das relações econômico-comerciais com a Tunísia. A pandemia do novo coronavírus não teve impacto significativo na corrente de comércio bilateral. Em 2020, a corrente de comércio bilateral elevou-se a aproximadamente US\$ 277 milhões (variação de -0,6% em relação a 2019), com saldo positivo para o Brasil de cerca de US\$ 192 milhões (crescimento de 20,4% na comparação com o ano anterior). No período, destacaram-se na pauta de exportações brasileiras a soja, mesmo triturada (36% das exportações), e açúcares e melaços (34%). Já as exportações da Tunísia para o Brasil tiveram maior peso em setores como adubos ou fertilizantes químicos (32%) e sais e peróxossais, de ácidos inorgânicos e metais (20%).

Em anos mais recentes, Brasil e Tunísia intensificaram a troca de missões empresariais, com vistas a promover a dimensão econômico-comercial da parceria. Em março de 2016, em paralelo à visita do então ministro Mauro Vieira à Túnis, foi organizado "Seminário Empresarial Brasil-Tunísia". Durante a visita do chanceler Khemaïes Jhinaoui, em abril de 2017, também foi realizado o "Fórum Econômico sobre Oportunidades de Negócios entre o Brasil e a Tunísia", em São Paulo. Em abril de 2018, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira promoveu o evento "Foro Econômico Brasil-Países Árabes", em São Paulo, que contou com a presença da Tunísia, bem como organizou missão de empresas brasileiras a Túnis. Em julho de 2018, por ocasião da visita do então ministro Aloysio Nunes, foi realizada a 8ª sessão do Conselho Empresarial Brasil-Tunísia.

A perspectiva de assinatura do **Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Tunísia** deverá ter grande impacto sobre o comércio bilateral. Estudo técnico elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aponta que, no caso do Brasil, a conclusão do acordo deverá proporcionar vantagens às exportações brasileiras de bens agrícolas (milho, trigo, soja, óleo de soja, açúcar, café e fumo), pelo grau elevado de sua competitividade e pela elevada média tarifária praticada pela Tunísia em relação a produtos exportados pelo Brasil (em torno de 25%). Estudo realizado pela CNI, realizado em 2016, identificou 29 produtos com presença brasileira relevante no mercado tunisiano. Desses, 15 são sujeitos a tarifas e seriam beneficiados com a assinatura do ALC, com destaque para carnes e trigo, cujas alíquotas atingiam o percentual de 36%. O estudo também identificou outros 194 produtos com potencial de venda no mercado tunisiano, dentre os quais 187 correspondem a produtos industriais, com concentração nos setores de veículos automotores, produtos químicos e máquinas e equipamentos.

O Acordo-Quadro MERCOSUL-Tunísia sobre Comércio e Cooperação Econômica foi assinado em dezembro de 2014. A primeira reunião de seguimento do Acordo-Quadro teve lugar em Túnis em maio de 2015, ocasião em que as partes manifestaram interesse em um acordo de livre comércio (ALC). Em julho de 2016, o MERCOSUL encaminhou às autoridades tunisianas proposta de texto-base do ALC para as negociações, semelhante àquele proposto pelo MERCOSUL ao Líbano. Na I rodada de negociações, realizada em novembro de 2017, em Brasília, as partes confirmaram o interesse recíproco em negociar acordo com ampla cobertura para os produtos de ambos os lados, sem exclusões a priori. A Tunísia tem demonstrado interesse no agendamento da II rodada de negociações.

Com respeito aos investimentos bilaterais, as negociações de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)**, bem como o contexto de reformas econômicas na Tunísia, em que o governo local tem buscado atrair capitais estrangeiros, geram oportunidades de negócios para o Brasil, sobretudo nas áreas de construção civil, transportes e energia e no setor farmacêutico.

Cronologia das relações bilaterais

1956 – Brasil reconhece a independência da Tunísia e são estabelecidas relações diplomáticas.

1961 – Instalação da Embaixada do Brasil em Túnis.

1968- Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Bourguiba Junior; assinatura de acordos nas áreas de cultura e migração.

1990- Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Boularès; assinatura dos acordos de comércio e de estabelecimento da Comissão Mista de Cooperação.

1999 – Desativação temporária da Embaixada em Túnis por motivos orçamentários.

2001 – Reabertura da Embaixada do Brasil em Túnis.

2001 – Visita à Tunísia do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; assinatura de acordo de isenção parcial de vistos e do protocolo de criação do mecanismo de consultas políticas.

2001 – Realização da I Comissão Mista Bilateral, na Tunísia.

2002 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Bem Yahia; assinatura dos acordos de cooperação técnica e de cooperação entre academias diplomáticas.

2005 – Visita à Tunísia do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim

2006- Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Abdelwaheb Abdallah; assinatura do acordo de cooperação na área de educação superior.

2006 – Realização da II Comissão Mista Bilateral, no Brasil.

2008 – Visita à Tunísia do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

2008 – I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tunísia, em Túnis.

2009 – Visita à Tunísia do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

2012 – Visita à Tunísia do então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota

2014 – II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tunísia, em Túnis.

2016 – Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, à Tunísia; assinatura de memorandos de entendimento das áreas do turismo e do desenvolvimento social.

2017 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Khemaïes Jhinaoui; assinatura dos acordos de ciência, tecnologia e inovação, do acordo-quadro em matéria de juventude e do memorando de entendimento para a promoção das relações econômicas.

2017- Realização da III Comissão Mista Bilateral, no Brasil.

2018 – III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tunísia, em Túnis.

2018 – Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Tunísia.

2021- IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tunísia, por videoconferência.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TÚNIS

Candidato EMBAIXADOR FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Fernando José Marroni de Abreu**

Nascido em São Borja, Rio Grande do Sul, em 17 de março de 1957, o embaixador Fernando José Marroni de Abreu graduou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS) e Engenharia Petroquímica(UFRGS-Petrobras) em 1979, ingressando no Instituto Rio-Branco em 1981. Posteriormente graduou-se em Economia (1985) e Relações Internacionais (1986) pela Universidade de Brasília. Concluiu ainda o "Diplôme d'Etudes Approfondies" (mestrado), em Ciência Política – Opção Relações Internacionais na Université de Paris – I , Panthéon – Sorbonne, com tese – A Evolução da Política Africana do Brasil. Seguiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático, em 1989, e o Curso de Altos Estudos, em 2004, com a tese: A Política de Defesa Nacional - Uma visão crítica.

Em Brasília, iniciou suas funções como assistente do chefe da Divisão da África – II, (1983-1984) e assessor do subsecretário-geral de Assuntos Políticos, em 1985. Posteriormente foi designado Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, em 1993 e assessor do subsecretário-geral de Planejamento Político e Econômico (1993-1994). Exerceu a função de chefe de gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (1998-1999), e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, (1999-2001). Atuou com membro do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1998-2001) e do Conselho Deliberativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, em 2001. Designado assessor especial do Ministro de Estado da Defesa – 2002, exerceu a função de chefe de gabinete do Ministério da Defesa (2003-2005), tendo representado o ministério como membro no Conselho Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 2003-2005, vice-presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Administração Aeroportuária - Infraero, 2003-2005 e membro suplente do Conselho de Administração da Embraer, 2004-2005.

No exterior, foi diretor do Curso de Formação Diplomática, em Guiné-Bissau (1985), serviu na embaixada do Brasil em Paris(1986-1989), na embaixada do Brasil em Havana (1989-1993), na Representação do Brasil junto a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura-FAO (1995-1998) e na embaixada em Madri (2005-2008), como ministro-conselheiro. Foi promovido a ministro de primeira classe em 2010. Atuou como embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia(2008-2012), diretor da Agência Brasileira de Cooperação (2012-2015) e subsecretário-geral responsável por África e Oriente Médio (2015-2018). Desde 2018, ocupa o cargo representante permanente do Brasil junto aos órgãos das Nações Unidas sediados em Roma. É casado e tem três filhos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE – PEI-MRE¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social e econômica na República Tunisiana para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- 1) Aprofundar o diálogo político com a República Tunisiana e ampliar a participação de produtos e empresas brasileiras no mercado local, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
- 2) Promover a imagem e a cultura do Brasil na República Tunisiana.
- 3) Prover serviços consulares de qualidade.
- 4) Por meio do diálogo político e da cooperação bilateral, angariar apoio da República Tunisiana ao fortalecimento e reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
- 5) Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
- 6) Intensificar a promoção dos produtos brasileiros no exterior
- 7) Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
- 8) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado tanto para produtos do agronegócio como para bens industriais e produtos da indústria de defesa.*
- *Elaborar ou encomendar estudos exploratórios sobre a complementaridade das economias do Brasil e da Tunísia.*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e a Tunísia.*
- *Manter interlocução constante com os principais importadores tunisianos de produtos do agronegócio brasileiro e outros atores locais relevantes.*
- *Apoiar, inclusive por meio da participação brasileira em eventos, a promoção de produtos da indústria nacional, como aeronaves, máquinas e equipamentos do setor agrícola, produtos farmacêuticos entre outros, em consulta junto a associações setoriais e à Apex Brasil.*

- *Promover os produtos da Base Industrial de Defesa, em especial a Embraer tanto para fins comerciais como de defesa.*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, de modo a contribuir para a promoção dos produtos e serviços brasileiros.*

- 2) Contribuir para o avanço da negociação do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre MERCOSUL e Tunísia
- 3) Avançar na negociação do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com a Tunísia
- 4) Retomar os contatos com os produtores tunisianos de fosfato, especialmente a estatal Compagnie des Phosphates de Gafsa (CPG).

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio
- 3) Números de eventos (seminários, “webinários”, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada
- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e tunisianas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado
- 5) Número de reuniões e gestões bilaterais realizadas sobre a negociação do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre MERCOSUL e Tunísia durante a gestão
- 6) Número de expedientes telegráficos do Posto, por ano, sobre a negociação do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre MERCOSUL e Tunísia
- 7) Número de reuniões e gestões bilaterais realizadas sobre a negociação do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com a Tunísia durante a gestão
- 8) Número de expedientes telegráficos do Posto, por ano, sobre a negociação do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com a Tunísia
- 9) Número de reuniões realizadas com produtores tunisianos de fosfato durante a gestão
- 10) Número de expedientes telegráficos do Posto, por ano, sobre reuniões ou gestões com produtores tunisianos de fosfato

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança na República Tunisiana, com vistas a prover os formuladores de política externa com subsídios para tomada de decisões
 - *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa da Tunísia e suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*
 - *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*

2) Manter os mecanismos diplomáticos de alto nível, como as Consultas Políticas, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado

- *Apoiar a realização do mecanismo de Consultas Políticas, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e a cooperação entre os dois países, bem como coordenação sobre temas multilaterais.*
- *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Tunísia.*
- *Fomentar a coordenação, o intercâmbio e a cooperação em áreas de interesse comum, como agricultura e promoção do desenvolvimento.*

3) Fomentar a cooperação interparlamentar entre os dois países

- *Apoiar a realização de visitas ou reuniões entre parlamentares brasileiros e tunisianos.*
- *Apoiar eventuais iniciativas conjuntas de parlamentares brasileiros e tunisianos.*

4) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral

- *Realizar gestões junto ao governo tunisiano, para negociação de acordos de interesse brasileiro.*
- *Informar e analisar propostas do governo tunisiano para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*
- *Subsidiar o diálogo com diferentes órgãos brasileiros em temas relacionados à Tunísia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Tunísia**
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa tunisianas**
- 3) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos, em formato presencial ou virtual**
- 4) Número de visitas de autoridades de parte a parte**
- 5) Número de reuniões com representantes do governo da Tunísia, para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões, negociação de acordos ou visitas de alto nível**
- 6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Contribuir para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial durante o mandato a ser exercido no biênio 2022-2023**
 - *Manter diálogo com interlocutores relevantes, em especial representantes do governo da Tunísia, da sociedade civil tunisiana e de representações de organismos internacionais na Tunísia.*
- 2) Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras**

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio da Tunísia a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes do Posto sobre assuntos relativos à Tunísia que sejam considerados do interesse do CSNU**
- 2) Número de reuniões com representantes do governo da Tunísia para fazer gestões em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais**

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Propor junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos, entre outros.*
- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público tunisiano sobre o Brasil.*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Tunísia.*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Tunísia e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira.*

2) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público tunisiano

- *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil e a área comercial do MRE, para divulgação de produtos brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Tunísia**
- 2) Número de eventos para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Tunísia**
- 3) Número de palestras para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Tunísia**
- 4) Número de entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Tunísia**
- 5) Número de eventos realizados para promover a marca Brasil**

V - COOPERAÇÃO TÉCNICA, EDUCACIONAL E EM DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Aumentar o número de estudantes da Tunísia no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)
 - *ampliar a divulgação do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) no país.*
- 2) Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países, com vistas a ampliar a cooperação na área
 - *Divulgar, junto aos setores interessados do governo tunisiano, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil, bem como sobre os parâmetros e normas de funcionamento do sistema brasileiro de compras de produtos de defesa e oportunidades para o desenvolvimento de projetos conjuntos.*
- 3) Acompanhar atuais e novos projetos na área de cooperação técnica
 - *Acompanhar em particular a evolução do acordo de cooperação firmado entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a “Agence Tunisienne de Coopération Technique” (ATCT), primeiro instrumento bilateral celebrado entre a ABC e uma outra agência de cooperação técnica.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de Notas Verbais relativas a projetos de cooperação técnica enviadas à contraparte
- 2) Número de reuniões relativas a projetos de cooperação técnica com a contraparte
- 3) Número de missões brasileiras recebidas no âmbito do projeto
- 4) Número de vistos concedidos a tunisianos para receber treinamento no Brasil no âmbito do projeto
- 5) Visitas realizadas aos locais beneficiados pelo projeto
- 6) Número de candidatos tunisianos selecionados no PEC-G
- 7) Número de reuniões com o Ministério da Educação local para aprimorar a seleção de candidatos ao PEC-G
- 8) Número de ações de divulgação dos programas de cooperação educacional brasileiros (PEC-G e PEC-PG)
- 9) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre ajuda humanitária ou projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão
- 10) Número de contatos com autoridades de Defesa da Tunísia e de reuniões bilaterais em matéria de defesa durante a gestão

VI - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO POLÍTICA NA LÍBIA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Acompanhar os desenvolvimentos políticos na Líbia, enquanto essa atividade permanecer sob responsabilidade da Embaixada em Túnis

- *Enquanto a Embaixada em Trípoli, formalmente ainda existente, não puder funcionar in loco devido às condições de segurança na Líbia, continuar a acompanhar as reuniões da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) e manter diálogo com as autoridades líbias e com o corpo diplomático lotado em Trípoli.*
- *Identificar eventuais oportunidades para empresas brasileiras no processo de reconstrução da Líbia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de contatos com autoridades líbias durante a gestão**
- 2) **Número de contatos com diplomatas lotados em Trípoli durante a gestão**
- 3) **Número de telegramas e informações sobre a situação na Líbia produzidos durante a gestão**
- 4) **Número de contatos com empresas brasileiras potencialmente interessadas na Líbia durante a gestão**

VII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) **Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Tunísia e na Líbia, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços**
- 2) **Analisar a necessidade de realizar missões consulares itinerantes**
- 3) **Realizar visitas a nacionais presos na Tunísia ou na Líbia**
- 4) **Incrementar o uso das redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda**
- 2) **Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda**
- 3) **Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares**
- 4) **Número de consulados itinerantes realizados, caso necessários**
- 5) **Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais**
- 6) **Número de visitas a nacionais presos**

EMBAIXADA DO BRASIL EM TÚNIS**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADORA MÁRCIA MARO DA SILVA**

Apresento, a seguir, relatório de gestão, desde minha chegada ao posto, em 10 de janeiro de 2017.

I) POLÍTICA INTERNA

2. Desde a Revolução de Jasmim em 2011, que pôs fim ao período autoritário na Tunísia, o país tem sido governado por coalizão entre o partido islamista Ennahdha, que foi legalizado depois da Revolução, e as forças laico-liberais.

3. As reformas estruturais do governo contemplam a privatização das empresas estatais deficitárias; a redução do número de funcionários públicos; e a abolição dos subsídios financiados pela chamada "Caisse de Compensation" a produtos como petróleo e alimentos, tidos como regressivos.

4. Até o momento, os déficits têm sido cobertos por meio de financiamentos externos, seja de países europeus como França, Alemanha e Itália, seja por meio dos organismos multilaterais de crédito como o FMI. Os países europeus investem na estabilidade da Tunísia.

5. As eleições legislativas e presidenciais, levadas a cabo em outubro/novembro de 2019, viram emergir das urnas o partido Ennahdha como maior bancada da Assembleia de Representantes do Povo (ARP), ainda que tenha perdido assentos com relação às últimas eleições, concorrendo para formação de um novo governo de coalizão. A eleição presidencial de Kaïs Saïed, terá adicionado, possivelmente, um fato novo

no panorama político local, por não ser membro de partido.

II) RELAÇÕES BILATERAIS

6. As relações políticas bilaterais entre o Brasil e a Tunísia intensificaram-se com a democratização do país em 2011, tendo três ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil visitado a Tunísia entre 2014 e 2018. Em 2016, foi assinado Acordo Quadro entre o Mercosul e a Tunísia e, no momento, tenta-se avançar na negociação do acordo comercial Mercosul/ Tunísia, ao abrigo do Acordo Quadro. A pandemia do Covid-19 paralisou os contatos, que deverão ser retomados uma vez normalizada a situação. Está ora em consideração, igualmente, o texto submetido pela parte brasileira para Acordo de Facilitação, Promoção e Proteção de Investimentos entre os dois países.

7. Em abril/maio de 2017, o Ministro das Relações Exteriores da Tunísia, Khemaies Jhinaoui, realizou visita de cinco dias ao Brasil, onde visitou, em São Paulo, a FIESP e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Em Brasília, visitou o Congresso e entrevistou-se com o então Presidente Michel Temer. No Itamaraty, presidiu, com o então Ministro das Relações Exteriores, Aloísio Nunes, a Comista entre os dois países, quando foram repassadas e relançadas as relações bilaterais, o que viria a produzir alguns frutos, sobretudo na área de cooperação.

8. Em julho de 2018, o então Chanceler Aloísio Nunes retribuiu a visita de Jhinaoui, realizando visita a Túnis, onde foi recebido pelo presidente da República, Béji Caid-Essebsi; pelo Primeiro-Ministro, Youssef Chahed; e pelo presidente da ARP, Mohamed Ennaceur. Foi realizada sessão de trabalho entre os dois chanceleres, que acordaram ser necessário avançar nas negociações dos instrumentos de base que poderiam dar outra dimensão às relações bilaterais.

9. Cumpre ainda registrar que a Tunísia havia sido selecionada como país para realização de diálogo político bilateral de alto nível na região, tendo o Subsecretário para África e Oriente Médio visitado

Túnis em maio de 2018, onde manteve diálogo de alto nível.

III) ECONOMIA:

10. A taxa de crescimento do país segue na média de 1,9% nos últimos anos, com desemprego atingindo cerca de 16% da população economicamente ativa.

Impactos da Pandemia do Covid-19 na Economia:

11. O confinamento deverá ocasionar queda de mais de 10% do PIB em 2020. O governo elevou os gastos públicos com o pagamento de auxílio emergencial e de programas de garantia de emprego nos quais apoia empresas locais para evitar demissões em massa. O aumento dos gastos refletiu-se na elevação do déficit, o que fez com o que o governo enviasse ao Parlamento projeto de lei de orçamento, levando em conta maior necessidade de financiamento, aumentando a dívida pública.

IV) COMÉRCIO INTERNACIONAL:

12. Tradicionalmente, o comércio internacional da Tunísia é voltado para a Europa, sobretudo para França e Itália. Com economia relativamente diversificada, a Tunísia exporta, entre outros, produtos agroalimentares, máquinas e equipamentos, têxteis. O país é historicamente exportador de fosfatos, cujo peso na balança comercial era considerável. Os maiores superávits comerciais do país têm sido obtidos, nos últimos meses, com França, Alemanha e Líbia.

13. A Tunísia é importadora de gás argelino. O país também importa bens de capital e bens de consumo, tendo registrado déficits comerciais com China, Turquia, Argélia, Rússia e Itália. A produção de petróleo também se encontrava praticamente paralisada, mas há expectativa de que a produção possa ser retomada, reduzindo o déficit de energia.

Acordos Comerciais:

14. Atualmente, a Tunísia centra-se na negociação de novo acordo comercial com a União Europeia (UE). No continente africano, a Tunísia aderiu ao acordo que prevê a criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), tendo o acordo sido ratificado pelo Parlamento local em julho de 2020 e promulgado em seguida pelo Presidente da República. Até o momento, contudo, os instrumentos de ratificação não haviam sido depositados junto à União Africana.

Comércio Bilateral:

15. As relações comerciais bilaterais estavam historicamente centradas na compra de fosfatos e na venda de açúcar. Com a virtual paralisação da produção de fosfatos na Tunísia, houve sensível redução nas exportações tunisianas para o Brasil. Ao mesmo tempo, as vendas de açúcar brasileiro para a Tunísia também se retraíram.

16. Em 2017, a corrente de comércio entre os dois países era de aproximadamente USD 337 milhões, com saldo positivo para o Brasil de USD 343 milhões. Vale ressaltar que em 2018 não foi registrada a exportação de superfosfatos, retomada timidamente no ano seguinte e novamente interrompida neste ano. A partir de 2019, a soja passou a ocupar a primeira posição nas exportações brasileiras para a Tunísia, com o açúcar em segundo lugar. No ano passado, a corrente de comércio bilateral foi de aproximadamente USD 278 milhões, com saldo positivo para o Brasil de USD 212 milhões. Até setembro deste ano, a corrente de comércio foi de aproximadamente USD 241 milhões, com saldo favorável ao Brasil de USD 200 milhões. Os principais produtos tunisianos importados pelo Brasil foram fertilizantes; azeite de oliva; e frutas como tâmaras e figos. As principais exportações brasileiras foram a soja; açúcar; tabaco; gorduras e óleos vegetais; e café.

17. Cumpre ponderar que o aumento do fluxo comercial entre os dois países deverá advir da assinatura do acordo comercial no âmbito do Mercosul, ora em negociação. Por meio de tal instrumento, é possível

que possa haver intensificação das trocas comerciais, havendo importantes oportunidades comerciais de investimentos na Tunísia. É possível, ainda, que eventual retomada da produção de fosfatos possa significar aumento das exportações de tal produto para o Brasil, uma vez que a demanda existe, como demonstram consultas feitas ao Posto.

SECOM do Posto:

18. O Setor Comercial do Posto (SECOM) foi estabelecido em 2018 e tem buscado operar na construção de contatos e criação de rede de interlocutores para fazer a promoção comercial do Brasil.

V) COOPERAÇÃO BILATERAL

19. O Brasil dispõe, no momento, de dois projetos de cooperação com a Tunísia. O primeiro, em vigor desde 2016, e realizado por iniciativa e demanda tunisiana, refere-se à plantação de eucaliptos para reflorestação e exploração comercial e é executado, do lado brasileiro, pela EMBRAPA. Em junho de 2020, foi realizada missão de monitoramento.

20 O segundo projeto, iniciado em 2018, refere-se à reestruturação da Agência de Cooperação Técnica Tunisiana (ACTT), feita em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e financiamento do Banco Islâmico de Desenvolvimento. O objetivo é dotar a Agência tunisiana de meios para realizar cooperação triangular na região. País de nível médio de desenvolvimento, a Tunísia sempre foi prestadora de cooperação técnica no continente africano e uma modernização dos métodos de trabalho e novo desenho institucional da ACTT poderá permitir-lhe retomar seu espaço na cooperação técnica ao continente. Vale registrar que há fontes de financiamento para projetos do Banco Islâmico de Desenvolvimento e mesmo de fundos soberanos de países do Golfo, sendo necessário contar com parceiros e agências que possam levar a cabo projetos para a região, e a Tunísia apresenta-se com vocação natural para exercer esse papel.

21. Ainda no que tange ao acordo entre a ABC e a ACTT, registro que minuta de acordo complementar foi elaborada no ano passado e apreciada pela parte tunisiana, que sugeriu alterações, em princípio aceitas pela ABC. Texto seguiu para análise da Consultoria Jurídica do Itamaraty.

22. Para além dos projetos bilaterais, a experiência e tecnologia social brasileiras estão presentes em vários outros projetos em curso na Tunísia, por meio das agências especializadas da ONU. Tive a oportunidade de participar, nos últimos três anos, de vários seminários e debates sobre os programas sociais brasileiros. O Programa Mundial de Alimentos, em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome, implanta projeto de merenda escolar, baseado na experiência brasileira. São dez projetos-piloto em distintas regiões do país, todos onde há prevalência de insegurança alimentar. O sistema de compras locais, que, entre outros, determina que pelo menos 30% das compras governamentais sejam feitas localmente, também tem inspirado as ações públicas locais e texto legislativo estaria em elaboração, inspirado na prática brasileira.

23. A UNICEF, em projeto de parceria com o governo, também contratou técnicos brasileiros do IPEA para auxiliar na elaboração de projetos nas áreas sociais, entre os quais a adoção de Cadastro Único, que permitirá identificar a população mais vulnerável do país e elaborar políticas públicas mais focadas.

VI) CONSULAR

24. O setor consular do Posto trabalha na emissão de documentos para brasileiros e estrangeiros. Sendo reduzida a comunidade brasileira na Tunísia, a demanda por tais serviços é igualmente reduzida. Não há exigência de visto para que tunisianos façam turismo no Brasil. Assim, a maior parte dos vistos é emitida em favor de cidadãos líbios, país que se encontra igualmente na jurisdição consular da Embaixada em Túnis. Ademais, a comunidade líbia na Tunísia é expressiva.

25. Com relação à assistência a brasileiros, o Posto presta o apoio cabível a residentes e turistas.

Assistência Consular- Pandemia do COVID-19:

26. Após o início da pandemia do Covid-19, o governo tunisiano decretou o fechamento das fronteiras em 18 de março, medida que vigorou até 27 de junho. Também foi adotado o confinamento geral, quando foram proibidos deslocamentos regionais, e as atividades econômicas, sociais e culturais foram interditadas. Assim, ficaram retidos na jurisdição do posto 19 nacionais, sendo 17 na Tunísia e dois na Líbia, estes com dupla cidadania.

27. O setor consular do Posto manteve contato frequente com todos os cidadãos que buscaram assistência, fornecendo informações e prestando o apoio cabível. Entre os brasileiros retidos encontravam-se turistas, atletas vinculados a clubes locais e residentes temporários. Graças aos esforços do Posto, que manteve permanente contato com as autoridades locais, outras Embaixadas e companhias aéreas, 10 cidadãos puderam ingressar em voos especiais de repatriação de outros países até a Europa e Doha, de onde puderam retornar ao Brasil. Os nacionais arcaram todos com os custos de passagem, conforme instruído pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Os demais optaram por aguardar a reabertura das fronteiras ou decidiram permanecer no país e seguiram recebendo apoio e orientações do Posto.

VII) CULTURAL

28. Desde 2017, a embaixada tem realizado anualmente, exceto em 2020, show musical em parceria com a Embaixada de Portugal para celebrar o dia da língua portuguesa, no mês de maio. Músicos brasileiros, portugueses e cabo-verdianos já participaram do evento, que divulga a música dos diversos países lusófonos, e onde, em razão de sua grande popularidade, a música brasileira acaba tendo maior preponderância. Ainda em 2017, o Brasil participou do Festival de Cartago, principal evento cultural do

país, com show realizado pelo violonista Yamandu Costa, no Acropoleum, um dos mais importantes espaços culturais do país.

29. Em 2018, o Brasil participou, sempre com o apoio da Embaixada, do Festival de Cine de Cartago, como país homenageado, tendo sido exibidos diversos filmes durante duas semanas e realizados debates entre cinéfilos, sobretudo em torno da obra de Glauber Rocha.

30. Em 2019, a Embaixada organizou, com o Instituto Cervantes e universidades locais, o Festival Itinerante de Cinema de Língua Portuguesa, com a apresentação de filmes brasileiros, que foram especialmente valorizados pelos estudantes os oriundos de países africanos de língua portuguesa que vivem neste país. Em razão da pandemia, não ocorreram atividades culturais em 2020.

3

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO*

CPF.: 810.877.307-59

ID.: 10095 MRE

1964 Filho de Achilles Emilio Zaluar Junior e Maria Lina Leão Teixeira Zaluar, nasce em 28 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1985 Bacharel em Matemática pela PUC-RJ
 1991 CPCD-IRBR
 2002 Mestrado em Administração Pública (MPC/MC) pela Escola Kennedy de Governo, Harvard University, EUA
 2006 L CAE - IRBr, Tese "A não-proliferação nuclear e o Conselho de Segurança", aprovada com louvor e recomendação para publicação
 2013 Curso de Política de Defesa, Sessão Nacional, Institut des Hautes Études de Defense Nationale (IHEDN), Paris, França

Cargos:

1991 Terceiro-Secretário
 1995 Segundo-Secretário
 2000 Primeiro-Secretário
 2005 Conselheiro
 2008 Ministro de Segunda Classe
 2017 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1991-94 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (DDS), assistente
 1995-98 Missão junto à ONU, Nova York, terceiro e segundo secretário
 1998-2002 Embaixada em Assunção, segundo e primeiro secretário
 2001-02 Consulado-Geral em Boston, cônsul-adjunto em missão transitória
 2002-03 Divisão da América Meridional I (DAM-I), assistente
 2003-06 Divisão das Nações Unidas, subchefe
 2006 Embaixada em Porto Príncipe, missão transitória
 2006-10 Embaixada em Washington, conselheiro e ministro
 2010-15 Embaixada em Paris, ministro-conselheiro, chefe da chancelaria e encarregado de negócios a.i.
 2015-18 Embaixada em Damasco, encarregado de negócios permanente
 2018-19 Gabinete do Ministro de Estado assessor especial e chefe do gabinete
 2019-21 Departamento de Promoção Tecnológica, diretor
 2021- Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores

Cargos docentes e outras atividades acadêmicas:

2002-03 Professor-Assistente do Curso de Teoria das Relações Internacionais, Instituto Rio Branco
 2003 Membro da Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
 2019-20 Professor do Curso de Política Internacional, Instituto Rio Branco

Publicações:

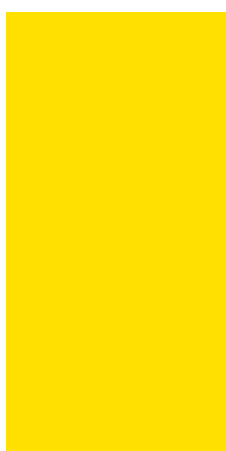
1992 "Tecnologias sensíveis: o novo cenário internacional", in Boletim de Diplomacia Econômica, nº 13, Brasília
 1993 "Não-proliferação e tecnologias sensíveis II", in Política Externa, Vol 2, nº 2, São Paulo
 1996 "O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP)", com José Eduardo Felício e Edmundo S. Fujita, in Parcerias Estratégicas, Vol 1, nº 1, Brasília
 1997 "The 1972 Biological Weapons Convention – A View from the South", com Roque Monteleone-Neto, in International Review of the Red Cross, nº 318, Genebra
 2009 "A realistic approach to nuclear disarmament", in Abolishing nuclear weapons: a debate, George

- 2010 Perkovich e James Acton (org.), Carnegie Endowment, Washington
"Shared Responsibilities, Shared Rights", in Shared Responsibilities for Nuclear Disarmament: A Global Debate, Scott D. Sagan (org.). AAAS, Washington

Condecorações:

- 2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2006 Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
2009 Ordem do Mérito Militar, Exército Brasileiro, Grau de Oficial
2009 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
2010 Medalha Mérito Santos-Dumont, Força Aérea Brasileira
2013 Ordem do Mérito da Defesa, Comendador
2014 Ordem do Mérito Naval, Marinha do Brasil, Comendador
2020 Ordem do Mérito Naval, Marinha do Brasil, Grande Oficial
2021 Ordem do Mérito Aeronáutico, Força Aérea Brasileira, Grande Oficial
2022 Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**SANTA SÉ*****JUNHO 2022***

DADOS BÁSICOS SOBRE O VATICANO	
NOME OFICIAL:	Santa Sé
GENTÍLICO:	Vaticano
CAPITAL:	Cidade do Vaticano
ÁREA:	0,44 km ²
POPULAÇÃO:	799 (2022-World Population Review)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Latim e italiano
PRINCIPAL RELIGIÃO:	Católica apostólica romana
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia eletiva teocrática
CHEFE DE ESTADO:	Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio)
SECRETÁRIO DE ESTADO (CHEFE DE GOVERNO):	Monsenhor Pietro Parolin
SECRETÁRIO PARA AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS (CHANCELER):	Paul Gallagher
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
NÚNCIO APOSTÓLICO NO BRASIL	Dom Giambattista Diquattro
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Doze sacerdotes

APRESENTAÇÃO

Com base territorial na Cidade do Vaticano, com 0,44 km² de área e população de 799 habitantes, a Santa Sé tem dupla condição de sede de poder espiritual e temporal, o que imprime caráter especial à sua ação externa. A Igreja Católica é a única instituição confessional do mundo com acesso formal às relações diplomáticas, e sua interação com os outros atores da cena internacional se dá por meio da Santa Sé, pessoa jurídica conduzida pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, que o auxiliam em sua missão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Papa Francisco
Cardeal Jorge Mario Bergoglio



O Papa Francisco (em latim: Franciscus) nasceu em Buenos Aires em 17 de dezembro de 1936 e é o 266º Pontífice a assumir o trono petrino. Primeiro Jesuíta e primeiro sul-americano a ser eleito Papa, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e Cardeal-presbítero em 21 de fevereiro de 2001. Filho de migrantes italianos, formou-se em Química. Ingressou na Companhia de Jesus em 1958. Lecionou literatura e graduou-se em Teologia em 1969.

Foi nomeado cardeal no Consistório Ordinário Público de 21 de fevereiro de 2001, presidido pelo Papa João Paulo II. Integrou diversos dicastérios (departamentos da Cúria Romana) tais como a Congregação para o Clero e as Pontifícias Comissões para a Família e para a América Latina. Eleito Papa em 13 de março de 2013, foi entronizado em 19 de março.

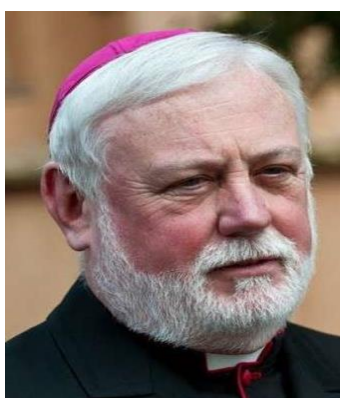
**Secretário de Estado
Cardeal Pietro Parolin**



Pietro Parolin nasceu em 17 de janeiro de 1955 em Schiavon, na Itália. Diplomata formado pela Pontifícia Academia Eclesiástica, iniciou seu serviço diplomático em 1986, na Nigéria. Entre 1989 e 1992, atuou no México. Entre 1992 e 2009, trabalhou na Secretaria para Relações com os Estados, até que Bento XVI o nomeou Núncio Apostólico na Venezuela.

Em 2002, foi nomeado Subsecretário para as Relações com os Estados, o que corresponde ao encargo de Vice-Chanceler. No período em que esteve na Secretaria de Estado, colaborou com dois Papas, três secretários de Estado e três Secretários para as Relações com os Estados. Especialista em Oriente Médio, atuou na Comissão bilateral Santa Sé-Israel. Em 15 de outubro de 2013, foi nomeado Secretário de Estado pelo Papa Francisco.

**Secretário para Relações com os Estados
Monsenhor Paul Gallagher**



Monsenhor e Arcebispo Paul Richard Gallagher nasceu em 23 de janeiro de 1954 em Liverpool, Reino Unido. Foi ordenado padre em 1977. Ingressou no serviço diplomático da Santa Sé em 1984. Ocupou diferentes postos nas nunciaturas apostólicas da Tanzânia, do Burundi e das Filipinas. Em 2004, foi nomeado Núncio Apostólico no Burundi. Em 2009, foi nomeado núncio na Guatemala e, em 2012, na Austrália. Em 8 de novembro de 2014, foi nomeado pelo Papa Francisco Secretário para Relações com os Estados, cargo equivalente ao de Chanceler da Santa Sé.

**Núncio Apostólico
Giambattista Diquatro**



Giambattista Diquatro nasceu em Bolonha, Itália, em 18 de março de 1954. Foi ordenado sacerdote em 1981. Ingressou no Serviço Diplomático da Santa Sé em 1 de maio de 1985. Serviu em nunciaturas apostólicas e missões diplomáticas na República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Chade, nas Nações Unidas em Nova York, e mais tarde na Secretaria de Estado do Vaticano, e na Nunciatura Apostólica na Itália. Foi nomeado núncio apostólico no Brasil pelo Papa Francisco em 29 de agosto de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Igreja Católica mantêm relações diplomáticas desde 23 de janeiro de 1826, quando o papa Leão XII recebeu as cartas credenciais de monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, que havia sido enviado a Roma por Pedro I para efetuar gestões em favor do reconhecimento da independência proclamada em 1822.

A Constituição de 1824 estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império. Ao imperador era facultado o direito ao padroado (prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e ao beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional). Os sacerdotes tinham o status de funcionários públicos, recebendo salários da Coroa.

Desde a Constituição republicana de 1891, vigora no Brasil o princípio da liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado. Tais princípios já estavam consignados no Decreto do Governo Provisório da República, de 1890, e, em 1893, reconheceu-se a personalidade jurídica das igrejas e seu direito à propriedade.

Em 1902, a representação diplomática da Santa Sé no Brasil foi elevada à categoria de Nunciatura. A representação brasileira na Santa Sé foi elevada à categoria de Embaixada em 1919.

Os católicos correspondem a cerca de 50% da população brasileira (Datafolha 2020). O Brasil é considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, onde atua o mais numeroso episcopado da Igreja. A atividade da Igreja Católica no Brasil é orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), presidida desde de 6 de maio de 2019 por Dom Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo de Belo Horizonte.

O mais alto representante brasileiro na Cúria Romana, atualmente, é o cardeal João Braz de Aviz, que chefia a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica.

Em 2011, o Papa Bento XVI formalizou a escolha do Rio de Janeiro como sede da XXVIII Jornada Mundial da Juventude, realizada em julho de 2013.

O Brasil possui trinta e oito santos e santas: São Roque González de Santa Cruz, Santo Afonso Rodrigues e São João de Castilho, mártires do Rio Grande do Sul; Santo Antonio de Sant'Ana Galvão, nascido em Guaratinguetá, São Paulo; Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus, nascida na Itália; São José de Anchieta, nascido na Espanha; Santo André de Soreval e companheiros, mártires de Cunhaú e Uruaçu, vinte e cinco homens e cinco mulheres mártires do Rio Grande do Norte; e Santa Dulce dos Pobres, nascida em Salvador, Bahia. Cabe ainda menção ao caso do Padre Cícero, reabilitado por meio de carta enviada pelo cardeal Pietro Parolin à diocese do Crato, em que a biografia e as ações do religioso brasileiro são consideradas consoantes com o modelo de Igreja propugnado por papa Francisco.

Em 29 de maio último, o Papa Francisco anunciou, ao final da oração do "Regina Coeli", a convocação de um Consistório para a criação de 21 novos Cardeais, entre os quais dois brasileiros: Dom Leonardo Ulrich Steiner, Arcebispo de Manaus, e Dom Paulo Cezar Costa, Arcebispo de Brasília. O consistório deverá realizar-se no próximo dia 27 de agosto.

Visitas e Reuniões

O Papa João Paulo II esteve no Brasil em três oportunidades: 1980, 1991 e 1997. Na primeira delas, permaneceu doze dias em território brasileiro; em 1991, dez dias; em 1997, visitou o Brasil no contexto da II Encontro Mundial com as Famílias, realizado no Rio de Janeiro.

O presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Vaticano três vezes, em 1997, 1999 e 2002.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva compareceu às exéquias do papa João Paulo II, em abril de 2005, acompanhado dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Itamar Franco.

Em visita ao Brasil em 2007, o Papa Bento XVI presidiu a solenidade de canonização do beato Frei Galvão, primeiro santo nascido no Brasil.

No Consistório de 2007, o Ministro Gilberto Carvalho representou a Presidência da República na consagração do Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer.

Em 2008, o presidente Lula foi recebido em audiência pelo Papa Bento XVI e manteve reunião com o secretário de estado, cardeal Tarcisio Bertone.

Nos Consistórios de 2010 e 2012, o Ministro Gilberto Carvalho novamente representou a Presidência da República na consagração do Arcebispo de Aparecida, Dom Raymundo Damasceno Assis e do Arcebispo de Brasília, Dom João Braz de Aviz, respectivamente.

Por ocasião da missa inaugural do pontificado de Francisco, em março de 2013, a presidente Dilma Rousseff realizou visita oficial ao Vaticano, tendo sido recebida pelo papa em audiência oficial no dia 20 de março.

O Papa Francisco veio ao Brasil em julho de 2013 por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude, em sua primeira viagem internacional no exercício do pontificado. Além de participar de atividades especificamente relacionadas à Jornada, visitou o hospital São Francisco, celebrou missa no Santuário de Aparecida (SP) e manteve encontros com bispos brasileiros e latino-americanos. Na ocasião, anunciou sua intenção de regressar ao Brasil em 2017 para as celebrações dos 300 anos da aparição de Nossa Senhora de Aparecida. Entretanto, ainda em 2016, cancelou a viagem, citando dificuldades de agenda

A presidente Dilma Rousseff voltou a visitar a Santa Sé em fevereiro de 2014, durante o Consistório em que foi criado cardeal o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta.

Em 24 de abril do mesmo ano, o Vice-Presidente Michel Temer e o Presidente do Senado Federal Renan Calheiros participaram da cerimônia de canonização de José de Anchieta no Vaticano.

No Consistório de 2016, que consagrou o Cardeal Dom Sérgio da Rocha, Arcebispo Metropolitano de Brasília, o Brasil foi representado por delegação parlamentar, chefiada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e integrada pelos deputados Antônio Imbassahy, Baleia Rossi, Osmar Serraglio, Heráclito Fortes, Hugo Motta e Mário Heringer.

Em 2 de setembro de 2016, realizou-se reunião de Consultas Políticas entre o então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte, Fernando Simas Magalhães e Monsenhor Antoine Camilleri, Subsecretário para Relações com os Estados da Santa Sé. Na ocasião foram discutidos, entre outros, a crise na Venezuela, a situação do diálogo entre o ELN e o governo da Colômbia, o conflito na Síria e a crise migratória em direção à Europa. Ambas as partes concordaram quanto à importância de manter diálogo político contínuo sobre temas da agenda internacional.

Em 23-26 de abril de 2019, o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, Kenneth da Nóbrega, manteve reuniões, no Vaticano, a respeito do Sínodo Pan-Amazônico. Encontrou-se, com seis autoridades da Santa Sé, dentre as quais o Cardeal Lorenzo Baldisseri, Secretário-Geral do Sínodo dos Bispos.

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, foi recebido pelo Cardeal Parolin, Secretário de Estado, e pelo Monsenhor Paul Gallagher, Secretário para Relações com os Estados no Vaticano, em maio de 2019.

Em outubro de 2019, participaram da canonização de Santa Dulce dos Pobres (Irmã Dulce) o Senhor Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, e senhora, e integraram a comitiva oficial brasileira o Presidente do Senado Federal e senhora, o Presidente da Câmara dos Deputados e senhora, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro da Saúde, o Procurador-Geral da República e senhora, o Prefeito de Salvador e o ex-Presidente José Sarney. Também compareceram à cerimônia o Governador da Bahia, acompanhado do Secretário de Turismo e comitiva estadual, além de 11 senadores da República e 37 deputados federais com suas respectivas famílias, bem como autoridades da Assembleia Legislativa da Bahia, da prefeitura de Salvador e do

Tribunal de Justiça da Bahia. No dia seguinte à canonização, o Senhor Vice-Presidente encontrou-se com o Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Pietro Parolin, e com o Secretário para as Relações com os Estados, Monsenhor Paul Richard Gallagher.

Em 13 de dezembro de 2019, a Primeira Dama Michele Bolsonaro e a Ministra dos Direitos Humanos, Mulher e Família (MMFDH), Damares Alves, cumpriram agenda de encontros e reuniões no Vaticano, junto ao projeto "Scholas Ocurrentes", rede de comunicação entre escolas, em prol da colaboração de projetos educacionais de interesse comum, derivada de iniciativa pessoal de Francisco quando era arcebispo de Buenos Aires. Na ocasião, a Primeira Dama, acompanhada pela Ministra Damares, manteve encontro com o Papa. A Ministra Damares foi também posteriormente recebida pelo Subsecretário para Relações com os Estados, Monsenhor Miroslaw Wachowski.

Em junho de 2020, a Primeira Dama participou de conferência virtual por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, promovida pelo mesmo projeto "Scholas Ocurrentes".

Em 6 de setembro de 2021, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que se encontrava em Roma para Reunião de Ministros da Saúde do G20, manteve reunião com o Prefeito do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, Cardeal Peter Turkson, responsável pelo acompanhamento, na Cúria, dos temas relacionados ao combate à pandemia de COVID-19. Após a reunião, o Ministro Queiroga concedeu entrevista à Rádio Vaticano.

Acordo-Quadro Bilateral

O Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, proposto pela Santa Sé em 2006, reafirma a adesão ao princípio internacionalmente reconhecido da liberdade religiosa, dispõe sobre os fundamentos da relação bilateral, sobre a personalidade jurídica da Santa Sé e das instituições eclesiais que regularmente atuam nas esferas religiosas e de assistência e solidariedade social. Além disso, prevê cooperação para a salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, considerado parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, assim como dos lugares de culto. Dispõe também sobre as instituições de ensino mantidas pela Igreja Católica, bem como sobre tributos, vínculos trabalhistas, vistos e outros temas relevantes.

Assinado em 2008, ratificado e promulgado, o acordo permaneceu em vigor enquanto aguardava manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre ação direta de inconstitucionalidade impetrada em 2010 pela Procuradoria-Geral da República. O elemento que motivou a ação dizia respeito à educação religiosa em escolas públicas, que estaria em contradição com o princípio do laicismo do estado. Tal questão foi objeto

de atenção tanto da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores como da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ambos convergentes quanto à sua constitucionalidade. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade. Sua decisão foi publicada em 2018.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura e funcionamento da Santa Sé

A Santa Sé é constituída pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, à qual o clero é subordinado. Seu organograma foi estabelecido pela Constituição Apostólica Pastor Bonus, promulgada em junho de 1988, assim configurada:

a) Papa: exerce tríplice função, como bispo de Roma, pastor da Igreja universal e chefe do Estado da Cidade do Vaticano. Para cada uma dessas funções, apoia-se em uma organização específica. Como sucessor de São Pedro à frente da Igreja, o Papa herdou a titularidade de Roma e a missão de garantir a unidade da Igreja e da fé. Como bispo, participa do Colégio Episcopal; como bispo de Roma, preside-o. O Papa confia a direção da diocese de Roma a um cardeal-vigário, cuja sede é a Basílica de São João de Latrão, catedral de Roma. O Papa exerce, com o conjunto dos bispos, a chefia da Igreja Católica. Para o exercício dessa responsabilidade, o Papa e o Colégio Episcopal valem-se de um conjunto de organismos sediados em Roma sob sua autoridade: a Cúria Romana, secretariados e tribunais, entre outras instituições. Na qualidade de chefe do Estado da Cidade do Vaticano, o Papa exerce a totalidade dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Governa a Igreja e sua base territorial como monarca absoluto, eleito para mandato vitalício. É assistido pelo secretário de estado, atualmente o cardeal Pietro Parolin, que atua como Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo.

b) Colégio Cardinalício, ou Sacro Colégio: é composto pelos cardeais, que são os principais colaboradores e assistentes do Papa. O título de cardeal lhes confere participação no governo da Igreja em Roma. A nomeação dos cardeais é da competência direta do pontífice, que formaliza sua escolha no contexto de um Consistório. A outorga do título é feita em missa solene. Não há limitação de número ou idade para participação dos cardeais no Colégio Cardinalício. Desde a metade do século XI, cabe aos cardeais, reunidos em conclave, eleger um novo Papa. A escolha recai habitual, mas não necessariamente, sobre um dos integrantes do Sacro Colégio. Desde o pontificado de Paulo VI, o número de eleitores em um conclave é limitado a 120 cardeais com menos de 80 anos. As regras de eleição são ditadas pela Constituição Apostólica Universi Dominici Gregis, de João Paulo II (1996), modificadas por dois documentos “motu proprio” do Papa Bento XVI — um, datado de 11 de junho de 2007, que reestabeleceu a

necessidade de maioria qualificada de dois terços dos votos dos cardeais presentes para a escolha do pontífice em todos os escrutínios, e outro, de 22 de fevereiro de 2013, que, entre outras disposições, permite o início do conclave após quinze dias da vacância do cargo. Durante a “sede vacante”, declarada quando da morte do Papa - ou sua renúncia - até a eleição do seu sucessor, o Colégio Cardinalício exerce algumas funções no governo geral da Igreja e do Estado do Vaticano. O “Camerlengo” é o responsável pela administração dos bens e direitos temporais da Santa Sé entre o fim de um pontificado e o início do seguinte.

c) Sínodo dos Bispos: foi criado pelo Papa Paulo VI, em 1965, como instituição mais democrática do poder na Igreja, no âmbito das inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II. Trata-se de foro de reflexão e de debate colegiado, do qual participam bispos e arcebispos dos países selecionados pelo Papa em função dos temas discutidos. Relativamente pouco acionado por João Paulo II, recebeu grande impulso no pontificado de Bento XVI, que convocou cinco sínodos, sobre os temas “Eucaristia” (2005), “Evangelização” (2008), “África” (2009), “Oriente Médio” (2010) e “Nova evangelização para transmissão da fé cristã” (2012). O Papa Francisco realizou, até o momento, quatro sínodos: “Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização” (2014); “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo” (2015), ambos sobre o tema da família, uma das prioridades de seu pontificado; “Os jovens, a fé e o discernimento vocacional” (2018); e “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral” (2019).

d) Cúria Romana: é a cúpula da Santa Sé e compreende os seguintes órgãos: a Secretaria de Estado e seus Dicastérios (órgãos assemelhados aos ministérios), o Sínodo dos Bispos, os Tribunais, as Comissões Pontifícias, a Guarda Suíça, o Escritório de Trabalho da Sé Apostólica, as Academias Pontifícias e as instituições ligadas à Santa Sé, como a Tipografia Vaticana e o Pontifício Instituto de Música Sacra.

e) Secretaria de Estado: é o órgão mais elevado na hierarquia da Cúria Romana e que mais de perto colabora com o Papa no exercício de sua missão. Cabe-lhe assegurar o bom andamento e a coordenação quotidiana das atividades dos órgãos da Santa Sé. Sua origem remonta ao século XV, quando Inocêncio VIII instituiu a “Secretaria Apostólica”. O Secretário de Estado é o primeiro colaborador do Papa, máximo expoente da atividade política e diplomática da Santa Sé. A Secretaria de Estado divide-se na Primeira Seção e na Segunda Seção, que se encarregam dos assuntos gerais do Estado e do Pontífice e das relações exteriores da Santa Sé, respectivamente:

- A Primeira Seção é confiada a um arcebispo denominado “substituto para os assuntos gerais” (“sostituto”), equivalente ao cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Ocupa-se da organização das atividades do Papa; da comunicação e das relações entre diferentes órgãos da Cúria Romana; da tradução oficial dos documentos pontifícios; da

publicação da "Acta Apostolicae Sedis", boletim oficial dos atos e documentos públicos da Sé Apostólica; da supervisão do Escritório Central de Estatística da Igreja; da redação das cartas apostólicas, do Protocolo e das questões jurídicas e de pessoal, inclusive aquelas relativas ao serviço exterior. Estão apensos à Primeira Seção, porém com autonomia administrativa, a Sala de Imprensa da Santa Sé, o "Osservatore Romano", a Rádio Vaticana e o Centro Televisivo Vaticano.

- A Segunda Seção, também dirigida por um arcebispo, o Secretário para as Relações com os Estados, coadjuvado por um Subsecretário para as Relações com os Estados, ocupa-se do relacionamento com os demais sujeitos de Direito Internacional. Cabe-lhe supervisionar a representação diplomática da Santa Sé e a negociação de tratados e acordos internacionais. A Segunda Seção pode opinar - devidamente instruída pelo Pontífice e ouvidas as unidades competentes da Cúria - sobre nomeações dos titulares para as dioceses, assim como sobre a instituição ou modificação daquelas. Em colaboração com a Congregação para os Bispos, participa do processo de nomeação episcopal nos países que mantêm acordos sobre a matéria com a Santa Sé.

f) Núncios apostólicos: representantes diplomáticos da Santa Sé, são arcebispos com precedência de Embaixador e têm uma dupla dimensão, a diplomática e a intraeclesial, pois são também acreditados perante a Igreja do país onde servem. Uma das principais atribuições dos Núncios na esfera eclesiástica é a organização de listas para a nomeação dos bispos nos países onde estão acreditados. A Santa Sé é representada por "observadores permanentes", "observadores" ou "enviados especiais" nos organismos internacionais perante os quais é acreditada;

g) Dicastérios: são unidades assemelhadas aos ministérios. Dividem-se em congregações e conselhos pontifícios. Os primeiros, chefiados por prefeitos, encarregam-se de temas vinculados à religião; os últimos, chefiados por presidentes, tratam de questões afetas às relações da Igreja Católica com os fiéis. Algumas congregações remontam ao século XVI, como a do Santo Ofício, criada por Paulo III, em 1542, hoje denominada Congregação para a Doutrina da Fé, e a Congregação para as Causas dos Santos, criada por Sisto V, em 1588. Os titulares dos dicastérios provêm de inúmeros países, em processo de internacionalização iniciado por Pio XII e aprofundado por Paulo VI.

Características do atual pontificado

Após a renúncia do Papa Bento XVI, em fevereiro de 2013, teve início o conclave que elegeu, no dia 13 de março, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio. O 266º Papa da história da Igreja adotou o nome de Francisco.

Cerca de um mês depois de eleito, Francisco anunciou a criação de grupo de oito cardeais e um monsenhor para auxiliá-lo no exame de reformas no governo da Igreja. O

grupo, representativo dos cinco continentes, é integrado pelos arcebispos de Santiago do Chile, Francisco Errazuriz; de Tegucigalpa, Oscar Rodriguez Maradiaga; de Boston, Sean O'Malley; de Kinshasa, Laurent Pasinya; de Mumbai, Oswald Gracias; de Munique, Reinhard Marx; de Sydney, George Pell; pelo cardeal italiano Giuseppe Bertello, presidente emérito da Pontifícia Comissão para o Estado da Cidade do Vaticano Vaticano; e pelo monsenhor Marcello Semeraro, membro do conselho de administração do "Avvenire", jornal da Conferência Episcopal Italiana.

O pontificado de Francisco tem-se notabilizado pela valorização da misericórdia, pela defesa de uma "Igreja pobre" e pela abertura desta às necessidades concretas dos fiéis, em um processo denominado pelo próprio santo padre de "conversão pastoral". As principais diretrizes de seu ministério estão presentes na exortação apostólica "Evangelii Gaudium", escrita após o Sínodo dos Bispos sobre "A nova evangelização para a transformação da fé cristã", e publicada em novembro de 2013. Do referido documento, constam temas como a "transformação missionária da Igreja", a "dimensão social da evangelização", a valorização da família, a promoção da paz e da justiça social, o respeito pela criação, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o papel do pregador na sociedade contemporânea, que conferem ao texto o caráter de um "road map" do atual pontificado. Ao mesmo tempo, é possível identificar nos nove anos de papado bergogliano o claro propósito de concluir o Concílio Vaticano II, buscando a implementação efetiva de pontos que, devido a circunstâncias históricas, restaram pendentes durante os pontificados de seus antecessores.

Requisito considerado fundamental para a transformação da Igreja Católica em uma "igreja de saída", ou em uma "igreja na estrada", é a reforma da Cúria Romana, iniciada por Bento XVI e acelerada por Francisco, tanto do ponto de vista de sua estrutura e funcionamento, como de seu modo de conceber a atuação da Igreja. Desse modo, com o auxílio do citado Conselho de Cardeais, o papa tenciona racionalizar a administração da Igreja, de modo a convertê-la em uma organização de pastores voltada para a promoção do bem-comum e a solução de problemas concretos das populações mais fragilizadas.

POLÍTICA EXTERNA

A Santa Sé é pessoa jurídica conduzida pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, reconhecida internacionalmente como Estado pelo Direito Internacional Público. Na qualidade de agente diplomático, a Santa Sé dispõe, como os demais Estados, de direito de delegação ativo e passivo, do exercício de *ius contrahendi* para a

negociação de acordos e tratados e de capacidade de mediação de conflitos internacionais. Mantém relações diplomáticas com 180 países, dos quais 86 estão representados por Embaixadores residentes em Roma. Acreditadas também junto à Santa Sé estão a União Europeia, a Ordem de Malta e o estado da Palestina. A Santa Sé tem status de observadora permanente nas Nações Unidas, com direito a voz. É membro pleno ou observador de agências especializadas das Nações Unidas e de outros organismos internacionais.

Temas globais

A atual política externa da Santa Sé reflete a visão de um mundo multifacetado e interconectado, que demanda estratégias complexas para a promoção da paz, a difusão do evangelho e a defesa da liberdade religiosa, objetivos primordiais da Igreja. Nesse contexto, a política externa vaticana orienta-se pelo princípio de “construir pontes” em um mundo que estaria vivendo processo de desagregação. Para tanto, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e a atenção aos países em desenvolvimento, assim como às periferias dos países desenvolvidos, têm sido preponderantes na elaboração da agenda de viagens apostólicas e nos contatos com líderes políticos e religiosos.

Resultados dessa visão incluem visitas à Jordânia, à Palestina e ao Egito; o encontro entre o Papa e o patriarca de Moscou; o esforço para não isolar a Rússia; a mediação do reatamento de relações entre Cuba e Estados Unidos; as visitas à Bósnia e Herzegovina, Armênia, Geórgia e Azerbaijão; as viagens à América Latina; nas alocações ao Congresso dos EUA, em que advogou a proteção dos imigrantes, e à Assembleia Geral da ONU, em que defendeu a reforma do Conselho de Segurança e dos organismos executivos e financeiros com vistas a “evitar abusos e a usura” contra os países em desenvolvimento; a visita à mesquita de Bangui e à sinagoga de Roma, no encontro com o Imã da universidade egípcia de Al-Azhar e a aceitação do convite para participar, em Estocolmo, da comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante; a condenação do tráfico de pessoas e do tráfico de armas.

Em mensagem ao corpo diplomático junto à Santa Sé, em 2017, o Pontífice recordou que a paz permanece para muitos uma “miragem distante”. Nessa perspectiva, reiterou a importância do ecumenismo e do diálogo inter-religioso na promoção da paz, contexto em que se inserem os encontros mantidos, em 2016, com o Patriarca Cirilo, de Moscou, com líderes ortodoxos e islâmicos na Armênia, Geórgia e Azerbaijão, com autoridades da Igreja Luterana, na Suécia. Ao identificar o terrorismo fundamentalista como responsável por eventuais desconfiâncias em relação à experiência religiosa, o papa repeliu, uma vez mais, o uso do nome de Deus para a disseminação da violência.

Estreitamente ligadas à ausência de paz, na visão de Bergoglio, estariam a corrupção e a desigualdade social. Com relação à primeira, o pontífice informou que a Santa Sé depositou formalmente, em 2016, o instrumento de adesão à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela AGNU em 2003. No tocante à desigualdade, lembrou os cinquenta anos da encíclica "Populorum Progressio", de Paulo VI, baseada na ideia de que "o caminho da paz passa através do desenvolvimento". O Santo Padre apontou como inimigas da paz também a produção e o comércio de armamentos e a ideologia. Com relação à primeira, alertou para o risco de deflagração de uma nova corrida nuclear, a julgar pelos recentes experimentos na península coreana, que "desestabilizam a região e causam inquietação em toda a comunidade internacional". Da ideologia, disse que se utiliza do "desconforto social" para fomentar o desprezo e o ódio, ao considerar o outro como um inimigo a ser aniquilado.

O Santo Padre tem promovido ainda a "cultura da misericórdia", que encontra sua expressão mais concreta na proteção aos imigrantes e refugiados. Sobre essa questão, a crise migratória que afeta a Europa tem merecido a máxima atenção do atual pontificado, crítico sobretudo da resistência de países europeus em acolher imigrantes em seus territórios. O fenômeno contemporâneo do incremento dos fluxos migratórios, que o papa chamou de "a maior catástrofe desde a II Guerra Mundial", é inequívoca prioridade da agenda externa de Francisco. A primeira viagem do pontificado de Bergoglio foi à ilha siciliana de Lampedusa, em julho de 2013, onde celebrou missa dedicada às vítimas dos naufrágios no Mar Mediterrâneo. Outras visitas de alto valor simbólico para o tema foram à fronteira entre México e EUA, em fevereiro de 2016, e à ilha de Lesbos, em abril do mesmo ano. Para o papa, os ideais que inspiraram a Europa no passado teriam perdido sua força atrativa em favor do tecnicismo burocrático de suas instituições e do conforto materialista e egoísta, o que o levou a comparar o continente, mais de uma vez, com uma "avó estéril e mal humorada". Desse modo, a Santa Sé tem apontado a falta de visão e estratégia da Europa e considera que os migrantes e refugiados não constituem problema, mas sim a solução para países que há décadas apresentam taxas negativas de crescimento populacional.

Na busca de soluções para o problema, o papa Francisco propõe o estabelecimento de projetos de médio e longo prazo que ultrapassem as respostas emergenciais, com vistas a viabilizar a integração dos imigrantes nos países de acolhimento, ao mesmo tempo em que sublinha a necessidade de favorecer os países de origem com políticas solidárias, sem, contudo, "condicionar as ajudas a estratégias e práticas ideologicamente alheias ou contrárias às culturas dos povos a que se destinam".

O Papa também considera como prioritária a proteção às crianças e aos jovens, especialmente vulneráveis nas áreas afetadas por conflitos e pela pobreza extrema, com referência particular aos jovens que sofrem as consequências da guerra na Síria. Exorta a comunidade internacional a promover negociação “séria” para pôr fim ao conflito e a garantir a necessária assistência humanitária à população.

Com respeito ao meio ambiente, a encíclica “Laudato Si – sobre o cuidado da casa comum”, publicada em junho de 2015, seis meses antes da realização da Conferência da ONU sobre Mudança de Clima, aprofundou ideias esboçadas na exortação “Evangelii Gaudium” e tornou-se documento de reflexão sobre a crise ecológica e, principalmente, sua conexão com a pobreza e o subdesenvolvimento. Na encíclica, apoia-se o conceito de “ecologia integral”, que pressupõe a conexão entre todas as criaturas da Terra. Além disso, formula severa crítica ao estilo de vida da sociedade contemporânea, alicerçado no consumismo e na “cultura do descartê”, que resulta na exclusão e marginalização de grandes contingentes da população mundial.

Nesse sentido, o Papa Francisco convocou sínodo dedicado aos povos indígenas da Amazônia e à evangelização na região (2019), no marco da encíclica “Laudato Si” (2015), sobre o cuidado da casa comum. Em conexão com esse sínodo, e no intuito de fortalecer a presença missionária nos territórios dos nove países amazônicos foi criada, em 2014, a Rede Eclesial Panamazônica – REPAM, por meio de aliança com diversas entidades, entre as quais o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), a Rede Cáritas e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa integração faz-se a partir dos modelos históricos das comunidades eclesiais de base (CEBs), das comissões pastorais da terra (CPTs) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); este último, defensor de “teologia índia”, como derivativo da teologia da libertação. As preocupações pastorais manifestas na REPAM voltam-se contra a “expansão do grande capital na exploração da Amazônia”, em defesa da vida dos povos da “Panamazônia” e de seus biomas.

Sínodo para a Amazônia

Os sínodos são foros de reflexão e de debate, que podem ser convocados em nível de diocese, nacional ou mundial. No pontificado de Papa Francisco foram realizados, até o momento, quatro sínodos: “Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização” (2014), “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo” (2015), o sínodo sobre a juventude (2018) e o Sínodo Pan-Amazônico (2019).

A Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos da Região Pan-Amazônica (também conhecido como “Sínodo Pan-Amazônico”) foi convocado oficialmente pelo Papa Francisco em 15 de outubro de 2017 para ocorrer em Roma, entre 6 e 27 de outubro de 2019. O sínodo foi presidido pelo Papa e teve como tema “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”. O documento preparatório para o sínodo foi divulgado em 2018 e serviu de base para elaboração do documento de trabalho intitulado “Instrumentum Laboris”. Posteriormente, o documento de trabalho (“Instrumentum Laboris”) evitou alguns assuntos polêmicos presentes no documento preparatório. Não foram identificados, trechos que questionam a soberania dos Estados amazônicos sobre seus territórios; expressões que pudessem sugerir a criação de políticas internacionais ou tratados internacionais em área de soberania brasileira; nem menções a espaços “transamazônicos”. Tampouco foram detectadas expressões que pudessem ser interpretadas como endosso da igreja a um “corredor Andes-Amazônia-Atlântico” (triplo A).

Participaram do Sínodo, em outubro de 2019, todos os bispos de dioceses localizadas na região amazônica, que se distribuíram da seguinte maneira: Brasil (57), Colômbia (14), Peru (10), Venezuela (7), Bolívia (6), Equador (5), Guiana Inglesa (1), Guiana (1), Suriname (1). A estes se somaram os presidentes das sete Conferências Episcopais da Região Amazônica e também a Presidência da Rede Eclesial Panamazônica (REPAM). As sessões do Sínodo foram fechadas e reservadas e a Sala de Imprensa da Santa Sé organizou “briefings” frequentes (eventualmente diários) sobre a evolução dos trabalhos, de forma a evitar especulações por parte da imprensa.

Em entrevista à imprensa italiana, o Papa Francisco enfatizou a dimensão eclesial do Sínodo Pan-Amazônico: “O Sínodo não é uma reunião de cientistas ou políticos, não é um parlamento. É algo diverso. Nasce na Igreja e terá missão e dimensão evangelizadora. Será um trabalho de comunhão com o Espírito Santo”. Definiu a Amazônia como uma região “representativa e decisiva”, que, “junto com os oceanos, contribui de maneira determinante para a sobrevivência do nosso planeta”. Segundo o Papa, “grande parte do oxigênio que respiramos vem dali, e por isso desmatar significa matar a humanidade”. Recordou, em seguida, que “a Amazônia engloba nove Estados, logo não se trata de uma só nação”. Em referência aos obstáculos para a proteção da região amazônica, o Papa afirmou que “a ameaça à vida das populações e do território deriva de interesses econômicos e políticos dos setores dominantes da sociedade”.

O documento final do Sínodo de 26 de outubro de 2019 concluiu a fase celebratória do processo sinodal. Composto por 120 parágrafos votados e aprovados individualmente em assembleia, o documento foi dividido em cinco capítulos, cujos temas foram a) a "conversão integral", que busca resumir os testemunhos e diagnosticar os problemas enfrentados pelos povos amazônicos; b) a "conversão pastoral", que trata das condições e dos objetivos da Igreja na região; c) a "conversão cultural", que trata do processo de inculturação da Igreja em seus vários aspectos; d) a "conversão ecológica" que discute a questão amazônica à luz dos princípios e objetivos lançados pela *Laudato Si*; e) a "conversão sinodal", que se ocupa do exercício da sinodalidade e das estruturas eclesiais próprias da Igreja na Amazônia.

A Santa Sé divulgou, em 12 de fevereiro de 2020 o texto da Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Querida Amazônia”, assinada pelo Papa Francisco de destinada a católicos e não católicos, igualmente. Por definição, uma Exortação Apostólica Pós-Sinodal é um documento oficial da Santa Sé, redigido e assinado pelo Pontífice, que considera e convalida, ou não, avaliações contidas no Documento Final emitido após uma assembleia do Sínodo de Bispos. A Exortação Apostólica não define a doutrina da Igreja mas, por ser assinada pelo Papa, é considerada um documento de "valor magisterial", ou seja, um documento oficial de um pontificado, ao contrário do mencionado Documento Final de um Sínodo, que resume as discussões do encontro e apresenta sugestões à avaliação do Papa.

Ao contrário das expectativas de setores ditos progressistas da Igreja, a exortação apostólica pós-sinodal do Papa Francisco "Querida Amazônia" (fevereiro de 2020) não referendou propostas de reforma do papel da Igreja na região, com potenciais repercussões doutrinárias, trazidas pelo documento final do Sínodo, como a possibilidade de ordenação sacerdotal de homens casados ("viri probati").

Outras teses polêmicas que não evoluíram durante o processo sinodal foram a da introdução de um rito amazônico na liturgia e da admissão do diaconato feminino. Ademais, "Querida Amazônia" não acolheu a ideia da denominada "internacionalização" da Amazônia como solução aos problemas locais, nem outras proposições de grupos mais críticos ao papel dos governos nacionais que pudessem vir a dar azo ao questionamento da soberania dos Estados sobre a região.

Relações bilaterais da Santa Sé

Além da já aludida atenção aos países ditos “periféricos” e ao ecumenismo como estratégia para deter as perseguições às comunidades cristãs e garantir a liberdade religiosa, cabe fazer referência, ainda que sucintamente, às relações da Santa Sé com as seguintes regiões e estados:

a) Rússia: há clara disposição da Santa Sé em manter aberto o canal de diálogo com o Kremlin, não somente por considerar que a Rússia tem um papel fundamental no encaminhamento de crises como Síria e Iraque, mas também pelo interesse em seguir contando com seu apoio no diálogo com o patriarcado de Moscou.

b) Terra Santa: a defesa dos lugares sagrados do catolicismo, situados especialmente em Israel, Palestina e Jordânia, é tema crucial para a diplomacia vaticana. Em 2014, o Papa Francisco realizou visita a Jerusalém e Amã, marcada pelo caráter de “peregrinação” religiosa e espiritual, mas também pela dimensão política de apoio aos refugiados e “discriminados por causa de sua fé em Cristo”. Em janeiro de 2016, entrou em vigor acordo entre o Vaticano e a Palestina, dois anos após a Santa Sé haver reconhecido a Palestina como estado soberano. O acordo versa sobre as atividades da Igreja católica em territórios palestinos, mas também reafirma o apoio da Santa Sé a uma solução pacífica e negociada para o conflito na região;

c) Ásia: além da consolidação de laços com Coreia do Sul, Sri Lanka e Filipinas (visitados em 2014 e 2015, respectivamente), a Igreja católica logrou obter um “modus operandi” satisfatório em território vietnamita e, ao que tudo indica, avança negociações com a China. Após o Papa Francisco ter sinalizado claramente seu desejo de aproximar-se da China, o diálogo, interrompido em 2009, foi retomado, e há notícias de que estão em curso negociações entre os dois Estados. A questão da ordenação de bispos pelo governo chinês tem sido o maior óbice à normalização das relações entre Pequim e a Santa Sé;

d) América Latina: com a eleição do Papa Francisco, outras regiões do mundo, anteriormente negligenciadas, receberam maior atenção, principalmente a América Latina. A região é a única a contar com uma Conferência Episcopal (CELAM) da qual participam diversos bispos de cada país, e também a única a contar com um órgão específico na administração da Santa Sé, a Comissão Pontifícia para a América Latina, subordinada à Congregação dos Bispos. A primeira viagem oficial de seu papado teve como destino o Brasil (Jornada Mundial da Juventude, em julho de 2013) e realizou viagens ao Equador, Bolívia e Paraguai (2015); México (2016); Colômbia (2017) e Chile (2018). Com relação ao México, Francisco foi o primeiro pontífice recebido no Palácio Nacional, após longo caminho de reaproximação entre a Santa Sé e o Estado mexicano. Nos países visitados, o Pontífice atribuiu à injustiça social a proliferação do narcotráfico e da violência e exortou as autoridades a incentivarem projetos de desenvolvimento em prol do bem comum.

Merece destaque ainda o papel do Vaticano como potencial mediador de conflitos regionais. Na esteira da atuação da Santa Sé no reatamento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA, cogitou-se sua participação nas negociações entre o governo da Colômbia e as Farc, assim como na promoção do diálogo entre governo e oposição na Venezuela. Sobre este último país, objeto de grande preocupação da diplomacia vaticana, cabe destacar a atuação conciliadora do Nuncio Apostólico em Caracas, assim como os sinais emitidos pela Secretaria de Estado da Santa Sé de que estaria pronta a contribuir para o diálogo.

Conflito Rússia-Ucrânia

Em face do conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, a Santa Sé tem mantido postura de "equidistância sem indiferença": equidistância em relação aos beligerantes, mas sem indiferença em relação às consequências da conflagração. Tal política vaticana desdobrou-se inicialmente em três vertentes: a "diplomacia ecumênica" (ação conjunta com a Igreja ortodoxa russa, prejudicada posteriormente por declarações polêmicas do Patriarca Cirilo); a "diplomacia da negociação" (prontidão para eventual mediação); e a "diplomacia da misericórdia", com o deslocamento de dois cardeais ao território ucraniano para entregar pessoalmente ajuda humanitária, em complemento à já extensa ação da Caritas Internationalis no terreno.

O Papa Francisco tem mantido o tom pastoral de suas intervenções sobre a guerra, sem acusações frontais sobre a responsabilidade russa, mas vem demonstrando crescente impaciência com o prolongamento dos combates. Em visita à Ucrânia, em maio último, o Secretário para as Relações com os Estados, Monsenhor Paul Richard Gallagher, declarou-se favorável ao recebimento de ajuda, "inclusive militar", com "proporcionalidade", pela Ucrânia; asseverou a necessidade de incluir os ucranianos em "todas as iniciativas a favor da paz" naquele país; fez referência à "agressão da Rússia"; e assegurou o comprometimento da Santa Sé com a "integridade territorial" da Ucrânia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

60 DC	Fundação da Igreja de Roma pelo apóstolo Pedro.
64	Morte de São Pedro, considerado o primeiro Bispo de Roma.
313	Publicação do <i>Édito de Milão</i> pelo Imperador Constantino, por meio do qual se concede a liberdade religiosa aos cristãos.
380	O Imperador Teodósio I declara a Igreja Católica como a religião oficial do Império Romano.
756	O Bispo de Roma, recebe de Pepino, o Breve, Rei dos Francos, os territórios dos <i>Estados Papais</i> , que perdurarão como sede do poder temporal da Igreja até a Reunificação Italiana, em 1870.
1053-1484	Grande Cisma do Oriente leva à separação entre os ramos latino e ortodoxo da Igreja, fundada em diferenças teológicas e na aspiração do Bispo de Roma a exercer primado sobre todos os demais. O ramo ocidental da Igreja passa a reconhecer a primazia do Papa.
1309-1376	Após a eleição do francês Clemente V para o papado, sete Papas consecutivos estabelecem sua residência em Avignon, na França, sob crescente influência da Coroa francesa.
1378-1415	Grande Cisma do Ocidente: estabelecem-se duas linhas distintas e rivais de Papas — uma em Roma, uma em Avignon —, cada uma proclamando-se a única legítima. Toda a Europa se divide entre Estados que prestam lealdade ao Papa romano ou ao Antipapa de Avignon.
1517	Início da Reforma Protestante, com a publicação das <i>95 Teses</i> de Martinho Lutero.
1545-1563	Contra-Reforma lançada pelo Concílio de Trento.
1860	Partes importantes dos Estados Papais (Umbria, Marche, parte da Emilia Romagna e o Lácio) são incorporadas ao novo Estado italiano.
1870-1871	Primeiro Conselho do Vaticano declara a infalibilidade papal em assuntos de fé e moral. Partida das tropas francesas que protegiam o Papa. Incorporação de Roma ao Reino da Itália.
1929	Tratado de Latrão, firmado por Benito Mussolini e o Papa Pio XI, restaura a jurisdição soberana do Papa sobre o Estado da Cidade do Vaticano. O catolicismo torna-se religião oficial de Estado do Reino da Itália.

1947	Nova Constituição italiana confirma a soberania do Vaticano.
1978	João Paulo II torna-se o primeiro Papa não-italiano em mais de 400 anos.
1985	Novo acordo entre a Itália e a Santa Sé pelo qual o catolicismo deixa de ser a religião de Estado na Itália.
2005	Morre João Paulo II, encerrando-se o terceiro pontificado mais longo da história (26 anos, 5 meses e 15 dias). Início do pontificado de Bento XVI.
2013	Renúncia de Bento XVI. Início do papado de Francisco, o primeiro Pontífice latino-americano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

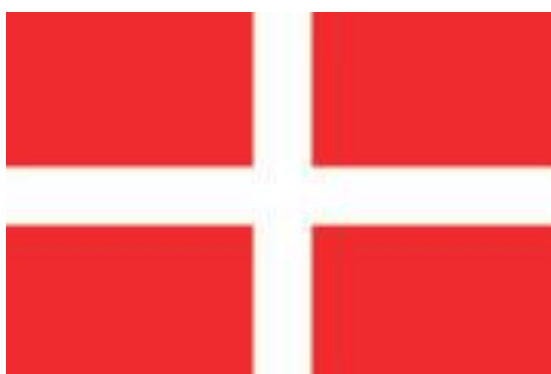
1824	A primeira Constituição brasileira formaliza o regime do Padroado, segundo o qual o catolicismo torna-se a religião oficial do Império.
1826	Mons. Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I, apresenta cartas credenciais ao Papa Leão XII.
1862	Acordo sobre Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de notas de 28 de outubro.
1872-1875	A “Questão religiosa”, envolvendo o poder de nomear bispos, abala o relacionamento entre a Igreja e o Império.
1891	A primeira Constituição republicana estabelece a separação entre Estado e Igreja e a liberdade religiosa.
1919	A representação brasileira junto à Santa Sé é elevada ao nível de Embaixada.
1934	Primeira visita de um Secretário de Estado Vaticano ao país, Cardeal Eugenio Pacelli, futuro Papa Pio XII.
1980	João Paulo II é o primeiro Papa a visitar o Brasil.
1985	Presidente eleito Tancredo Neves visita o Papa João Paulo II.
1986	Visita do Presidente José Sarney ao Papa João Paulo II.
1990	Visita do Presidente Fernando Collor ao Papa João Paulo II.
1991	Segunda viagem de João Paulo II ao Brasil.
1997	O Presidente Fernando Henrique Cardoso realiza a primeira Visita de Estado de Presidente brasileiro à Santa Sé.
1997	Terceira viagem de João Paulo II ao Brasil, no contexto do II Encontro Mundial com as Famílias, no Rio de Janeiro.
2005	Primeira visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano, para participar do funeral do Papa João Paulo II.
2007	O Papa Bento XVI visita o Brasil e abre os trabalhos da V Reunião da

	Conferência Episcopal Latino Americana.
2008	Segunda visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano. Assinatura do Acordo sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil (novembro).
2012	Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Vaticano (17 de outubro)
2013	Primeira visita da Presidente Dilma Rousseff ao Vaticano, para participar da Missa Inaugural do Papa Francisco I (março)
2013	Primeira visita do Papa Francisco I ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro (julho).
2014	Presidente Dilma Rousseff assiste, no Vaticano, ao Consistório de criação de novos cardeais, incluindo o brasileiro Dom Orani Tempesta (fevereiro)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente do Congresso Renan Calheiros a Roma para assistir à missa de canonização do Padre José de Anchieta (abril)
2016	Reunião de consultas políticas Brasil-Vaticano (entre o senhor SGEAM e o Subsecretário para Relações com os Estados, monsenhor Antoine Camillieri)
2017	Cerimônia de canonização dos mártires de São Gonçalo do Amarante e de Canguaretama, que elevou de 6 para 36 o número de santos brasileiros. O senhor PR foi representado pela senhora AGU, ministra Grace Mendonça, que manteve reunião com o secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Pietro Parolin.
2019	O Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, Kenneth da Nóbrega manteve reuniões no Vaticano a respeito do Sínodo Pan-Amazônico (abril)
2019	Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado Ernesto Araújo ao Vaticano (8 de maio)
2019	Canonização da Irmã Dulce (outubro), com a presença do Vice-Presidente, Hamilton Mourão, além de outras autoridades brasileiras.
2019	A Primeira Dama Michele Bolsonaro e a então Ministra de MMFDH mantiveram encontros e reuniões sobre o projeto “Scholas Ocurrentes” (dezembro).
2020	A Primeira Dama Michele Bolsonaro participou de conferência virtual promovido pelo projeto “Scholas Ocurrentes”, por ocasião do dia Mundial do Meio Ambiente (junho)
2021	O Ministro Marcelo Queiroga manteve reunião com o Prefeito do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, Cardeal Peter Turkson (setembro)

ATOS BILATERAIS			
Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil	13/11/2008	10/12/2009	12/02/2010
Acordo sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas	23/10/1989	23/10/1989	22/11/1989
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	02/10/1935	02/12/1935	10/01/1936

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**ORDEM SOBERANA MILITAR E HOSPITALAR DE SÃO JOÃO DE
JERUSALÉM, DE RODES E DE MALTA**



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho 2022

APRESENTAÇÃO

A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta (“Ordem de Malta”) é uma entidade internacional com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. Foi estabelecida no século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos que se dirigiam a Jerusalém, então sob domínio dos califas do Egito.

Com a conquista de Jerusalém pelos cristãos na Primeira Cruzada (1099), a Ordem assumiu funções militares de defesa dos doentes e peregrinos. Uma bula do Papa Pascoal II, de 15 de fevereiro de 1113, colocou o hospital de São João sob a proteção da Santa Sé e assegurou aos membros da Ordem, originalmente ligados aos beneditinos, o direito de eleger livremente os seus chefes, sem intervenção de qualquer outra autoridade eclesiástica. Iniciou-se, então, a trajetória independente da Ordem do Hospital de São João, já consagrada aos seus dois fins: “obsequium pauperum” (a serviço dos pobres) e “tuitio-fidei” (a proteção da fé).

Após a queda do reino cristão de Jerusalém em 1291, a Ordem se estabeleceu provisoriamente em Chipre. Em 1310, após conquistar a Ilha de Rodes, adquiriu soberania territorial e passou a exercer o papel de bastião da cristandade no Mediterrâneo Oriental. Era governada por um Grão-Mestre (que detinha o título de Príncipe de Rodes e, posteriormente, o de Príncipe de Malta), que exercia sobre a ilha de Rodes prerrogativas soberanas, de acordo com o direito feudal.

Uma frota poderosa permitiu à Ordem participar de cruzadas na Síria e no Egito, patrulhar os mares e repelir ataques dos muçulmanos durante dois séculos. Em 1523, após assédio de 5 meses, os cavaleiros de Rodes renderam-se às tropas do Sultão Solimão, o Magnífico, cedendo a ilha aos turcos. Durante sete anos a Ordem viu-se privada de território mas, em 1530, o Imperador Carlos V cedeu-lhe como domínios soberanos, com a aprovação do Papa Clemente VII, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, no norte da África. Foi estipulada então a neutralidade da Ordem nas guerras entre nações cristãs. Continuava, porém, a atividade militar em defesa da cristandade. Os Cavaleiros de Malta (como passaram a ser chamados) derrotaram, em

1565, as tropas turcas que os assediavam e participaram, em 1571, da batalha de Lepanto, que liquidou o poderio naval otomano. No século XVII, o Grão-Mestre da Ordem passou a ostentar o título de Príncipe do Santo Império Romano, dignidade equivalente à de Cardeal da Igreja Católica, com o apelativo de Eminência.

A Ordem permaneceu em Malta até 1798, quando, durante sua expedição ao Egito, Napoleão Bonaparte ocupou a ilha em função de seu valor estratégico. Por causa do código da Ordem que os proibia de levantar armas contra outros cristãos, os cavaleiros foram forçados a deixar Malta. Após ter sido expulsa de Malta por Napoleão, a Ordem teve sedes temporárias até fixar-se em Roma, em 1834. Em 1879, o papa Leão XIII restabeleceu a dignidade do Grão-Mestre e as honras cardinalícias que o acompanham.

A Ordem possui um status de Direito internacional sui generis: embora não possua território próprio (apenas alguns imóveis), recebe tratamento equiparado ao de um Estado, com soberania reconhecida por mais de 100 países. Mantém relações diplomáticas e emite passaportes. Participa da Organização das Nações Unidas como Observador. Sua população permanente é de apenas três pessoas, o príncipe, o grão-mestre e o chanceler. Em Roma, mantém duas propriedades (o Palácio da Via Condotti e a Vila do Monte Aventino) que gozam do regime de extra-territorialidade. A ordem possui 13.500 membros, 80.000 voluntários permanentes e 20.000 profissionais da saúde associados, incluindo médicos e enfermeiros.

PERFIL BIOGRÁFICO**Lugartenente da Ordem de Malta
Fra' John Dunlap**

Fra' John T. Dunlap nasceu em Ottawa, no Canadá, em 1957. Após seus estudos na Universidade de Nice, graduou-se na Universidade de Ottawa e obteve seu diploma na Universidade de Ontário Ocidental. É advogado registrado na Ordem dos Advogados do Estado de Nova York e atuou como assessor jurídico da Missão de Observação Permanente da Santa Sé junto às Nações Unidas. Admitido na Ordem de Malta em 1996, fez votos temporários de cavaleiro da justiça em 2004 e permanentes em 2008. Integrou o Conselho Soberano, órgão encarregado da governança da Ordem, para o qual foi reeleito em 2014 e 2019. O Papa Francisco nomeou Fra' John Dunlap como o novo Lugartenente do Grão Mestre da Ordem de Malta, por meio de decreto datado de 13/6/2022 em seguimento ao falecimento de Fra' Marco Luzzago, em 7/6/2022.

O cargo de Grão-Mestre está vago desde 2020. O Lugar-Tenente do Grão-Mestre é um cargo interino, que detém os mesmos poderes de Grão Mestre, e seu titular é eleito para mandato de um ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

Data de 6 de dezembro de 1951 o comunicado oficial divulgado simultaneamente no Rio de Janeiro e em Roma pelo qual o governo brasileiro reconhece “o estatuto internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta”. As duas partes estabeleceram relações diplomáticas com a criação de uma Legação da Ordem de Malta no Rio de Janeiro e uma Legação do Brasil em Roma.

Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, na pessoa do ministro-conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, que foi acreditado como encarregado de negócios interino. Em 1959, foram equiparadas as representações, com o credenciamento do embaixador junto à Santa Sé como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à Ordem de Malta. Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de embaixada, o que foi acolhido pelo governo brasileiro.

O grão-mestre visitou o Brasil em 1966, 1984 e 1990. O chanceler brasileiro visitou a sede da Ordem, em Roma, em 1966. O programa oficial das visitas foi estritamente protocolar, aspecto que tem caracterizado as relações entre o Brasil e a Ordem.

A Ordem de Malta está presente no Brasil por meio de três associações, em São Paulo (fundada em 1956), Rio de Janeiro (1957) e Brasília (1984). Existe ainda o Conselho Nacional das Associações Brasileiras da Ordem Soberana e Militar de Malta, fundado em 2004 e localizado em Brasília. As entidades têm atuado no Brasil por meio do estabelecimento de creches, inclusive para pessoas com necessidades especiais, e de lares para idosos e para crianças abandonadas; do atendimento médico e odontológico; da reabilitação de adolescentes com antecedentes penais; da criação de centros profissionalizantes; e da assistência social a povoados ribeirinhos carentes da Região Norte.

POLÍTICA INTERNA

Segundo sua constituição atual, a Ordem Soberana Militar de Malta tem caráter religioso, leigo, militar, cavaleiresco e tradicionalmente nobiliárquico. Suas atividades são coordenadas por seis Grandes Priorados, três Subpriorados e 47 Associações Nacionais presentes nos cinco continentes.

O órgão máximo da Ordem é o Conselho Soberano, presidido pelo grão-mestre, que é eleito para ocupar o cargo vitalício como príncipe e religioso superior. Para habilitar-se à eleição, é necessário ser cavaleiro professo, que atenda aos requisitos de votos de pobreza, castidade e obediência, além de possuir ascendência nobre de ao menos 200 anos, tanto pelo lado paterno como materno. O cargo de Grão-Mestre está vago desde 2020. O Conselho Soberano é integrado ainda pelo grão-comandante, pelo grão-chanceler, pelo grão-hospitalário, pelo tesoureiro e por outros seis membros, todos eleitos para um mandato de cinco anos. Somente católicos podem participar da Ordem.

Na década de 1950, a Ordem de Malta solicitou ao Papa a criação de um tribunal cardinalício com o objetivo de determinar a natureza de seus atributos de ordem soberana e de ordem religiosa. O acórdão, proferido em 1953, estabeleceu que a qualidade soberana da Ordem, reconhecida pela Santa Sé, consiste no gozo de certas prerrogativas inerentes à própria Ordem como sujeito de direito internacional. No tocante à qualidade religiosa, afirmou que a Ordem ficaria subordinada à Santa Sé.

A Ordem enfrenta atualmente o problema do uso indevido de seu nome por “falsas” ordens, muitas vezes com objetivos fraudulentos. Existem, não obstante, duas outras ordens “autênticas”, continuadoras da ordem do hospital que não se pretendem soberanas e com as quais a Ordem de Malta mantém amistosa colaboração: a Venerabilíssima Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, com sede na Inglaterra, e a “Johanniterorder”, na Alemanha.

Dentre as prioridades da Ordem de Malta, encontra-se a reforma da Carta Constitucional (de 1961, emendada em 1997), de forma a reduzir suas potenciais debilidades, realçadas na crise deflagrada pela demissão, em 2017, do grão-chanceler Boeselager e que

culminou com a renúncia do grão-mestre Festing. Pretende-se, com a reforma, fortalecer a vida espiritual da Ordem e aumentar o número de membros “professos”, que hoje somam poucas dezenas em universo de 13.500 cavaleiros e damas. A preocupação da Santa Sé com a renovação espiritual da Ordem de Malta constitui razão para alívio de setores tradicionalistas da Igreja que, segundo divulgado por meios vaticanos e católicos, temiam manobras da “ala alemã” da Ordem para “laicizar” o corpo de cavaleiros e reduzir a instituição secular a uma mera “ONG humanitária”.

Em 8 de novembro de 2020, o Conselho Completo de Estado elegeu Fra^o Marco Luzzago para o cargo de Tenente do Grão-Mestre por um período de um ano. Sua eleição foi controvertida uma vez que o setor mais "anglo-saxão" da ordem acreditava haver "maioria não representada" no processo (pelo menos 12 membros, por motivos de saúde e restrições da Covid-19, não puderam comparecer ao Conselho). A controvérsia motivou a eleição de um Tenente em vez de um Grão-Mestre. Luzzago prestou juramento perante os membros do Conselho Completo de Estado e o Delegado Especial do Papa, o Cardeal designado Silvano Maria Tomasi. Foi Tenente do Grão-Mestre e chefe da Ordem de 8 de novembro de 2020 até a sua morte em 7 de junho.

Em 13 de junho de 2022, o Papa Francisco nomeou Fra^o John Dunlap como Lugar Tenente da Ordem Soberana de Malta. O Lugar-Tenente do Grão-Mestre é um cargo interino, que detém os mesmos poderes de Grão Mestre, e seu titular é eleito para mandato de um ano. Canadense, ex-advogado e membro do Conselho Soberano, Dunlap prestou juramento em 14 de junho de 2022.

POLÍTICA EXTERNA

O caráter distintivo da atuação da Ordem Soberana de Malta é a dedicação a obras humanitárias, sempre presente em sua história. A Ordem considera as relações diplomáticas como um meio para facilitar o exercício de suas atividades humanitárias.

No campo político, seu objetivo primordial é o de obter cada vez maior reconhecimento internacional, razão porque procura, sempre que possível, conduzir suas atividades assistenciais por via oficial.

A responsabilidade pela condução da diplomacia da Ordem compete ao secretário para assuntos estrangeiros, autoridade que interage com os chefes de missões diplomáticas acreditadas junto à Ordem e responde diretamente ao grão-mestre, embora sob a supervisão do grão-chanceler.

As representações da Ordem junto aos governos dos Estados são de dois tipos: representações diplomáticas e representações e delegações sem caráter diplomático. Algumas embaixadas da Ordem exercem diretamente atividades assistenciais nos países onde estão situadas.

Após a II Guerra Mundial, a Ordem iniciou esforço sistemático para obter reconhecimento, inicialmente dirigido à América Latina e, em seguida, à África e à Ásia. Para o êxito dessa iniciativa, contou com algumas condições favoráveis, como a religião comum nos países latino-americanos e o desejo dos países africanos de também afirmarem sua personalidade internacional.

A Ordem mantém relações diplomáticas com 106 estados e missões permanentes em diversos organismos multilaterais, entre os quais a União Europeia, ONU e diversas de suas agências. Mais de trinta países mantém embaixadores residentes junto à Ordem de Malta, em Roma.

A Organização das Nações Unidas admitiu a Ordem de Malta em agosto de 1994 com o status de observador permanente, em reconhecimento por suas atividades humanitárias. No âmbito das Nações Unidas, a Ordem mantém as seguintes missões permanentes: na ONU, em Nova York, em Genebra e Viena; UNESCO, FAO, FIDA, OMS, ACNUR, OACDH, ONUDI, AIEA, ESCAP. Possui ainda delegações ou representações nos seguintes organismos internacionais: Conselho da Europa, Comitê Internacional para as Migrações, Organização dos Estados Americanos, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, Instituto Internacional de Direito Humanitário, Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado, União Latina, União Africana, Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Organização Internacional para a Migração, Organização Internacional da Francofonia e Comitê Internacional de Medicina Militar.

No plano da política internacional, a Ordem de Malta é neutra, imparcial e apolítica. As raras abordagens de temas com conotação política são feitas de maneira cautelosa e normalmente refletem as colocações mais genéricas do Papa sobre a paz.

A Ordem tem enfatizado o elevado número de crianças (mais de 500 milhões) que vivem em países afetados por desastres causados pela ação humana. Manifestou especial apreensão com o tráfico de pessoas provenientes da Líbia e aludiu à atuação da Ordem no resgate de refugiados no Mediterrâneo e às ações da “Malteser Internacional” (braço operacional da Ordem), responsável por projetos humanitários no Oriente Médio, na África, nas Américas e na Ásia.

A Ordem de Malta atua na mitigação dos efeitos de catástrofes naturais e epidemias em várias partes do mundo. Na África, notadamente no Quênia, Sudão do Sul e na Costa do Marfim, desenvolve projetos médicos na luta contra o ebola, a tuberculose e a AIDS. No Camboja, Laos e Vietnã assiste pobres e enfermos vítimas de lepra e desenvolve terapia para o seu tratamento. Mantém, em 21 países das Américas Central e do Sul, casas de repouso, centros médicos e instituições para “meninos de rua”, além de hospitais para mães e filhos portadores de HIV. Em Cuba, distribui aos necessitados cerca de 750.000 refeições por ano. No Peru, fornece medicamentos e tratamentos à população indígena das zonas rurais.

ECONOMIA

A Ordem Soberana de Malta mantém-se e conduz suas obras com recursos provenientes das seguintes fontes: doações voluntárias de seus membros; renda dos bens da instituição; coletas organizadas por seus membros; “direito de passagem” (ou seja, cota

de admissão); e cotas anuais pagas por seus membros. O orçamento da Ordem de Malta para a execução de suas atividades é de 2 bilhões de euros anuais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XI	Criada como comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos em Jerusalém.
1310	Adquire soberania territorial sobre a ilha de Rodes.
1523	São expulsos de Rodes pelos Otomanos.
1530	O Imperador Carlos V cedeu-lhes, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino.
1798	Ocupação francesa de Malta; expulsão dos cavaleiros.
1822	Pelo Tratado de Verona, a Ordem é reconhecida como um Estado soberano.
1834	A sede da Ordem estabelece-se em Roma, no Palazzo di Malta.
1869	O Palazzo di Malta e a Villa Malta recebem direitos extraterritoriais, tornando-se assim as únicas possessões territoriais "soberanas" da Ordem moderna.
1879	O Papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham.
1994	Status de observador permanente nas Nações Unidas.
2001	Tratado bilateral com a República de Malta, que concedeu à Ordem o uso, com extraterritorialidade limitada, do Fort St. Angelo na cidade de Birgu.
2013	Celebração dos 900 anos do reconhecimento papal da Ordem.
2017	Eleito frei Giacomo dalla Torre del Tempio de Sanguinetto como Grão Mestre
8/11/2020	Eleito Fra`Marco Luzzago para cargo de Lugartenente de Grão Mestre
7/6/2022	Falecimento de Fra`Marco Luzzago
13/6/2022	Eleito Fra`John Dunlap para cargo de Lugartenente de Grão Mestre

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1966	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1966	Visita à Ordem de Malta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil.
1984	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1990	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 66, DE 2022

(n° 335/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome o do Senhor ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 335

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de junho de 2022.

EM nº 00108/2022 MRE

Brasília, 23 de Junho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 356/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 01/07/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3471276** e o código CRC **7D787085** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005361/2022-56

SEI nº 3471276

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

EMBAIXADA DO BRASIL NO VATICANO
RELATÓRIO DE GESTÃO (2019 - 2022)
EMBAIXADOR HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO

Transmite versão simplificada do relatório de gestão do Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto à frente da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé de 8/06/2022:

"Cheguei e assumi o Posto em 22 de agosto de 2019, e entreguei credenciais ao Papa Francisco no dia 6 de dezembro de 2019. A Embaixada do Brasil junto à Santa Sé conta com outros 3 diplomatas e 4 funcionários administrativos do Quadro.

Resumo, a seguir, as principais atividades e fatos relevantes verificados no período:

1. CANONIZAÇÃO DE SANTA DULCE DOS POBRES (IRMÃ DULCE)

Em 13 de outubro de 2019, na Praça de São Pedro, o Papa Francisco presidiu a cerimônia de canonização de cinco novos Santos da Igreja Católica, entre os quais a freira brasileira Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes, conhecida como Irmã Dulce. Santa Dulce dos Pobres, que faleceu em 1992, havia sido beatificada em maio de 2011. É a primeira Santa nascida no Brasil (Salvador, BA), e teve um processo de canonização considerado excepcionalmente rápido.

Além do Senhor Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, e senhora, integraram a comitiva oficial brasileira o presidente do Senado Federal e senhora, o presidente da Câmara dos Deputados e senhora, o presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro da Saúde, o Procurador-Geral da República e senhora, o Prefeito de Salvador, o ex-Presidente José Sarney, minha mulher e eu. Também compareceram à cerimônia o Governador da Bahia, acompanhado do Secretário de Turismo e comitiva estadual, além de 11 senadores da República e 37 deputados federais com suas respectivas famílias, bem como autoridades da Assembleia Legislativa da Bahia, da prefeitura de Salvador e do Tribunal de Justiça da Bahia.

Pouco antes da canonização, o Papa Francisco recebeu os cumprimentos do Senhor Vice-Presidente e senhora, na Capela da "Pietà" da Basílica de São Pedro. O Senhor Vice-Presidente cumprimentou ainda o Presidente da Itália, Sergio Mattarella, e o Príncipe Charles, do Reino Unido, que chefiavam as respectivas delegações à cerimônia.

No dia 14 de outubro, o Senhor Vice-Presidente encontrou-se com o Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Pietro Parolin, e com o Secretário para as Relações com os Estados, Monsenhor Paul Richard Gallagher.

2. SÍNODO PANAMAZÔNICO

A Embaixada fez o acompanhamento dos eventos e discussões tanto da fase pré-sinodal quanto do "Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica", que reuniu milhares de religiosos e leigos, no Vaticano, de 6 a 27 de outubro de 2019.

A exortação apostólica pós-sinodal do Papa Francisco "Querida Amazônia" (fevereiro de 2020) não referendou propostas de reforma do papel da Igreja na região, com potenciais repercussões doutrinárias, trazidas pelo documento final do Sínodo, como a possibilidade de ordenação sacerdotal de homens casados ("viri probati").

Outras teses que não evoluíram durante o processo sinodal foram a da introdução de um rito amazônico na liturgia e da admissão do diaconato feminino. Ademais, "Querida Amazônia" não acolheu a ideia da denominada "internacionalização" da Amazônia como solução aos problemas locais (parágrafo 50), nem outras proposições que pudessem vir a dar azo ao questionamento da soberania dos Estados sobre a região.

3. PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de COVID-19 na Itália iniciou-se muito cedo e de forma muito dura. Já em março de 2020 foi instituído um "lockdown" total, inclusive com a proibição da celebração de missas nas igrejas. No Vaticano, a suspensão de atividades incluiu o fechamento dos Museus Vaticanos, cuja venda de ingressos constitui parte importante para a manutenção da cidade-estado.

No dia 27 de março, numa Praça de São Pedro deserta e debaixo de chuva, o Papa Francisco confiava à Virgem Maria o mundo flagelado pela pandemia, pedindo aos fiéis para rezarem unidos. Conforme a pandemia se expandia pelo mundo, o Papa alertava para a necessidade de garantir a todos tratamento médico e acesso a eventuais vacinas.

Em janeiro de 2021 o Vaticano iniciou a vacinação de cidadãos vaticanos e funcionários da Santa Sé, bem como seus familiares e dependentes cobertos pelo serviço vaticano de seguro e assistência médico-hospitalar. A campanha estendeu-se para moradores de rua da área vizinha ao Vaticano e, posteriormente, para o Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, neste último caso mediante pagamento.

Ao longo do ano de 2021, e à medida em que melhoravam as condições gerais de saúde pública, a Santa Sé foi retomando suas atividades, inclusive com a realização de audiências gerais e de viagens do Papa. Em 1º de junho de 2022 o Cardeal Secretário de Estado emitiu decreto suspendendo praticamente todas as restrições que haviam sido estabelecidas durante a pandemia.

4. "PRAEDICATE EVANGELIUM"

A nova Constituição Apostólica da Cúria romana ("Praedicate Evangelium"), um dos pontos mais importantes das reformas pretendidas pelo Papa Francisco, foi finalmente publicada, após anos de expectativa, em 19/3 último, e entrou em vigor em 5/6, em substituição à "Pastor Bonus", instituída por João Paulo II em 1988.

Entre suas principais inovações, todas voltadas à racionalização administrativo-financeira e ao reforço do papel evangelizador da Igreja, estão: (i) a reunião de todas as Congregações e Conselhos em dezesseis Dicastérios; (ii) a possibilidade de que leigos assumam a direção de Dicastérios; (iii) a direção pessoal direta pelo Papa Francisco do Dicastério para a Evangelização, que assume precedência política sobre todos os demais, posição tradicionalmente exercida pela Doutrina da Fé; e (iv) a exigência de experiência pastoral como requisito para clérigos trabalharem na Cúria e o estabelecimento de mandatos de cinco anos, renováveis por mais cinco, ao término dos quais o prelado deverá retornar à sua diocese.

5. CONFLITO NA UCRÂNIA

Em face do conflito na Ucrânia, iniciada em fevereiro último, a Santa Sé tem mantido postura de "equidistância sem indiferença": equidistância em relação aos beligerantes, mas sem indiferença em relação às consequências da conflagração. Tal política vaticana desdobrou-se inicialmente em três vertentes: a "diplomacia ecumênica" (ação conjunta com a Igreja ortodoxa russa, prejudicada posteriormente por declarações polêmicas do Patriarca Cirilo); a "diplomacia da negociação" (prontidão para eventual mediação); e a "diplomacia da misericórdia", com o deslocamento de dois cardeais ao território ucraniano para entregar pessoalmente ajuda humanitária, em complemento à já extensa ação da Caritas Internationalis no terreno.

O Papa Francisco tem mantido o tom pastoral de suas intervenções sobre a guerra, mas vem demonstrando crescente impaciência com o prolongamento dos combates. Em visita à Ucrânia, em maio último, o Secretário para as Relações com os Estados, Monsenhor Paul Richard Gallagher, declarou-se favorável ao recebimento de ajuda, "inclusive militar", com "proporcionalidade", pela Ucrânia; asseverou a necessidade de incluir os ucranianos em "todas as iniciativas a favor da paz" naquele país; fez referência à "agressão da Rússia"; e assegurou o comprometimento da Santa Sé com a "integridade territorial" da Ucrânia.

6. VISITAS APOSTÓLICAS

Além de ter recebido dezenas de dignitários estrangeiros no Vaticano, o Papa Francisco manteve significativa agenda de viagens apostólicas fora dos confins da Península Itálica: Moçambique, Madagascar e Ilhas Maurício (setembro de 2019); Tailândia e Japão (novembro de 2019); Iraque (março de 2021); Hungria e Eslováquia (setembro de 2021); Chipre e Grécia (dezembro de 2021); e Malta (abril de 2022). Estão confirmadas as visitas papais à República Democrática do Congo e ao Sudão do Sul (julho de 2022), bem como ao Canadá (também em julho de 2022) e ao Cazaquistão (setembro de 2022). Espera-se, ainda, confirmação oficial sobre eventual deslocamento do Pontífice ao Líbano, em data a ser definida.

7. VISITAS AD LIMINA

A Visita ad limina, ou mais exatamente a Visita ad limina apostolorum (em português: "visita aos túmulos dos Apóstolos") constitui-se na obrigação dos bispos diocesanos e outros prelados da Igreja Católica de, a cada 5 anos, encontrarem-se com o Papa, visitando os túmulos dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, em Roma. Nesse encontro os bispos apresentam um relatório sobre o estado pastoral das suas dioceses ou prelaturas e ouvem a apreciação e os conselhos do Papa sobre elas. Para facilitar a visita, os bispos são organizados de acordo com as comissões nacionais e regionais.

Por diversos motivos, desde 2010 os bispos brasileiros não realizavam visitas ad limina. No final de 2019 a Congregação para os Bispos definiu calendário para a realização da visita em 2020, prevendo um total de 15 encontros.

Em 11 e 24 de fevereiro de 2020 recebi, na Residência, os dois primeiros grupos, Regional Centro-Oeste (Goiás e Distrito Federal) e Regional Sul 2 (Paraná) para um encontro, seguido de recepção.

Em razão do agravamento da pandemia de COVID-19 na Itália, no entanto, no dia 12 de março de 2020 a Sala de Imprensa vaticana anunciou a suspensão das visitas, entre outras medidas. Somente

no final de 2021 a CNBB informou o Posto de que as visitas seriam retomadas em 2022, conforme novo calendário.

Pude recepcionar na Residência os seguintes grupos:

- Regional Sul 3 (Rio Grande do Sul), no dia 03/05,
- Regionais Nordeste 1 e Nordeste 4 (Ceará e Piauí), no dia 13/05,
- Regional Nordeste 2 (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), no dia 20/05,
- Regional Nordeste 3 (Bahia), no dia 26/05, e
- Regional Nordeste 5 (Maranhão), no dia 31/05.

Estão previstas, ainda, as visitas a seguir:

- dia 20/06, Regionais Norte 1 e Noroeste (Acre, Amazonas e Rondônia),
- dia 27/06, Regionais Norte 2 e Norte 3 (Pará e Tocantins),
- dia 09/09, Regionais Oeste 1 e Oeste 2 (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul),
- dia 23/09, Regional Sul 1 (São Paulo 1º grupo),
- dia 29/09, Regional Sul 1 (São Paulo, 2º grupo),
- dia 03/10, Regional Leste 1 (Rio de Janeiro),
- dia 20/10, Regionais Leste 2 e Leste 3 (Minas Gerais e Espírito Santo), e
- dia 28/10, Regional Sul 4 (Santa Catarina).

8. VISITAS DE AUTORIDADES E PERSONALIDADES

Em 13 de dezembro de 2019, a Primeira Dama Michele Bolsonaro e a então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, cumpriram agenda de encontros e reuniões no Vaticano, junto ao projeto "Scholas Ocurrentes", rede de comunicação entre escolas, em prol da colaboração de projetos educacionais de interesse comum, derivada de iniciativa pessoal de Francisco quando era arcebispo de Buenos Aires. Na ocasião, a Primeira Dama, acompanhada pela Ministra Damare, manteve encontro com o Papa Francisco. A Ministra Damare foi também posteriormente recebida pelo Subsecretário para Relações com os Estados, Monsenhor Miroslaw Wachowski.

Em junho de 2020, a Primeira Dama participou de conferência virtual por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, promovida pelo mesmo projeto "Scholas Ocurrentes". Em 06 de setembro de 2021, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que se encontrava em Roma para Reunião de Ministros da Saúde do G20, manteve reunião com o Prefeito do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, Cardeal Peter Turkson, responsável pelo acompanhamento, na Cúria, dos temas relacionados ao combate à pandemia de COVID19. Após a reunião, o Ministro Queiroga concedeu entrevista à Rádio Vaticano.

Em 02 de novembro de 2021, participei, na cidade de Pistoia, das solenidades em homenagem aos soldados da FEB caídos na campanha da Itália, com a presença do Senhor Presidente da República.

9. CONSISTÓRIOS

Após 6 consistórios consecutivos (fevereiro de 2015, novembro de 2016, junho de 2017, junho de 2018, outubro de 2019 e novembro de 2020) sem a nomeação de Cardeais brasileiros, o Papa Francisco anunciou, em 29 de maio último, a convocação de um consistório para a criação de 21 novos Cardeais, entre os quais dois brasileiros, Dom Leonardo Ulrich Steiner, Arcebispo de Manaus, e Dom Paulo Cezar Costa, Arcebispo de Brasília. O consistório deverá realizar-se no próximo dia 27 de agosto.

2. Transmite versão simplificada do relatório de gestão da cumulatividade do Posto, a Ordem Soberana e Militar de Malta, de 28/06/2022:

"Em 10 de dezembro de 2019, apresentei ao Príncipe e Grão Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta, Fra' Giacomo dalla Torre del Tempio di Sanguinetto, as cartas que me acreditavam como Embaixador do Brasil junto àquela Ordem. Na ocasião, expressei o interesse brasileiro na eventual expansão da atuação da Ordem no Brasil no tocante ao atendimento a pessoas com necessidades especiais e a encarcerados, bem como ao acolhimento aos migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil pela fronteira norte.

A Embaixada também acompanhou outras iniciativas de estreitamento das relações bilaterais com a Ordem de Malta. O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), almirante Antônio Barra Torres, efetuou visita à sede da Ordem, em 31 outubro de 2019. Em diversas oportunidades, as autoridades melitenses manifestaram interesse em possíveis projetos de cooperação conjunta nas áreas médica e social.

O reconhecido trabalho humanitário da Ordem, que tem obtido destaque no contexto da pandemia de COVID-19 e do conflito na Ucrânia, estende-se, como se sabe, ao Brasil. A Associação de São Paulo, uma das três que a Ordem mantém no país, presta assistência médica para cerca de 60 mil pessoas por ano, além de apoiar uma creche e um centro de juventude. No Paraná, sustenta, entre outros projetos, uma casa para idosos, uma creche, uma escola de formação profissional, uma escola para crianças com necessidades especiais e um centro para a reintegração de toxicodependentes. A Associação do Rio de Janeiro administra o centro médico "São João Batista". Já a Associação de Brasília administra dez creches no Distrito Federal e um centro social para crianças, adolescentes e idosos em Minas Gerais.

A política interna da Ordem, por sua vez, foi afetada pelo falecimento, em rápida sucessão, de seus dois líderes máximos - o Príncipe e Grão Mestre Fra' Giacomo Dalla Torre del Tempio di Sanguinetto, em abril de 2020, e o Lugartenente do Grão Mestre Fra' Marco Luzzago, em junho de 2022. Persiste a indefinição a respeito de sua reforma constitucional, com a possível redefinição de aspectos como os requisitos para ocupar a posição de Grão Mestre e suas competências, bem como a origem de nobreza dos cavaleiros de primeiro grau, que fazem votos religiosos de pobreza, castidade e obediência. As propostas de reforma foram enviadas ao Papa Francisco e aguardam a decisão do Pontífice.

Em 08 de junho, o Governo brasileiro concedeu "agrément" à indicação do Conde Franz von Schönborn-Wiesentheid como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Ordem junto à República Federativa do Brasil."

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À
SANTA SÉ E À ORDEM SOBERANA DE MALTA (CUMULATIVIDADE)**

Candidato EMBAIXADOR ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1964, o Embaixador Achilles Emilio Zaluar Neto é formado em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi aprovado, em 1989, no concurso do Instituto Rio Branco (IRBR), em segundo lugar. Fez o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do IRBR de 1990 a 1991, terminando em primeiro lugar. Em 2006, foi aprovado, com menção “com louvor”, na 50ª edição do Curso de Altos Estudos (CAE) do IRBR, com a defesa da tese intitulada "A não-proliferação nuclear e o Conselho de Segurança".

No Brasil, iniciou sua carreira diplomática no Ministério das Relações Exteriores como Assessor na Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, de 1991 a 1994, onde foi responsável por temas de desarmamento e não-proliferação nuclear, biológica e química. Foi removido pela primeira vez ao exterior em 1995, para a Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, onde atuou, até 1998, em temas de desarmamento, não-proliferação, Conselho de Segurança e reforma das Nações Unidas, entre outros. Foi, em seguida, removido para a Embaixada do Brasil em Assunção, no Paraguai, onde foi responsável, de 1998 a 2001, inicialmente por temas de política interna paraguaia e depois por temas econômicos Brasil-Paraguai.

Após esse primeiro período no exterior, retornou ao Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, onde exerceu o cargo de Assessor na Divisão da América Meridional I, de 2002 a 2003, responsável por temas Brasil-Argentina. De 2003 a 2006, foi Subchefe da Divisão das Nações Unidas, responsável pela coordenação dos assessores, orçamento das Nações Unidas, reforma das Nações Unidas e candidaturas. Em 2006, realizou missão transitória junto à Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Após o Haiti, novamente no exterior, exerceu as funções de Conselheiro e Ministro na Embaixada do Brasil em Washington, de 2006 a 2010, onde foi responsável por temas políticos, de segurança e defesa. De 2010 a 2015, atuou na Embaixada do Brasil em Paris em diversas funções. Inicialmente (2010-14), como Ministro-Conselheiro, encarregado de temas políticos e

de defesa; em seguida (2014-15), como Chefe da Chancelaria, número dois da missão diplomática abaixo apenas do titular do posto e, finalmente, como Encarregado de Negócios *a. i.* (2015), na qual exerceu a chefia interina da referida missão diplomática. De 2015 a 2018, foi chefe da Embaixada do Brasil em Damasco, na Síria, na condição de Encarregado de Negócios permanente.

Após esse segundo período no exterior, retornou ao Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, onde, em 2018, atuou como Assessor Especial (agosto a novembro) e Chefe do Gabinete (dezembro) do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Foi responsável pela transição entre as equipes dos Ministros Aloysio Nunes Ferreira e Ernesto Araújo. De 2019 a 2021, exerceu a função de Diretor do Departamento de Promoção Tecnológica. Desde de abril de 2021, até o momento atual, exerce a função de Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França.

O Embaixador Achilles Emilio Zaluar Neto ameahou, ao longo da carreira, conhecimentos e experiência em temas internos, bilaterais e multilaterais de natureza política, jurídica, econômica e social que o capacitam a apresentar as posições e a defender com eficiência os interesses brasileiros junto à Santa Sé e à Ordem Soberana de Malta.

Sua trajetória profissional também o levou a trabalhar com assuntos especialmente caros à política externa pontifícia, como desarmamento e não-proliferação nuclear. Por ocasião de suas missões diplomáticas a Porto Príncipe e Damasco, o Embaixador Zaluar pôde, ainda, trabalhar com temas de cariz humanitário, mantendo estreito contato com as instituições religiosas e nunciaturas apostólicas em ambas as capitais.

Egresso de duas tradicionais instituições católicas de ensino do Rio de Janeiro, onde obteve formação escolar e superior, o Embaixador Zaluar pôde desenvolver posteriormente os elementos de teoria e prática religiosa ali recebidos – elementos esses que o habilitarão a transitar com segurança e proficiência no universo específico onde se desenvolvem as atividades da Embaixada no Vaticano.

O Embaixador Zaluar é casado, desde 22 de outubro de 1994, com Ursula Rey González Zaluar, funcionária do Itamaraty. É pai de três filhos, Francisco (1996), Henrique (1997) e Eduardo (1999).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE – PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)
VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como embaixada capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à Santa Sé e à Ordem Soberana de Malta.

MISSÃO DO POSTO

Fortalecer as relações bilaterais com a Santa Sé e com a Ordem Soberana de Malta, por meio do constante diálogo político e do aprofundamento da cooperação, bem como contribuir com análises e informações sobre os assuntos relativos à Santa Sé e a Ordem Soberana de Malta, com vistas a planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, promovendo, defendendo e representando os interesses do Brasil em suas relações internacionais.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Fortalecer as relações bilaterais com a Santa Sé e com a Ordem Soberana de Malta.
2. Identificar possibilidades de cooperação com a Santa Sé e com a Ordem Soberana de Malta.
3. Aprofundar o diálogo político com a Santa Sé e com a Ordem Soberana de Malta.
4. Promover a imagem do Brasil junto à Santa Sé e à Ordem Soberana de Malta.
5. Obter o apoio da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta em prol do fortalecimento e da reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do

mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.

6. Divulgar a cultura e a realidade brasileiras junto às altas autoridades da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência consular a cidadãos brasileiros com vínculos funcionais diretos com a Santa Sé e com a Ordem Soberana de Malta.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.
9. Relatar a atuação humanitária da Ordem Soberana de Malta.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

(Devido às peculiaridades da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta, não há relações bilaterais no domínio do comércio e dos investimentos.)

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a atuação político-diplomática e humanitária da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta, com o objetivo de prover os formuladores de política externa de subsídios para tomada de decisões.
 - *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta, assim como sobre suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*
- 2) Retomar os mecanismos diplomáticos de alto nível, como as consultas políticas com a Santa Sé, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de parte a parte.
 - *Apoiar a retomada do mecanismo de consultas políticas com a Santa Sé, cuja última reunião ocorreu em setembro de 2016, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e a cooperação entre os dois Estados, bem como a coordenação sobre temas multilaterais.*
 - *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Vaticano.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta.
- 2) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos bilaterais em formato presencial ou virtual.
- 3) Número de visitas de autoridades de parte a parte.

- 4) Número de reuniões com representantes da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões, negociação de acordos ou visitas de alto nível.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Contribuir com subsídios para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial durante o mandato como membro não permanente em exercício no biênio 2022-2023.
 - *Manter diálogo com interlocutores da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta, a fim de obter subsídios sobre as posições vaticanas e melitenses em temas multilaterais.*
- 2) Obter o apoio da Santa Sé a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.
 - *Fazer gestões no mais alto nível possível, com vistas a obter o apoio da Santa Sé a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais dos quais seja membro pleno, além de buscar respaldo a outras iniciativas do Brasil no plano multilateral, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. A meta não se aplica à Ordem Soberana de Malta, cuja participação em organismos internacionais, ocorre, via de regra, na qualidade de observador e, portanto, sem direito a voto.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes do Posto sobre assuntos relativos à Santa Sé e à Ordem Soberana de Malta que sejam considerados do interesse do CSNU.
- 2) Número de gestões junto à Santa Sé em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais dos quais o Estado pontifício é membro pleno.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana de Malta
 - *Organizar eventos públicos sobre expressões artísticas e temas da cultura brasileira, com a finalidade de ampliar o conhecimento do público-alvo sobre o Brasil.*
 - *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Santa Sé e na Ordem Soberana de Malta.*
 - *Explorar a cooperação com os Museus Vaticanos no domínio da museologia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana de Malta.**
- 2) Número de eventos para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana de Malta.**
- 3) Número de palestras para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana de Malta.**
- 4) Número de entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana de Malta.**

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Obter o apoio da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta para iniciativas brasileiras, no plano multilateral, no domínio do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta para fazer gestões em favor de iniciativas brasileiras, no plano multilateral, no domínio de promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente.**

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Incentivar a cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras e as Pontifícias Academias de Ciências (PAS), de Ciências Sociais (PASS), da Vida (PAV) e outras entidades científicas diretamente vinculadas à Santa Sé.**
 - *Favorecer o diálogo entre pesquisadores brasileiros e os da PAS, da PASS, da PAV e de outras entidades sobre temas como bioética e inteligência artificial.*
 - *Divulgar a produção científica brasileira nas instituições de pesquisa diretamente vinculadas à Santa Sé.*
- 2) Favorecer o intercâmbio entre institutos de astronomia brasileiros e o Observatório do Vaticano.**
 - *Divulgar a produção científica brasileira no campo da astronomia e ciências afins junto ao Observatório do Vaticano.*
- 3) Obter o apoio da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta para iniciativas brasileiras no campo da ciência, tecnologia e inovação.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes do Posto sobre a produção científica nas instituições diretamente vinculadas à Santa Sé.
- 2) Número de reuniões com pesquisadores das instituições científicas diretamente vinculadas à Santa Sé.
- 3) Número de contatos e visitas de pesquisadores brasileiros às instituições científicas vinculadas à Santa Sé.
- 4) Número de contatos e visitas de pesquisadores de instituições científicas vinculadas à Santa Sé a entidades congêneres no Brasil.
- 5) Número de reuniões com representantes da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta para fazer gestões em favor de iniciativas brasileiras no campo da ciência, tecnologia e inovação.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Incentivar a cooperação entre hospitais pediátricos brasileiros e o *Ospedale Pediatrico Bambino Gesù*, instituto de referência mundial sob a jurisdição extraterritorial da Santa Sé.
 - Favorecer o diálogo de autoridades e pesquisadores de hospitais pediátricos brasileiros com o *Bambino Gesù*.
- 2) Incentivar a cooperação entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e a academia diplomática vaticana (Pontifícia Academia Eclesiástica – PAE).
 - Impulsionar a troca de publicações e outras atividades, bem como a adoção de projetos conjuntos entre as duas instituições.
- 3) Explorar possibilidades de cooperação conjunta nas áreas médica e social com a Ordem Soberana de Malta e a sua agência humanitária *Malteser International* no Brasil e em terceiros países.
 - Buscar a intensificação da atuação da Ordem no Brasil em projetos direcionados a dependentes químicos, portadores de hanseníase e de necessidades especiais, bem como favorecer novas iniciativas para atender a encarcerados e a migrantes venezuelanos na fronteira norte do país.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de contatos e de reuniões entre representantes de hospitais pediátricos brasileiros e do *Bambino Gesù*.
- 2) Número de contatos e de reuniões entre representantes do IRBr e da PAE.
- 3) Número de atividades e projetos conjuntos entre o IRBr e a PAE.
- 4) Número de contatos, reuniões, atividades e projetos com representantes da Ordem de Malta e da *Malteser International*.

VIII – COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Obter o apoio da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta para iniciativas brasileiras, no plano multilateral, no domínio da promoção do desenvolvimento socioeconômico e do combate às desigualdades, em particular da Pontifícia Academia de Ciências Sociais (PASS).

1) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Número de reuniões com representantes da Santa Sé e da Ordem Soberana de Malta para fazer gestões em favor de iniciativas brasileiras, no plano multilateral, no domínio da promoção do desenvolvimento socioeconômico e do combate às desigualdades.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Garantir a prestação eficiente de serviços consulares aos brasileiros com vínculos funcionais diretos com a Santa Sé. *Devido às suas peculiaridades, a Ordem de Malta não possui comunidade brasileira a ser atendida pela Embaixada.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda.
- 2) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda.
- 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares.

4

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARCO FARANI

CPF.: 184.326.201-06

ID.: 9665 MRE

1955 Filho de José Farani e Maria Luiza Jorge Farani, Nasce em 9 e abril, em Alegre/ES

Dados Acadêmicos:

1977 Comunicação Social, na Universidade de Brasília (UnB)
 1980 CPCD - IRBr (Curso de Preparação à Carreira Diplomática - Instituto Rio Branco)
 2008 CAE - IRBr, Cinema e política: a política externa e a promoção do cinema brasileiro no mercado internacional

Cargos:

1980 Terceiro-secretário
 1986 Segundo-secretário
 1992 Primeiro-secretário, por merecimento
 1998 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2017 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1981 Divisão de Imigração, assistente
 1983 Divisão de Informação Comercial, assistente
 1984 Secretaria de Assuntos Legislativos, assistente
 1985 Gabinete Civil da Presidência da República - Assessor
 1987 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
 1988 Missão do Brasil junto à ONU, em Nova York - Secretário
 1991 Embaixada do Brasil em Toquio - Secretário
 1994 Embaixada do Brasil em Pequim - Secretário
 1996 Vice-Presidência da República - Assessor Especial do Vice-Presidente da República.
 2003 Secretaria de Estado das Relações Exteriores
 2007 Embaixada em Roma, Conselheiro em missão transitória
 2007 Departamento Cultural, assessor
 2008 Agência Brasileira de Cooperação, Diretor-Geral
 2012 Consulado-Geral do Brasil em Toquio - Consul Geral
 2018 Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado - Diretor
 2019 Representação do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres, representante do Brasil

FERNANDO PERDIGÃO

Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 509

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCO FARANI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCO FARANI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de setembro de 2022.

EM nº 00141/2022 MRE

Brasília, 5 de Agosto de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCO FARANI**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **FERNANDO APPARICIO DA SILVA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARCO FARANI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 536/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 13 de setembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 13/09/2022, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3622538** e o código CRC **BD8BCC45** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
00001.006617/2022-42

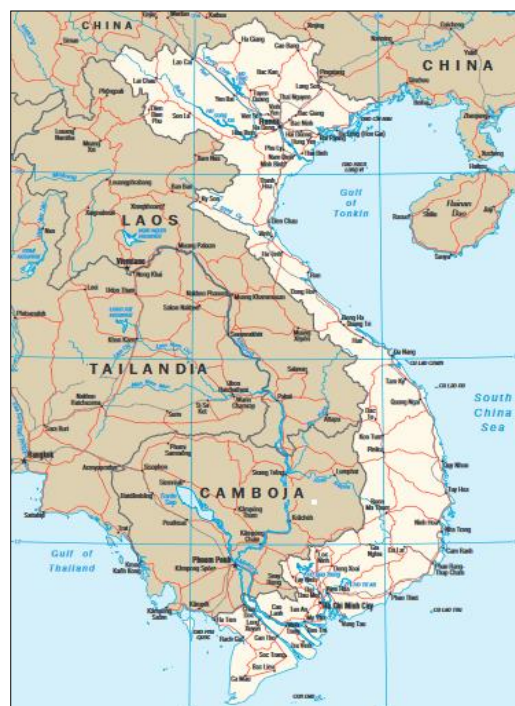
SEI nº 3622538

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VIETNÃ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Julho de 2022

DADOS BÁSICOS SOBRE O VIETNÃ

Nome Oficial:	República Socialista do Vietnã
Gentílico:	Vietnamita
Capital:	Hanói
Área:	331.210 km ²
População:	99,2 milhões
Línguas oficiais:	Vietnamita (oficial)
Principais religiões:	Embora dados oficiais indiquem que cerca de 80% da população não têm religião, o budismo e o catolicismo são praticados.
Sistema de governo:	República socialista parlamentarista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (<i>Quoc Hoi</i>); Parlamento unicameral composto por 500 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
Chefe de Estado:	Presidente Nguyen Xuan Phuc (desde abril de 2021)
Chefe de governo:	Primeiro-ministro Pham Minh Chinh (desde abril de 2021)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Bùi Thanh Sơn (desde abril de 2021)
PIB nominal (est. 2022, FMI):	US\$ 415 bilhões
PIB PPP (est. 2022, FMI):	US\$ 1,25 trilhão
PIB <i>per capita</i> (est. 2022, FMI):	US\$ 4.190
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2022, FMI):	US\$ 12.600
Variação do PIB (FMI):	7,0% (2019); 2,9% (2020); 3,8% (2021); 6,0% (est. 2022)
IDH (2020, PNUD)	0,704 (117ª posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2021)	US\$ 5,39 bilhões (+16,9%)
Saldo da balança comercial (2021)	Déficit de US\$ 153,7 milhões (deficitário desde 2016)
Total exportações brasileiras (2021)	US\$ 2,61 bilhões (+15,7%); 24º destino
Principais produtos exportados	Soja em grão e farelos de soja (43%); algodão (22%); milho (7,4%); couros (3,7%); e carne suína (3,7%)
Total importações brasileiras (2021)	US\$ 2,77 bilhões (+18,1%); 16ª origem
Principais produtos importados	Equipamentos de telecomunicações (34%); circuitos integrados (22%); calçados (5,5%); máquinas e aparelhos elétricos (3,2%); e fios têxteis (3,0%).
Ranking do Brasil no comércio exterior do Vietnã (2021)	15º fornecedor / 28º destino – 18º parceiro comercial
Investimentos do Vietnã no Brasil	Não há registros de investimentos no país.
Investimentos do Brasil no Vietnã	As empresas GEMA, Medevice 3S e JBS atuam no país, mas não há informações sobre valores investidos.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Finalizado diálogo exploratório em 2020.
Expectativa de vida (2019, PNUD):	75,3 anos
Alfabetização (2019):	95%
Índice de desemprego (2021, FMI):	2,7%
Unidade monetária:	Dong
Embaixador em Brasília:	Pham Thi Kim Hoa
Brasileiros no país:	A Embaixada em Hanói mantinha registro, até a pandemia da COVID-19, de 55 nacionais residentes no Vietnã.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)

Brasil-Vietnã	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ¹
Intercâmbio	3.172,6	3.912,6	2.999,5	3.918,7	4.254,9	4.255,6	4.611,8	5.393,5	3.291,5
Exportações	1.592,1	2.124,0	1.398,7	1.732,6	1.934,1	1.934,1	2.264,2	2.619,9	1.761,7
Importações	1.580,5	1.788,6	1.600,8	2.186,1	2.320,8	2.321,5	2.347,6	2.773,6	1.529,8
Saldo	11,6	335,4	-202,1	-453,5	-386,7	-387,4	-83,4	-153,7	231,9

1. Dados até junho de 2022.

PERFIS BIOGRÁFICOS**NGUYEN XUAN PHUC***Presidente*

Nasceu em 1954. Formou-se em Economia e Administração na Universidade Nacional de Economia em Hanói e na Universidade Nacional de Singapura. Em sua província natal, Quan Nam, exerceu diversas funções administrativas, governamentais e no Partido Comunista do Vietnã (PCV). Em 2001, tornou-se membro do Congresso Nacional do PCV e da Assembleia Nacional, onde integrou o Comitê de Economia e Orçamento.

Em 2007, ingressou no Comitê Central do PCV e no *Politburo*. Entre 2011 e 2016, exerceu a chefia do Escritório do Governo (cargo sob a autoridade do primeiro-ministro, equivalente a chefe da casa civil) e a função de vice-primeiro-ministro. Exerceu também o cargo de primeiro-ministro entre 2016 e 2021. Foi escolhido presidente no 13º Congresso do PCV, em janeiro de 2021, tendo sido confirmado pela Assembleia Nacional em abril de 2021.

Ao longo de sua trajetória política, tem-se concentrado em temas relacionados à gestão econômica e orçamentária do país. Em 2020, como primeiro-ministro, liderou o exitoso enfrentamento da pandemia de COVID-19, quando logrou manter níveis relativamente altos de crescimento e elevar o perfil internacional do país, por meio da presidência de turno da ASEAN.

PHAM MINH CHÍNH*Primeiro-ministro*

Nasceu em 1958. Formou-se em Direito na *Hanoi University of Foreign Studies* e em Engenharia pela Universidade Técnica de Engenharia Civil de Bucareste, na Romênia, onde serviu na Embaixada do Vietnã entre 1991 e 1994.

Entre 1994 e 2010, exerceu diversos cargos no Ministério de Segurança Pública, entre os quais diretor-geral. Foi vice-ministro de Segurança Pública, entre 2010 e 2011. Foi secretário do Comitê do PCV na província de Quang Ninh (2011-2015) e vice-presidente da Comissão de Organização do Comitê Central do PCV, que passou a presidir em 2016.

Foi escolhido primeiro-ministro no 13º Congresso do PCV, em janeiro de 2021, e confirmado pela Assembleia Nacional em abril de 2021.

NGUYEN PHU TRONG*Secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã*

Nasceu em 1944. Bacharel em Literatura e Linguística pela Universidade de Hanói e doutor em Ciência Política pela Academia de Ciências Sociais da União Soviética. Em 1988, tornou-se membro da seção do PCV voltada a estudos teóricos, posição na qual se destacou como um dos principais formuladores políticos do país. Desde janeiro de 1994, integra o Comitê Central do PCV, havendo ingressado no *Politburo* do Partido em dezembro de 1997. Em 2002, foi eleito pela primeira vez para a Assembleia Nacional, instituição que veio a presidir entre 2006 e 2011.

Em janeiro de 2011, no 11º Congresso Nacional do PCV, ascendeu ao cargo de secretário-geral do Partido, o mais elevado na estrutura política vietnamita. Em janeiro de 2016, durante o 12º Congresso do PCV, tornou-se o primeiro secretário-geral a ser reconduzido ao cargo. Foi novamente reconduzido ao cargo em janeiro de 2021, no 13º Congresso do PCV.

Acumulou, entre 2018 e 2021, a Presidência da República por indicação do Legislativo, após o falecimento do então presidente Truong Dai Quang.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Vietnã foram estabelecidas em 1989. A Embaixada do Brasil em Hanói foi aberta em 1994 (a primeira de um país latino-americano), e a do Vietnã em Brasília foi inaugurada em 2000.

Diversas altas autoridades do Vietnã visitaram o Brasil: os presidentes Le Duc Anh (1995) e Tran Duc Luong (2004); o secretário-geral do PCV, Nong Duc Manh (2007); o vice-presidente Nguyen Thi Doan (2015); e os vice-primeiros-ministros Nguyen Thien Nanh (2010) e Vuong Dinh Hue (2018). Também estiveram no Brasil o ministro da Educação, Nguyen Thien Nhan (2018); o vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (2011 e 2012); o vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh (2012). Em 2019, o vice-ministro de Comércio e Indústria, Tran Quoc Khan, esteve em Brasília para reunião do diálogo exploratório MERCOSUL-Vietnã.

Do lado brasileiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Hanói em 2008. Os chanceleres Celso Amorim (2008), Antonio Patriota (2012), Mauro Vieira (2015) e Aloysio Nunes Ferreira (2017 e 2018) visitaram o Vietnã. Outras altas autoridades brasileiras que visitaram o Vietnã foram o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (2008) e a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (2019).

O Brasil e o Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: as reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (consultas políticas) e a Comissão Mista Bilateral. A sétima e mais recente reunião de consultas políticas ocorreu, por meio virtual, em novembro de 2020. A segunda e mais recente reunião da Comissão Mista realizou-se em Brasília em 2012.

Estão em vigor instrumentos sobre isenção de vistos para passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; combate à fome e à pobreza; comércio; cooperação em esportes; em ciência e tecnologia; em saúde e ciências médicas; cooperação cultural; e entre as academias diplomáticas.

Assuntos consulares e COVID-19

A Embaixada em Hanói mantinha registro, até a pandemia da COVID-19, de 55 nacionais residentes no Vietnã. Diante das dificuldades de deslocamento, em 2020, o governo brasileiro organizou a repatriação, em voo fretado, por intermédio da Embaixada em Jacarta, de 45 brasileiros e uma vietnamita (mãe de criança brasileira e portadora de RNE) retidos no Vietnã.

No contexto da pandemia, a Assembleia Nacional do Vietnã realizou, em maio de 2021, doação de milhares de máscaras ao Congresso Nacional.

POLÍTICA INTERNA

No sistema político vietnamita, há a primazia, por preceito constitucional, do PCV. As duas instâncias centrais de poder são o Comitê Central do PCV, com cerca de 200 integrantes, e o *Politburo*, com 18 membros. Cabe ao Comitê Central do PCV escolher, entre os membros do *Politburo*, o secretário-geral do PCV, que tem papel importante no funcionamento do governo vietnamita.

O presidente da República (chefe de Estado) e o primeiro-ministro (chefe de governo) têm mandatos de cinco anos, renováveis uma vez. A Assembleia Nacional elege o presidente, que indica o primeiro-ministro.

O poder legislativo é unicameral, constituído pela Assembleia Nacional, com 500 assentos e mandatos de quatro anos. Na atual legislatura (2021-2025), 485 deputados pertencem ao PCV e 14 deputados são independentes. Os candidatos são previamente aprovados pela "Frente Patriótica", ligada ao PCV. As últimas eleições gerais ocorreram em maio de 2021.

Na Assembleia Nacional, 30% dos parlamentares são mulheres, percentual abaixo de meta de 35%, estabelecida para a representação feminina. Atualmente, a vice-presidência é exercida por uma mulher, Vo Thi Anh Xuan.

Governo atual

Em janeiro de 2021, realizou-se o 13º Congresso Nacional do PCV, reunião quinquenal com objetivo de formar o governo. Na ocasião, renovou-se, novamente, o mandato do secretário-geral, Nguyen Phu Trong.

Do mesmo modo, o 13º Congresso definiu, no âmbito do sistema de planejamento nacional, as diretrizes prioritárias do país para o próximo quinquênio (2021-2026). Em abril de 2021, a Assembleia Nacional confirmou a indicação de seu presidente, Vuong Donh Hue, bem como do primeiro-ministro, Pham Minh Chinh, e do presidente, Nguyen Xuan Phuc.

POLÍTICA EXTERNA

Na esteira do processo de abertura econômica, iniciado em 1986, o Vietnã tem adotado estratégia de diversificação de parcerias em prol do desenvolvimento e de sua segurança nacional. Dessa forma, aproximou-se de Estados Unidos, Japão e países europeus, além de normalizar as relações com a China.

O país vem buscando intensificar sua integração às cadeias globais de valor, além de comprometer-se com a cooperação internacional e com os preceitos de economia de mercado.

O Vietnã mantém relações diplomáticas com 188 países-membros das Nações Unidas e integra mais de 70 organismos regionais e internacionais, com destaque para o sistema ONU e para a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Na ONU, o Vietnã ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança nos biênios 2008-2009 e 2020-2021. O país aderiu ao FMI em 1993 e à OMC em 2007, após doze anos de negociações.

Segundo os três lemas oficiais da diplomacia vietnamita, acordados no 12º Congresso Nacional do PCV, em 2016, o Vietnã: i) “é parceiro e amigo confiável e membro responsável da comunidade internacional”; ii) “contribui de modo proativo e positivo para construir e influenciar mecanismos multilaterais”; e iii) “promove e aprofunda relações com parceiros, em particular parceiros estratégicos e países grandes com papel importante para o desenvolvimento e a segurança nacional”. O país também adota a “política dos quatro não”: não estabelecer alianças militares; não se alinhar com nenhum Estado contra outro; não permitir a instalação de bases estrangeiras; e não empregar a força ou a ameaça de uso da força nas relações internacionais. Busca, assim, manter equidistância entre as principais potências globais.

Estados Unidos

No caso dos Estados Unidos, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1995 e evoluíram, desde então, para o nível de Parceria Estratégica, revertendo assim o clima de discórdia da Guerra do Vietnã, encerrada em 1975. Ao longo dos últimos vinte anos, a corrente de comércio Vietnã-EUA saltou de US\$ 400 milhões, em 2000, para US\$ 111 bilhões, em 2021, tendo o Vietnã registrado, naquele ano, seu maior superávit comercial, de US\$ 80 bilhões.

Japão

O Japão é um dos principais parceiros internacionais do país. A parceria

estratégica foi estabelecida em 2009 e elevada a Parceria Estratégica Estendida em 2014. Em 2011, o Japão tornou-se o primeiro país do G-7 a reconhecer o Vietnã como economia de mercado. Atualmente, é o maior provedor de assistência ao desenvolvimento ao Vietnã, seu segundo maior investidor e quarto maior parceiro comercial. Mais de 1.600 empresas japonesas atuam no país, nos mais diversos setores da economia vietnamita.

China

Em fevereiro de 1979, a China invadiu o Vietnã, pouco depois da invasão vietnamita ao Camboja. O país resistiu à invasão da China, que retrocedeu em março de 1979. Nos anos subsequentes, foram deslocados milhares de soldados chineses e vietnamitas para a fronteira comum.

Entre 1990 e 1991, com a dissolução da União Soviética e o fim da ocupação do Vietnã no Camboja, os países normalizaram suas relações. Em 1999 e 2000, os dois países assinaram três tratados, sobre fronteiras terrestres e direitos marítimos no Golfo de Tonquim. Persistem, contudo, disputas significativas por direitos sobre Mar do Sul da China (“Mar do Leste” para o Vietnã).

Na área comercial, os fluxos bilaterais saltaram de menos de US\$ 40 milhões (1991) para mais de US\$ 117 bilhões (2019). A China é o segundo maior destino das exportações vietnamitas (atrás dos EUA) e o seu maior fornecedor de bens. A China é ainda um dos principais investidores no Vietnã.

ASEAN

Além de contribuir para a integração regional, a ASEAN ocupa posição central na atuação diplomática do Vietnã, como plataforma para intensificar o processo de diversificação de seus relacionamentos políticos e comerciais. Como presidente de turno da Associação em 2020, o Vietnã foi o anfitrião (virtual) da 37ª Cúpula da ASEAN, cujo destaque foi a assinatura da Parceria Econômica Regional Ampla (RCEP, sigla em inglês), que reúne os dez países da ASEAN e a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

O Vietnã adota, desde 1986, estratégia intitulada “renovação” (*doi moi*), com sistema político centralizado e abertura econômica ao exterior, semelhante à adotada pela China.

Entre 1989 e 2019, o PIB *per capita* aumentou vinte vezes, com o crescimento anual da economia em média de 6,7%. Em 2010, o país ascendeu à condição de economia de renda média, de acordo com o Banco Mundial. O governo vietnamita tem buscado conferir maior primazia à iniciativa privada como motor do crescimento, e promover reformas estruturais. Não obstante o acelerado crescimento, persistem desafios como a desigualdade social, questões ambientais, expansão da infraestrutura e formação da mão-de-obra.

Nos anos de 2020 e 2021, a despeito da pandemia da COVID-19, o PIB vietnamita cresceu 3% e 2,6%, respectivamente. Para 2022, o governo vietnamita projeta alta de 7% do PIB; já o Banco Mundial prevê crescimento de 5,5%.

Investimentos

Antes da pandemia, em 2019, o Vietnã havia recebido o recorde histórico de US\$ 20,4 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IED). No primeiro semestre de 2022, o país já recebeu US\$ 14 bilhões em IED. O estoque acumulado de IED é de US\$ 428 bilhões, segundo o Ministério de Planejamento e Investimento do Vietnã.

O IED tem contribuído muito para a expansão do setor manufatureiro. À medida que aumentam os salários e os custos de operação na China, o Vietnã desponta como receptor de investimentos. A atração de IED é favorecida pela estabilidade política e social do país, sua localização estratégica e sua consistência na promoção comercial. Cerca de 70% das exportações vietnamitas originam-se em plantas de empresas estrangeiras.

Singapura é o principal investidor estrangeiro no país com estoque acumulado de US\$ 62,5 bilhões. Os investimentos singapurenses no Vietnã totalizaram US\$ 9 bilhões em 2020 e US\$ 7 bilhões em 2021.

Na última década, tem-se observado crescente fluxo de investimentos diretos do Vietnã no exterior. O estoque subiu de US\$ 8,8 bilhões em 2010 para US\$ 20,7 bilhões em 2020, tendo como destinos principais Laos, Rússia,

Camboja, Venezuela, Peru, Argélia, Tanzânia, Moçambique e EUA.

Comércio exterior

Em 2021, o país recuperou o volume de seu comércio exterior e de suas exportações, alcançando recordes históricos. O comércio exterior totalizou US\$ 668,5 bilhões (crescimento de 22,6%), com exportações de US\$ 336,3 bilhões (aumento de 18,6%) e importações de US\$ 332,2 bilhões. As indústrias de transformação e manufatureira representam mais de 85% do total da pauta de exportações do Vietnã. Em 2021, as exportações de computadores e componentes eletrônicos ultrapassaram os US\$ 100 bilhões.

Os maiores parceiros comerciais do Vietnã, em 2021, foram a China (US\$ 165 bilhões), os EUA (US\$ 111 bilhões), a Coreia do Sul (US\$ 78 bilhões) e o Japão (US\$ 42 bilhões). Os principais destinos das exportações vietnamitas também são os EUA (US\$ 96 bilhões), a China (US\$ 56 bilhões), a Coreia do Sul (US\$ 20 bilhões) e o Japão (US\$ 19 bilhões). Da mesma forma, os principais países de origem das importações vietnamitas, em 2021, foram a China (US\$ 109 bilhões), a Coreia do Sul (US\$ 59 bilhões), o Japão (US\$ 22 bilhões) e os EUA (US\$ 15 bilhões).

Nos últimos anos, o Vietnã firmou dez acordos regionais e bilaterais de livre comércio e está finalizando outros seis. Somente nos últimos dois anos, a título de exemplo, entraram em vigor o Acordo Progressivo e Abrangente para a Parceria Transpacífico (CPTPP), além dos acordos de livre comércio com a União Europeia e o Reino Unido. O Vietnã conta, igualmente, com acordos de livre comércio bilaterais com o Chile, o Japão e a União Econômica Eurasiática.

Por meio da ASEAN, o Vietnã integra os seguintes instrumentos regionais de livre comércio: o Acordo de Livre Comércio da ASEAN e acordos da Associação com a Austrália, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia. O Vietnã foi, ainda, um dos signatários da Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP). Em vigor desde 1º de janeiro de 2022, a RCEP conformou a maior área de livre comércio do mundo, abrangendo população de 2,3 bilhões de pessoas e PIB conjunto de US\$ 26,2 trilhões.

Brasil: comércio e investimentos

O governo vietnamita tem interesse no aprofundamento dos vínculos econômico-comerciais com o Brasil. Entre 2018 e 2020, o Vietnã foi o principal parceiro comercial do Brasil na ASEAN. Em 2021, os fluxos comerciais do Brasil com o Vietnã superaram aqueles com parceiros tradicionais como

Colômbia, Arábia Saudita, Peru, Uruguai ou Portugal. O Brasil é o maior parceiro do Vietnã na América Latina, seguido por México, Argentina e Chile.

Mesmo em 2020, a despeito do primeiro ano da pandemia da COVID-19, o intercâmbio bilateral expandiu-se e superou US\$ 4,6 bilhões, o melhor resultado até então. Em 2021, o comércio bilateral alcançou US\$ 5,39 bilhões (+17%), novo recorde histórico, tendo o Brasil exportado US\$ 2,61 bilhões (+15,7%) e importado US\$ 2,77 bilhões (+18%), com resultado final deficitário em US\$ 153,7 milhões.

No primeiro semestre de 2022, a corrente bilateral de comércio totalizou US\$ 3,29 bilhões (+31,5%), com exportações de US\$ 1,76 bilhão (+43,4%) e importações de US\$ 1,52 bilhão (+20%). O saldo comercial, no primeiro semestre deste ano, foi positivo para o Brasil em US\$ 231,9 milhões.

Em 2021, os principais produtos exportados para o Vietnã foram algodão (22%); farelos de soja e outros alimentos para animais (22%); soja em grão (21%); milho (7,4%); couros (3,7%); carne suína (3,7%); e madeira parcialmente trabalhada (3,3%). A pauta de importação, em 2021, foi composta por aparelhos telefônicos (34%); circuitos integrados (22%); calçados (5,5%); e máquinas e aparelhos elétricos (3,2%).

Em relação aos investimentos, há amplo espaço para expansão. Atualmente, ao menos três empresas brasileiras estão em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura GEMA atua há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, *joint venture* coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. Já a empresa JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para a Ásia e os EUA. Não há, contudo, registro de investimento vietnamita no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

111 a.C. a 938	Domínio chinês sobre a maior parte do atual Vietnã.
939 a 1858	Período monárquico vietnamita (de 1527 a 1802, o poder foi descentralizado em mais de uma dinastia).
1858	Início da dominação colonial francesa sobre a Indochina.
1930	Fundação do Partido Comunista da Indochina (PCI)
1941	Invasão japonesa
1945	Proclamação da Independência da República Democrática do Vietnã
1946	Início da guerra de independência contra os franceses.
1954	Batalha de Dien Bien Phu. Derrota francesa. Acordos de Genebra; divisão do Vietnã em Norte e Sul.
1963	Guerrilhas comunistas no Sul derrotam unidades do Exército sul-vietnamita. Queda e assassinato do presidente sul-vietnamita, Ngo Dinh Diem.
1964	Incidente de Tonquim. Bombardeios dos EUA no Vietnã do Norte.
1965	200.000 soldados dos EUA chegam ao Vietnã do Sul.
1968	Ofensiva militar comunista no Sul (Ofensiva do Tet)
1969	Morte de Ho Chi Minh Início da redução de tropas estadunidenses no Vietnã (“vietnamização”)
1970	Início das conversações de paz entre EUA e Vietnã do Norte, em Paris
1973	Acordo de cessar-fogo em Paris. Retirada das tropas dos EUA.
1975	Queda de Saigon. Tropas norte-vietnamitas ocupam o Sul.
1976	Proclamação da República Socialista do Vietnã.
1979	Tropas do Vietnã invadem o Camboja e derrubam o regime do Khmer Vermelho. Conflito na fronteira entre China e Vietnã.
1986	Início da política de abertura econômica inspirada no modelo chinês, conhecida como <i>Doi Moi</i> (Renovação)
1989	Retirada das tropas vietnamitas do Camboja
1992	Nova Constituição permite algumas liberdades econômicas
1994	Fim do embargo econômico de 30 anos dos EUA ao Vietnã
1995	Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os EUA

	Ingresso do Vietnã na ASEAN
2000	Visita do presidente dos EUA, Bill Clinton, ao Vietnã
2005	Visita do primeiro-ministro Phan Van Khai aos EUA
2007	Entrada do Vietnã na OMC (janeiro) Eleição do Vietnã como membro não permanente do CSNU (mandato 2008-2009)
2007	Presidente Nguyen Minh Triet realiza primeira visita de Chefe de Estado aos EUA desde o fim da Guerra do Vietnã, em 1975 (junho).
2010	Vietnã exerce a presidência de turno anual da ASEAN. Inscrição da Cidadela Thang Long na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO
2011	China e Vietnã assinam acordo sobre as disputas do Mar do Sul da China, que inclui troca de informações e um fórum de duas reuniões ao ano (outubro).
2012	O Parlamento aprova a criação de dispositivo de voto de confiança anual aos principais líderes eleitos do país (novembro).
2013	Assembleia Nacional aprova revisão constitucional (novembro).
2016	12º Congresso do Partido Comunista do Vietnã reconduz Nguyen Phu Trong à Secretaria-Geral do Partido, cargo que concentra maior poder e autoridade no sistema político do país.
2018	Com o falecimento do presidente Tran, o secretário-geral do PCV, Nguyen Phu Truong, é eleito pelo Legislativo para acumular a presidência.
2020	Vietnã exerce a presidência de turno da ASEAN, marcada pela assinatura da RCEP em novembro.
2021	Realização do 13º Congresso Nacional do PCV, que renova, uma vez mais, o mandato do secretário-geral, Nguyen Phu Trong (janeiro). A Assembleia Nacional confirma a indicação de seu presidente, Vuong Donh Hue, bem como do primeiro-ministro, Pham Minh Chinh, e do presidente, Nguyen Xuan Phuc (abril).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1989	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã (maio)
1993	Visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai (outubro)
1994	Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã (abril)
	Visita do vice-primeiro-ministro Phan Van Khai (junho)
	Instalação da Embaixada em Hanói (setembro)
1995	Visita do presidente do Vietnã, Le Duc Anh (outubro)
1997	Abertura do Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo
1998	I Primeira Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (maio)
1999	Criação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã (abril)
2000	Abertura da Embaixada residente do Vietnã em Brasília (outubro)
2003	Visita de missão político-empresarial brasileira chefiada pelo deputado federal Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara (outubro)
	II Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro)
	Visita do ministro da Defesa do Vietnã, Pham Van Tra (novembro)
2004	Visita do vice-presidente da Comissão Parlamentar de Rel. Ext. do Vietnã (janeiro)
	Visita ao Brasil do vice-ministro Le Van Bang e III Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro)
	Visita ao Brasil do presidente do Vietnã, Tran Duc Luong (novembro)
	Realização, em São Paulo, do 1º “Fórum Empresarial Brasil-Vietnã” (novembro)
2005	Recriação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã
2006	Visita do presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Nguyen Van An (março)
2007	Visita do secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh (maio)
	Missão chefiada pelo secretário-executivo do MDIC, Ivan Ramalho (outubro)
	IV Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (novembro)
2008	Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (fevereiro)
	Visita do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (março)
	Visita ao Vietnã do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Heráclito Fortes

	(março)
	Visita oficial ao Vietnã do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho)
	Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler, Pham Gia Khiem, a Brasília, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro)
	Visita do vice-ministro do Comércio e Indústria do Vietnã, Do Huu Hao, para a reunião de instalação da COMISTA e para Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (novembro)
2009	Visita do vice-ministro da Indústria e do Comércio Exterior do Vietnã, Do Huu Hao para I Reunião da Comissão Mista Brasil-Vietnã (maio)
	Visita do ministro da Cultura, Esportes e Turismo, Hoang Tuan Anh, para participar da celebração dos 20 anos de relações, em Brasília (outubro)
2010	Visita a Brasília do vice-chanceler, atual titular da pasta, Pham Binh Minh, para chefiar a delegação vietnamita à V Reunião de Consultas Políticas (maio)
	Criação da Associação de Amizade Vietnã-Brasil, seção da Organização das Associações de Amizade do Vietnã (junho)
	Participação do vice-primeiro-ministro e ministro da Educação do Vietnã, Nguyen Thien Nhan, na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília (julho)
2011	Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (junho)
2012	Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (abril)
	Criação da Associação de Amizade Brasil-Vietnã (AbraViet) em Brasília (maio)
	Visita do vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh, chefiando a delegação vietnamita à II Reunião da Comissão Mista (abril)
	Participação do vice-primeiro-ministro Nguyen Thien Nhan na Rio+20 (junho).
	Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota (julho)
	Visita do vice-ministro-permanente das Finanças do Vietnã, Nguyen Cong Nghiep (novembro)
2013	Missão de inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Pesca e Aquicultura ao Vietnã (março)
	Visita ao Vietnã do presidente do PC do B, Renato Rabelo, quando

	manteve encontro com o secretário-geral do Partido Comunista, Nguyen Phu Trong (abril)
	Visita ao Brasil do diretor do Departamento de Informação ao Estrangeiro do PCV (julho)
2015	Visita da vice-presidente vietnamita, Nguyen Thi Doan (maio)
	Visita do ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (julho)
2017	Visita do vice-ministro das Relações Exteriores, Ha Kim Ngoc, ao Brasil e realização da VI Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (junho)
	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (setembro)
	Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã (setembro)
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (maio)
	Visita do vice-primeiro-ministro Vuong Dinh Hue (julho)
2019	Visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (maio)
	Visita do vice-ministro de Comércio e Indústria, Tran Quoc Khan (novembro)
	Missão da Apex-Brasil a Hanói e Ho Chi Minh (novembro)
2020	VII Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, realizada virtualmente (novembro).

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Socialista do Vietnã Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	10/10/1995	10/10/1995	18/10/1995
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	24/10/2003	20/09/2005	03/01/2006
Acordo, por troca de Notas, para fortalecer as Relações Comerciais	16/11/2004	15/12/2015	06/01/2005
Acordo, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos	16/11/2004	12/05/2005	06/01/2005
Acordo de Cooperação em Saúde e Ciências Médicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã.	29/05/2007	29/05/2007	15/06/2007
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	27/02/2008	27/02/2008	-
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	01/02/2012	13/07/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura, Esportes e Turismo da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	10/07/2008	28/08/2008

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Socialista do Vietnã sobre a Luta contra a Fome e a Pobreza	10/07/2008	10/07/2008	06/08/2008
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	10/07/2008	06/08/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Oficiais ou de Serviço	24/11/2008	07/07/2009	18/06/2009
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Vietnã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	12/05/2018	12/05/2018	12/06/2018
Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	11/09/2017	Em ratificação pela outra parte	-
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	02/07/2018	Tramitação Congresso Nacional	-

EMBAIXADA DO BRASIL EM HANOÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2022)
EMBAIXADOR FERNANDO APPARICIO DA SILVA

Ao assumir a chefia da embaixada em Hanói em 28 de dezembro de 2018, herdei um precioso legado. O esforço exitoso de meus antecessores imediatos, na abertura de canais de comunicação com o Governo e a sociedade locais, facilitou o meu trabalho. A pandemia de Covid-19 singularizou a minha missão, impossibilitando atividades, mas, com o apoio inestimável dos colaboradores brasileiros e vietnamitas, acredito ter cumprido com espírito de missão as tarefas de representação, informação, negociação e assistência a brasileiros, que incumbem a um embaixador.

A. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2. A República Socialista do Vietnã foi instituída em 1976 como resultado da incorporação, no ano anterior, da República do Vietnã (Vietnã do Sul), derrotada na Guerra do Vietnã, à República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte). Sob um regime político de partido único, o país é governado pelo Partido Comunista do Vietnã (PCV), – a parte norte desde 1954 e a totalidade do país desde 1975.

3. O Vietnã abrigou uma economia socialista, nos moldes da extinta URSS, até 1986, quando o VI Congresso Nacional do PCV inaugurou uma política de renovação econômica conhecida como Doi Moi (renovação, em vietnamita). Inspirada na experiência da China, a Doi Moi liberalizou a economia vietnamita com o objetivo de transformá-la numa “economia de mercado com orientação socialista”, expressão consagrada até a presente data para designar o regime econômico do Vietnã. Com um PIB nominal de cerca de US\$ 360 bilhões em 2021, numa população de cem milhões de habitantes, o Vietnã ainda apresenta uma renda per capita baixa, mas a economia vietnamita quintuplicou desde 1990 e, nos últimos quinze anos, cresceu a uma taxa média de 7% ao ano. Em janeiro de 2021, o 13º Congresso Nacional do PCV avaliou positivamente os trinta e cinco anos da Doi Moi, estabelecendo a meta de elevar o Vietnã à condição de economia de renda média em 2030 e de economia de renda alta em 2045, ano em que os vietnamitas celebrarão o centenário da independência do país.

4. Na esteira da Doi Moi, o comércio exterior do Vietnã deu um salto impressionante, correspondendo atualmente ao dobro do PIB nominal vietnamita, o que pode representar uma vulnerabilidade em momento de recessão e queda da demanda global. Nesse processo, um conjunto expressivo de acordos de livre comércio associa o Vietnã a 52 países: (i) aos nove demais países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); (ii) à China, Japão e República da Coreia, na Ásia; (iii) à Austrália e Nova Zelândia, no Pacífico; (iv) aos 27 Estados membros da União Europeia e ao Reino Unido, na Europa; (v) ao Canadá, México, Peru, Chile e Cuba, nas Américas; e (vi) à Rússia, Belarus, Cazaquistão, Quirquístão e Armênia, na Eurásia. Ressaltam, nos últimos três anos, a entrada em vigor do tratado de livre comércio com a União Europeia, o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) e a Parceria

Regional Econômica Abrangente (RCEP). Reunindo, ao lado de quatro países da ASEAN (Vietnã, Singapura, Malásia e Brunei), Japão, Austrália, Nova Zelândia e quatro países das Américas (Canadá, México, Peru e Chile), o CPTPP é herdeiro da Parceria Transpacífica (TPP), iniciativa dos EUA, que, em janeiro de 2017, dela se retirou. Mais abrangente em seu escopo e ambiciosa em seus propósitos, a RCEP congrega os dez países da ASEAN, Austrália, Nova Zelândia, e, pela primeira vez reunidos num mesmo tratado de livre comércio, Japão, República da Coreia e China.

5. Em paralelo à expansão do comércio exterior, o Vietnã recebeu um intenso fluxo de investimentos externos diretos, registrando em junho de 2022, um estoque de capital externo de US\$ 428 bilhões, cifra superior ao PIB nominal do país. Com o objetivo de atrair investimentos, foram criadas zonas econômicas especiais, distribuídas ao longo da costa, tendo prosperado aquelas situadas nas proximidades dos dois maiores centros urbanos vietnamitas, quais sejam Hanói e a Cidade de Ho Chi Minh (antiga Saigon). Multinacionais das grandes economias da região foram atraídas pelo baixo custo da mão-de-obra para produzir e exportar. A sul-coreana Samsung responde por um quarto das exportações vietnamitas. Mais recentemente, o PCV adotou nova estratégia para atração de investimentos, a qual privilegia investimentos intensivos em alta tecnologia e pouco poluentes do ponto de vista ambiental. O pano de fundo é o ingresso do país na quarta revolução industrial, objetivo que está na origem de políticas específicas que vêm sendo concebidas e adotadas. O Vietnã precisa investir na formação de mão-de-obra qualificada de modo a poder participar com bens e insumos de maior valor agregado nas cadeias globais de valor que os macro acordos de comércio, como o CPTPP e a RCEP, devem encorajar.

6. O acelerado crescimento econômico criou condições para a expansão de empresas estatais e a consolidação de grandes conglomerados privados. Fortalecidas no plano doméstico, essas empresas e conglomerados deram início a um fluxo de investimentos diretos no exterior que, embora ainda modesto, vem crescendo. A estatal Viettel é a empresa dominante no mercado de telecomunicações de importantes países em desenvolvimento, como Moçambique e Peru. O conglomerado privado Vingroup, quarto maior fornecedor de automóveis no Vietnã, atua em países europeus e nos Estados Unidos. Em março de 2022, a Vinfast, braço automobilístico do grupo, anunciou um investimento de US\$ 4 bilhões em fábrica que produzirá carros elétricos na Carolina do Norte, EUA, decisão que, em seu twitter oficial, o presidente Joe Biden celebrou como exemplo da estratégia econômica de criação de empregos que está sendo implementada por sua Administração.

7. Em paralelo à “Doi Moi”, a opção por uma política externa não-alinhada expandiu a atuação diplomática do Vietnã. A consolidação dessa política levou ao estabelecimento de “relações especiais”, de “parcerias estratégicas completas”, de “parcerias estratégicas simples” e de “parcerias abrangentes” com trinta países. Brasil e Vietnã estabeleceram uma parceria abrangente em 2008.

Pandemia de COVID-19

8. Em 2020, o êxito das medidas de rastreamento de contatos, distanciamento social e controle de fronteiras, elevou o Vietnã à condição de um dos casos de maior sucesso na contenção da Covid-19. Até maio de 2021, haviam sido contabilizados apenas 35 óbitos. A chegada da variante delta, no entanto, levou à explosão de casos. Grande parte do país foi submetido a um regime de

“lockdown” e, em poucos meses, o número de óbitos alcançou 25 mil. Teve então início um amplo programa de vacinação. A par das vacinas diretamente adquiridas pelo governo, um grande empenho diplomático permitiu receber em doação – seja por meio do consórcio COVAX da Organização Mundial da Saúde (OMS), seja por meio de canais bilaterais diretos - vacinas da Alemanha, Argentina, Austrália, China, Cuba, Estados Unidos, França, Hungria, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido, República Tcheca e Rússia. Teve início também a pesquisa de imunizantes nacionais, alguns dos quais logo atingiram a fase avançada de ensaios clínicos. O ritmo de vacinação progrediu rapidamente e o Vietnã começava a viver uma situação de relativa normalidade quando, em fins de 2021, foi surpreendido com a variante ômicron, que se alastrou rapidamente. Seja por tratar-se de uma variante menos letal, seja porque a vacinação em massa havia criado a imunidade necessária para enfrentar a nova onda, não foram adotadas medidas restritivas severas de distanciamento social. Desde então, o cotidiano da população encontra-se em seu ritmo normal.

B. ASSUNTOS POLÍTICOS

Política Interna

9. O principal marco ocorrido no período da minha gestão foi a realização, em janeiro de 2021, do 13º Congresso Nacional do Partido Comunista do Vietnã (PCV). Os congressos nacionais são eventos quinquenais nos quais são definidas as novas lideranças do país nos cinco anos seguintes e estabelecidas novas metas sociais e econômicas. O 13º Congresso confirmou a prevalência da orientação doutrinária tradicional, fiel aos princípios fundadores do Partido, tendência esta que passou a predominar a partir de 2018 na sequência de uma longa supremacia das lideranças reformistas entre 2011 e aquele ano.

Política externa

10. Em janeiro de 2021, o relatório político emanado do 13º Congresso Nacional do PCV preconizou que o país continuará a pautar-se, em suas relações internacionais, pelos princípios de independência, autossuficiência, multilateralismo e diversificação de parcerias. No contexto desses princípios, as relações exteriores vietnamitas caracterizam-se pelo não-alinhamento. “No enemies, no allies” (“nem inimigos, nem aliados”) sendo um de seus motes principais, o Vietnã não abriga nem permite a presença de tropas estrangeiras em seu território e não se aliará a outro país para atacar um terceiro.

11. Em que pese ao tom de continuidade, o relatório político emanado do congresso nacional do PCV inovou ao atribuir relevância sem precedentes à diplomacia vietnamita, que passou a ser descrita como a “linha de frente” na promoção de objetivos de defesa e desenvolvimento nacional. Essa novidade traduz a percepção de que o “prestígio” (termo utilizado em discursos oficiais) angariado pelo Vietnã em sua busca por maior protagonismo internacional rende dividendos concretos ao país e que a projeção de uma imagem internacional positiva, que consolide o Vietnã como “parceiro confiável” (expressão empregada recorrentemente pelas lideranças vietnamitas), contribui para a atração de oportunidades econômicas, entre outras. Exemplo desse protagonismo foi a decisão de pleitear mandato não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio 2020-2021, para o qual o Vietnã foi eleito com número recorde de votos. O Vietnã lançou candidaturas e foi eleito para outros importantes órgãos das Nações Unidas (Conselho de Direitos

Humanos e à Comissão de Direito Internacional da ONU, por exemplo), e incrementou sua participação em operações de paz. Em 2020, foi altamente exitosa, como evidenciou o número recorde de documentos aprovados, a presidência *pro tempore* vietnamita da ASEAN.

12. Em suas manifestações, autoridades vietnamitas expressam preocupação com os desafios relacionados com o rearranjo de forças geopolíticas e a competição global entre China e Estados Unidos. No Mar do Sul da China (Mar do Leste, conforme a definição oficial vietnamita), um dos cenários em que a disputa estratégica entre Washington e Pequim se manifesta de forma crescente, o Vietnã tem evitado tomar partido de um dos lados, apesar de possuir litígios de soberania e de direitos marítimos com a China e de adotar uma postura abertamente crítica em relação às pretensões chinesas. O Vietnã defende que os litígios no Mar do Sul da China devam ser resolvidos com base no Direito Internacional e, em particular, no que dispõe a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982.

Relações bilaterais

13. Em janeiro de 1973, em seguida aos Acordos de Paz de Paris, que determinaram a retirada das tropas dos Estados Unidos do território vietnamita e selaram o fim da Guerra do Vietnã, vários países, que ainda não o haviam feito, estabeleceram relações diplomáticas com a então República Democrática do Vietnã (rebatizada de República Socialista do Vietnã em 1976). O Brasil estabeleceu relações com o Vietnã tardiamente, em 1989. Cinco anos depois, abriu a embaixada em Hanói.

14. Em abril de 2019, o vice-presidente da Assembleia Nacional, Uong Chu Luu, visitou o Brasil. No mês de maio seguinte, a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, cumpriu intensa agenda oficial em Hanói, tendo sua viagem se revestido de especial valor simbólico por ter coincidido com a comemoração do 30º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã. A ministra brasileira foi a convidada de honra da cerimônia especial que as autoridades vietnamitas promoveram para celebrar a data. Numa deferência especial, que nem sempre é reservada a autoridades em nível ministerial, o então primeiro-ministro, Nguyen Xuan Phuc (hoje presidente da República), a recebeu no Palácio de Governo.

15. O então vice-primeiro-ministro e chanceler Pham Binh Minh planejava visitar o Brasil em novembro de 2019, como parte de programa que incluía sua participação no Fórum da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), que teria lugar em Santiago do Chile. À luz do cancelamento do evento na capital chilena, a viagem ao Brasil foi adiada para 2020, mas não pôde concretizar-se em razão do advento da pandemia de Covid-19. Prevista para realizar-se em abril de 2020, missão chefiada pelo então ministro da Construção Civil, Pham Hong Ha, foi cancelada também em decorrência da pandemia.

16. Brasil e Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo: as Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (Consultas Políticas) e a Comissão Mista. As Consultas Políticas foram estabelecidas em 1995 e a Comissão Mista, em 2008. Em novembro de 2020, realizou-se a VII Reunião de Consultas Políticas. A delegação vietnamita foi chefiada pelo então vice-ministro de Negócios Estrangeiros (hoje ministro dos Negócios Estrangeiros) Bui Thanh Son e a delegação

brasileira, pela Secretária de Negociações Bilaterais da Ásia, Pacífico e Rússia, embaixadora Márcia Donner Abreu.

17. No ensejo das consultas, o vice-ministro vietnamita suscitou a eventual celebração de memorando para cooperação entre academias diplomáticas e reiterou o interesse do Vietnã em realizar a III Reunião da Comissão Mista (a II e última reunião foi realizada em 2012), que contribuiria para identificar formas para ampliar os fluxos de comércio e investimentos. Por sua vez, a chefe da delegação brasileira recordou a proposta brasileira de Acordo para Cooperação e Facilitação de Investimentos.

18. O vice-ministro observou também que a reunião da Comista constituiria oportunidade para examinar o andamento das negociações sobre o acordo de cooperação técnica e o acordo para cooperação em matéria de educação. Os dois acordos estiveram prestes a ser assinados quando da visita do então vice-primeiro-ministro Vung Dinh Hue, hoje presidente da Assembleia Nacional, ao Brasil em julho de 2018, não o tendo sido em atendimento à solicitação feita na última hora pelo chefe da delegação vietnamita. Com relação ao acordo sobre cooperação em matéria de educação, a parte brasileira manifestou, na ocasião, que já teria sido atingida redação apropriada para permitir a respectiva assinatura.

19. Entre 2015 e 2018, três visitas ao Vietnã de Chefes de Estado brasileiros foram canceladas, por razões de força maior. Antes disso, em 2013, o secretário-geral do Partido Comunista teve sua visita ao Brasil cancelada.

C. PROMOÇÃO COMERCIAL

20. O fluxo total do comércio entre o Brasil e o Vietnã totalizou, entre 2017 e 2021, os seguintes valores (fonte: COMEX STAT):

2017: US\$ 3.919.069.298,00;

2018: US\$ 4.255.586.100,00;

2019: US\$ 4.573.679.806,00;

2020: US\$ 4.611.871.875,00;

2021: US\$ 5.393.515.986,00.

21. As estatísticas brasileiras e vietnamitas são discrepantes, o que decorreria da diferença de metodologias de aferição do comércio exterior. Segundo as estatísticas brasileiras, o intercâmbio comercial entre o Vietnã e o Brasil apresentou um pequeno déficit desfavorável ao Brasil de US\$ 154 milhões em 2021 (exportações brasileiras: US\$ 2.619.901.660; exportações vietnamitas: US\$ 2.773.614.326,00). Já segundo as estatísticas vietnamitas, o intercâmbio comercial entre o Vietnã e o Brasil foi de US\$ 6.345.919.530,00 no mesmo ano, com um expressivo superávit favorável ao

Brasil de US\$ 1,3 bilhão (exportações brasileiras: US\$ 4.075.285.839,00; exportações vietnamitas: US\$ 2.770.633.691,00).

22. A pauta comercial é indiscutivelmente desequilibrada em sua composição: o Brasil exporta produtos de base (commodities agrícolas e minérios), ao passo que o Vietnã é exportador de produtos industrializados. De acordo com as estatísticas brasileiras, com valores superiores a US\$ 500 milhões, os principais produtos exportados pelo Brasil para o Vietnã em 2021 foram farelos de soja e outros alimentos para animais (US\$ 579 milhões), algodão bruto (US\$ 570 milhões) e soja (US\$ 554 milhões). No mesmo ano, com valores também superiores a US\$ 500 milhões, os principais produtos exportados do Vietnã para o Brasil foram equipamentos de telecomunicações (US\$ 945 milhões) e peças e equipamentos eletrônicos (US\$ 617 milhões).

23. O Setor Promoção Comercial (SECOM) prestou com eficiência a assistência de rotina no fornecimento de informações sobre exportadores brasileiros a importadores vietnamitas e no auxílio em casos de diferendos comerciais, incluindo aqueles relacionados com recebimentos, liberação de cargas e encaminhamento de reclamações, assim como acompanhamento de casos de fraudes comerciais, informando empresas e autoridades sobre eventuais suspeitas. No exercício de suas atividades rotineiras, manteve contato regular com a Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã (VCCI), com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MARD) e com o Ministério da Indústria e Comércio (MOIT).

24. Em novembro de 2019, com o objetivo de proceder a uma análise preliminar de campo sobre os potenciais no setor de alimentos e bebidas, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) enviou missão de inteligência comercial ao Vietnã. Na sequência dessa missão, o SECOM deu apoio à finalização dos estudos realizados pela missão e contratou empresa especializada para a elaboração de estudos de mercado sobre a) vinhos e suco de uva; b) queijos e laticínios; e c) fórmulas infantis. Em parceria com a ApexBrasil, o SECOM organizou, em 2020, 2021 e 2022, três edições anuais da Rodada de Negócios Brasil-Vietnã. Em formato misto (presencial e virtual), nas edições de 2020 e 2022, e virtual, em razão da pandemia de Covid 19, na edição de 2021, as Rodadas contribuíram para facilitar os contatos entre produtores e exportadores brasileiros do setor de alimentos e bebidas e importadores e distribuidores vietnamitas e para promover a marca Brasil junto à comunidade empresarial do Vietnã. Realizada em 7 de julho corrente, a edição de 2022 foi particularmente exitosa, com a inclusão de amostras para degustação. A repercussão positiva das Rodadas recomenda que lhe seja dada continuidade nos próximos anos, eventualmente com foco em outros setores, para além do setor de alimentos e bebidas.

25. Durante a minha missão, o SECOM manteve uma interlocução permanente com a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA), dando apoio a missões, auxiliando na organização de reunião com Associação de Fiações do Vietnã (VCOSA) e facilitando o intercâmbio entre as duas associações.

26. Em janeiro de 2021, no marco do projeto setorial “Cotton Brazil”, a ABRAPA promoveu o “Cotton Day”, dirigido especificamente ao Vietnã, e, em junho do mesmo ano, também com o apoio do SECOM, promoveu o evento “Cotton Brazil Harvest 20/21 Roundtable”. Em coordenação com a Adidância Agrícola, o SECOM está envolvido na preparação e realização de

missão que a ABRAPA, ultrapassados os constrangimentos criados pela pandemia de Covid-19 e que impediram missões e reuniões presenciais, planeja enviar ao Vietnã em novembro do corrente ano.

27. Em maio de 2022, o SECOM deu apoio a missão da Embraer, que, no contexto da estratégia de aumentar presença no mercado vietnamita, apresentou, em voo de demonstração, o F2-190 Tech Shark Profit Hunter.

28. No mesmo mês, o SECOM recebeu missão da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que veio conhecer “in loco” a produção cafeeira do Vietnã. Em parceria com a Adidância Agrícola, deu apoio à participação da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA) na “Oitava Exposição Internacional de Pecuária, Laticínios, Processamento de Carne e Aquicultura do Vietnã”, a ILDEX Vietnã 2022, a realizar-se na Cidade de Ho Chi Minh nos dias 4 e 5 de agosto do corrente ano.

29. Entre outras iniciativas a destacar durante a minha missão, o SECOM concluiu a nova edição do guia “Como Exportar: Vietnã”, elaborado por empresa especializada especialmente licitada para esse fim.

D. PROMOÇÃO DO AGRONEGÓCIO

30. O Setor de Promoção do Agronegócio foi instituído em 2020 como apêndice do Setor Comercial. Contando com a mesma chefia e auxiliares locais lotados no SECOM, o setor trabalhou em estreita coordenação com a Adidância Agrícola e pôde contar com o valioso apoio técnico dos adidos designados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O primeiro adido apresentou-se em 2018 e encerrou sua missão em dezembro de 2021; o segundo assumiu funções em fevereiro de 2022.

31. O Vietnã é o sexto país de destino dos produtos do agronegócio brasileiro. Entre 2019 e 2021, apesar dos impactos negativos da pandemia de COVID-19, o Brasil ampliou as exportações de produtos do agronegócio ao Vietnã. 34 novas plantas de produção de carne suína e de frango foram habilitadas para exportação entre 2019 e julho de 2022, além de ampliação de habilitação para novos produtos de quatro outras plantas. A participação do algodão brasileiro no mercado vietnamita subiu de 12% na safra 2018/2019 para 21% na safra 2019/2020 (298 mil toneladas) e se expandiu ainda mais em 2020/2021, chegando a 408 mil toneladas. Atrás apenas dos EUA, o Brasil já constitui o segundo fornecedor de algodão para o Vietnã, país com uma das mais importantes indústrias têxteis do mundo. Outros produtos extremamente relevantes da pauta exportadora brasileira são soja, milho e farinhas animais.

32. Marco durante a minha missão foi a referida visita ao Vietnã, em maio de 2019, da ministra Tereza Cristina e sua reunião com seu homólogo, ministro da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Nguyen Xuan Cuong, o que permitiu estreitar laços e criar oportunidades de negócios nesse setor.

Carne bovina

33. Em 2015, o Vietnã suspendeu o credenciamento de empresas exportadoras brasileiras de produtos cárneos (carne bovina, suína e de aves). Em novembro de 2016, como resultado de visita do então ministro Blairo Maggi, do MAPA, ao Vietnã, empresas brasileiras exportadoras de carne suína e de aves voltaram a ser credenciadas pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Vietnã. No caso da carne bovina, contudo, permanecem paralisadas as negociações para o reconhecimento dos certificados sanitários internacionais (CSIs), que são pré-requisito para a exportação do produto.

34. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Vietnã adota “modus operandi” baseado na reciprocidade, ou seja, o Vietnã abrirá mercados agrícolas para outros países desde que esses países abram seus mercados para produtos agrícolas-florestais-pesqueiros vietnamitas.

E. ASSUNTOS CULTURAIS

35. A promoção da vertente brasileira da língua portuguesa constituindo um dos principais eixos de atuação do Setor Cultural da embaixada, procurei, durante a minha gestão, dar prosseguimento e explorar novas possibilidades de cooperação e parceria com a Universidade de Hanói, principal instituição universitária vietnamita especializada no ensino de línguas estrangeiras e única que abriga um Departamento de Português, cuja graduação conta com aproximadamente 300 alunos.

36. Há vários anos, com poucos intervalos, o Departamento de Português tem contado com o apoio de um leitor brasileiro. O contrato da última leitora tendo-se encerrado em julho de 2020, empenhei-me para incluir a Universidade entre as instituições estrangeiras aptas a receber um leitor no edital lançado pela CAPES em 2021. O novo leitor deve apresentar-se na Universidade no segundo semestre de 2022.

37. Em 2020, a embaixada inaugurou e mural-mosaico de cerâmica, com 25 metros de comprimento, que, utilizando técnica tradicional do famoso vilarejo de Bat Trang, retrata elementos do patrimônio arquitetônico, cultural e natural do Brasil. O mural-mosaico deveria ser originalmente instalado ao longo de uma avenida da capital vietnamita, mas, em virtude de replanejamento urbano que poderia levar a seu desmonte no médio prazo, a embaixada optou por transferi-lo para a Universidade, onde se tornou uma referência no respectivo campus e cenário de fotos publicadas pelos alunos em redes sociais.

38. No ensejo do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (5 de maio), que o Departamento de Português celebra anualmente, a embaixada tem contribuído com filmes, comidas típicas e fotos. Em 2019, obtive junto ao secretariado da CPLP os documentários do programa “CPLP Audiovisual - Série DocTV”, exibidos para os alunos na data. Em 2021, com vistas a prestigiar a primeira tradução de obra de Machado de Assis para o idioma vietnamita, realizou, em conjunto com o Departamento de Português da Universidade, “webinar” sobre o escritor brasileiro. Em maio de 2022, promoveu dois outros “webinars”, um sobre Jorge Amado, o mais conhecido escritor brasileiro no Vietnã, e outro sobre o bicentenário da Independência do Brasil, que teve a participação do renomado historiador brasileiro José Murilo de Carvalho. No segundo semestre de 2022, a embaixada promoverá um concurso de redação, destinado aos alunos do Departamento de Português e cuja temática será a Independência do Brasil.

39. Em janeiro de 2022, a embaixada lançou uma série de pequenos vídeos sobre os pontos de contato entre as culinárias brasileira e vietnamita. Em maio seguinte, promoveu a Semana do Cinema Brasileiro, em Hanói. Previsto inicialmente para ser realizado em 2020, o evento foi, em duas ocasiões, adiado, em razão da pandemia de Covid-19. Em novembro, deverá ser replicado na Cidade de Ho Chi Minh.

40. Em junho daquele ano, a embaixada patrocinou a apresentação de grupo de samba de roda baseado na Cidade de Ho Chi Minh no Festival Internacional de Hue, antiga capital imperial do Vietnã e coração da cultura vietnamita. Realizado a cada dois anos (em 2020 foi cancelado, em razão da pandemia de Covid-19), o festival tem por objetivo promover o diálogo entre a cultura vietnamita e outras culturas de forte expressão. Desde 2014, o Brasil não se fazia representar no evento. Participei pessoalmente da cerimônia de abertura, atendendo a convite dos organizadores, e presenciei a apresentação no grupo brasileiro.

41. Em setembro de 2022, com a exibição dos documentários “Brasil Orgânico”, de Kátia Klock e Lícia Brancher, e “Ser Tão Velho Cerrado”, de André D’Elia, está prevista a participação do Brasil no festival de cinema “The Time is Now”, projeto da iniciativa “EULAT 4 Culture”, da Secretaria-Geral Ibero-Americana, cujo objetivo é a promoção dos valores inerentes à Europa e América Latina.

42. No segundo semestre de 2022, deverá ser lançado o Dicionário Português-Vietnamita-Português, projeto de iniciativa da Associação de Amizade e Cooperação Brasil-Vietnã (VBFCA), entidade subordinada à União Vietnamita das Organizações de Amizade (VUJO), cuja missão é promover a chamada “people-to-people diplomacy”, importante vertente das relações exteriores do Vietnã. Com vistas a viabilizar a iniciativa, a VBFCA contou com doações dos empresários vietnamitas de seu Clube de Negócios. A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) contribuiu com uma doação que foi fundamental para a conclusão do projeto.

43. Entre outras iniciativas, a embaixada tem participado, com estande próprio, do festival gastronômico que o Ministério de Negócios Estrangeiros do Vietnã realiza todos os anos em Hanói.

44. Com o mesmo objetivo de divulgar aspectos da cultura brasileira, a embaixada fez publicar em órgãos da imprensa escrita artigos sobre o carnaval brasileiro, em 2020, e sobre o Dia da Independência, em 2021. À historiadora Lucia Pereira Bastos, da UERJ, a embaixada encomendou artigo sobre o bicentenário da Independência do Brasil, que fará publicar na imprensa vietnamita na semana do Sete de Setembro.

F. COOPERAÇÃO

45. Em junho de 2019, participei da cerimônia de encerramento de projeto de cooperação financiado pelo Fundo Índia-Brasil-África do Sul (Fundo IBAS) e que, envolvendo a Faculdade de Medicina e Farmácia de Hai Phong, consistiu na criação de plataforma eletrônica com conteúdo - cursos de medicina na área de doenças não transmissíveis – destinado a postos de saúde localizados nas províncias do norte do Vietnã. O projeto foi reconhecido como prova inegável de que a cooperação Sul-Sul possui fundamentos e métodos que representam um avanço em relação

à cooperação tradicional Norte-Sul que os países desenvolvidos prestam aos países em desenvolvimento.

46. Em julho de 2019, a embaixada intermediou os contatos de missão do Ministério das Finanças do Vietnã, enviada ao Brasil para conhecer a experiência brasileira em métodos públicos de gestão financeira e tributária.

47. Em fevereiro de 2020, o ministro da Construção do Vietnã manifestou interesse em visitar o Brasil com o objetivo de recolher subsídios com vistas ao aperfeiçoamento da Lei de Construção do Vietnã, que seria considerado pela Assembleia Nacional no mês de maio seguinte. Em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a embaixada deu início à organização da missão, que acabou cancelada em decorrência das manifestações iniciais da pandemia de COVID-19.

48. Em julho de 2021, a embaixada submeteu à chancelaria vietnamita minuta atualizada do acordo de cooperação técnica, que, como referido anteriormente, esteve prestes a ser assinado em julho de 2018, quando da visita do então vice-primeiro-ministro Vung Dinh Hue ao Brasil. A chancelaria vietnamita confirmou que a visita bilateral de uma alta autoridade brasileira ou vietnamita constituirá ocasião para se concluir a consideração do assunto e, como possíveis áreas de cooperação a serem exploradas, adiantou o interesse do Vietnã na cooperação em “construção e desenvolvimento urbano” e “segurança e defesa”.

49. Em dezembro de 2021, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Vietnã propôs ao governo brasileiro a elaboração de Memorando de Entendimento sobre Florestas, cujo foco seria o manejo e governança de áreas florestais. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento avaliou como positiva a oportunidade de iniciar negociações sobre o documento, manifestando especial interesse em trabalhar bilateralmente em tecnologias e sistemas sustentáveis de produção para o setor agropecuário e de baixa emissão de carbono, como aqueles contidos no chamado “Plano ABC+” (Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária).

G. ASSUNTOS CONSULARES E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

50. Em 2020 e 2021, a assistência consular foi justamente dominada pela pandemia. Houve dois momentos críticos:

- (i) em abril de 2020, quando, diante do cancelamento *sine die* dos voos internacionais, muitos brasileiros se viram retidos no país, o que levou à repatriação de 46 deles, em voo fretado pelo governo brasileiro e que, além da Indonésia, embarcou passageiros no Vietnã e na Tailândia; e
- (ii) a partir de julho de 2021 até o mês de setembro seguinte, quando o surto da variante Delta, iniciado em abril na Cidade de Ho Chi Minh, rapidamente se espalhou pelo país, submetendo metade das províncias vietnamitas e as principais cidades a um regime de “lockdown”.

51. Naquele primeiro momento, um amplo esforço de assistência consular, que envolveu toda a embaixada, foi necessário para divulgar a informação sobre o voo junto à comunidade brasileira e fazer chegar a Hanói, de onde o voo partiria, os brasileiros que haviam manifestado interesse em embarcar e que não moravam na capital.

53. No segundo caso, a gravidade do surto convenceu muitos brasileiros a partirem do Vietnã. Em razão do cancelamento dos voos domésticos e do fechamento das conexões rodoviárias, foi necessária a atuação emergencial da embaixada para obtenção, junto a diferentes repartições, das autorizações que permitissem o deslocamento excepcional, por via terrestre, de cidadãos brasileiros (em alguns casos, de famílias inteiras) diretamente de suas residências, onde quer que estivessem no país, até os aeroportos de Ho Chi Minh ou de Hanói, de onde voos internacionais haviam sido pontualmente autorizados a retomar as atividades. Nessa operação, a embaixada deu apoio a cerca de 45 brasileiros que se encontravam nessa situação e que puderam embarcar para o Brasil.

54. A comunidade brasileira é composta por um segmento expressivo de aeronautas (pilotos), de alguns poucos empresários, de funcionários de empresas brasileiras instaladas na Cidade de Ho Chi Minh e de esportistas (jogadores de futebol). Em 2020 e 2021, em razão da pandemia, a comunidade reduziu-se a cerca de 300 integrantes. O turismo internacional praticamente inexistiu nesses dois anos. Houve consequentemente uma queda no total de atendimentos consulares relacionados com registro civil, atos notariais, emissão de passaportes e concessão de vistos. Com o fim da Covid-19, há um movimento de retorno de brasileiros, o que faz prever que o contingente da comunidade retornará ao patamar prévio à pandemia de 500-600 residentes. Nota-se uma paulatina retomada do turismo internacional. Concretamente, foram 1821 atendimentos em 2019; 994 em 2020; e 819 em 2021. No primeiro semestre de 2022, registrou-se um total de 537 atendimentos.

H. CONCLUSÃO

55. As relações entre o Brasil e o Vietnã conheceram inegáveis avanços desde a abertura da embaixada brasileira em 1994, principalmente nos últimos quinze anos, mas muito se pode ainda realizar para fazer avançá-las e dar concretude à “parceria abrangente” que os dois países estabeleceram em 2008.

56. Sob esse pano de fundo, o estreitamento das relações bilaterais envolve ações em diferentes frentes. O Vietnã possui uma cultura política de tradição confucionista, que valoriza a senioridade e as relações pessoais em igual nível hierárquico. Encontros bilaterais e, em particular, as visitas ministeriais, cuja realização ficou prejudicada, nos últimos dois anos, em decorrência da pandemia de Covid-19, têm particular importância e potencial para a abertura e exploração de novas agendas.

57. Por ocasião de uma visita de alto nível, seja de uma autoridade brasileira ao Vietnã, seja de uma autoridade vietnamita ao Brasil, poderão vir a ser celebrados acordos que abririam importantes fronteiras nas relações bilaterais, como o acordo sobre cooperação técnica e o acordo em matéria de educação. Manejo florestal, cooperação em saúde e transformação digital são temas de interesse do Vietnã que poderiam dar igualmente origem à celebração de documentos bilaterais. O Vietnã reagiu favoravelmente à minuta de acordo, submetida pelo Brasil em dezembro de 2021,

que permitirá a dependentes de funcionários do Corpo Diplomático exercerem atividades remuneradas.

58. A diplomacia parlamentar sendo uma vertente importante das relações exteriores do Vietnã, a visita de uma alta autoridade ou de uma delegação do Congresso Nacional brasileiro teria efeito muito positivo nas relações bilaterais.

59. O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Vietnã cresceu de US\$ 300 milhões em 2000 para US\$ 3,8 bilhões em 2015 e US\$ 5,4 bilhões em 2021 segundo as estatísticas oficiais brasileiras (US\$ 6,3 bilhões, segundo as vietnamitas), mas há um grande potencial que iniciativas como as Rodadas de Negócios que a embaixada promove em parceria com a ApexBrasil, participação em feiras, negociações agrícolas e a celebração de um acordo de livre comércio Vietnã-Mercosul poderão ajudar a explorar.

60. Já sendo o Vietnã o sexto principal destino das exportações agrícolas brasileiras, o agronegócio brasileiro almeja ter acesso a novos mercados vietnamitas estratégicos ou ampliar o acesso existente. Com esse objetivo, as negociações devem ter em mente a posição do Vietnã baseada no princípio de que os interesses devem ser atendidos de forma equilibrada, ou seja, os pleitos brasileiros deverão estar atrelados à abertura do mercado brasileiro para produtos agro-florestais-pesqueiros de interesse estratégico para o Vietnã.

61. Os vietnamitas têm grande interesse pela cultura brasileira, o que reforça a importância de que a embaixada, em coordenação com o Instituto Guimarães Rosa, do Itamaraty, explore nichos que permitam a execução de uma programação cultural realista, ou seja, intensa mas que pressuponha orçamentos factíveis. O estreitamento da parceria e cooperação entre a embaixada e o Departamento de Português da Universidade de Hanói é particularmente crucial tendo em vista a promoção da vertente brasileira da língua portuguesa e, por seu intermédio, da cultura brasileira no Vietnã.

62. Com diferentes países, independentemente de afinidades político-ideológicas, o Vietnã desenvolveu um sólido acervo de relações, estabelecidas sob a égide uma política externa de vocação universalista, em que a geração de prosperidade por meio de comércio e investimentos é uma faceta fundamental, mas que atribui centralidade à dimensão político-diplomática da atuação externa. Sob essa perspectiva, o Vietnã reserva um papel de carro-chefe à sua diplomacia, por entender que a projeção de uma imagem positiva do país como parceiro confiável no plano internacional favorece a atração de oportunidades que contribuem para a promoção de seus interesses nacionais.

63. Os últimos acontecimentos mundiais estão pondo à prova os fundamentos que nortearam a chamada “globalização” e o mundo unipolar que emergiu nos anos 1990, e, nesse cenário, o Vietnã, na condição de país com elevado grau de independência estratégica e situado numa região – a Ásia do Pacífico – que se consolida como o novo eixo da geopolítica mundial, nutre expectativas ambiciosas sobre suas relações com o Brasil, condizentes com a percepção que as autoridades vietnamitas dele têm como país importante da América Latina e ator de peso no cenário internacional, conforme pessoalmente ouvi em várias oportunidades durante a minha missão.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM HANÓI

Candidato: Embaixador Marco Farani

PERFIL DO CANDIDATO**Ministro de primeira classe Marco Farani**

Nascido em Alegre, no Espírito Santo, em 1955, o ministro de primeira classe Marco Farani é formado em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1980. Trabalhou nas Divisões de Imigração e de Informação Comercial. Fora do Itamaraty, trabalhou na Presidência da República (1985-1987), no Ministério das Comunicações (1987), na Vice-Presidência da República (1996-2003) e no Senado Federal (2003-2004). Foi, ainda, diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal (2018-2019).

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto às Nações Unidas (1988-1991), na Embaixada em Tóquio (1992-1994), na Embaixada em Pequim (1994-1996), no Consulado-Geral em Tóquio (2012-2018), onde foi cônsul-geral, e chefiou a Representação Permanente do Brasil junto a Organismos Internacionais sediados em Londres (2019-2022).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros no Vietnã, gerando maximização de benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos baseia-se no PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com insumos para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com o Vietnã, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro que resida/visite o país asiático.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado vietnamita e a parceria política com o Vietnã, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem do Brasil no Vietnã e no entorno regional
3. Oferecer serviços consulares com qualidade e rapidez para a comunidade brasileira
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais
5. Fortalecer as relações bilaterais e com blocos regionais, em especial a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual o Vietnã é membro
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no Vietnã
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio do agronegócio com o Vietnã

- *Organização de reuniões de alto nível, ministerial e/ou de Secretários-Executivos e assemelhados, inclusive no campo sanitário, em diálogo com suas contrapartes vietnamitas;*
- *Realização de gestões contínuas, junto ao governo do Vietnã, para viabilizar visitas técnicas, presenciais ou virtuais, a estabelecimentos brasileiros, com vistas à habilitação para exportar ao mercado vietnamita;*
- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos do agronegócio, em particular industrializados e de valor agregado, bem como de importadores adequados;*
- *Realização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de expansão no mercado vietnamita, como carnes, cafés especiais, cachaça, assim como maquinário agrícola, dentre outros;*

- *Palestras dirigidas e diálogo com associações empresariais do agronegócio brasileiro;*
- *Interlocução com os principais importadores vietnamitas de produtos do agronegócio e outros atores locais relevantes;*
- *Trabalho em apoio às empresas brasileiras que mantêm representação comercial permanente no Vietnã, assim como ações de fomento à presença, no mercado local, das empresas brasileiras, em consulta com entidades setoriais brasileiras;*
- *Avaliação do atual dimensionamento da adidância agrícola da Embaixada e propor alterações, caso necessário;*

2) Promover maior abertura do mercado vietnamita para a exportação de carnes bovina, suína e de aves, bem como a implementação de sistema de certificação eletrônica para esses e outros produtos de origem animal e vegetal

- *Apoio técnico, organizacional e logístico às negociações entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as autoridades sanitárias e fitossanitárias vietnamitas;*
- *Manutenção de diálogo permanente com o governo vietnamita e suas autoridades competentes no campo dos produtos do agronegócio brasileiro.*

3) Promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado ao mercado vietnamita

- *Apoio à realização de missões empresariais, de parte a parte;*
- *Realização de eventos de promoção comercial de produtos da indústria nacional, como aviação civil, produtos de defesa, autopeças, máquinas e equipamentos do setor agrícola, bem como produtos da agroindústria, em consulta junto a associações setoriais e à ApexBrasil;*
- *Atividades de inteligência comercial, para identificação de novos nichos e oportunidades de exportação de bens industrializados;*
- *Avaliação do atual dimensionamento do Setor Comercial da Embaixada e fomento às atividades de promoção comercial.*

4) Estimular investimentos vietnamitas no Brasil

- *Ações de promoção de oportunidades de investimentos no Brasil, notadamente ao amparo do Programa de Parceria de Investimentos (PPI);*
- *Diálogo com altos executivos, com interesse por investimentos setoriais específicos;*
- *Ações de apoio entre empresas brasileiras e vietnamitas para a realização de joint ventures;*
- *Gestões junto ao governo vietnamita sobre possível negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), visando a estimular a agenda de investimentos.*

5) Fomentar a aproximação entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN

- *Acompanhamento e participação nas iniciativas brasileiras na qualidade de parceiro de diálogo setorial da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN);*

- *Elaboração de informações regulares sobre oportunidades de negócios no âmbito da ASEAN;*
- *Elaboração de subsídios sobre as perspectivas de inclusão da ASEAN nos debates nacionais e do MERCOSUL sobre ampliação de acordos comerciais extrazona;*
- *Ações de fomento e participação em diálogos com Embaixadores do MERCOSUL e da ASEAN residentes em Hanói, de interesse compartilhado.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Índice de promoção do comércio do agronegócio

(Nº de gestões realizadas junto a entidades setoriais, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas durante a gestão / Nº de gestões realizadas, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

2) Índice de abertura do mercado vietnamita para exportação de carnes

(Nº de gestões realizadas junto a autoridades sanitárias e fitossanitárias vietnamitas para habilitação de exportadores brasileiros / Nº de gestões junto a autoridades sanitárias e fitossanitárias vietnamitas para habilitação de exportadores brasileiros realizadas na gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões do governo vietnamita.

3) Índice de acesso ao mercado vietnamita de produtos de maior valor agregado

(Nº de gestões junto ao governo do Vietnã e junto a importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos de maior valor agregado ao Vietnã durante a gestão + número de atendimentos a empresas brasileiras exportadoras e vietnamitas importadoras/ Nº de gestões junto ao governo vietnamita e junto a importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos de maior valor agregado ao Vietnã + número de atendimentos a empresas brasileiras exportadoras e vietnamitas importadoras, caso aplicável, durante a gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

4) Índice de investimentos externos vietnamitas no Brasil

(Número de gestões junto a empresas locais e ao governo vietnamita (no caso de estatais), articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção de investimentos no Brasil durante a gestão/ Número de gestões junto a empresas locais e ao governo vietnamita (no caso de estatais), articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção de investimentos no Brasil durante a gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

5) Número de reuniões, gestões e outras ações sobre cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN durante a gestão.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para o fortalecimento do diálogo bilateral entre Brasil e Vietnã, por meio da retomada dos mecanismos diplomáticos de alto nível, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado**
 - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Vietnã e vice-versa, especialmente aquelas do mais alto nível, incluindo a troca de visitas entre os Chefes de Estado dos dois países, as quais possuem elevado potencial para incrementar as relações bilaterais;*
 - *Apoio substantivo e protocolar à realização de reuniões dos mecanismos bilaterais de diálogo: Mecanismo de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum e Comissão Mista bilateral;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e vietnamitas, em formato presencial ou virtual;*
 - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras ao Vietnã e de autoridades vietnamitas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos.*
2. **Conservar a interlocução entre as duas chancelarias**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo vietnamita, por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Vietnã;*
 - *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Vietnã, quando cabível;*
3. **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa vietnamita**
 - *Elaboração regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa vietnamita, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, comércio e investimentos, inovação e tecnologia, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros;*
 - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos;*
 - *Realização de visitas/reuniões/encontros/eventos envolvendo observadores e atores políticos locais com participação da Embaixada.*
4. **Incrementar o diálogo parlamentar bilateral**
 - *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e vietnamitas;*
 - *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e vietnamitas;*

- *Apoiar atividades do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã da Câmara dos Deputados*

5. Intensificar a paradiplomacia bilateral e a cooperação entre entidades subnacionais brasileiras e vietnamitas

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes de entes federados brasileiros e vietnamitas;*
- *Apoio à negociação de acordos de irmanação entre regiões e municípios brasileiros e vietnamitas;*
- *Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades subnacionais brasileiras e vietnamitas.*

6. Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral e MERCOSUL-Vietnã

- *Gestões, junto ao governo vietnamita, para negociação de acordos de interesse brasileiro;*
- *Informar e analisar propostas do governo vietnamita para a abertura de negociação de acordos bilaterais ou no âmbito do MERCOSUL, uma vez que foi finalizado, em 2020, o diálogo exploratório MERCOSUL-Vietnã;*
- *Subsídios ao diálogo com o Congresso Nacional sobre a importância de análise de acordos bilaterais já assinados e ainda não ratificados pelo lado brasileiro. Em caso de impossibilidade de ratificação em razão de legislação superveniente, subsidiar gestões com vistas a reabrir negociações, sempre que o tema seja de interesse brasileiro;*
- *Subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros sobre a importância da mais pronta resposta possível a propostas realizadas pelo lado vietnamita.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais

(Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas durante a gestão / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas na gestão anterior) x 100

2) Índice de interlocução com a chancelaria vietnamita

(Número de gestões junto à chancelaria vietnamita, durante a gestão/Número de gestões junto à chancelaria vietnamita, na gestão anterior) x 100

3) Número de telegramas do posto sobre temas de política interna e externa vietnamita, bem como sobre outros assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano

4) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e vietnamitas

5) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e vietnamitas

6) Número de acordos concluídos durante a gestão

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para a maior aproximação do Brasil com a ASEAN, no âmbito da parceria de diálogo setorial com a Associação**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo vietnamita sobre a ASEAN;*
 - *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre os interesses e oportunidades brasileiras junto à ASEAN;*
 - *Prestação de apoio a processos de negociação de cooperação técnica entre o Brasil e o Vietnã, nas áreas prioritárias da parceria de diálogo setorial com a ASEAN;*
- 2. Contribuir para a atuação do Brasil em organismos multilaterais que contam com o Vietnã entre seus membros**
 - *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação do Vietnã em dossiês regionais e internacionais, inclusive como subsídio para a participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU no biênio 2022-2023;*
 - *Elaboração de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Vietnã em foros multilaterais, como a ONU e seus órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, a ASEAN e outros;*
 - *Diálogo com representantes governamentais vietnamitas sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais.*
- 3. Contribuir para o fortalecimento do diálogo Brasil-Vietnã em fóruns multilaterais, como forma de alavancar a cooperação bilateral com o Vietnã**
 - *Realizações de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e reuniões de cúpula;*
 - *Manutenção de foros de diálogos multilaterais, como aqueles entre os embaixadores dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Hanói.*
- 4. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com o Vietnã entre seus membros.**
 - *Realização de gestões para buscar o apoio do governo do Vietnã a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) **Número de expedientes telegráficos e gestões do posto sobre o tema ASEAN por ano**
- 2) **Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas multilaterais por ano**
- 3) **Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais**
- 4) **Índice de apoio vietnamita a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**

(Nº de indicações positivas de apoio vietnamita a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte vietnamita para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano) x 100

IV - Promoção da imagem do Brasil, da cultura brasileira e do turismo e da marca Brasil

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade vietnamita e diversificar as referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas**
 - *Apoio à difusão do português e da cultura brasileira por meio do leitorado já existente na Universidade de Hanói e de eventual criação de outro leitorado na cidade de Ho Chi Minh;*
 - *Apoio à organização regular de Festival de Cinema Brasileiro e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
 - *Promoção de eventos de música e dança brasileira, clássica e popular, e apoio a festivais que contem com a participação de músicos brasileiros;*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua vietnamita, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*
 - *Fomento à criação de atividades culturais que envolvam a língua portuguesa, como concurso de tradução;*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
 - *Fomento à ida de artistas brasileiros conhecidos no Vietnã para realizarem apresentações;*
 - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira junto ao público local;*
 - *Avaliação da conveniência de incentivo à criação de programa de rádio para a difusão da cultura brasileira.*
2. **Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação e criação conjunta;*

- *Apoio à divulgação de design e arquitetura nacional, já realizada por escritório de brasileiro radicado no país.*

3. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes vietnamitas

- *Participação brasileira em grandes feiras de turismo no Vietnã, em cooperação com a EMBRATUR;*
- *Apoio a estudos de mapeamento de destinos turísticos de interesse para turistas vietnamitas no Brasil, tornando sua divulgação mais efetiva;*
- *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo do Vietnã;*

4. Intensificar a promoção da imagem do Brasil

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial para divulgação de produtos brasileiros (vide item I.i.3), bem como com atividades culturais especiais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Índice de realização de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros**
(Número de eventos organizados pelo posto na gestão / Número de eventos na gestão anterior) x 100
Possível criação de Centro de Cultura Brasileira depende de decisões fora da alçada da Missão.
- 2) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 3) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 4) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa**
Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões realizadas durante a gestão

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a cooperação com o Vietnã em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável, energias renováveis (biocombustíveis), bem como na área de manejo florestal sustentável**
 - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de*

biocombustíveis (etanol), de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;

- *Realização de reunião bilateral para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento de energias renováveis;*
- *Apoio à negociação sobre o tema no âmbito do “Center of International Cooperation (CIC)”;*
- *Participação brasileira em eventos no Vietnã ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável;*
- *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
- *Apoio a diálogo entre especialistas vietnamitas e brasileiros para troca de experiências em matéria de conservação, monitoramento e combate ao desmatamento ilegal de florestas;*

2. Fortalecer diálogo com o governo vietnamita sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris

- *Elaboração de materiais de registro e análise sobre os desdobramentos do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dos compromissos assumidos pelo Vietnã no Acordo de Paris e na implementação do Protocolo de Quioto;*
- *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima no Vietnã (aumento da frequência e duração das secas em regiões determinadas; aumento dos índices pluviométricos, enchentes e alagamento);*
- *Incentivo ao estabelecimento de diálogo entre negociadores vietnamitas e brasileiros sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, além de estímulo à coordenação de posições antes de grandes eventos internacionais relacionados ao clima.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a cooperação técnica com o Vietnã em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação técnica, como, por exemplo, agricultura, saúde, tecnologia, dentre outros**
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação técnica em agricultura, saúde e tecnologia, assim como prospectar a possibilidade de novas áreas para cooperação;*

- *Apoio à negociação de acordo de cooperação técnica.*

2. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões bilaterais sobre cooperação técnica realizadas durante a gestão e eventual identificação de novas áreas para cooperação.**

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a variante brasileira da língua portuguesa

- *Apoio à difusão da variante brasileira da língua portuguesa e da difusão da cultura brasileira, por meio da manutenção de leitorado brasileiro na Universidade de Hanói e da eventual criação de novo leitorado na cidade de Ho Chi Minh.*
- *Promover o engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da diáspora brasileira;*

2. Ampliar o diálogo com o Vietnã para o desenvolvimento, produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos, com especial ênfase no enfrentamento de novas pandemias

- *Monitoramento dos avanços realizados pelo Vietnã em matéria de desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamento médico em geral e, sobretudo, no contexto de enfrentamento de pandemias;*
- *Apoio à interlocução construtiva do governo vietnamita com autoridades sanitárias brasileiras;*
- *Identificação de outras possibilidades de cooperação no combate a pandemias, como importação de medicamentos e equipamentos de proteção individual;*
- *Apoio a entes federativos e autoridades brasileiras que venham a buscar informações sobre o tema ou que manifestem interesse em cooperar com parceiros vietnamitas para a aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar.*

3. Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em defesa

- *Incentivo ao contato e à interlocução entre autoridades de defesa dos dois países;*
- *Divulgação, junto aos setores interessados do governo vietnamita, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Elaboração, para o governo brasileiro, de materiais de registro e análise sobre a atuação e o funcionamento do setor de defesa vietnamita;*
- *Prestação de apoio a processos de negociação de eventuais acordos ou memorandos de entendimento sobre o setor de defesa entre Brasil e Vietnã, quando cabível;*

- *Avaliação da necessidade de criar adidância de defesa específica para o Vietnã, com adido de defesa residente.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de ações realizadas em conjunto com os leitores e de produção de material com a variante brasileira do português.**
- 2) Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão**
- 3) Número de contatos com autoridades de Defesa do Vietnã e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa durante a gestão e número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre negociações de acordos em matéria de Defesa**
- 4) Índice de realização de ações de promoção de produtos de Defesa**
Número de contatos com autoridades de Defesa da Vietnã e ações de promoção de produtos de Defesa durante a gestão

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira no Vietnã**
- 2. Ampliar o apoio à comunidade brasileira residente no Vietnã**
 - *Ampliação de canais de apoio consular e ampliação da difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio do portal consular do Itamaraty, seja no quadro de campanhas de promoção ao turismo.*
 - *Avaliação da criação de Conselho de Cidadãos Brasileiros no Vietnã, caso haja efetivo interesse e disposição dos brasileiros residentes.*
- 3. Implantar sistema e-consular, de modo a permitir maior agilidade na prestação dos serviços consulares**
 - *Otimização do atendimento ao público, por meio da implantação do sistema e-consular, que permitirá a oferta de serviços consulares digitais ao cidadão, além de aferir o nível de satisfação do consulente com o atendimento.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Índice de reclamações do consulente

(Nº de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria / Nº de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria) x 100

Duração do atendimento no guichê

Somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento

5

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO*

CPF.: 251.592.166-34

ID.: 7548 MRE

1956 Filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, nasce em 19 de abril, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
 1980 Direito pela Universidade do Distrito Federal
 1983 CAD - IRBr
 1998 CAE - IRBr, "O Escritório Financeiro em Nova York e seu Papel na Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior"

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário.
 1981 Segundo-Secretário
 1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979 Divisão da América Central e Setentrional, assistente
 1982 Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
 1983 Representação Permanente junto à FAO, Roma, Segundo-Secretário
 1984 XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1984 XV Sessão do Subgrupo de Estatística, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1984 Reunião de Peritos sobre Preços Indicativos de Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1984 XIX Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1984 XXII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Grãos, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1985 XI Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carnes, FAO, Roma, Chefe de delegação
 1986 Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretário
 1988 Embaixada em Manágua, Conselheiro comissionado
 1990 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor
 1991 Secretaria-Geral de Controle, Coordenador-Executivo, substituto
 1991 Secretaria-Geral Executiva, Coordenador-Executivo, substituto e Chefe de Gabinete, substituto
 1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
 1993 Divisão de Pagamentos do Pessoal, Chefe substituto e Chefe
 1994 Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro
 1997 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
 1999 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe
 2002 Escritório Financeiro em Nova York, Ministro-Conselheiro
 2006 Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
 2006 Departamento de Promoção Comercial, Diretor
 2009 Embaixada em Argel, Embaixador
 2013 Embaixada em Tel Aviv, Embaixador
 2016 Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos
 2019- Embaixada junto à Santa Sé, Embaixador

2019- Embaixada junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, cumulativa, Embaixador

Condecorações:

1982	Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
1985	Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Cavaleiro
1988	Ordem Nacional do Condor dos Andes, Bolívia, Oficial
1992	Medalha de Honra da Inconfidência, Minas Gerais, Brasil
1994	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1994	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
2007	Real Ordem ao Mérito, Noruega, Grande Oficial
2008	Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador
2013	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil
2022	Ordem Pia (ou Ordem de Pio IX), Grã-Cruz, Santa Sé

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2022

(n° 399/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 399

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de julho de 2022.

EM nº 00124/2022 MRE

Brasília, 18 de Julho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guatemala, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **VERA CÍNTIA ÁLVAREZ**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 434/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 22 de julho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 22/07/2022, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3515977** e o código CRC **FC1EE104** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006125/2022-57

SEI nº 3515977

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

Ministério das Relações Exteriores

Secretaria das Américas
Departamento de Caribe, América Central e do Norte
Divisão de México e de América Central

GUATEMALA**OSTENSIVO****Julho de 2022**

PERFIS BIOGRÁFICOS

ALEJANDRO GIAMMATTEI – PRESIDENTE



Alejandro Giammattei Falla nasceu em 9 de março de 1956, na Cidade da Guatemala. É médico cirurgião, formado pela Universidade de São Carlos da Guatemala. Exerceu diversos cargos públicos, como Coordenador-Geral de Eleições do Tribunal Superior Eleitoral (1985 a 1991) e Diretor do Sistema Penitenciário (2002-2007). Entre 2007 e 2018 dedicou-se a atividades empresariais. Candidatou-se duas vezes à prefeitura da Cidade da Guatemala (1999 e 2003) e concorreu três vezes ao cargo de presidente (2007, 2011 e 2015), sem sucesso. Foi eleito presidente em 2019, em segundo turno, pelo recém-criado Partido Vamos. O presidente Giammattei sofre de esclerose múltipla.

MARIO BÚCARO FLORES – CHANCELER



Mario Búcaro Flores tem 44 anos e é diplomata de carreira. Foi nomeado ministro das Relações Exteriores da Guatemala em 1º de fevereiro de 2022. Anteriormente, foi embaixador em Israel (2018-2020) e no México (2020-2022). Atuou também como representante da Guatemala no Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL), tanto como membro permanente do Conselho quanto na vice-presidência da XXVII Conferência Geral de OPANAL.

Na iniciativa privada, trabalhou por dez anos na rede de televisão CBN, onde chegou a exercer a função de diretor regional (2012-2018). É mediador internacional especializado em resolução de conflitos e controvérsias internacionais, Búcaro tem ainda significativa carreira acadêmica na Guatemala. Declara-se cristão, já realizou trabalho missionário no Brasil e se apresenta como "um amigo do Brasil".

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Guatemala estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906 com a atribuição da cumulatividade da representação do Brasil na Guatemala à Legação do Brasil no México. A Guatemala foi o primeiro país da América Central a receber uma representação diplomática brasileira permanente, em 1937, quando foi criada a Legação do Brasil na Guatemala, com ação cumulativa nos demais países do istmo centro-americano: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá.

Na primeira década do século XXI, as relações do Brasil com a América Central passaram por período de intensa aproximação, seguida, na década seguinte, de gradual retraimento que se prolongou até 2018. A relativa perda de densidade decorreu, em larga medida, do quadro geral de constrangimento orçamentário no Brasil, que repercutiu no cancelamento de grandes projetos brasileiros na região (como o da hidrelétrica de Tumarín na Nicarágua), bem como da desistência do Brasil de tornar-se sócio do Banco Centro-Americano de Integração (BCIE).

O relacionamento Brasil-Guatemala também se ressentiu do relativo retraimento do diálogo com a América Central registrado entre 2010 e 2018. Nesse período, a cooperação

técnica e a coordenação em foros multilaterais mantiveram-se como elementos de continuidade do diálogo bilateral.

No plano político, a ativação do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, em maio de 2018, sinalizou a disposição dos dois países em retomar e aprofundar o diálogo regular. Em 25 de fevereiro de 2019, o então presidente guatemalteco Jimmy Morales encontrou-se com o vice-presidente Hamilton Mourão, à margem da reunião do Grupo de Lima em Bogotá. Na ocasião, o mandatário guatemalteco agradeceu a cooperação do Brasil para o melhoramento genético do rebanho bovino de seu país por meio da importação de embriões e sêmen bovino procedentes do Brasil desde 2018.

As relações bilaterais ganharam ímpeto com a visita oficial do ministro Ernesto Araújo à Guatemala em fevereiro de 2020, a primeira de um chanceler brasileiro a esse país desde 2008. A aproximação teve como pano de fundo o engajamento de ambos os países no Grupo de Lima. Na visita foram ressaltadas a convergência de visões e valores entre Brasil e Guatemala e as preocupações comuns em temas de segurança, como o combate à criminalidade organizada.

O diálogo entre os dois países manteve-se fluido e frutífero na gestão do ministro Carlos França. Em encontro com o chanceler guatemalteco Pedro Brolo à margem da 76ª AGNU, o chanceler brasileiro agradeceu o apoio unilateral da Guatemala à candidatura do Dr. Rodrigo Mudrovitsch para a Corte Interamericana de Direitos Humanos e convidou delegação guatemalteca a conhecer a experiência brasileira na área de vacinas, em particular na Fiocruz. O ministro Brolo expressou interesse da Guatemala nas redes regionais de combate a incêndios florestais.

As relações bilaterais mantiveram perfil elevado após a substituição de Pedro Brolo por Mario Búcaro na chancelaria guatemalteca em fevereiro de 2022. Em conversa telefônica com o ministro França, o ministro Búcaro externou grande afeição pelo Brasil, saudou a fluidez do relacionamento bilateral e agradeceu o apoio brasileiro no combate aos incêndios florestais na Guatemala. O chanceler brasileiro salientou os valores compartilhados entre ambos os governos e recordou a visita da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, para representar o mandatário brasileiro no Congresso Ibero-Americano pela Vida e Pela Família, celebrado na Guatemala em março de 2022. Os chanceleres transmitiram convites mútuos para a realização de visitas oficiais.

Convite ao Sr. presidente da República para visita à Guatemala

A boa fase das relações bilaterais traduziu-se em convite formulado pelo presidente Giammattei (29/5/2020) para que o Presidente Bolsonaro visite a Guatemala em “data a ser definida pelos canais diplomáticos”. O convite foi aceito pelo mandatário brasileiro em 10/8/2020, mas ainda não foi possível definir a data da visita. Em chamada telefônica realizada em 22/11/2021, o presidente Giammattei reiterou o convite e sugeriu a data de 09/03/22, por ocasião do Congresso Ibero-Americano pela Vida e pela Família. O presidente Bolsonaro não pôde comparecer e indicou a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, para representá-lo no evento.

Comércio Bilateral

No ano de 2021, o fluxo de comércio registrou crescimento de 36,9% e alcançou a cifra de USD 420 milhões. As exportações para a Guatemala totalizaram USD 352 milhões enquanto as importações somaram USD 64 milhões. O superávit em favor do Brasil foi de USD 288 milhões. O Brasil absorveu 1,6% das exportações da Guatemala e ocupou a nona posição entre os principais fornecedores do país. Há significativo espaço para o crescimento das exportações brasileiras, que também se beneficiariam de eventual avanço nas negociações de um acordo MERCOSUL-Guatemala.

A pauta exportadora brasileira é composta de máquinas, eletrodomésticos, veículos, milho e produtos da indústria química. O Brasil importa principalmente borracha natural, alumínio de reciclagem e produtos de vidro.

Acordo MERCOSUL-Guatemala

A aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), principal bloco de integração comercial da América Central, vinha sendo buscada desde 2008. No entanto, diante dos obstáculos à negociação de acordo comercial Mercosul-SICA, o Brasil apresentou à Guatemala, em outubro de 2018, sugestão de negociação de acordo MERCOSUL-Guatemala.

Em outubro de 2020, o ministro da Economia guatemalteco indicou aos embaixadores dos países do MERCOSUL haver resistência do setor empresarial do país à negociação do acordo. Em junho de 2021, a Guatemala comunicou sua decisão de recusar a proposta. No momento, o Brasil procura retomar o diálogo com autoridades guatemaltecas.

Promoção do Etanol

A Guatemala manifestou, no contexto de sua política de combate aos efeitos da mudança climática nos setores de energia e transporte, interesse em conhecer a experiência brasileira de implementação da mistura de etanol na gasolina. O Itamaraty, a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) e o Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA), apoiados pelo Ministério de Energia e Minas da Guatemala, organizaram, no período de 3 a 5/5/2022, o seminário *Mobilidade Sustentável: Diálogo sobre Etanol*, que envolveu autoridades e representantes do setor privado de ambos os países e recebeu ampla cobertura dos meios de imprensa locais.

Os participantes do evento sublinharam a sustentabilidade do etanol como combustível, sua importância para a segurança energética, seu potencial para incrementar a pauta exportadora guatemalteca e a necessidade de que os dois países avancem nesse tema de interesse comum. A iniciativa evidenciou o potencial de cooperação entre o Brasil e a Guatemala em biocombustíveis.

Cooperação Técnica e Humanitária

A cooperação técnica figura entre os principais componentes da relação bilateral. O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala está amparado no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, assinado em 16 de junho de 1976. O documento foi atualizado e nova versão, assinada em 25 de julho de 2019, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

O atual programa bilateral de cooperação técnica conta com três projetos em execução (nas áreas de saúde e trabalho) e cinco iniciativas em fase de assinatura (sobre manejo de incêndios florestais, avaliação da conservação de ecossistemas florestais, repartição dos benefícios do uso da biodiversidade, produção de açúcar, e processamento de alimentos – cacau, leite e carne), elaboradas por ocasião da IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala, realizada em outubro de 2018. Há ainda uma iniciativa em negociação, em matéria de segurança pública.

Brasil e Guatemala também participam de projetos de cooperação trilateral (com o Japão, sobre polícia comunitária, com participação da Polícia Militar de São Paulo e do Ministério da Justiça e Segurança Pública), regional e multilateral.

Nos últimos anos, o Brasil prestou ajuda humanitária à Guatemala em 2012 (doação de 2.180 toneladas de arroz), 2015 (doação de 3 mil toneladas de feijão e 1 mil toneladas de arroz), 2018 (doação de vacinas antirrábicas), 2020 (doação financeira para locação de avião cisterna para combate a incêndios florestais e para aquisição de itens básicos de higiene para

as vítimas do furacão Eta) e 2021 (uso de horas de voo remanescentes do aluguel de aeronave anti-incêndios para combater incêndios florestais).

Cooperação em Matéria de Defesa

Em 1995 foi instituída a Missão de Cooperação Militar Brasil-Guatemala. Desde 1996, o Brasil envia militares para o Comando Superior de Educação do Exército da Guatemala (COSEDE). As Forças Armadas da Guatemala celebraram, em 2015, 20 anos do programa de cooperação militar Brasil-Guatemala. Em cerimônia oficial, o representante do vice-ministro de Defesa ressaltou que a totalidade dos atuais oficiais superiores das Forças Armadas da Guatemala foram, em algum momento, alunos de oficiais brasileiros. Brasil e Guatemala também possuem um Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em 2006 e em vigor desde 2009.

POLÍTICA INTERNA

A Guatemala é uma república unitária, cujo presidente é eleito para mandato de 4 anos, sem direito à reeleição. O Congresso da República é o órgão unicameral do Poder Legislativo, composto de 160 deputados com mandatos de 4 anos com reeleição. O sistema político-partidário do país apresenta-se consideravelmente fragmentado (26 partidos). A Corte Suprema de Justiça, principal órgão do judiciário, é integrada por 13 magistrados eleitos pelo Congresso para mandatos de cinco anos. As questões constitucionais são definidas pela Corte de Constitucionalidade, integrada por cinco magistrados também escolhidos para mandatos de cinco anos.

A Guatemala desempenha, na América Central, papel importante. Com estimados 17 milhões de habitantes, o país é também o de maior “densidade histórica”, o antigo centro da administração colonial, o mais populoso e, em decorrência dessa característica, possui a maior economia da região. As mudanças históricas que se processam na América Central são, muitas vezes, amplificadas na Guatemala.

A Guatemala enfrentou longa guerra civil entre 1960 e 1996, quando foram assinados acordos de paz entre guerrilheiros e o governo, com anistia geral concedida a ambos os lados. Desde então, o país tem vivido dentro da institucionalidade democrática, com a realização de eleições regulares a cada quatro anos. Jamais logrou, todavia, cumprir totalmente os acordos de paz de 1996, principalmente aqueles relativos às questões sociais que deram origem à revolta interna, ligadas à enorme porcentagem de pobres e miseráveis entre as populações rurais de origem indígena. O país apresenta elevados índices de pobreza e de violência, bem como crises de governabilidade recorrentes.

Em 2006, foi estabelecida no país, por acordo firmado com a ONU, a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), órgão independente, de caráter internacional, com o objetivo de apoiar a investigação de crimes cometidos por “aparatos clandestinos e corpos ilegais de segurança”. A atuação da CICIG resultou na prisão de três ex-presidentes e outros expoentes da política local.

O comediante Jimmy Morales foi eleito presidente para o mandato 2016-2020 com base na promessa de manter a atuação da CICIG e combater práticas da política tradicional guatemalteca. Não obstante, sua presidência foi marcada por constantes embates com a direção da CICIG, que o levaram à decisão de não renovar o mandato da missão.

Nas eleições de 2019, Alejandro Giammattei foi eleito presidente da Guatemala para o período 2020-2024 pelo Partido “Vamos por uma Guatemala Diferente” (Vamos). Giammattei tem perfil conservador e elegeu-se com discurso com ênfase no combate à corrupção e às “maras” (quadrilhas envolvidas em ampla rede de atividades criminosas). No entanto, além dos problemas econômicos causados pela pandemia de covid-19, o presidente enfrenta crises múltiplas relacionadas a fluxos migratórios, temas orçamentários, relações com o Congresso e

o Poder Judiciário, acusações de corrupção e conflitos graves de terra (sobretudo na localidade de Chirijox).

Em 2021 os EUA tentaram retomar o diálogo sobre corrupção na política guatemalteca, gerando reação do presidente Giammattei, que acusou Washington de ingerência em temas internos. Havia denúncias de que agentes públicos – sobretudo magistrados e promotores – que no passado desempenharam papel no combate à corrupção ao lado da CICIG têm sido alvo de ataques e assédio permanente.

Em visita da vice-presidente do EUA, Kamala Harris, à Guatemala, em junho de 2021, os dois países anunciaram a criação da “Força Tarefa contra a Corrupção”, com participação dos Departamentos de Justiça, do Tesouro e de Estado norte-americanos. Nesse contexto, promotores e especialistas americanos, residentes na Guatemala, trabalhariam para capacitar os membros do Judiciário local, principalmente a Procuradoria Especial contra a Impunidade. Harris manifestou a importância de que a Procuradoria Especial contra a Impunidade e seu mais ativo procurador de justiça, Juan Francisco Sandoval, dessem continuidade à luta contra a corrupção.

Em 1º de julho de 2021 os EUA divulgaram lista com 20 guatemaltecos que sofreriam sanções econômicas, dos quais 10 integrantes do Poder Judiciário. A iniciativa teve como base a Lei de Compromisso Melhorado para o Triângulo Norte, também conhecida como Lista Engel, instrumento dos EUA para o combate à corrupção na América Central. De acordo com a lei, aprovada em dezembro de 2020, os EUA podem aplicar sanções (perda de visto, impedimento de ingressar nos EUA, proibição de operação financeira com entidades norte-americanas) a cidadãos guatemaltecos (e da América Central) envolvidos em crimes de corrupção em contratos de governo, suborno, extorsão, lavagem de dinheiro e intimidação contra investigadores.

Os desentendimentos com os Estados Unidos em relação aos objetivos da cooperação bilateral de combate à corrupção vieram à tona em um dos episódios mais polêmicos do governo de Giammattei. Em 25 de julho de 2001, a procuradora-geral Consuelo Porras, aliada do mandatário guatemalteco, demitiu o titular da Procuradoria Especial Contra a Impunidade, Juan Francisco Sandoval. A justificativa foi a falta de confiança na relação entre os dois procuradores. A demissão repercutiu fortemente na sociedade local, na comunidade de doadores internacionais, na ONU, em países europeus e, particularmente, nos EUA, onde a demissão foi alvo de crítica do Secretário de Estado Antony Blinken e resultou na interrupção da “Força Tarefa contra a Corrupção”.

Na sequência da demissão do procurador Sandoval, 18 promotores foram removidos ou renunciaram ao cargo na Procuradoria Especial contra a Impunidade. Tornaram-se frequentes relatos de pressão, ameaça e intimidação aos membros do órgão. O governo Giammattei foi acusado de iniciar uma cruzada para desestruturar o Poder Judiciário do país, seja por meio da manutenção de aliados políticos nas altas cortes, mesmo após o fim do decurso de seus mandatos, seja mediante o desmonte dos órgãos de controle e fiscalização do Poder Executivo.

Francisco Sandoval deixou o país imediatamente rumo a El Salvador, escoltado pelo procurador de direitos humanos e acompanhado pelo embaixador da Suécia. Em entrevista à rede de TV estrangeira, afirmou que três investigações em curso na Procuradoria Especial apresentavam potencial para envolver o presidente Giammattei. A primeira, referente à descoberta de USD 70 milhões em efetivo que pertenciam ao ex-ministro da Construção, Infraestrutura e Moradia. O valor seria destinado ao pagamento de uma contribuição por sua recondução ao cargo em janeiro de 2020 pelo então presidente-eleito Giammattei. A segunda investigação referia-se a possível delação premiada de ex-funcionário de Giammattei que se encontrava na prisão. Por fim, encontrava-se sob investigação suposta entrega de dólares na residência do presidente Giammattei, por empresários russos, em abril de 2021. Giammattei qualificou de calúnia a denúncia.

No dia 29 de julho de 2021, houve protestos em todos o país, reivindicando a renúncia do presidente Giammattei e da procuradora-geral Consuelo Porras. As manifestações ganharam adesão de empresas, universidades, etnias indígenas e agentes de saúde. Nos dias 6 e 7 de agosto, registraram-se paralisações em nível nacional.

Em 20 de setembro de 2021, a procuradora-geral Consuelo Porras foi incluída na Lista Engel por obstruir investigações penais em casos de corrupção. O presidente Giammattei reagiu fortemente por meio do Twitter, acusando os EUA de não ter evidências que sustentassem a sanção.

Os protestos e conflitos continuaram em todo o país, demonstrando o descontentamento generalizado da população com a corrupção e outros problemas econômicos e sociais. Em Izabal, foi decretado estado de sítio por um mês em 25/10/2021, para conter protestos que ocorriam em torno de projeto minerador na região. No mesmo mês, militares da reserva bloquearam rodovias em pontos estratégicos do país, reivindicando pagamento de indenização pelos serviços prestados durante a guerra civil. O grupo não foi recebido pelo presidente do Congresso e invadiu a sede do parlamento.

Em janeiro de 2022 ocorreram 283 protestos em todo o país, enquanto o ano todo de 2021 registrou 1.656 manifestações. Os motivos continuaram a ser de natureza variada: má gestão dos serviços públicos, falta de segurança, exploração de recursos naturais, corrupção, problemas agrários.

Em outro episódio de pressão do Executivo sobre o Judiciário, a juíza Erika Aifán foi penalizada com a retirada de sua imunidade em janeiro de 2022. A magistrada é titular da primeira instância penal de narcoatividade e delitos contra o meio ambiente e denunciou ser vítima de processos sem base legal. Em 21/3, a juíza apresentou renúncia em razão de perseguições e ameaças à sua integridade física e de seus familiares. A magistrada dirigiu-se à Costa Rica, de onde pediu exílio nos EUA.

Em 7/04/2022, o Parlamento Europeu (PE) adotou resolução sobre as violações de direitos humanos na Guatemala e manifestou preocupação com a deterioração do Estado de Direito no país, principalmente com ações judiciais iniciadas na Corte Suprema de Justiça e no Ministério Público contra juízes, advogados e promotores independentes, que investigam estruturas criminosas vinculadas a alguns funcionários de Estado e empresários. O ministro das Relações Exteriores, Mario Búcaro, em sua conta de *Twitter*, expressou “total rechaço à resolução do PE”.

O governo da Guatemala enviou nota verbal às embaixadas e organismos internacionais sediados na Guatemala, em abril de 2022, advertindo que “a Carta Magna assinala que a soberania tem raízes no povo, que a delega para seu exercício, aos órgãos do legislativo, executivo e judiciário”; reiterando que a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas “estabelece que não se emita pronunciamento em assuntos internos de cada país”; e instando a “absterem-se de impulsionar iniciativas não solicitadas e que podem provocar confusão na sociedade guatemalteca”.

A procuradora-geral Consuelo Porras foi reeleita para mais um mandato como chefe do Ministério Público da Guatemala em 16/5/2022. A recondução de Porras ocasionou novas críticas dos EUA e da União Europeia.

Eleições de 2023

Em janeiro de 2023 tem início a campanha eleitoral na Guatemala para a eleição de presidente, deputados, membros do PARLACEN e prefeitos do país, os quais tomarão posse em 2024. A Constituição não permite a reeleição do presidente. O quadro de candidatos que já começam a se posicionar ainda é incerto, mas com o controle das Altas Cortes e do TSE exercido por Giammattei, é provável que “candidaturas indesejáveis” sejam impedidas de concorrer. Após o final de seu mandato, Giammattei ganhará um assento no PARLACEN e manterá sua imunidade penal.

Narcotráfico

Segundo a ONG de investigação criminal “InSight Crime”, o narcotráfico na Guatemala é atualmente dominado por grupo pequenos, formados por membros da força pública, políticos e criminosos, que lutam para controlar uma grande variedade de rotas marítimas e terrestres desde Honduras, mediante as quais chegam centenas de toneladas da droga provenientes da Venezuela e da Colômbia. O tráfico de cocaína continua a ser o pilar da economia criminosa.

As dinâmicas do narcotráfico são facilitadas por corrupção nas instituições guatemaltecas, que têm formado uma relação simbiótica com a criminalidade nas zonas fronteiriças. Nos últimos anos, fortaleceu-se uma aliança entre setores da elite, grupos do crime organizado e uma parte da institucionalidade pública e política para manter a corrupção e a impunidade.

A sociedade civil fortaleceu-se na capital e nas zonas metropolitanas durante os últimos anos devido à influência da Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala e o fortalecimento da Procuradoria Especial contra a Impunidade, mas o fenômeno não chegou ao interior do país. A Guatemala possui um sistema forte de investigação criminal, mas as instituições de combate à corrupção são incipientes e encontram-se debilitadas depois da interrupção do trabalho da CICIG. Além disso, a separação de poderes muitas vezes é desrespeitada, sobretudo por interferência do Executivo no Legislativo e sua influência sobre ações do Judiciário.

Combate à pandemia de covid-19

Com o início da pandemia de covid-19 em fevereiro de 2020, as autoridades locais impuseram, de março a agosto, controle rigoroso da mobilidade e fechamento das atividades do setor público. No mesmo ano, o ministro da Saúde foi demitido em meio a controvérsias em torno da aquisição das vacinas russas Sputnik. A Guatemala distribuiu também vacinas doadas pelos EUA e pela Espanha. Foram também recebidas também cerca de 1 milhão de doses pelo mecanismo COVAX. No total, foram recebidos pelo país 25 milhões de doses, entre compradas e doadas.

O processo de vacinação decorreu de forma lenta em razão das dificuldades logísticas para distribuir e armazenar vacinas em condições de resfriamento. Atualmente, a taxa de vacinação pode ser considerada adequada na capital do país e em alguns grandes centros urbanos. As populações rurais por razões culturais e pela desconfiança em relação aos agentes do Estado se recusaram, em grande parte, a serem vacinadas.

Em julho de 2022, a Guatemala passou a enfrentar a quinta onda de contágios causada pelas variantes Ômicron, com a porcentagem de 40% de testes realizados positivos. As autoridades locais salientam o caráter endêmico da pandemia e sustentam que a população deve aprender a conviver com o risco de contágio.

POLÍTICA EXTERNA

Relação com os EUA

A influência exercida pelos EUA desempenha papel dominante na definição das prioridades da política exterior guatemalteca. O país é o principal parceiro comercial e a maior fonte de investimentos estrangeiros na Guatemala. Em 2018 os EUA abrigavam aproximadamente 1,3 milhão de residentes de origem guatemalteca, responsáveis pela maior parte das remessas internacionais recebidas pelo país. A presença norte-americana é igualmente relevante na cooperação técnica, em matéria de segurança – combate ao narcotráfico – e no acordo de comércio CAFTA-DR (*Dominican Republic-Central America Free Trade Agreement*). Os laços com os EUA também explicam a decisão guatemalteca de

reconhecer Jerusalém como capital de Israel e de anunciar, em março de 2018, a mudança da Embaixada da Guatemala para aquela cidade.

A Guatemala era considerada o sócio menos problemático e mais confiável no Triângulo Norte. Nos últimos 5 anos, porém, houve distanciamento entre os dois países em razão da ineficácia do governo em estabelecer bons níveis de governança e combater a corrupção nas três esferas de poder.

Em mais um episódio de afastamento entre os dois países, em novembro de 2021 os EUA excluíram a Guatemala da lista dos países convidados para a Cúpula da Democracia, realizada em 9 e 10/12/2021. Entre os países excluídos estavam também Nicarágua, Venezuela, Bolívia, Cuba, el Salvador, Honduras e Haiti. A Presidência guatemalteca minimizou a situação, afirmando ser a Cúpula uma atividade própria do governo dos EUA e que as relações bilaterais seguem em boas condições.

Em dezembro 2021, Giammattei afirmou à imprensa que a Guatemala é o “último aliado dos EUA na América Central” e que a cooperação bilateral tem sido fundamental para os avanços no combate ao crime transnacional. Na primeira quinzena de janeiro de 2022, a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, chamou por telefone o presidente Giammattei e lhe pediu para garantir que “os atores corruptos prestem contas”, sublinhando que “a corrupção mina a confiança do povo e solapa a capacidade de governar de forma efetiva e responsável”. No mesmo mês, porta-voz do Departamento de Estado dos EUA manifestou preocupação com a retirada da imunidade da juíza Erika Aifán.

Em abril de 2022, o Departamento de Estado dos EUA divulgou o “2021 Country Reports on Human Rights Practices: Guatemala”, que apresenta quadro preocupante sobre a situação de direitos humanos no país, em especial em relação ao sistema judiciário e a perseguição a defensores de direitos humanos e jornalistas no país. O relatório aponta práticas de prisões arbitrárias, represálias por motivos políticos, falta de independência do poder Judiciário e graves restrições à liberdade de expressão.

Em entrevista publicada em 26/05/2022, o presidente Giammattei afirmou que a administração Biden pune “um dos últimos governos na região que apoia os EUA, a Guatemala”. Biden estaria, segundo Giammattei, tentando desestabilizar seu governo, além de procurar introduzir na Guatemala o “multiculturalismo” que a administração norte americana e seus aliados domésticos impulsionam nos EUA. Criticou o que chamou de “indigenismo” da USAID. Disse que os EUA querem fazer na Guatemala o mesmo que teriam feito no Chile, referindo-se às atuais tentativas da esquerda chilena de mudar a Constituição e transformar o país num “Estado Plurinacional”. A razão para tal oposição do governo dos EUA seria o fato de Giammattei opor-se à legalização do aborto, enquanto Biden seria a favor. Além disso, teria desagradado os EUA a expulsão da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG).

Em 17/5/2022, o presidente Alejandro Giammattei declarou que não participaria da Cúpula das Américas (Los Angeles, 6 a 10/6/2022), afirmando: “não me convidaram para a Cúpula. De todos os modos, mandei dizer que não irei. (...) Este país pode ser pequeno, mas enquanto eu for presidente, sua soberania será respeitada”. A declaração veio após a reação de desagrado dos EUA após a reeleição de Consuelo Porras, aliada de Giammattei, para o cargo de procuradora-geral da República.

Relação com Taiwan

Outro elemento importante das relações externas da Guatemala é o reconhecimento diplomático de Taiwan, sobretudo em face do avanço do reconhecimento da China continental entre os países da região. Em janeiro de 2017, a presidente de Taiwan, Tsai Ing-Wen, realizou visita oficial à Guatemala, ocasião em que avalizou novos investimentos em infraestrutura, com o objetivo de concluir a ampliação da “Estrada para o Atlântico”, que já teve vários trechos duplicados por intermédio da cooperação taiwanesa. As relações com os EUA e

Taiwan ilustram a centralidade da cooperação internacional para a formulação da política externa da Guatemala.

Crise Migratória

No período de 12 meses, concluído em 30 de setembro 2021, a Guatemala superou todos os recordes anteriores quanto ao número de migrantes de sua nacionalidade apreendidos na fronteira entre o México e os EUA. De acordo com a Patrulha de Controle das Fronteiras dos EUA (CBP, na sigla em inglês), 283 mil guatemaltecos foram apreendidos em 2021. Os guatemaltecos só foram superados em número pelos migrantes do México e de Honduras. As cifras refletem acentuada piora nas condições de vida da população, após a pandemia e as tormentas tropicais Eta e Iota, que atingiram a região em novembro de 2020.

Estima-se que, para cada migrante detido na fronteira, dois logram chegar aos EUA. Até recentemente, a Guatemala reconhecia a existência de aproximadamente 3 milhões de guatemaltecos nos EUA.

A fim de diminuir o fluxo migratório, a vice-presidente Kamala Harris e o presidente Giammattei anunciaram, em junho de 2021, programa de estímulo econômico para a criação de 2,5 milhões empregos em 10 anos. A USAID comprometeu-se em apoiar com USD 30 milhões em 3 anos, sobretudo em projetos de empreendedorismo para jovens.

Integração regional: SICA, CAFTA-DR, Triângulo Norte e outros

Na América Central concentra-se a maior parte da atuação diplomática da Guatemala em função dos processos de integração econômico-comercial, física e político-institucional. A Guatemala é membro das principais instituições do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA): o Mercado Comum Centro-Americano, o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN) e a Corte Centro-Americana de Justiça (CCJ).

O SICA busca viabilizar inserção internacional mais favorável para os países da região. Entre seus logros, contam-se a consolidação do comércio intrarregional; a capacidade de atuar em bloco em foros internacionais; os acordos de livre movimentação de pessoas na região; e a coordenação em matéria da segurança. O Acordo de Associação com a União Europeia e a criação de união aduaneira regional (Guatemala-Honduras e El Salvador) são importantes marcos que demonstram a importância da coordenação dos países centro-americanos no SICA.

A Guatemala mantém, ainda, o *status* de país-observador na Aliança do Pacífico (AP) e tem revelado interesse em tornar-se membro pleno. O país firmou, em 2012, na qualidade de membro do SICA, Acordo de Associação e Integração com a União Europeia (UE), que passou a vigorar, em caráter provisório, em 2013. A Guatemala também firmou TLCs com Taiwan, Peru, Chile e Colômbia, além de acordo de alcance parcial com o Equador.

Diferendo com Belize

A Guatemala mantém diferendo territorial com Belize, por meio do qual reivindica área de 12.272 km² – mais da metade do território belizenho (22.966 km²). A reivindicação tem raízes no tratado entre a Guatemala e o Reino Unido de 1859, pelo qual a Guatemala reconhecia a soberania britânica sobre o território belizenho, em troca de pagamento que o Reino Unido jamais efetuou. Em 1991, ao reconhecer a independência de Belize, a Guatemala manifestou não-reconhecimento das fronteiras definidas com a Grã-Bretanha.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) tem fomentado, desde o ano 2000, o diálogo entre Guatemala e Belize. Em 2003, estabeleceu Escritório na "Zona de Adjacência" – faixa de um quilômetro para cada lado da "Linha de Adjacência", correspondente aos limites provisórios entre os dois países. No mesmo ano criou o "Grupo de Amigos de Belize e Guatemala", que prevê apoio político, operacional e financeiro ao processo. O Brasil faz parte

do Grupo de Amigos e efetuou contribuições ao subfundo Belize-Guatemala do Fundo de Paz da OEA; a mais recente no valor de US\$ 25.000, em 2009. Em 2008, os dois países decidiram submeter a disputa à Corte Internacional de Justiça (CIJ), sujeita à aprovação em referendos simultâneos nos dois países. As consultas não ocorreram, devido ao agravamento das tensões em 2012. Os dois países decidiram, então, adotar medidas para reforçar a confiança mútua. Em 2014, foi criada a Comissão Conjunta Belize-Guatemala, e, com o apoio da OEA, foi decidida a elaboração de um "Mapa do Caminho e Plano de Ação".

A Comissão e as medidas de confiança têm produzido alguns resultados. Em dezembro de 2014, os dois países assinaram 13 acordos. Na ocasião, o presidente da Guatemala disse que seu país "não constitui, nem constituirá jamais, uma ameaça para Belize".

Em maio de 2015, os chanceleres de Guatemala e Belize assinaram, na presença do Secretário-Geral da OEA, o "Protocolo ao Acordo Especial entre Guatemala e Belize para Submeter a Reivindicação Territorial, Insular e Marítima da Guatemala à Corte Internacional de Justiça". A assinatura do Protocolo facilitou o processo, ao eliminar a exigência de simultaneidade para a realização da consulta popular nos dois países. Os esforços negociadores têm sido, contudo, frequentemente perturbados por incidentes na região fronteira, que ilustram o delicado equilíbrio das negociações e o elevado potencial de irritantes, inclusive em razão do número cada vez maior de nacionais guatemaltecos vivendo no lado belizenho da Zona de Adjacência.

A Guatemala deu importante passo com a realização, em 15 de abril de 2018, de referendo do qual participaram 1,7 milhão de guatemaltecos, em que 96% votaram a favor de que o país submeta a disputa à jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ). O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro enviou representante na condição de observador. No dia 8 de maio de 2019, a população de Belize votou, em referendo, favoravelmente (55%) à submissão da disputa à CIJ.

ECONOMIA

A Guatemala possui a maior economia da América Central. É também um dos países mais desiguais da América Latina, com elevados índices de pobreza entre as populações rurais e indígenas. Em 2020 o PIB sofreu queda de 1,5%, registrando valor de US\$ 80,4 bilhões. A taxa de inflação nesse ano foi de 4,85%. Os furacões Eta e Iota prejudicaram o desempenho econômico do país naquele ano sobretudo em razão dos danos que causou à infraestrutura. As agências internacionais ressaltam a estabilidade macroeconômica como sua característica central da Guatemala nas últimas décadas. Desde 2000, o país tem registrado taxas de crescimento médio em torno de 3,5%. Nesse período, o índice inflacionário situou-se na média abaixo de 6%.

Em 2021 a Guatemala registrou o melhor desempenho macroeconômico em 40 anos, registrando crescimento de 7,5% do PIB, que chegou a USD 86,26 bilhões. Fator chave para o resultado positivo foram as remessas de familiares migrantes, que aumentaram de USD 11,34 bilhões em 2020 para USD 15,30 bilhões em 2021, crescimento de 16%. As remessas representaram 17,73% do PIB da Guatemala e seu total superou as exportações do país (USD 13,59 bilhões). As reservas monetárias internacionais aumentaram de USD 18,9 bilhões para USD 20,94 bilhões. A dívida pública registrou pequeno aumento e alcançou USD 11,68 bilhões, 13,52% do PIB. O gasto público, um dos menores do mundo, reduziu-se de USD 12,55 bilhões em 2020 para USD 9,7 bilhões em 2021. O país recebeu investimento estrangeiro superior às expectativas do governo, da ordem de USD 3 bilhões. Foram criados 100 mil novos empregos formais e o número de guatemaltecos filiados ao sistema de seguridade social da Guatemala cresceu 7,8%.

Apesar do desempenho econômico favorável em 2021, com crescimento do consumo privado e construção, o êxito macroeconômico nos últimos anos não tem sido suficiente para impulsionar os indicadores socioeconômicos. O governo implementou dez programas sociais para diminuir o impacto da pandemia de covid-19 sobre a economia das famílias. Entre eles, destacam-se o “Bono Família”, que beneficiou 2,79 milhões de famílias; o “Bono de Protección del Empleo”, que apoiou 190 mil trabalhadores; o “Piso Digno” para melhorar a situação de famílias pobres ou extremamente pobres; e a distribuição de 200 mil kits “Junto Saldremos Adelante” com alimentos para famílias vulneráveis.

Em julho de 2021, o FMI publicou avaliação da situação econômica do país na qual destaca a estabilidade macroeconômica, o crescimento econômico com o aumento das remessas de imigrantes e o aumento da confiança de investidores. O choque da pandemia sobre a atividade econômica foi considerado relativamente limitado, em razão da rápida reabertura da economia, das políticas de apoio governamental (sem precedentes até então) e da resiliência das exportações. O relatório alertou, porém, que os indicadores de pobreza e desnutrição deterioraram-se em decorrência da pandemia e da destruição causada pelos furacões Eta e Iota, em novembro de 2020.

A carência de investimentos externos constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico do país e limita sobremaneira as perspectivas de crescimento da Guatemala. O governo procura atrair capital estrangeiro por meio de programas e incentivos, com pouco êxito. A insegurança jurídica e a situação de segurança pública são apontadas como as principais responsáveis pela pouca capacidade de atrair IED. O país enfrenta várias demandas arbitrais internacionais de empresas estrangeiras que investiram no país mas não puderam levar a cabo suas operações em função de oposição de comunidades locais ou entraves regulatórios. Além de afastar outros potenciais investidores, tais contendas oneram pesadamente as contas públicas.

O Congresso guatemalteco aprovou em 23 de novembro de 2021 o primeiro projeto de parceria público-privada da história do país, para a reforma da autoestrada Escuintla-Puerto Quetzal. A empresa Marhnos Guatemala ganhou a concessão e investirá USD 125 milhões pelo período de 25 anos, gerando 1.700 empregos diretos. A expectativa do governo é de que a parceria estimule investimentos adicionais de empresas de logística, hotelaria e restaurantes.

Em 2022, as perspectivas macroeconômicas se mantêm favoráveis, mas com projeção de menor crescimento do PIB. O Banco da Guatemala estima que a economia crescerá entre 3,5% e 5,5%. O aumento da inflação desde o início do ano levou o governo a adotar medidas setoriais, como a aprovação de subsídios para a compra de diesel e gasolina. A inflação registrada em maio de 2022 foi de 5,82% no período de um ano.

Em 16/6/2022, o governo anunciou o “Programa Nacional de Emergência”, que terá custo total de USD 876 milhões em subsídios para combustíveis, energia elétrica e gás, entre outras áreas.

Comércio exterior (2020-2021)

A corrente de comércio exterior da Guatemala em 2020 registrou valor de USD 29,77 bilhões: redução de 4,8% em relação a 2019. As exportações totalizaram USD 11,56 bilhões: incremento de 3,5%. As importações foram de USD 18,21 bilhões: diminuição de 8,4%. O déficit comercial foi de USD 6,65 bilhões em 2020.

Em 2021 a corrente de comércio alcançou USD 40,20 bilhões: crescimento de 35%. O valor total das exportações foi de USD 13,59 bilhões: incremento de USD 17,56 milhões em relação a 2020. O total das importações foi de USD 26,61 bilhões: aumento de 46,13%. O déficit comercial em 2021 foi de USD 13,02 bilhões.

A pauta exportadora da Guatemala em 2021 foi composta principalmente de vestuário (11,6%), café (6,8%), óleos comestíveis (6,7%), banana (6,1%), ferro e aço (4,4%), plásticos (3,97%), cardamomo (3,83%), açúcar (3,74%), papel e cartão (2,73%) e bebidas, líquidos

alcoólicos e vinagres (2,68%). Os principais destinos das exportações guatemaltecas foram América Central (33,2%), EUA (31,3%), UE (9,5%), México (4,4%) e China (2,5%).

Os principais produtos importados pela Guatemala em 2021 foram combustíveis (15,03%), máquinas elétricas e partes (7,78%), veículos e materiais de transporte (7,48%), máquinas mecânicas e partes (7,44%), plásticos (6,35%), ferro e aço (4,96%), produtos farmacêuticos (3,46%) papel e cartão (3,04%), cereais (2,65%) e preparação de alimentos diversos (1,99%). As importações tiveram origem principalmente nos EUA (34%), China (13,9%), América Central (11,6%), México (2,8%) e UE (6,0%). O Brasil exportou USD 420 milhões (1,6% da pauta exportadora) e ocupou a nona posição entre os principais fornecedores da Guatemala.

Remessas do Exterior

O influxo de dólares americanos para a economia guatemalteca encontra-se diretamente associado ao fenômeno migratório. Em 2021 as remessas de familiares migrantes alcançaram a cifra recorde de USD 15,30 bilhões, valor correspondente a 17,73% do PIB da Guatemala. As remessas contribuem para manter a estabilidade macroeconômica do país, equilibrando o balanço de pagamentos e viabilizando as importações. Em contrapartida, também concorrem para prolongar e aprofundar a subordinação de grande parte da capacidade de produção e consumo da economia ao recebimento de recursos dos emigrados, uma vez que seis de cada dez lares guatemaltecos dependem das remessas. Para 27% das famílias, os recursos que recebem representam 50% da renda.

MAPA DA GUATEMALA



GUATEMALA – DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Guatemala
CAPITAL	Cidade da Guatemala
TERRITÓRIO	108.889 km ²
POPULAÇÃO (2020, Banco Mundial)	18,713 milhões
IDIOMAS	Espanhol (oficial), 23 línguas indígenas faladas por cerca de 40% da população.
RELIGIÕES	Católica (47%), Protestantes (40%); outras ou nenhuma (13%)
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Alejandro Giammattei (desde janeiro de 2020)
CHANCELER	Mario Búcaro (desde fevereiro de 2022)
PIB nominal (2020, Banco Mundial)	US\$ 83,4bilhões
PIB PPP (2020, Banco Mundial)	US\$ 163 bilhões
PIB nominal per capita (2020, Banco Mundial)	US\$ 4.542
PIB PPP per capita (2020, Banco Mundial)	US\$ 8.894
VARIAÇÃO DO PIB (2020, Banco Mundial)	-1,5 (2020); 3,9 (2019) -3,3 (2018); 3,1 (2017); 2,7 (2016); 4,1 (2015)
IDH (PNUD, 2019)	0,66 (128º)
EXPECTATIVA DE VIDA (Banco Mundial, 2019)	74 anos
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2016)	89%
UNIDADE MONETÁRIA	Quetzal
EMBAIXADORA NA GUATEMALA	Vera Cíntia Álvarez (desde 2019)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Arturo Duarte (desde 2021)
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	400 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil Guatemala	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 jan-jun
Intercâmbio total	252,8	234,1	298,0	266,8	313,8	304,6	417,2	211,4
Exportações	224,3	194,9	266,6	226,9	281,3	256,1	352,9	181,8
Importações	28,5	39,2	31,4	39,9	32,5	48,5	64,3	29,6
Saldo	195,8	155,7	235,2	187,1	247,8	207,6	288,6	152,2

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2022	A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, representou o Senhor PR no Congresso Ibero-Americano pela Vida e pela Família (Guatemala, 9 de março).
2021	Reunião entre o ministro Carlos Alberto França e o chanceler guatemalteco Pedro Brolo à margem da Assembleia Geral da ONU (NY, 20 de setembro).
2021	Reunião entre o ministro Carlos Alberto França e o chanceler guatemalteco Pedro Brolo à margem da posse do presidente do Equador (Quito, 24 de maio).
2020	O governo brasileiro doou à Guatemala, por meio da ABC, US\$ 25 mil, em caráter de cooperação humanitária, no contexto dos danos causados pelo furacão Eta.
2020	Visita do ministro Ernesto Araújo à Guatemala (Cidade da Guatemala, 19 de fevereiro).
2018	O presidente Michel Temer visita a Guatemala por ocasião da XXVI Cúpula Ibero-Americana (novembro), e mantém encontro com o presidente Jimmy Morales.
2018	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.
2016	III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala.
2014	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Guatemala, Luís Fernando Carrera Castro, ao Brasil (Brasília, 25 de agosto).
2013	A Guatemala anuncia a adoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T).
2013	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Guatemala, Luís Fernando Carrera Castro, ao Brasil (Brasília, 15 de abril).
2011	Participação do Brasil na Conferência Internacional de Apoio à Estratégia de Segurança da América Central (Cidade da Guatemala, 22 e 23 de junho).
2008	Visita do presidente Álvaro Colom ao Brasil.
2005	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala, a primeira de um mandatário brasileiro.
1953	A Legação do Brasil na Guatemala é elevada à categoria de Embaixada.
1906	O presidente Afonso Pena assina Decreto criando as Legações do Brasil em Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

6

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE BENEDICTO FONSECA FILHO**

CPF.: 239.968.891-00

ID.: 1905 MRE

1963 Nascido no Rio de Janeiro/RJ, filho de Benedicto Fonseca e Célia Pedrosa Fonseca, em 31 de março

Dados Acadêmicos:

1985 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1986 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 1986
1991 Relações Internacionais, Universidade de Paris I, Sorbonne, viagem prêmio, 1991
1995 CAD - IRBr
2010 CAE - IRBr

Cargos:

1987 Terceiro-secretário
1993 Segundo-secretário
2001 Primeiro-secretário, por merecimento
2005 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de segunda classe, por merecimento
2010 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988 Divisão de Comércio Internacional, assistente
1988 Embaixada em Washington, missão transitória (estágio)
1989-91 Divisão de Política Comercial, assistente
1992-95 Embaixada em Buenos Aires, terceiro e segundo-secretário
1993 Embaixada em Acra, missão transitória
1996-99 Embaixada em Tel Aviv, segundo-secretário
1999 Divisão do Meio Ambiente, assistente e subchefe
2001 Embaixada em Praia, missão transitória
2004-07 Missão junto às Nações Unidas em Nova York, primeiro-secretário e conselheiro
2007-10 Gabinete do Ministro de Estado, assessor e subchefe
2011-18 Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, Diretor
2019- Consulado-geral em Boston, Cônsul-geral

Condecorações

Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

Légion D'Honneur, França, Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2022

(n° 478/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 478

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **BENEDICTO FONSECA FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **BENEDICTO FONSECA FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de agosto de 2022.

EM nº 00136/2022 MRE

Brasília, 4 de Agosto de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BENEDICTO FONSECA FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino de Lesoto e na República de Maurício, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **BENEDICTO FONSECA FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 498/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 24 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **BENEDICTO FONSECA FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 24/08/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



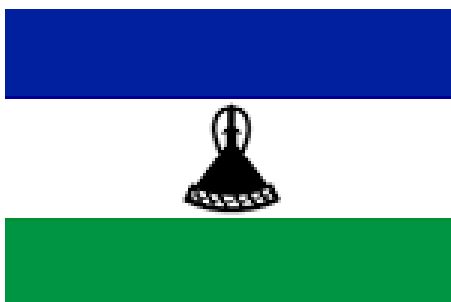
A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3584425** e o código CRC **368C5A0A** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DO LESOTO



Maço Básico

OSTENSIVO
Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1970. Devido ao regime de *apartheid* na África do Sul, a Embaixada do Brasil em Moçambique respondeu pelo relacionamento bilateral com o Lesoto até 1997, quando a cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Pretória. Os temas relativos ao Brasil são tratados pela Embaixada do Lesoto em Washington.

Houve, à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha, 29/11/2008), encontro entre o então Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Lesoto, Mohlabi Kenneth Tsekoa, ocasião em que se tratou das possibilidades de cooperação no campo da agricultura. O então MNE lesotiano afirmou que seu país busca a autossuficiência alimentar e gostaria de contar com a cooperação brasileira, particularmente no que concerne à irrigação e à seleção de sementes, para melhora da produtividade. O governo do Lesoto manifestou interesse, também, no estabelecimento de um mecanismo de cooperação para a formação acadêmica de diplomatas.

A única visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil teve lugar em 2010, quando ocorreu assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, em vigor desde 2015.

Os temas de interesse do Lesoto, no que se refere à cooperação, são: agricultura; segurança alimentar; saúde; funcionamento e gestão de programas sociais; merenda escolar; e, recentemente, cooperação esportiva.

O Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto, Molahlehi Letlotlo, realizou missão a Brasília em outubro de 2015, para encontro com sua contraparte brasileira, bem como para conhecer programas sociais do governo brasileiro. No mês seguinte, o então Embaixador não residente do país, Eliachim Molapi Sebatane, visitou a capital federal, onde manteve encontros com diferentes setores do Ministério das Relações Exteriores para avaliações preliminares sobre eventuais projetos de cooperação. O Embaixador também participou de inauguração de Consulado Honorário do Lesoto na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo.

Os contatos entre a Embaixada do Brasil em Pretória e autoridades do país têm-se concentrado em gestões para candidaturas no âmbito multilateral. O Reino do Lesoto tem sistematicamente apoiado candidaturas brasileiras.

Em setembro de 2021, foi realizada visita de estudos virtual sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferecida ao governo do Lesoto. Na ocasião, o secretário de educação básica do Ministério de Educação do Lesoto, Dira Khama, afirmou que o modelo atual de alimentação escolar em seu país já é inspirado no exemplo brasileiro, a partir de visita técnica realizada em 2013.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral atingiu seu auge em 2005 (US\$ 1,3 milhão) e nova elevação em 2017 (US\$ 1 milhão), tendo registrado US\$ 55 mil em 2021. As exportações brasileiras costumam corresponder a virtualmente a totalidade das trocas bilaterais.

Os principais produtos exportados para o Brasil são couros, peles e calçados. Já os produtos brasileiros importados pelo Lesoto são, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

POLÍTICA INTERNA

O Lesoto é um país cercado pela África do Sul. Possui terreno montanhoso, que em todos os pontos supera mil metros de altitude. Protetorado britânico desde 1868, então denominado Basutolândia, o Lesoto tornou-se independente em 1966.

A Constituição previa um monarca, Moshoeshoe II, “um símbolo vivo da unidade nacional”, mas com poderes limitados, e uma Assembleia Nacional baseada no sufrágio universal. O premiê seria automaticamente o líder do partido mais votado. O então Rei exilou-se em 1990, dois anos depois de ter seus poderes suspensos por uma junta militar, mas regressou ao país e reassumiu o trono em 1995 – vindo a falecer no ano seguinte, em um acidente de automóvel. Seu filho, o atual monarca, Letsie III, tornou-se então chefe de Estado do Lesoto.

Em 22/09/1998, militares sul-africanos intervieram no país para viabilizar o governo do então PM Pakalitha Mosisili, vencedor nas eleições de maio 1998. A intervenção da África do Sul, feita a pedido do premiê do Lesoto, foi realizada como uma missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC - (“Operação Boleas”), da qual participaram também forças de Botsuana. O ato foi legitimado pelo Memorando de Entendimento de 1994 da SADC, pelo qual África do Sul, Botsuana e Zimbábue foram indicados como garantes da democracia no Lesoto. A Operação Boleas foi encerrada em 19/10/1998. As últimas tropas sul-africanas e botsuanesas deixaram o Lesoto em maio de 1999.

Em junho de 2017, houve eleições – pela terceira vez em cinco anos. Formou-se governo de coalizão de quatro partidos, liderado pelo Primeiro-Ministro Tom Thabane. De acordo com as recomendações para as principais reformas de governo e segurança, feitas pela SADC, o governo do Lesoto comprometeu-se a empreender consultas multilaterais para instruir as reformas.

O ano de 2018 foi marcado por maior estabilidade, o que permitiu importantes avanços no plano político. Após sucessivos adiamentos, a equipe de facilitadores da SADC logrou promover diálogo nacional na capital Maseru, no final de novembro, com a participação de representantes do governo, líderes da oposição no exílio e entidades da sociedade civil. O encontro logrou promover discussão inicial sobre reformas constitucionais, no setor de segurança e em outros aspectos da organização institucional do país, em linha com as recomendações feitas pela SADC em 2016.

Após a renúncia de Thabane, em maio de 2019, nova coalizão de governo do país indicou o nome do então Ministro das Finanças, Moeketsi Majoro, como Primeiro-Ministro, o que foi aceito pelo Rei Letsie III. Majoro foi empossado em 20 de maio de 2020. Em seu discurso, indicou que priorizará o combate ao desemprego, à pobreza e à fome no país. Assinalou que, em seu mandato, buscará implementar novo estilo de liderança para restaurar a confiança da população do país no governo. A chegada de Moeketsi ao poder marca importante renovação geracional na liderança do Lesoto. O Lesoto deverá realizar novas eleições parlamentares em outubro de 2022.

EDUCAÇÃO

O Lesoto é um dos países com a maior taxa de alfabetização na África Subsaariana, de 76% da população adulta – 70% masculina e 88% feminina.

ECONOMIA

O Lesoto possui economia fortemente ligada à África do Sul. Mais de 80% de sua população dedica-se à agricultura de subsistência. As remessas de divisas dos trabalhadores empregados na indústria mineira sul-africana – que, em 1990, foram responsáveis por 67% do PIB – vêm diminuindo sistematicamente desde então, sendo hoje inferiores a 30% do PIB. Atualmente, a maior parte das receitas do Estado provém da arrecadação de gravames aduaneiros decorrentes da participação na União Aduaneira da África Meridional (SACU); no entanto, as receitas da SACU são voláteis.

Ao longo da última década, a economia lesotiana tornou-se cada vez mais dependente de dois setores-chave, que juntos constituem quase 45% do PIB: mineração e indústria têxtil e de vestuário, esta última empregando aproximadamente 50 mil pessoas. A agricultura intensiva em mão-de-obra continua desempenhando papel importante. É a principal fonte de renda na zona rural, onde vive a maior parte da população (cerca de três quartos). A maior parcela das terras no Lesoto é propícia à pecuária: as montanhas são utilizadas como pasto no verão e as planícies, no inverno. Contudo, a produtividade vem diminuindo devido à seca, ao roubo de gado, à deterioração dos pastos e ao êxodo rural. O governo também ocupa papel-chave na economia, em virtude da dimensão do funcionalismo público e dos programas de desenvolvimento de infraestrutura.

A indústria, com participação atual na economia de 39%, e os serviços, com 55%, vêm liderando o crescimento econômico desde o fim dos anos 1980, embora a renda cresça mais lentamente devido ao declínio na taxa dos rendimentos dos migrantes, que ainda desempenham importante papel na economia de muitas famílias. A construção civil, principalmente o Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto (LHWP), também impulsiona o crescimento.

O Reino tem melhorado sua posição no ranking dos países com ambiente favorável aos negócios, elaborado pelo Banco Mundial, passando da 144ª posição em 2007 para a 122ª em 2020. As maiores deficiências do país estão relacionadas a procedimentos burocráticos, proteção a investimentos e à propriedade intelectual, e garantia da execução dos contratos.

Entretanto, as altas taxas de incidência de HIV têm levado à queda da produtividade, ameaçando a economia do país como um todo. Em 2006, o governo emendou o Código do Trabalho para proteger trabalhadores portadores do vírus contra demissões, assim como tornar obrigatórios programas educativos de prevenção nas fábricas.

CONTEXTO ATUAL

A economia do Lesoto, após um período de forte crescimento no início da década de 2010, tem passado, nos últimos anos, por recessões e estagnação. O PIB per capita do país reduziu-se de US\$ 1.287, em 2011, para US\$ 875, em 2020, e US\$ 1,035, em 2021.

Em paralelo à prolongada crise econômica, o preço dos alimentos vem registrando forte alta. Entre 2018 e 2019, segundo o PMA, houve um decréscimo de 76% na produção de alimentos no país, em função de diminuição das chuvas.

O setor agrícola no país ainda é caracterizado por culturas de subsistência, com baixa intensidade tecnológica, muito dependente do regime de chuvas e vulnerável a intempéries. Apenas 0,05% das terras cultivadas no país fariam uso de irrigação, por exemplo. Apesar de melhora nas chuvas ao longo de 2020 e início de 2021, o quadro de segurança alimentar ainda se mantém preocupante em função da pandemia de Covid-19 e dos rígidos confinamentos aplicados no país, que acabaram por desarticular a economia local. Segundo estimativas do PMA, cerca de

661 mil pessoas estariam em situação de insegurança alimentar (cerca de um terço da população total do Lesoto, de pouco mais de 2 milhões de habitantes).

A projeção de crescimento do PIB do Lesoto para o período entre 2022-24 é de 2.1% ao ano em média, impulsionado pela mineração e exportação de têxteis.

COMÉRCIO EXTERIOR

A capacidade exportadora do Lesoto, tradicionalmente, limitava-se ao mercado da África do Sul. Nos últimos anos, porém, o país perseguiu estratégia de desenvolvimento e erradicação da pobreza baseada nas exportações. Como país de menor desenvolvimento relativo, o Lesoto passou a beneficiar-se de acordos preferenciais de comércio com Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), União Europeia (regulação “Everything But Arms”, EBA), Japão e Estados Unidos (lei AGOA). Ainda assim, 90% das importações lesotianas provêm da circundante África do Sul. O Lesoto produz menos de 20% de sua demanda por alimentos, e a atividade agrícola é vulnerável a variações climáticas.

O país exporta principalmente produtos da indústria têxtil (40%), diamantes (20%), água, lã e tabaco, sobretudo para países da SADC, Estados Unidos e União Europeia. As importações concentram-se em derivados de petróleo, material de construção, veículos, máquinas e remédios, provenientes especialmente de países asiáticos. O país tem-se beneficiado, ainda, da política de transferência de receitas aduaneiras da SACU, cuja soma ascende a cerca de 36% do PIB.

Em março de 2018, o Lesoto assinou o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA), mas ainda não ratificou o instrumento. Por conta da grande influência da economia sul-africana no comércio exterior lesotiano, o impacto da AfCFTA deverá estar fortemente vinculado às eventuais transformações provocadas pelo Acordo na África do Sul. O maior desafio na implementação do diploma para o Lesoto pode ser eventual impacto para a indústria têxtil do país, a qual pode sentir os efeitos da competição de outros países do continente.

ENERGIA

O principal recurso natural do Lesoto é a água. O Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto impulsionou a venda desse recurso para a África do Sul, principalmente desde 1998, com a conclusão da primeira fase do projeto, e tem gerado impacto positivo no crescimento econômico do país, com o pagamento de “royalties” pela África do Sul. O projeto pretende também tornar o Lesoto autossuficiente em energia elétrica, com a entrada em funcionamento da usina hidrelétrica subterrânea de Muela (200 MW) e de outras centrais. Antes, toda a energia elétrica do país era fornecida pela estatal sul-africana ESKOM.

INDÚSTRIA

O maior dinamismo foi alcançado pela indústria têxtil e de confecções. Beneficiando-se do acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, mediante mecanismos do AGOA (desde 1998), a economia lesotiana atraiu capitais externos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Letsie III
Rei

Nascido em 1963, assumiu o trono quando seu pai, Moshoeshoe II, foi forçado ao exílio, em 1990. Moshoeshoe II retornou ao trono brevemente em 1995, mas morreu em 1996, vítima de acidente automobilístico. Letsie III reassumiu o trono, atuando como Chefe de Estado desde então. Foi educado no Ampleforth College, Reino Unido. Formou-se em Direito, pela Universidade Nacional do Lesoto. Estudou também nas Universidades de Bristol e Cambridge. É casado e tem três filhos.



Moeketsi Majoro
Primeiro-Ministro

Com 58 anos, o Primeiro-Ministro apresenta perfil técnico. Graduou-se em Economia pela Universidade Nacional do Lesoto e realizou, em seguida, estudos de mestrado e doutorado na Washington State University, nos Estados Unidos. Em 2004, assumiu o cargo de "Principal Secretary" (equivalente a Vice-Ministro) do Ministério das Finanças, que ocupou até 2008. Entre 2008 e 2012, ocupou o posto de Diretor Executivo e Diretor Executivo altermo do FMI, em nome do Grupo Africano 1. Foi Ministro do Planejamento entre 2013 e 2015. Em 2017, elegeu-se para o Parlamento e foi nomeado Ministro das Finanças, posto que vinha ocupando até maio de 2020.



Matsepo Ramakoe
Ministra dos Negócios Estrangeiros e
das Relações Internacionais

Com 66 anos, possui extensa carreira no serviço público do Lesoto, tendo sido analista na autoridade tributária local, Diretora no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Polícia, entre outros, inclusive como parlamentar. No cargo de “Principal Secretary” (Vice-Ministra) do Ministério da Defesa, teve a atribuição de consolidar a supervisão civil das Forças Armadas do Lesoto, após tentativa de golpe militar em 1998. Bacharelou-se em Administração pela Universidade Nacional do Lesoto e realizou estudos de pós-graduação na Universidade da Haia, em Políticas Públicas e Análise.

MAPA DO LESOTO



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino do Lesoto
CAPITAL	Maseru
ÁREA	30.344 km ² (aproximadamente a área do Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (est. 2021)	2,15 milhões
IDIOMAS	Inglês, Sesoto, Xhosa, Zulu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãs (87%); tradicionais (7.7%); outros (1.1%); sem religião (0.2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Letsie III
CHEFE DE GOVERNO	PM Moeketsi Majoro (desde maio de 2020)
CHANCELER	Matsepo Ramakoe (desde maio de 2020)
PIB	US\$ 2,2 bilhões (2021)
PIB PPP	US\$ 5,7 bilhões (2021)
PIB PPP per capita	US\$ 2.682,20 (2021)
IDH	0,527 (165º no mundo)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	76%
EXPECTATIVA DE VIDA	54 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Loti (unidade), Maloti (plural).

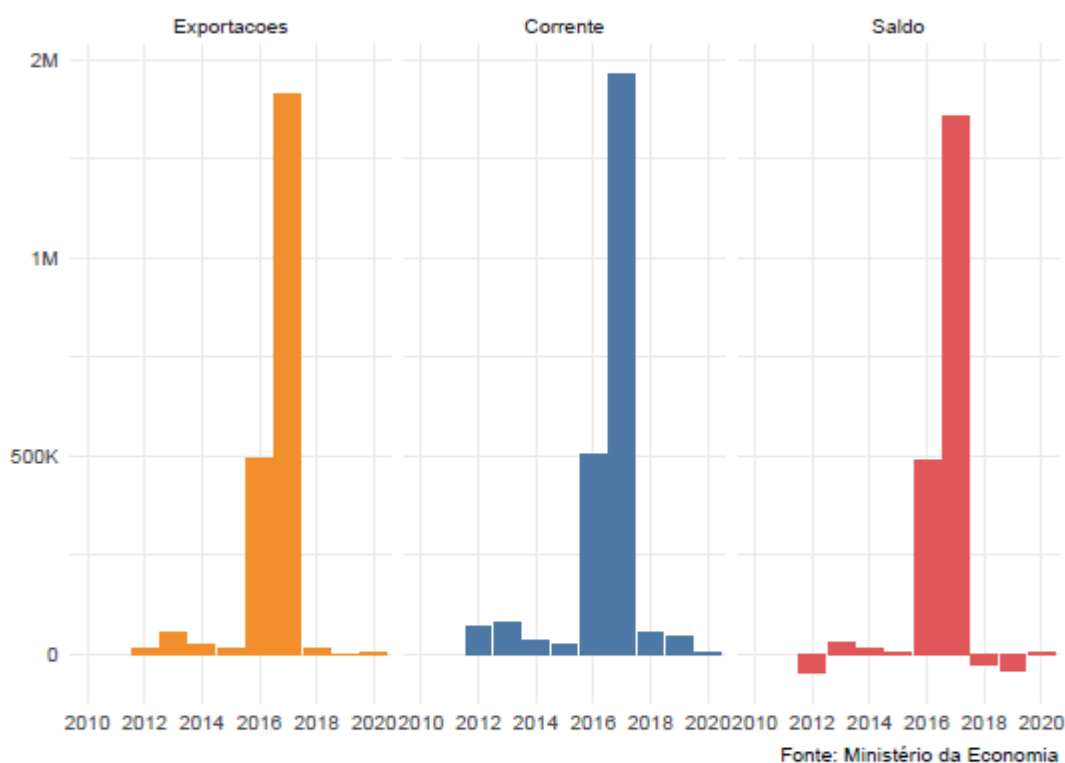
DADOS DE COMÉRCIO

Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Lesoto, Fluxo de Comércio até 2020

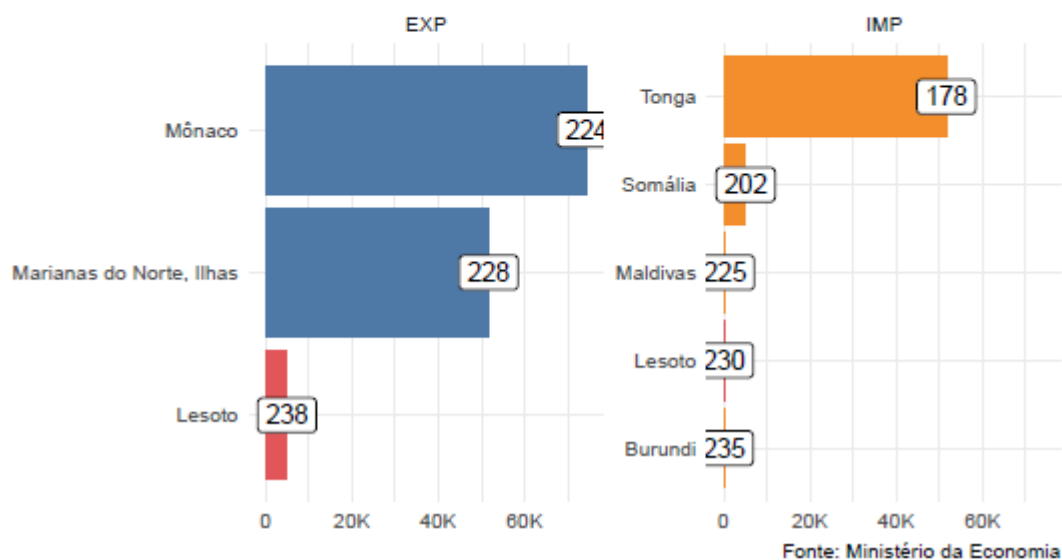


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	5K (372.9%)	1K (-92.2%)	13K (-99.0%)	1M (185.4%)	494K (3 403.8%)
Importacoes	71 (-99.8%)	43K (9.8%)	39K (-24.0%)	51K (584.5%)	8K (-8.2%)
Saldo	5K (-88%)	-42K (-264%)	-26K (-102%)	1M (179%)	487K (8 115%)
Corrente	5K (-88.5%)	44K (-16.4%)	53K (-96.4%)	1M (191.4%)	502K (2 151.3%)

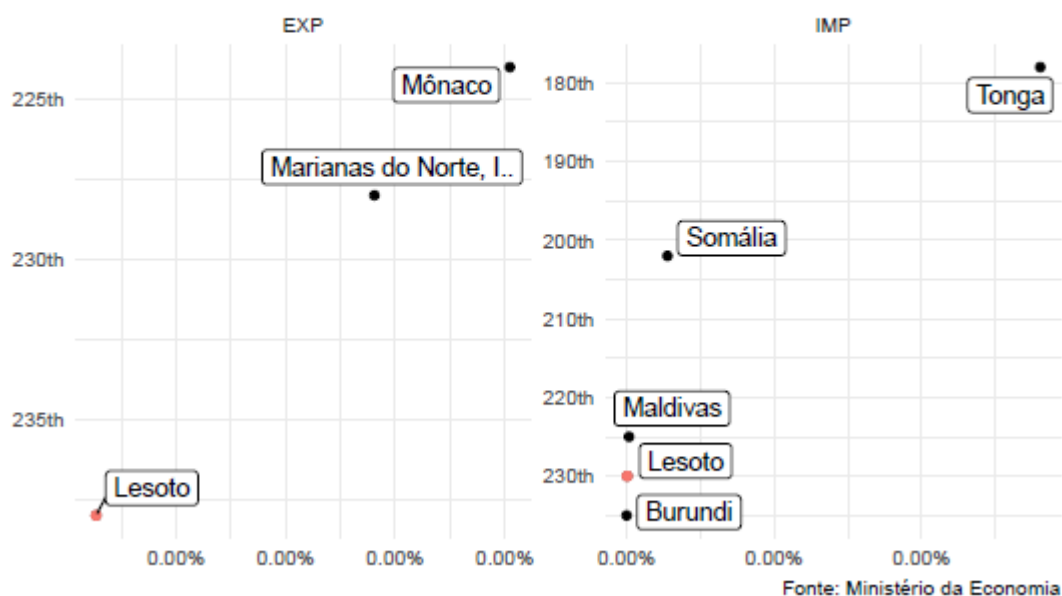
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	14K (-41.9%)	24K (-55.3%)	54K (361.0%)	12K (NA)	NA (NA)
Importacoes	8K (-0.7%)	8K (-65.6%)	24K (-59.6%)	59K (26.9%)	47K (-53.6%)
Saldo	6K (-63%)	16K (-47%)	30K (-36%)	-47K (NA)	NA (NA)
Corrente	22K (-31.5%)	33K (-58.4%)	78K (10.3%)	71K (NA)	NA (NA)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Lesoto, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Lesoto, ranking e proporção de comércio, em 2020

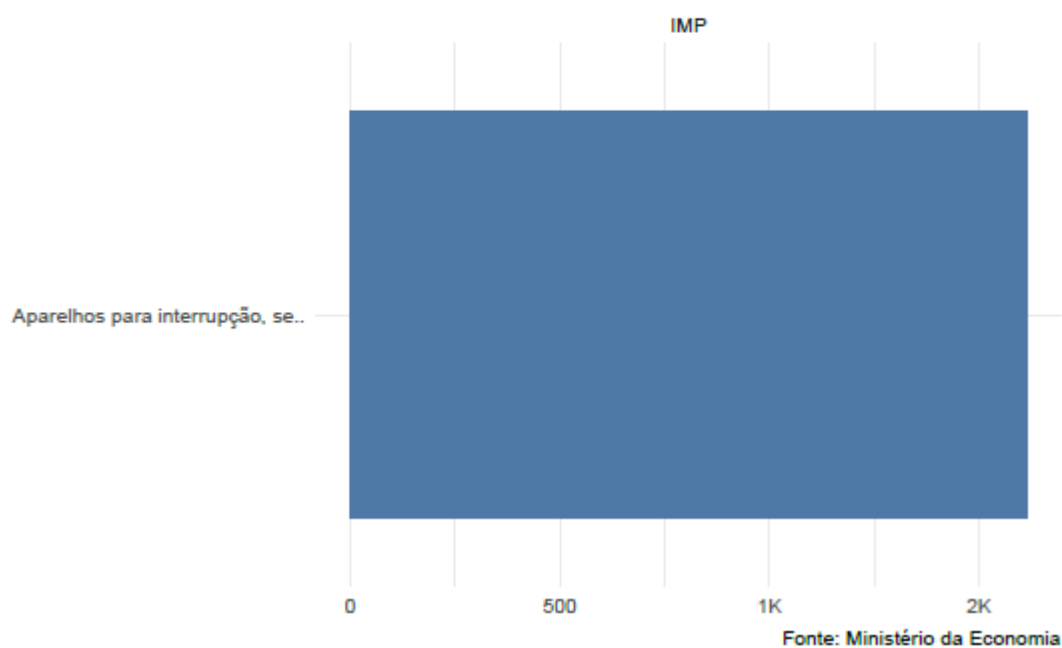


Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

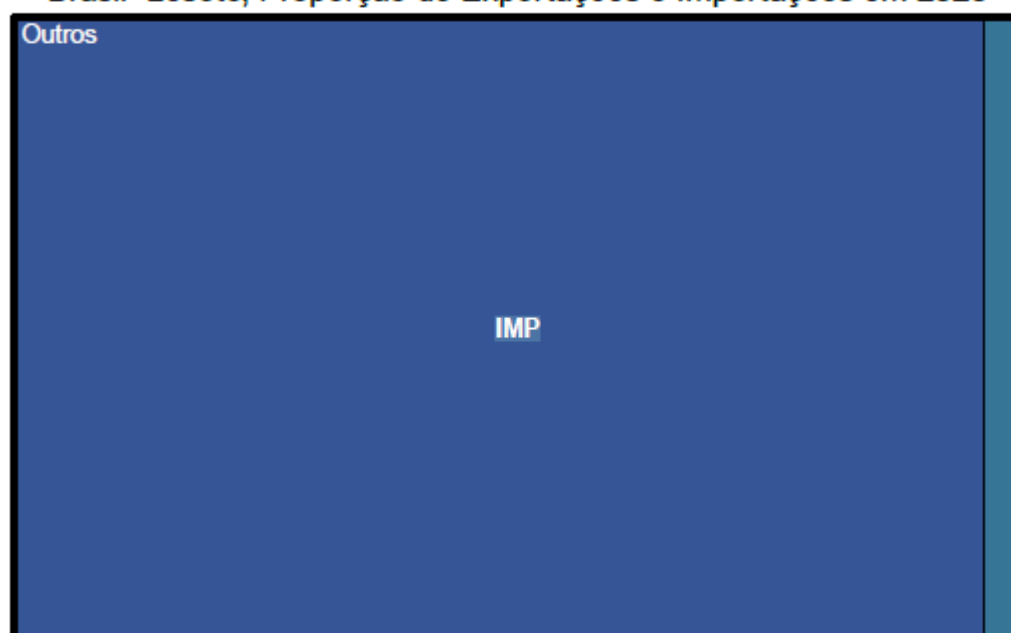
Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Mônaco	74.40K	41,18%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	51.68K	19 040,37%	0,00%
	Lesoto	4.98K	372,91%	0,00%
IMP	Tonga	51.58K	133,50%	0,00%
	Somália	5.09K	-88,06%	0,00%
	Maldivas	298.00	-5,10%	0,00%
	Lesoto	71.00	-99,83%	0,00%
	Burundi	5.00	-98,18%	0,00%
2019				
EXP	Pitcairn	195.48K	-19,88%	0,00%
	Mônaco	52.70K	-85,63%	0,00%
	Lesoto	1.05K	-92,21%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	270.00	-97,96%	0,00%
IMP	Lesoto	42.91K	9,80%	0,00%
	Somália	42.64K	797,73%	0,00%
	Tonga	22.09K	653,15%	0,00%
	Maldivas	314.00	-31,44%	0,00%
2018				
EXP	Mônaco	366.87K	-45,12%	0,00%
	Pitcairn	243.98K	370,70%	0,00%
	Lesoto	13.50K	-99,04%	0,00%
	Marianas do Norte, Ilhas	13.22K	17 288,16%	0,00%
	Bouvet, Ilha	1.03K	NA	0,00%
IMP	Lesoto	39.08K	-24,02%	0,00%
	Somália	4.75K	1 792,43%	0,00%
	Maldivas	458.00	2 762,50%	0,00%
	Burundi	274.00	-96,34%	0,00%
2017				
EXP	Lesoto	1.41M	185,38%	0,00%
	Mônaco	668.46K	119,97%	0,00%
	Pitcairn	51.83K	14 218,51%	0,00%
IMP	Lesoto	51.43K	584,55%	0,00%
	Tonga	2.93K	-6,08%	0,00%
	Somália	251.00	-98,24%	0,00%
	Maldivas	16.00	-99,94%	0,00%

1.3 Produtos comercializados

Brasil-Lesoto, pauta comercial, 2020



Brasil-Lesoto, Proporção de Exportações e Importações em 2020

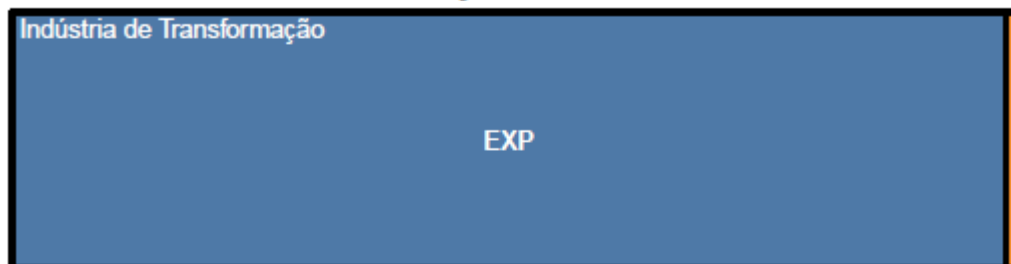


Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

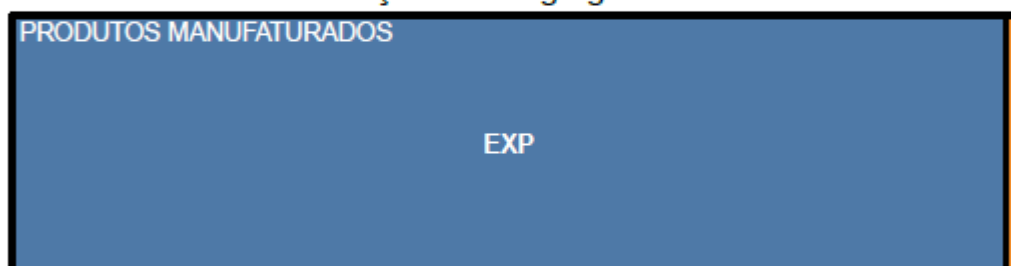
Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020						
	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	4.15K	-63,3%	83,5%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	822.00	-61,1%	16,5%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	71.00	-95,6%	100,0%
2019						
		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	1.62K	-78,7%	3,8%
2018						
	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	11.31K	-47,8%	83,8%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	2.11K	-70,8%	15,7%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	7.58K	-73,2%	19,4%
2017						
	EXP	Calçado com sola exterior de borracha, plástico, c..	6403	21.65K	-5,9%	1,5%
		Malas e maletas, incluídas as de toucador e as mal..	4202	7.23K	0,1%	0,5%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	28.29K	500,7%	55,0%

1.4 Classificações do Comércio

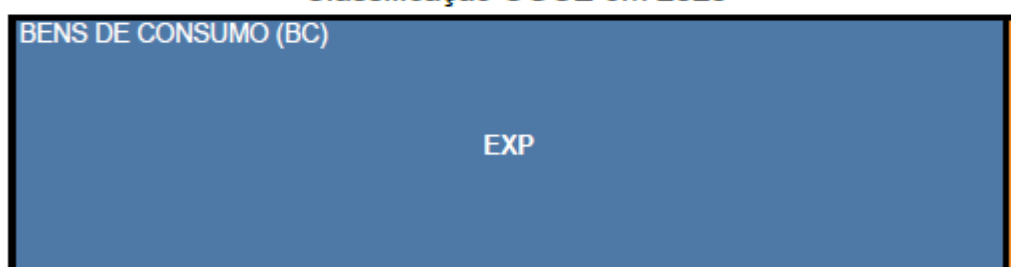
Classificação ISIC em 2020



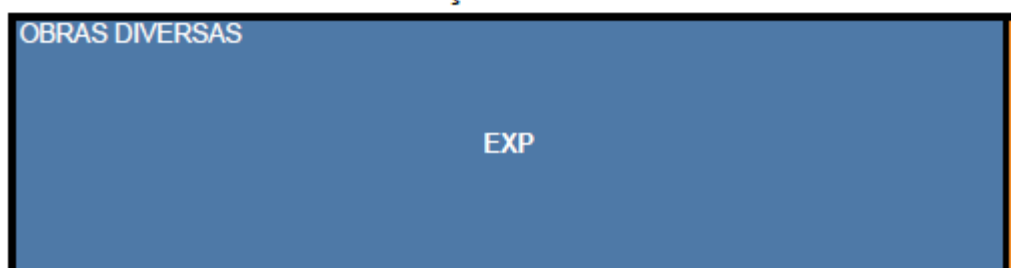
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Lesoto, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	5.0K	100,0%
IMP	Indústria de Transformação	71.0	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	5.0K	100,0%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	71.0	100,0%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	5.0K	100,0%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	71.0	100,0%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	OBRAS DIVERSAS	5.0K	100,0%
IMP	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	71.0	100,0%

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas.

1991 – Abertura de Consulado Honorário do Lesoto em São Paulo.

1997 – Transferência da cumulatividade de Maputo para Pretória.

2008 – Encontro entre chanceleres dos dois países à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha), ocasião em que trataram das possibilidades de cooperação no campo da agricultura.

2009 – O Lesoto envia ao Brasil proposta de acordo de cooperação técnica, científica, cultural e econômica.

2010 – Visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil e assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica.

2015 – Visita de Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto ao Brasil; no mesmo ano, visita do Embaixador não residente do Lesoto ao Brasil.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1868 – O “pai da nação”, o Rei Moshoeshoe I, em meio ao conflito generalizado entre tribos da região e os africânderes, de origem holandesa, solicita ao Império Britânico o status de protetorado para a região conhecida como Basutolândia.

1966 – O Reino do Lesoto torna-se independente em 4 de outubro.

1970 – O PM Chefe Jonathan anula as eleições, suspende a Constituição, extingue o Parlamento e exila os líderes da oposição.

1986 – Chefe Jonathan é deposto por golpe militar; instalada junta militar que governa o país em regime de exceção.

1988 – Os poderes do monarca são suspensos.

1990 – O Rei Moshoeshoe II é exilado.

1991 – A atividade política é permitida e nova constituição, muito similar à de 1966, é promulgada.

1995 – Em janeiro, o Rei Moshoeshoe II regressa de seu exílio no Reino Unido e reassume o trono.

1996 – O soberano falece em acidente de automóvel nas montanhas do Lesoto. Seguindo recomendação do Conselho de Chefes, o rei Letsie III, que reinou durante a ausência de seu pai, reassume a coroa.

1997 – Disputas entre facções dentro do Partido do Congresso da Basutolândia Congress Party (BCP) levam o partido, em junho, a uma cisão que dá origem ao Congresso do Lesoto para a Democracia (LCD).

1998 – Em 22/set, forças sul-africanas invadem o país, com o intuito de viabilizar o Governo do partido vencedor nas eleições de maio, do PM Pakalitha Mosisili. A intervenção militar sul-africana, precedida de pedido do PM, é realizada como operação da SADC (“Operação Boleas”), da qual participam também forças de Botsuana. A Operação Boleas é encerrada em 19/out.

2009 – Crise entre governo e oposição derivada da distribuição de assentos parlamentares das eleições de 2007 é objeto de mediação do Conselho Cristão de Igrejas do Lesoto.

2012 – Coalizão liderada pelo partido Convenção de todo o Basoto vence eleições parlamentares do país. Tom Thabane é o novo Primeiro-Ministro.

2014 – Alegando "ameaça iminente de golpe de Estado", Tom Thabane suspende atividades do Parlamento. Militares ameaçam derrubar o Primeiro-Ministro, que é forçado a deixar o país e se asilar na África do Sul.

2014 – SADC envia o então Vice-Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para mediar a crise no país, o que resulta na reabertura do Parlamento e no retorno ao poder do Primeiro-Ministro Thabane, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para o início de 2015.

2015 – Eleições antecipadas são realizadas, dando a vitória ao Democratic Congress. O Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili retorna ao poder.

2017 - Eleições, pela terceira vez em cinco anos. Governo de coalizão de quatro partidos, liderado por Thabane.

2017 – Missão Preventiva da SADC no Reino do Lesoto (SAPMIL), com vistas a manter a ordem local, após o assassinato do General Khoantle Motšomotšothe, que exercia o cargo das Forças de Defesa do Lesoto.

2020 – Tom Thabane renuncia e é substituído pelo atual PM Moeketsi Majoro.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ÁFRICA DO SUL



Maço básico

OSTENSIVO

Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

DIÁLOGO POLÍTICO DE ALTO NÍVEL

Brasil e África do Sul mantêm desde 2010 “parceria estratégica”, nível de relacionamento igualado apenas com Angola em todo o continente africano. Na pauta da relação bilateral sobressaem temas de defesa, segurança, energia nuclear, investimentos, cooperação e acesso a mercados.

Os dois países têm importante histórico de encontros bilaterais. Mais recentemente, no ano de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro encontrou-se com o Presidente Cyril Ramaphosa em três oportunidades. Em janeiro, reuniram-se à margem do Fórum Econômico Mundial em Davos; em junho, na Cúpula do G20 em Osaka; e, em novembro, à margem da Cúpula dos BRICS em Brasília. Na cerimônia de posse do segundo mandato do Presidente Ramaphosa, o então Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, representou o Presidente Jair Bolsonaro.

Em julho de 2019, o então Chanceler Ernesto Araújo e a Ministra de Relações Internacionais e Cooperação sul-africana, Naledi Pandor, mantiveram reunião bilateral à margem do BRICS, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, em dezembro, o então Ministro Ernesto Araújo manteve videoconferência com a Ministra Pandor, ocasião em que puderam repassar a agenda bilateral em temas como defesa, comércio, coordenação em foros internacionais, entre outros.

Já em julho de 2021, realizou-se reunião entre o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA), Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega, e a Vice Diretora-Geral para Américas e Europa da chancelaria sul-africana, Embaixadora Maud Dlomo. Na ocasião, foram discutidas oportunidades de cooperação identificadas em reuniões prévias dos seguintes grupos de trabalho: energia e assuntos ambientais; defesa; arte, cultura, educação superior e cooperação entre academias diplomáticas; relações econômicas e comerciais; agricultura; ciência, tecnologia e comunicações; esporte e turismo; justiça e serviços correcionais; saúde; e cooperação técnica para o desenvolvimento.

COOPERAÇÃO EM DEFESA E EM ENERGIA NUCLEAR

A cooperação na área de defesa entre Brasil e África do Sul tem como marco conceitual o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Assuntos de Defesa, assinado na Cidade do Cabo, em 04/06/2003, e em vigor no plano internacional desde 20/08/2013. O acordo, no entanto, não foi promulgado no Brasil em razão de incompatibilidade com a nova Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Para solucionar a questão, em 2016, o Brasil propôs emenda, por troca de Notas, ao Acordo. Em dezembro de 2018, a Chancelaria sul-africana encaminhou Nota Verbal indicando aceitação do texto. Nova proposta de emenda por mecanismo convencional foi encaminhada ao lado sul-africano em 28/10/2019, à qual até o momento não houve reação. Estão sendo negociados, ainda, acordo para proteção mútua de informação classificada e a emenda ao Acordo de cooperação em matéria de defesa.

Iniciativas concretas

Em 2006, teve início o projeto “A-Darter”, para desenvolvimento conjunto de tecnologia missilística, conduzido pelo grupo estatal sul-africano Denel e pelas empresas brasileiras Avibrás e Mectron. O míssil, em fase final de testes, deverá permitir o domínio de tecnologias e a independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Já foram concluídas as negociações do acordo bilateral sobre mísseis ar-ar, que constituirá a base legal internacional para produção e venda desses armamentos.

Está em fase final de negociação o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O instrumento contribuiria para o fornecimento de molibdênio-99 (utilizado em exames diagnósticos na detecção de câncer) ao Brasil de modo seguro, previsível e contínuo; e o aprendizado de técnicas científicas e modelos organizacionais.

Os exercícios navais bienais Ibsamar (Índia, Brasil e África do Sul), realizados em águas sul-africanas, têm sido importantes para a troca de experiências entre as três marinhas nacionais e contribuem, com outros exercícios internacionais, para a navegação do Atlântico Sul.

Cabe destacar que há grande potencial para reforçar o comércio de produtos de Defesa entre os dois países. Em outubro de 2021, foi realizado, em formato de seminário virtual, o I Diálogo da Indústria de Defesa Brasil-África do Sul, que teve o propósito de aproximar os representantes da base industrial de defesa do Brasil e da África do Sul e, inspirado na bem-sucedida experiência de cooperação representada pelo desenvolvimento do míssil ar-ar A-Darter, impulsionar iniciativas conjuntas mutuamente benéficas.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

Encontram-se em estados avançados de negociação o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal e o Tratado de Extradicação.

Em dezembro de 2020, o Ministério Público Federal e a *National Prosecuting Authority* (NPA) da África do Sul assinaram Memorando de Entendimento de modo a abrir caminho para a cooperação entre as duas instituições, com intercâmbio de informações e troca de experiências.

Em outubro de 2021, o Brasil deu início a negociações de um Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e África do Sul, ora em análise das autoridades sul-africanas. O tema assume importância diante do crescente número de brasileiros presos na África do Sul e de sul-africanos, no Brasil.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O "Acordo Bilateral sobre Cooperação Científica e Tecnológica", assinado em 2003, expirou seu prazo de vigência, após ser renovado automaticamente por mais cinco anos, em 2013. Com a expiração do acordo, a África do Sul passou a ser o único país do BRICS com o qual o Brasil não possui acordo bilateral específico em Ciência e Tecnologia.

Em abril de 2019, o governo brasileiro apresentou proposta de novo texto adicionando o elemento de “Inovação” à cooperação e atualizando as disposições para refletir o atual dinamismo na área e aguarda contraproposta oficial da África do Sul. As

negociações do acordo já se encontram encerradas, e o instrumento deverá ser assinado em breve por canais diplomáticos.

A cooperação em temas relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) constitui também objeto de interesse da África do Sul no relacionamento com o Brasil.

Citam-se ainda como temas que são objeto da cooperação em ciência e tecnologia: incubação cruzada de *startups* na área de agritech; acordo de cooperação científica e tecnológica entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a *National Research Foundation* (NRF), da África do Sul; diplomacia da inovação, entre outros.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

As ações de cooperação técnica entre o Brasil e a África do Sul são amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica vigente desde setembro de 2003. Atualmente, não há projetos de cooperação em execução no âmbito da cooperação técnica bilateral. Entretanto, registram-se demandas sul-africanas nas áreas de meio ambiente, saúde e agricultura.

Em 2021, foi retomada iniciativa na área de meio ambiente, de parceria entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pelo lado brasileiro, e o *South African National Parks* (SANParks), vinculado ao Ministério dos Assuntos Ambientais, da África do Sul. O objetivo desta cooperação é a troca de experiências sobre a concessão de áreas destinadas a parques nacionais e a gestão de infraestruturas de visitação dessas unidades de conservação.

Na área ambiental, cabe registrar que, em novembro de 2021, o Ministro do Meio-Ambiente, Joaquim Leite, e sua homóloga sul-africana, Barbara Creecy, assinaram o Plano de Implementação para o período 2021-2026 do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e África do Sul.

Cabe citar, ainda, o recente diálogo entre a Agência Brasileira de Cooperação e o *African Renaissance Fund*, em reunião realizada em agosto de 2021, em que foram levantados temas com potencial de colaboração, como meio ambiente, bioenergia, entre outros.

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E TEMAS PRIORITÁRIOS EM AGRICULTURA

Em setembro de 2020, a África do Sul enviou proposta de acordo em agricultura que prevê amplo marco institucional para a cooperação bilateral. Sob esse arcabouço, pretende-se promover iniciativas de cooperação técnica com o Brasil em diversas áreas, tais como agricultura familiar, educação rural, mecanização de pequenos produtores e aprofundamento de relações entre o "Agricultural Research Council" (ARC) e as instituições brasileiras de pesquisa agropecuária. No entanto, ainda não se encerrou a etapa negociadora desse acordo.

De parte do Brasil, os temas prioritários na agenda agrícola são i) a retirada das salvaguardas (relacionadas à febre aftosa) atualmente em vigor contra as importações de carne com osso e miudezas de bovinos do Brasil para a África do Sul; ii) o estabelecimento de certificado sanitário para subprodutos de origem animal; iii) a atualização do certificado sanitário para "pet food"; iv) a atualização do certificado

sanitário existente para carne de aves; e v) a elaboração de certificado sanitário para exportação (do Brasil) de sêmen e embriões bovinos.

Para a África do Sul, são prioritários os seguintes temas: i) exportações de material genético bovino e ovino; ii) exportações de gordura e carne de avestruz; iii) e acordo de cooperação bilateral em agricultura.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL

Existe potencial inexplorado na cooperação em matéria de ensino superior entre Brasil e África do Sul, haja vista a baixa procura de estudantes sul-africanos por vagas em universidades brasileiras, a despeito da existência de acordo assinado na área.

No que se refere à língua portuguesa, cabe ressaltar que há a possibilidade de estudantes sul-africanos prestarem o exame Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), exigido para o ingresso nas instituições de ensino superior brasileiras, no Instituto Guimarães Rosa em Pretória (antigo Centro Cultural Brasil-África do Sul), a fim de se prepararem para acompanhar o curso acadêmico em instituição de ensino superior brasileira.

O Brasil conta com dois leitorados na África do Sul, um na Universidade da Cidade do Cabo e outro na Universidade de Pretória. Os leitores são professores universitários que atuam em instituições estrangeiras de ensino superior, promovendo a língua e a cultura brasileiras, numa parceria entre o Itamaraty e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo dados do Ministério da Economia, em 2021 o Brasil exportou US\$ 1,18 bilhão para o mercado sul-africano e importou US\$ 1 bilhão desse país, totalizando corrente comercial bilateral de US\$ 2,18 bilhões. O saldo comercial foi superavitário para o Brasil em US\$ 183,7 milhões. Em comparação a 2020, as exportações tiveram aumento de 20%, enquanto as importações subiram 63,9%.

O principal produto exportado pelo Brasil para a África do Sul segue sendo carnes de aves e suas miudezas. Em dezembro de 2018, a *South African Poultry Association* (SAPA) formalizou pedido de elevação de tarifas de importação de alguns cortes de carne de frango, de 12% e 37% para 82%, em linha com sua tarifa consolidada na OMC.

Ademais, a autoridade sul-africana aplicou, em fevereiro de 2022, direito antidumping provisório, ainda em vigor. O valor do direito provisório para o Brasil foi de 265,1%, como regra geral. Dez das treze empresas brasileiras afetadas enviaram informações para a investigação e tiveram tarifas mais baixas aplicadas, variando de 6% a 30,5%.

O assunto foi objeto de diversas gestões da Embaixada do Brasil em Pretória junto ao governo local. Ademais, o então Ministro Ernesto Araújo encaminhou, em junho de 2019, carta à Ministra Naledi Pandor, à luz da sensibilidade do tema. Em janeiro de 2022, a Embaixada do Brasil em Pretória protocolou manifestação oficial do Governo Brasileiro junto à International Trade Administration Commission (ITAC), autoridade investigadora da África do Sul.

No campo dos investimentos, nos últimos anos, três grandes empreendimentos sul-africanos foram realizados no Brasil: o megaprojeto de extração, transporte e exportação de minério de ferro da Minas-Rio, pela empresa Anglo American; a compra de 30% da editora Abril pelo grupo sul-africano Naspers (antes da venda do controle acionário da Abril ao grupo Legion Holdings); e a concessão do aeroporto de Guarulhos para consórcio integrado pela *Airports Company of South Africa* (ACSA), juntamente com o grupo brasileiro INVEPAR, cujos sócios são a Previ (BB), Petros (Petrobrás), Funcef (CEF) e OAS.

Do lado brasileiro, destaca-se a presença na África do Sul da gaúcha Marcopolo, fabricante de ônibus, e da catarinense WEG, que produz motores elétricos, com fábricas e distribuidoras instaladas em diversas cidades daquele país. Em outubro de 2016, concluiu-se a aquisição da SAB Miller pela AB Inbev, um negócio da ordem de US\$ 109 bilhões. No setor cimenteiro, a Camargo Corrêa adquiriu a empresa sul-africana *Natal Portland Cement* em 2012.

A Embraer inaugurou, em meados de 2018, centro de treinamento regional em Joanesburgo, com dois simuladores de jatos da companhia e capacidade para treinar até dois mil operadores por ano, em parceria com a companhia aérea sul-africana *Air-Link*. O investimento alcançou cerca de US\$ 12 milhões.

Há, ademais, presença no mercado sul-africano de O Boticário, Tramontina, Intercement e Wyda.

Em novembro de 2020, a Embaixada em Pretória celebrou convênio com a *Brazil-South Africa Chamber of Commerce (BSA Chamber)*, primeira câmara de comércio bilateral entre Brasil e África do Sul, que poderá ter papel importante nas relações comerciais e de investimento entre Brasil e África do Sul e coadjuvar em muitos momentos a ação da Embaixada em Pretória.

POLÍTICA INTERNA

A África do Sul é uma república parlamentarista *sui generis*, já que o Presidente, não obstante acumular as funções de Chefe de estado e de governo, é eleito pela Assembleia Nacional e, em princípio, é o líder do partido mais votado. A Constituição do país estabelece limite de dois mandatos consecutivos (de cinco anos cada) para a permanência no poder. As últimas eleições gerais sul-africanas ocorreram em maio de 2019.

O regime do *apartheid*, que chegou ao fim em 1994, impôs à África do Sul cenário de profundos contrastes e desafios sociais. Em um país com infraestrutura e economia superiores às de vários países africanos, cerca de um quinto da população encontra-se abaixo da linha de pobreza, com aumento da desigualdade.

As eleições ocorridas em maio de 2019 marcaram o 25º aniversário do primeiro pleito democrático realizado na África do Sul e foram apontadas por analistas e políticos como as mais importantes desde 1994. Elas mantiveram no poder o Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), força hegemônica no quadro político sul-africano nos últimos 25 anos.

O quadro econômico e social impacta o cenário político, com uma década de baixo crescimento econômico, insuficiente para atender aos anseios da grande maioria

dos sul-africanos. A taxa oficial de desemprego permanece em patamar elevado (cerca de 35%).

Embora os últimos levantamentos eleitorais antes do pleito de 2019 tenham indicado que o *Democratic Alliance* (DA) seguiria sendo a segunda maior força política na África do Sul, pela primeira vez, desde 1994, o partido obteve redução em sua votação, com 20,76% dos votos.

O *Freedom Front Plus* (FF+) obteve 2,38% dos votos nas eleições de 2019, o maior crescimento relativo entre todos os partidos, elegendo bancada de dez deputados.

O discurso em favor de mudanças profundas na economia sul-africana é o principal motor do *Economic Freedom Fighters* (EFF), que cresce junto à grande parcela de jovens desempregados nas periferias de centros urbanos. O partido, liderado por Julius Malema, obteve resultado notável no pleito de 2019, com 10,79% dos votos válidos, tornando-se a terceira força política na África do Sul.

Observa-se que o partido islamista *Al-Jama-ah*, criado em 2007, obteve, nas eleições de 2019, um representante no Parlamento pela primeira vez.

ECONOMIA

A África do Sul é a segunda maior economia da África, após a Nigéria. O país tem sistema bancário maduro, arcabouço regulatório abrangente, indústrias estabelecidas e infraestrutura desenvolvida. Apesar de ter perdido valor no contexto da disputa comercial entre Estados Unidos e China, a moeda local, o rand, é relativamente estável. Além disso, apesar de certos entraves e desafios, a África do Sul reúne características que recomendam atenção como polo atrativo de negócios.

A inclusão da população à margem do desenvolvimento econômico é o principal desafio do governo sul-africano desde a transição democrática. O país vem enfrentando quadro de crescimento econômico lento, acompanhado de alto desemprego, o que gera impactos negativos na promoção do desenvolvimento econômico socialmente inclusivo. Os principais limitadores do potencial econômico sul-africano são: (i) a escassez no fornecimento de energia elétrica; e (ii) a queda nos preços das *commodities*, sobretudo minérios, responsáveis por mais de 60% das receitas de exportações sul-africanas na última década.

Com a continuada deterioração dos principais indicadores econômicos – em particular os números relacionados ao desemprego, ao crescimento econômico e ao descontrole da relação dívida/ PIB (cuja proporção se aproxima de 60%) – especialistas convergem quanto à urgência de reformas estruturais.

O déficit fiscal é um dos desafios fundamentais a serem enfrentados pelo governo sul-africano nos próximos anos.

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Com vistas à mitigação do impacto econômico e social da quarentena, o Presidente Cyril Ramaphosa anunciou pacote de medidas que inclui o dispêndio de 500 bilhões de rands (cerca de US\$ 25 bilhões), aproximadamente 10% do PIB sul-africano.

Trata-se do maior pacote de estímulo econômico da história da África do Sul e tem o objetivo de: i) oferecer os meios adequados para as medidas sanitárias a serem adotadas no combate à pandemia; ii) aliviar a fome e as dificuldades sociais; iii) amparar empresas e trabalhadores; e iv) apoiar a reabertura gradual da economia.

O tema dos benefícios sociais ganha importância à luz dos dados publicados em dezembro de 2021 sobre a evolução do desemprego no país, que atinge 34,9%. Incluídas as pessoas que desistiram de procurar empregos, o índice atinge 46,6%. Todos os setores econômicos pesquisados registraram perdas.

O PIB sul-africano caiu 1,5% no terceiro trimestre de 2021 e, diante de pressões inflacionárias, o Banco Central elevou a taxa de juros a 3,5%.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Cyril Ramaphosa
Presidente da República

Líder do sindicato dos mineiros (NUM), pilar do que viria a ser a principal central sindical do país (COSATU), elegeu-se Secretário-Geral do Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) em 1991. Preterido na escolha para a Vice-Presidência em 1997, migrou para a iniciativa privada. Retornou à cena política por indicação de Jacob Zuma, de quem foi Vice-Presidente a partir de 2014. Com a renúncia de Zuma, assumiu a Presidência em fevereiro de 2018. Nas eleições nacionais e provinciais de maio de 2019, foi confirmado como Presidente da África do Sul para novo mandato de cinco anos.



Naledi Pandor
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação

Quadro respeitado no ANC, integra a executiva do partido. Exilou-se em Botsuana nos anos 1970, onde concluiu o ensino secundário. Graduiu-se em História e Inglês pela Universidade de Botsuana, e tem mestrado em Educação pela Universidade de Londres e em Linguística pela Universidade de Stellenbosch. Membro do Parlamento sul-africano desde 1994, Pandor integra o gabinete ministerial sul-africano desde 2004. Com a assunção de Ramaphosa em fevereiro de 2018, tornou-se Ministra de Educação Superior e Treinamento, pasta com a qual é identificada em razão de sua atuação acadêmica, mas que deixou para comandar o Ministério de Relações Internacionais e Cooperação.



Vusumuzi Wellington Mavimbela
Embaixador em Brasília

De 1976 a 1993, desempenhou diferentes funções no Congresso Nacional Africano (partido no poder desde o fim do apartheid, em 1994), dentro e fora da África do Sul. De 1994 a 1999, foi Conselheiro político e Conselheiro em Assuntos de Inteligência e Segurança do então Vice-Presidente Thabo Mbeki. De 2005 a 2008, atuou na iniciativa privada, retornando à vida política em 2009, quando assumiu a Chefia de Gabinete do

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da África do Sul
GENTÍLICO	Sul-africano
CAPITAL	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA	1.219.090 km²
POPULAÇÃO	56,46 milhões
IDIOMAS	11 oficiais (inglês, afrikaans, ndebele, sepedi, sesoto, setsuana, siswati, tsonga, venda, xhosa, zulu)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (68%); Tradicionais (28,5%); Islamismo (2%); Hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional de Províncias)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Cyril Ramaphosa (desde 15/02/2018, reeleito em 22/05/2019)
MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO	Naledi Pandor (desde 29/05/2019)
IDH	0,699/113º no mundo
PIB (2021)	US\$ 419,95 bilhões (Banco Mundial)
PIB PPP (2021)	US\$ 865,8 bilhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2021)	US\$ 14.420,20 (Banco Mundial)
EXPECTATIVA DE VIDA	64,8 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Rand
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Vusumuzi Wellington Mavimbela

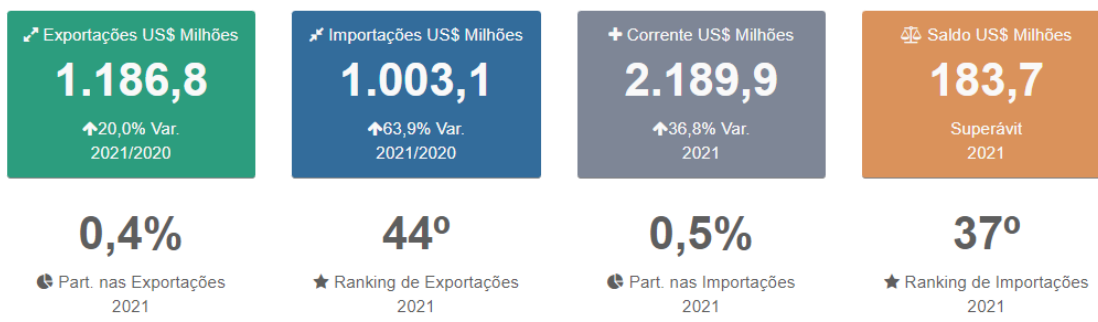
COMÉRCIO BILATERAL EM 2021

Balança comercial do Brasil com a África do Sul em 2021

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: África do Sul

Jan-Abr / 2022

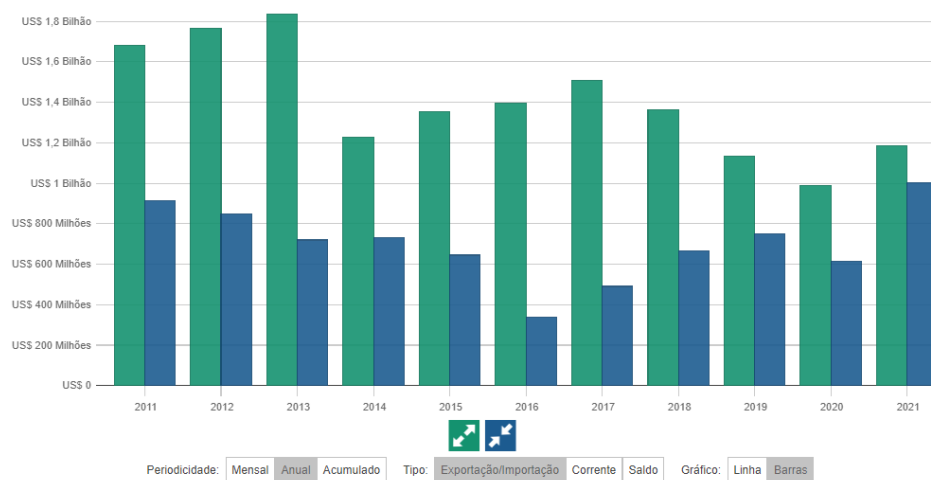
2021



Série histórica - Parceiro: África do Sul

Total

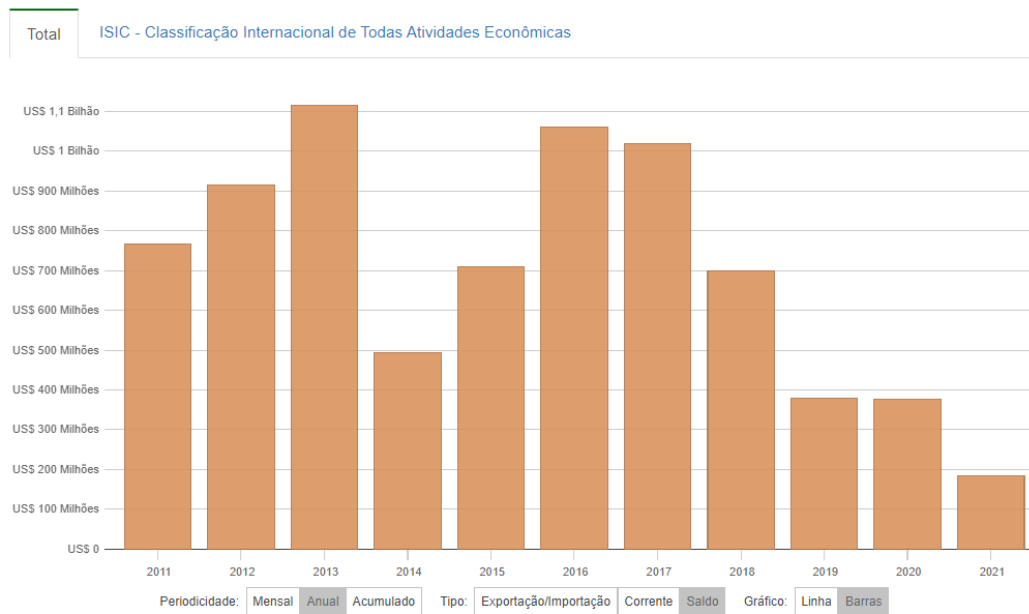
ISIC - Classificação Internacional de Todas as Atividades Econômicas



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

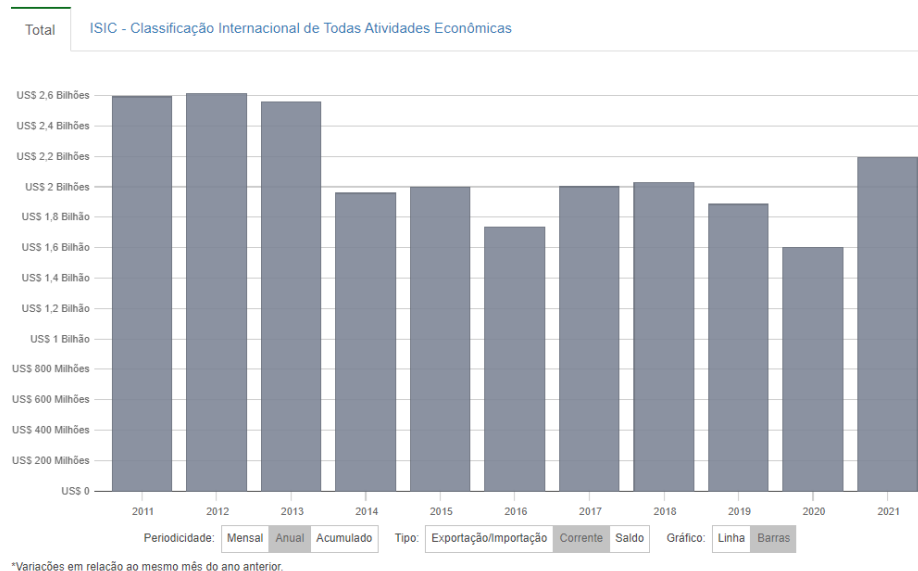
Saldo comercial do Brasil com a África do Sul em 2021

Série histórica - Parceiro: África do Sul



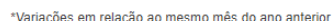
Corrente de comércio do Brasil com a África do Sul em 2021

Série histórica - Parceiro: África do Sul



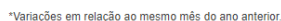
Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: África do Sul

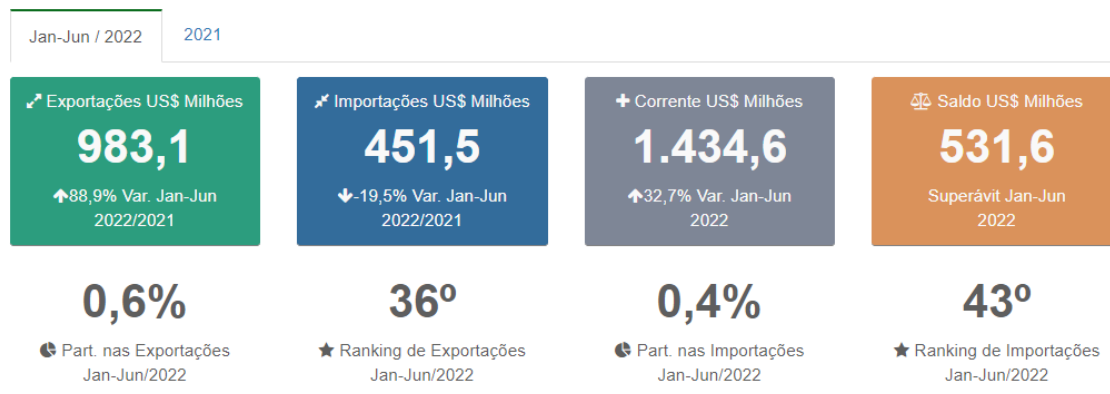
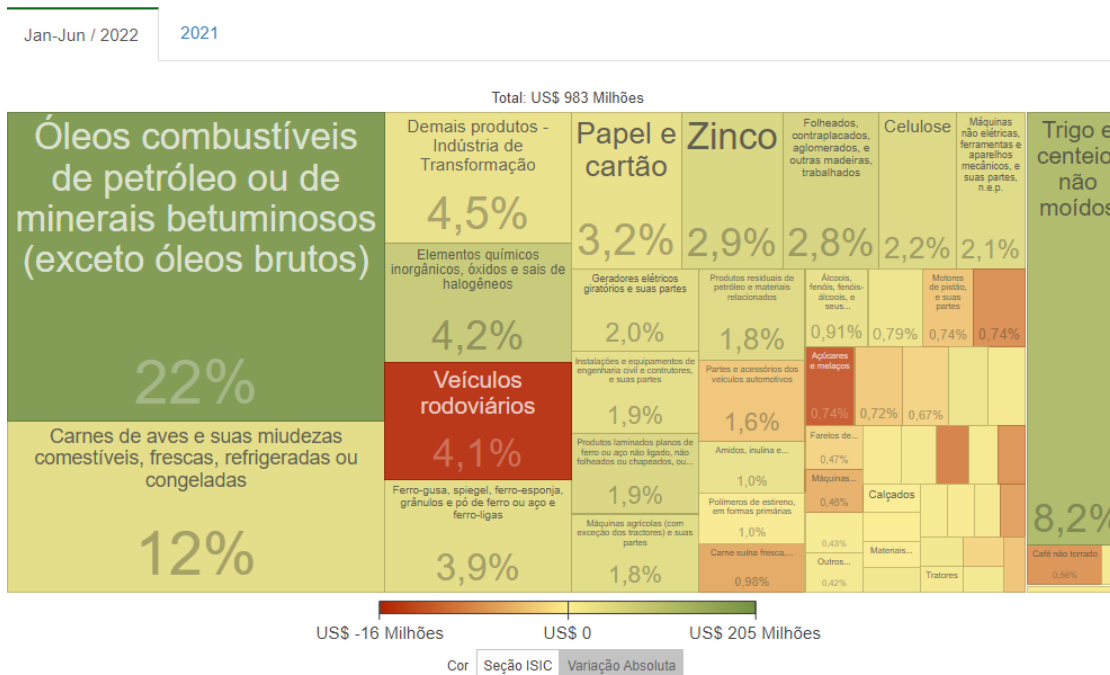
2021



Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: África do Sul

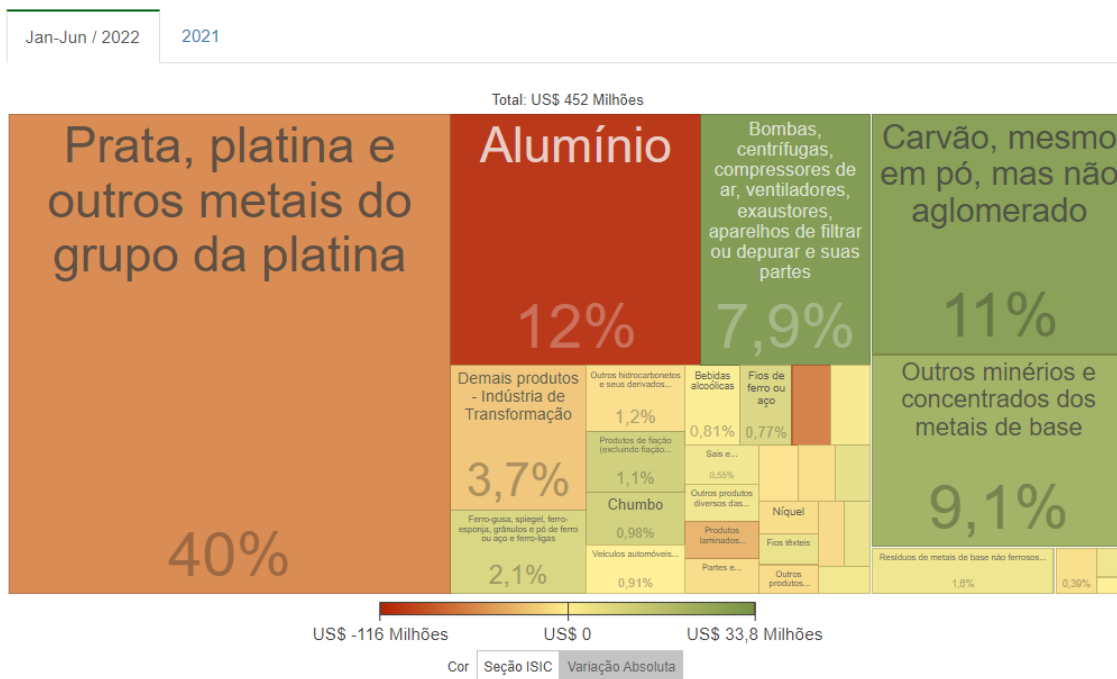
2021



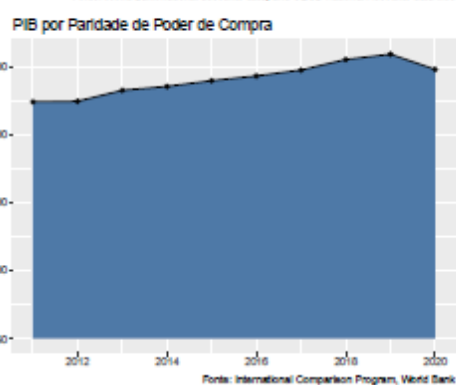
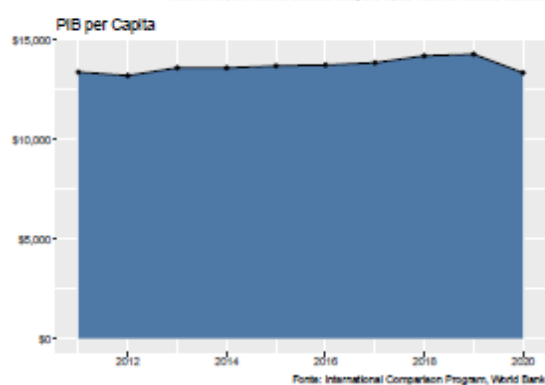
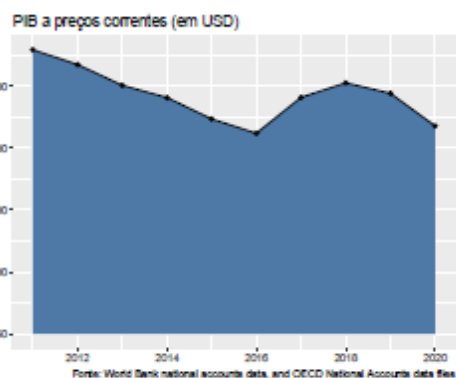
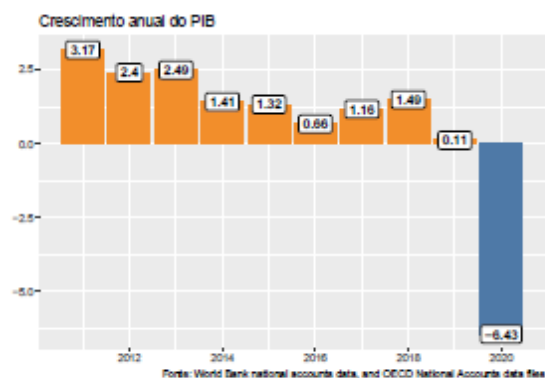
Balança comercial do Brasil com a África do Sul de janeiro a junho de 2022**Produtos exportados pelo Brasil a África do Sul de janeiro a junho de 2022**

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

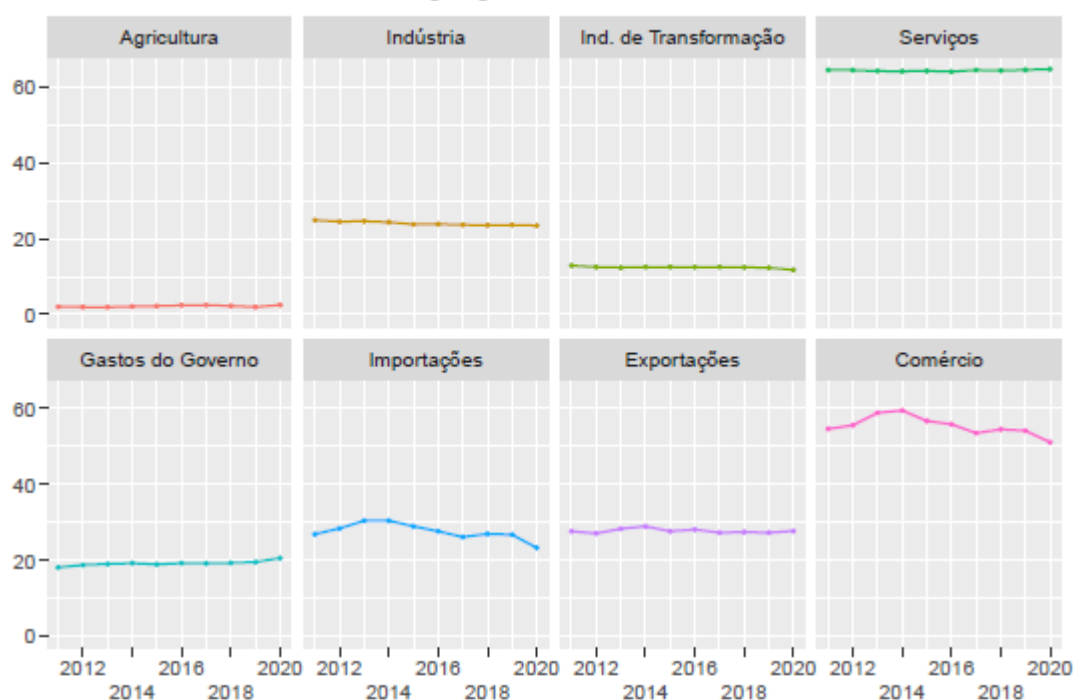
Produtos importados pelo Brasil da África do Sul de janeiro a junho de 2022



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

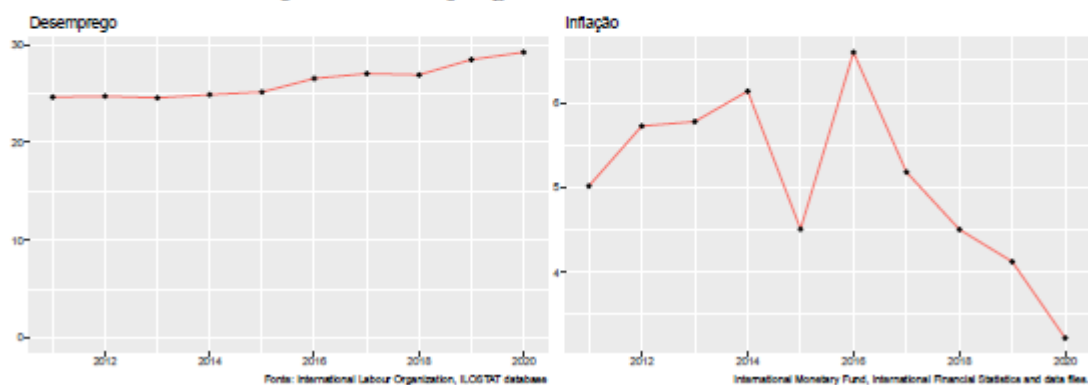
DADOS ECONÔMICOS**Produto Interno Bruto**

Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

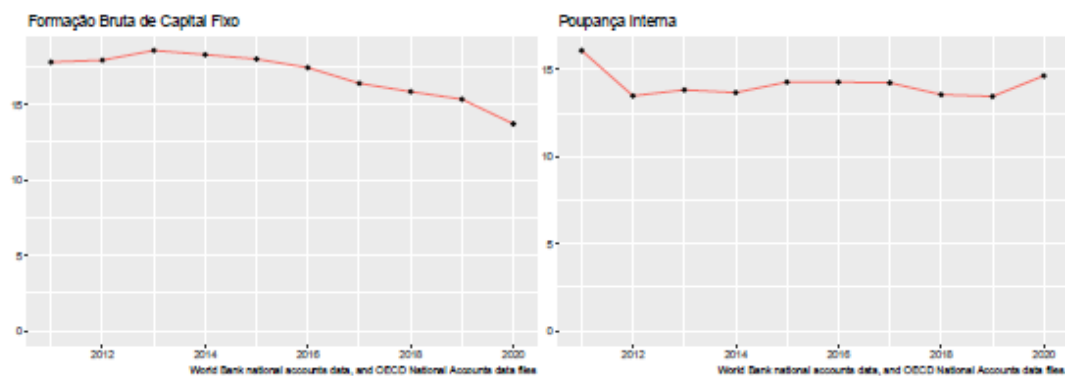
Indicadores de Inflação e Desemprego



Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT databases

International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files.

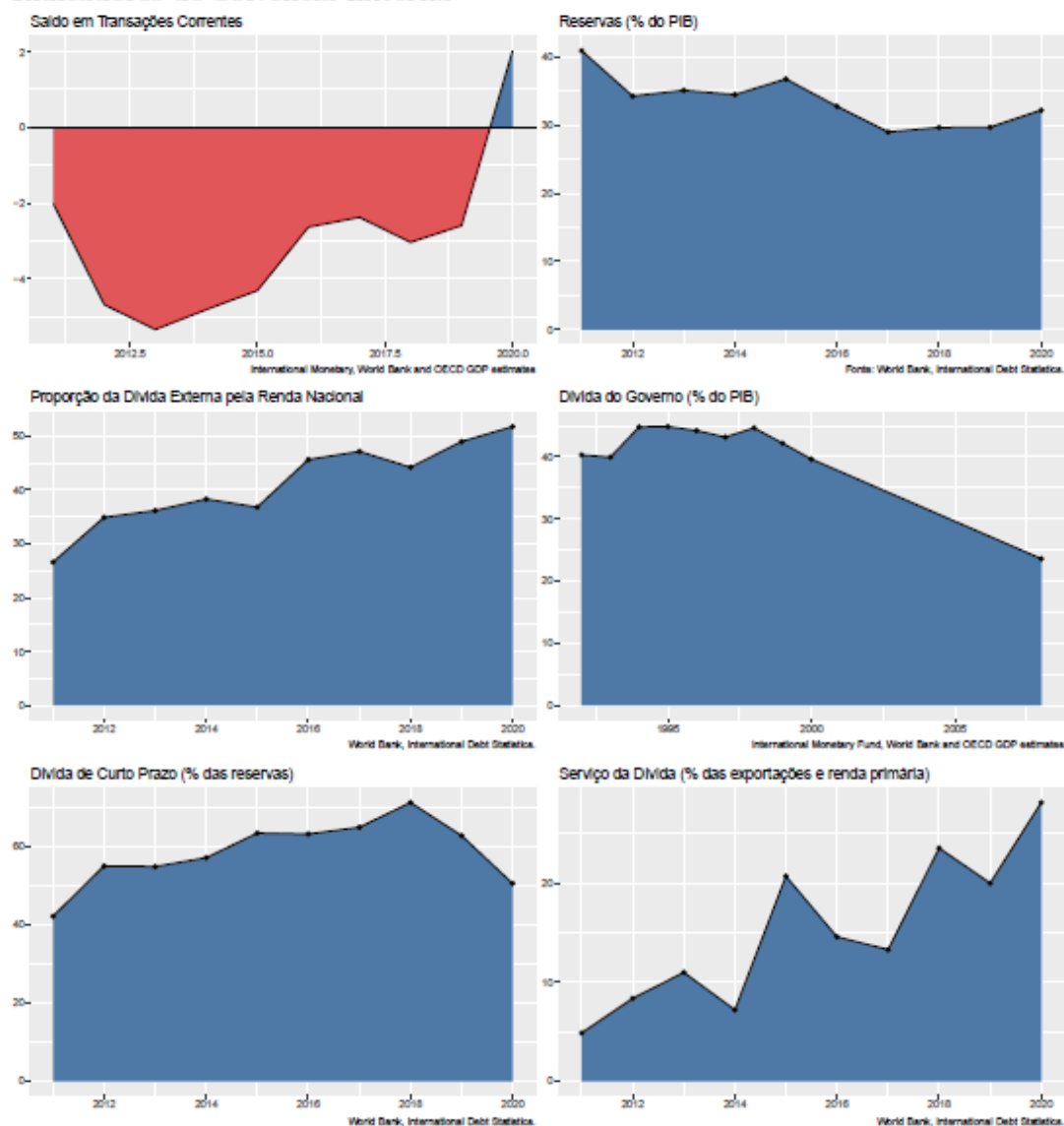
Indicadores de Investimento



Fluxo de Investimentos



Indicadores de Solvência Externa





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MAURÍCIO



Maço básico

OSTENSIVO
Agosto de 2022

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974. Os contatos entre os dois países vêm-se intensificando nos últimos anos, como exemplifica a conclusão da negociação de Acordo de Serviços Aéreos, que aguarda oportunidade para assinatura. O acordo reveste-se de importante simbolismo, pois deverá constituir o primeiro instrumento a ser firmado entre os dois países.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol, para cuja produção autoridades mauricianas têm manifestado interesse em receber cooperação do Brasil.

Intensificaram-se, ademais, os contatos entre os adidos policial e de inteligência com suas contrapartes mauricianas, em contexto de crescente cooperação para o combate de ilícitos transnacionais.

Maurício é membro observador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu importante projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de programa de leitorado na Universidade de Maurício. Não obstante ter sido bem sucedida, a iniciativa foi suspensa em 2015 por restrições orçamentárias brasileiras.

O contínuo diálogo entre os governos de Brasil e Maurício poderá ser importante elemento em eventual aquisição de aviões da Embraer pela estatal mauricana de aviação, a Air Mauritius.

No campo multilateral, o país tem atendido pedidos de apoio a candidaturas brasileiras, como no caso da eleição do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2022-2023.

Atualmente, o Brasil apoia o pleito de Maurício na Corte Internacional de Justiça sobre a descolonização do arquipélago de Chagos. O Brasil votou favoravelmente na Assembleia Geral da ONU à solicitação de parecer à CIJ e participou dos procedimentos da Corte. O engajamento brasileiro foi objeto de agradecimento por parte do Primeiro-Ministro Pravind Jungnauth, por meio de cartas endereçadas ao Senhor Presidente da República.

Até o início da pandemia de Covid-19, vinha aumentando o número de turistas brasileiros que viajavam a Maurício.

Comércio bilateral

A corrente de comércio bilateral, no ano de 2021, correspondeu a US\$ 53 milhões, sendo que, desse total, mais de US\$ 52 milhões foram de exportações brasileiras, em sua grande maioria de açúcares de cana ou de beterraba, calçados e demais produtos da indústria de transformação. As importações feitas pelo Brasil concentraram-se em vestuários, como casacos masculinos ou infantis, capas, jaquetas, etc.

O mercado de Maurício é atrativo e apresenta oportunidades relevantes para os produtos brasileiros. O país conta com o segundo maior índice de desenvolvimento humano da África (atrás apenas de Seicheles) e a maior renda per capita do continente, além de ter sido considerado o melhor destino para negócios e investimentos na região.

A expressiva indústria de turismo do país é um dos principais motores da economia local e demandante de amplo leque de importações (Maurício é um dos

maiores importadores de xampu na África, por exemplo). Setores como alimentos e bebidas, cosméticos, têxteis e máquinas e equipamentos agrícolas, entre outros, podem oferecer oportunidades para produtores brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. A monarca britânica manteve-se como Chefe de Estado até 1992, ano em que o país se proclamou como república dentro da *Commonwealth* britânica. O sistema de governo é parlamentar, em que o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional, e o Primeiro-Ministro, indicado pelo partido majoritário.

Maurício é uma democracia multipartidária, com liberdade religiosa e de expressão, e tem reconhecida estabilidade política. Na região, costuma figurar nas primeiras posições nos índices de governabilidade e desenvolvimento humano. Ocupa atualmente, por exemplo, a primeira colocação no Índice Ibrahim de Governança Africana, e o 20º lugar (dentre 167 países) no índice de democracia da *Economist Intelligence Unit*. São notáveis, ainda, a alta taxa de alfabetização (uma das maiores do mundo em desenvolvimento) e as baixas taxas de infecção por HIV/AIDS.

A população de Maurício é multiétnica, fato que remete tanto à sua colonização diversificada (o território recebeu exploradores de Portugal, Holanda, França e Reino Unido) como às levas de migrantes que desembarcaram no seu território (em especial indianos, que chegam de forma maciça a partir de meados do século XIX). É o único país da África com maioria hindu (48,5% da população), com ampla representação política. Desde a independência, o país teve um único Chefe de Governo não hindu, Paul Berenger (2003-2005).

Nas eleições-gerais de novembro de 2019, o Primeiro-Ministro Pravind Jugnauth foi reconduzido ao cargo, e Prithvirajsing Roopun foi escolhido, pela Assembleia Nacional, para o cargo de Presidente da República. O resultado do pleito refletiu vitória da *Mauritian Alliance*, coalizão formada pelos partidos *Militant Socialist Movement*, *Muvman Liberator* e *Plateforme Militante*, a qual ganhou 42 dos 70 assentos do Parlamento.

ECONOMIA

Maurício é tido como país com uma das economias mais abertas do mundo. Tem uma população de 1,3 milhão de pessoas e um PIB ppp de US\$ 26 bilhões, o que confere ao país uma renda per capita ppp de cerca de US\$ 21 mil. A taxa de desemprego tem se reduzido ao longo dos últimos anos, sendo atualmente de cerca de 7%. A inflação também é mantida sob controle. Apresenta elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os setores industriais, financeiros e de turismo avançam progressivamente, e os benefícios convertem-se em distribuição de renda cada vez mais equitativa, com melhorias em indicadores de desenvolvimento humano. A agricultura, por sua vez, ainda se reveste de importância para o país, em particular para o setor exportador, e está fortemente baseada no cultivo da cana-de-açúcar (90% da área cultivada).

No que concerne ao *Global Competitiveness Report* de 2019, a ilha ocupa a 52ª posição, a melhor colocação da África Subsaariana. O país conta com programa de

incentivos a startups atuantes em todas as áreas, destacando-se os campos de fintech, agritech e serviços.

As exportações respondem por parcela majoritária do PIB nacional, embora sua participação venha em declínio desde a crise financeira de 2008. A pauta comercial apresenta grande diversificação, de produtos agrícolas a serviços financeiros e tecnologias de informação e comunicação. Esse bom desempenho explica-se, em grande parte, pelo *status* preferencial de que gozam as vendas do país em um grande número de mercados.

O país insular apresenta-se como o mais bem colocado do continente africano no índice de prontidão do governo para inteligência artificial da *Oxford Insights*, na 45ª posição.

Maurício conta com robusto arcabouço legal na área de tecnologias digitais, no qual se destacam sua estratégia de digitalização, resumida no documento *Digital Mauritius 2030 Strategic Plan*, preparado pelo Ministério de Tecnologia da Informação, Comunicação e Inovação, assim como a estratégia para transformação digital do governo para o período 2018-2022. O país também conta com política específica para dados abertos, lei sobre crimes cibernéticos e lei sobre proteção de dados pessoais.

Embora sejam limitadas as oportunidades comerciais e de negócios para empresas brasileiras em Maurício, há potencialidades a serem exploradas no exemplo mauriciano em termos de produção de políticas e instrumentos legais para a área de inteligência artificial.

O investimento estrangeiro no setor bancário é significativo. Cada vez mais empresas "offshore" estabelecem-se em Maurício, mormente para promover intercâmbio comercial com a Índia, a África do Sul e a China.

O país conta, ademais, com uma rede de infraestrutura relativamente avançada. Figura na 46ª posição (entre 131 países) da classificação sobre qualidade de infraestrutura do Banco Mundial.

Maurício assinou, no início de 2018, o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Prithvirajsing Roopun
Presidente da República

Nascido em 1959, foi membro do Parlamento de Maurício de maio de 2010 a novembro de 2019. Exerceu também, nesse período, o cargo de Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico, de dezembro de 2014 a janeiro de 2017. Neste mês, assumiu o Ministério de Artes e Cultura, no qual permaneceu até dezembro de 2019, quando foi eleito, pela Assembleia Nacional, Presidente da República.



Pravind Jugnauth
Primeiro-Ministro

Nascido em 1961, é filho do ex-Primeiro-Ministro Anerood Jugnauth (que ocupou a primatura em três ocasiões – 1982-1995; 2000-2003; 2014-2017). Formou-se em Direito na Universidade de Buckingham, na Inglaterra. Ingressou oficialmente no Militant Socialist Movement em 1990. Foi Ministro da Agricultura e da Tecnologia, Comunicação e Inovação. É também membro da Assembleia Nacional desde maio de

2009. Assumiu o posto de Primeiro-Ministro em janeiro de 2017, sucedendo seu pai, e foi reeleito em novembro de 2019.



Alan Ganoo
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 1951, graduou-se em Direito no King's College, em Londres. Ganoo foi Ministro da Justiça (1991-1993), Ministro da Habitação (1996-1997), Ministro dos Serviços Públicos (2000-2005), Ministro Interino das Pescas (2004 a 2005) e Ministro dos Transportes Terrestres e Ferroviários Ligeiros (2019-2021).

MAPA DE MAURÍCIO

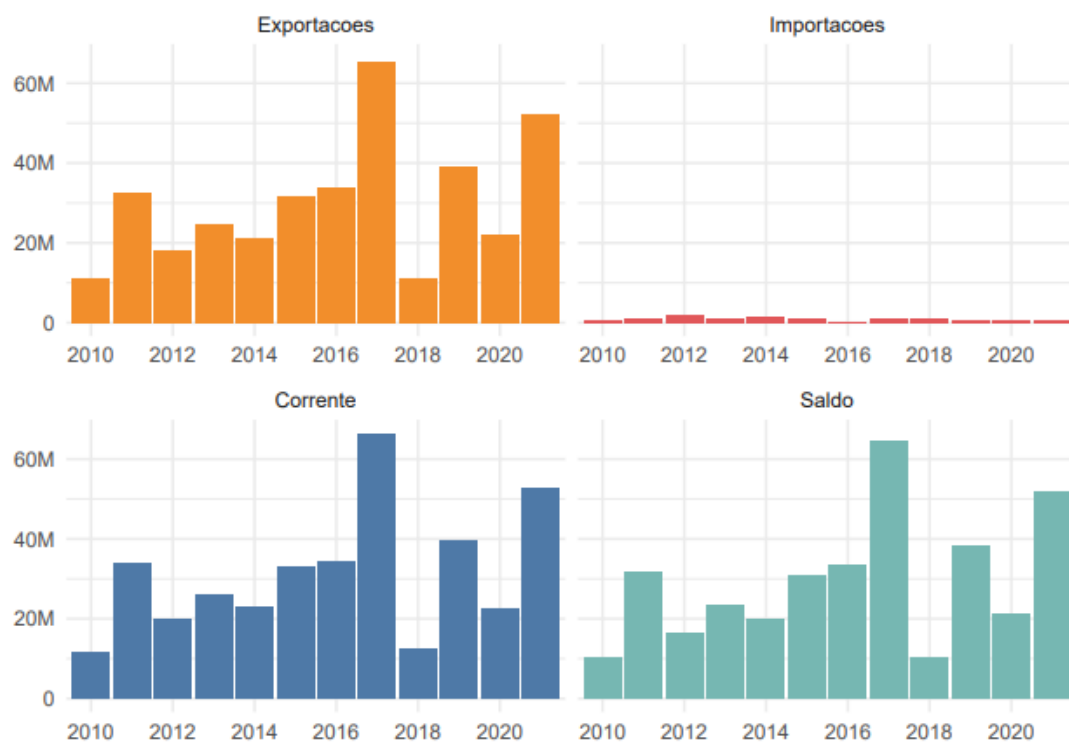


DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Maurício
GENTÍLICO	Mauriciano
CAPITAL	Port Louis
ÁREA	2.040 km ²
POPULAÇÃO	1,37 milhão
IDIOMAS	A língua oficial é o inglês, sendo o francês e o creole bastante difundidos.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduísta (52%), católica romana (23%), muçulmana (17%).
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Prithvirajsing Roopun (desde dezembro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Pravind Jugnauth (desde janeiro de 2017, reeleito em novembro de 2019)

MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Alan Ganoo (desde fevereiro de 2021)
PIB nominal	US\$ 10,92 bilhões (2020)
PIB PPP	US\$ 26 bilhões (2020)
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 20.500 (2020)
IDH	0,804 (66º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA	74 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	91,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7%
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia Mauriciana

DADOS ECONÔMICOS

Brasil-Maurício, Fluxo de Comércio agregado até Novembro



Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	52M (137.60%)	22M (-43.65%)	39M (245.75%)	11M (-82.78%)	66M (93.17%)
Importacoes	566K (0.14%)	565K (-20.62%)	712K (-39.87%)	1M (27.80%)	927K (119.04%)
Saldo	52M (141.2%)	21M (-44.1%)	38M (279.2%)	10M (-84.4%)	65M (92.8%)
Corrente	53M (134.2%)	23M (-43.2%)	40M (218.6%)	12M (-81.2%)	66M (93.5%)

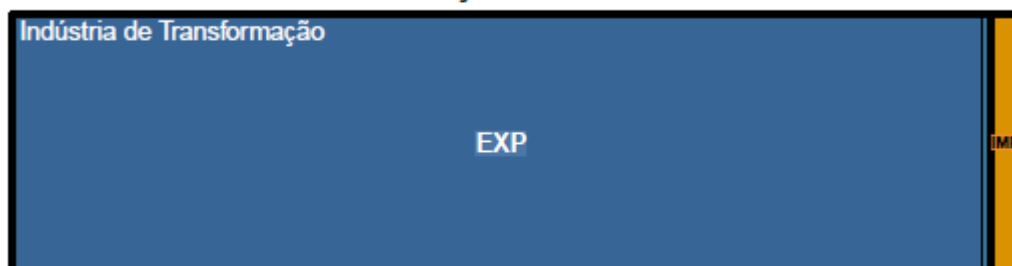
	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	34M (6.30%)	32M (49.32%)	21M (-13.04%)	25M (34.89%)	18M (-44.42%)
Importacoes	423K (-60.49%)	1M (-27.33%)	1M (13.44%)	1M (-28.01%)	2M (84.51%)
Saldo	34M (8.6%)	31M (55.0%)	20M (-14.5%)	23M (41.8%)	16M (-48.4%)
Corrente	34M (4.1%)	33M (44.4%)	23M (-11.7%)	26M (29.2%)	20M (-40.7%)

Brasil-Maurício, Dados Comerciais

Dados Agregados até Novembro						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2021	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	38.86M	233,5%	74,4%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.92M	9,2%	3,7%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.61M	10,3%	3,1%
		Outros móveis e suas partes	9403	1.49M	117,5%	2,8%
		Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.28M	26,5%	2,4%
	IMP	Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	107.71K	63,5%	19,0%
		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	78.53K	-56,3%	13,9%
		T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	73.19K	61,7%	12,9%
		Camisas de uso masculino	6205	65.22K	-48,9%	11,5%
		Camisas de malha, de uso masculino	6105	61.51K	38,5%	10,9%
2020	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	11.65M	-55,3%	53,0%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.76M	29,6%	8,0%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.46M	-15,2%	6,6%
		Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.01M	-25,0%	4,6%
		Outros móveis e suas partes	9403	684.14K	-34,8%	3,1%
	IMP	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	179.90K	32 727,9%	31,8%
		Camisas de uso masculino	6205	127.76K	-40,9%	22,6%
		Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	65.87K	-57,4%	11,7%
		T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	45.25K	-51,9%	8,0%
		Camisas de malha, de uso masculino	6105	44.40K	-34,1%	7,9%
2019	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	26.06M	69 738,0%	66,8%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.72M	-1,9%	4,4%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	1.36M	-20,8%	3,5%
		Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..	1601	1.35M	2,1%	3,5%
		Outros móveis e suas partes	9403	1.05M	245,9%	2,7%
	IMP	Camisas de uso masculino	6205	216.25K	62,3%	30,4%
		Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	154.54K	-43,8%	21,7%
		T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	94.17K	19,8%	13,2%
		Camisas de malha, de uso masculino	6105	67.34K	99,4%	9,5%
	2018	EXP	Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	1.75M	30,9%
Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..			1602	1.72M	-19,5%	15,2%
Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miud..			1601	1.32M	-13,7%	11,7%
Outros móveis e suas partes			9403	303.60K	-29,8%	2,7%
Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..			1701	37.31K	-99,9%	0,3%
IMP		Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, ..	9018	274.87K	71,6%	23,2%
		Camisas de uso masculino	6205	133.28K	-76,4%	11,3%
		T-shirts e camisolas interiores, de malha	6109	78.63K	94,6%	6,6%
		Camisas de malha, de uso masculino	6105	33.77K	7,5%	2,9%
		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	548.00	-14,1%	0,0%

1.4 Classificações do Comércio

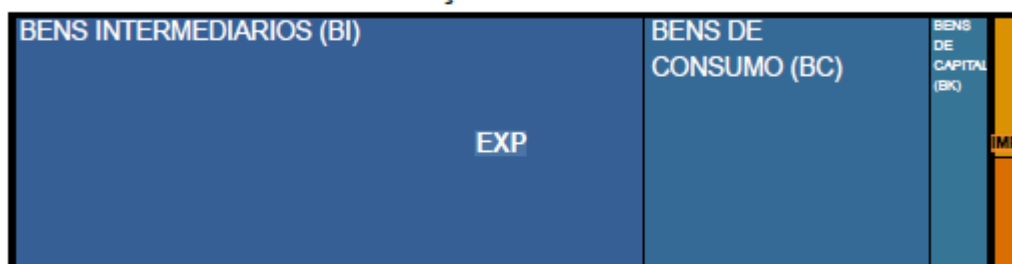
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



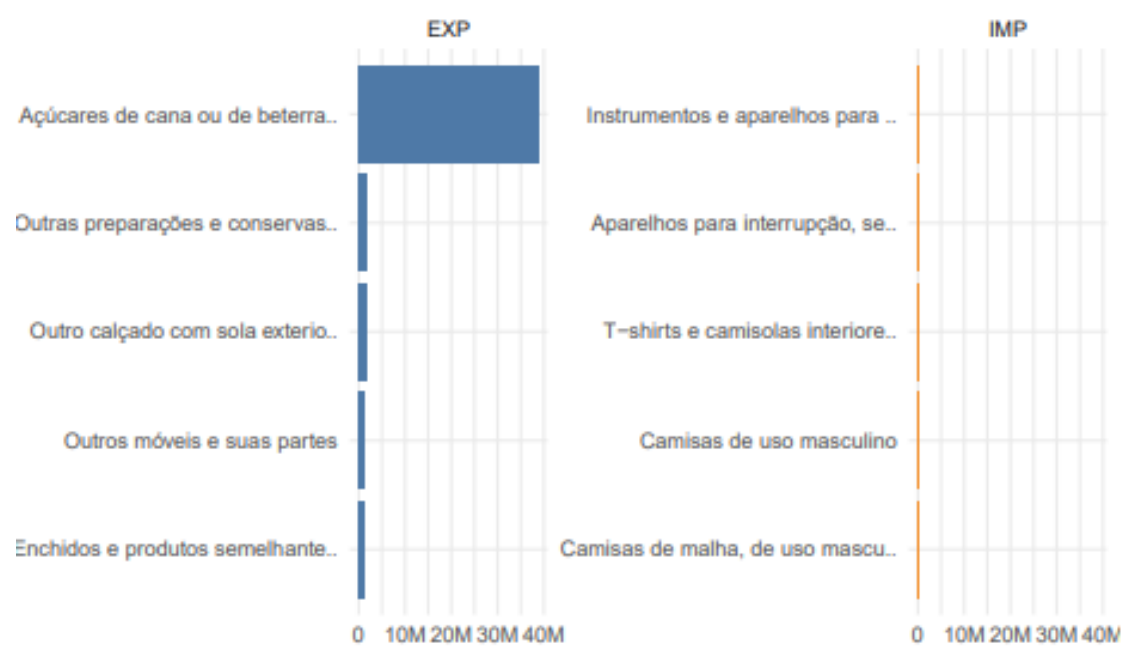
Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Maurício, pauta comercial, 2021 até Novembro



Fonte: Ministério da Economia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974 – Brasil e Maurício estabelecem relações diplomáticas.

2011 – Visita do Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício ao Brasil.

2012 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício ao Brasil.

2013 – Visita do então Ministro do Esporte a Maurício.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1498 - Exploradores portugueses chegam a Maurício, durante viagem de Vasco da Gama ao redor do Cabo da Boa Esperança.

1598 – Holanda reivindica posse da ilha desabitada e a batiza em homenagem a seu Chefe de Estado, Maurício, Príncipe de Orange e Conde de Nassau.

1715 – França reivindica soberania sobre a ilha, e a renomeia Ile de France.

1810 - Forças britânicas derrotam a França e tomam controle de Maurício.

1820 – Trabalhadores indianos começam a chegar a Maurício como mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar.

1968 – Independência nacional. A rainha Elizabeth II mantém-se como Chefe de Estado.

1982 – Anerood Jugnauth é eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupará até 1995.

1992 – Adoção do regime republicano.

1995 – Navin Ramgoolam é eleito Primeiro-Ministro.

2000 – Maurício ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas pela primeira vez.

2000 – Anerood Jugnauth volta ao cargo de Primeiro-Ministro.

2003 – Anerood Jugnauth é eleito Presidente da República; o novo Primeiro-Ministro é Paul Berenger, o primeiro Chefe de Governo não-hindu da ilha.

2005 – Navin Ramgoolam volta a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro.

2008 – Anerood Jugnauth é reeleito Presidente da República.

2012 – Anerood Jugnauth renuncia ao cargo; Rajkeswur Purryag torna-se o novo Presidente.

2014 – Anerood Jugnauth volta a assumir o cargo de Primeiro-Ministro.

2015 - Rajkeswur Purryag renuncia à Presidência e é substituído por Ameenah Gurib-Fakim, primeira mulher a ser eleita para o cargo na história do país.

2017 – Pravind Jugnauth sucede seu pai como Primeiro-Ministro de Maurício.

2018 – Ameenah Gurib-Fakim renuncia à Presidência, que passa a ser exercida pelo então Vice-Presidente, Paramasivum Vyapoory.

2019 – Pravind Jugnauth é reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro, e Prithvirajsing Roopun é eleito Presidente pela Assembleia Nacional.